



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente
Programa de Pós-graduação em Geografia

**DO SONHO DA TERRA AO PESADELO DA DÍVIDA:
A TERRITORIALIZAÇÃO DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE
MERCADO NO PONTAL DO PARANAPANEMA**

RODOLFO DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE PRUDENTE
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIENCIAS E TECNOLOGIA
Campus de Presidente Prudente

DO SONHO DA TERRA AO PESADELO DA DÍVIDA: A TERRITORIALIZAÇÃO DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

RODOLFO DE SOUZA LIMA

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico, Linha de Pesquisa: Trabalho, saúde ambiental e movimentos socioterritoriais – para a obtenção do Título de Mestre em Geografia

Presidente Prudente, setembro de 2018

L732s Lima, Rodolfo Souza
Do sonho da terra ao pesadelo da dívida : a territorialização da
Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema /
Rodolfo Souza Lima. -- Presidente Prudente, 2018
224 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Ricardo Pires de Paula

1. Neoliberalismo. 2. Banco Mundial. 3. Contrarreforma Agrária de
Mercado. 4. Pontal do Paranapanema. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: DO SONHO DA TERRA AO PESADELO DA DÍVIDA: A
TERRITORIALIZAÇÃO DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO
NO PONTAL DO PARANAPANEMA

AUTOR: RODOLFO DE SOUZA LIMA

ORIENTADOR: RICARDO PIRES DE PAULA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA
Departamento de Geografia / FCT/UNESP

Prof. Dra. ANA TERRA REIS
Geografia / Pós-Doutorado Unesp

Prof. Dr. ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO
Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Presidente Prudente, 18 de setembro de 2018

Dedico este trabalho a todas as famílias que resistem cotidianamente nos empreendimentos do Banco da Terra no Pontal do Paranapanema e às famílias que me receberam tão bem em suas casas, sou muito grato a todo(a)s pelos seus ensinamentos.

A todos os camponeses que resistem nos empreendimentos de Contrarreforma Agrária de Mercado do Banco Mundial.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, é preciso dizer que agradeço a todas e todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho. Seja nos debates acadêmicos ou em uma conversa de bar, cada um de vocês que compartilharam comigo um momento de suas vidas, foram fundamentais para que o trabalho fosse finalizado.

Primeiramente, agradeço a todas as famílias do Banco da Terra que me receberam em suas casas e que compartilharam um pouco de suas vidas, me ajudaram a me tornar um ser humano melhor. Muito obrigado!

Também agradeço aos funcionários do ITESP, em especial ao Júlio Gabriel, ao Claudio e a Andiana, que “enchi” bastante a paciência em busca de dados, contatos, informações, entre outras coisas extremamente pertinentes para a pesquisa. Agradeço também a Elisangela do CODETER, que pela sua experiência, militância e sabedoria, durante o acúmulo do Colegiado, contribuíram para ampliar a visão sobre o objeto.

Aos colegas do NERA, da rede Dataluta, do CEGET e do LABERUR, esses grupos que ajudam a construir o pensamento crítico na ciência brasileira e contribuem para uma perspectiva radical na geografia. Hellen, Willians, Lucas, Lucas Pauli, Lorena, José Sobreiro “Nino”, Fran, Sidney, Diógenes, Luciano, Guilherme Marini, Jorge, Cleanderson, Mikaella.

Agradeço aos colegas da pós-graduação, compartilharam as salas, as turmas das disciplinas, que no debate, na socialização das pesquisas e das vidas contribuíram muito. Agradeço especialmente a Bruna e a Larissa!

Minha gratidão aos professores Catelan, Rosângela, Eliseu, Eraldo, Ana Terra, Cacá, Girardi, Thomaz e Bernardo, que nesses anos no mestrado foram uma grande inspiração. Menção especial à Ana Terra Reis Carlos Alberto Feliciano (Cacá), que fizeram parte da banca de qualificação e trouxeram grandes contribuições e ao Eraldo da Silva Ramos Filho, que nos recebeu carinhosamente em Sergipe, e além disso, um exemplo de professor, intelectual e militante.

Devo fazer um agradecimento especial ao movimento no qual integro desde 2013, o Levante Popular da Juventude. É tanta gente que seriam necessárias muitas páginas para citar todo mundo, o Levante só cresce e ocupa cada dia mais. Por isso, vou me ater somente àqueles compas mais próximos:

Saulo, Alice, Lucas, Colombo, Vagner, Julia, Diego, Sérgio, Renata, Tiba, Babi, Bia, Paga, Leo e Gabi. Desculpa se esqueci alguém, mas estão todos no meu coração. Muito orgulho de fazer parte disso junto com vocês, dessa juventude que ousa lutar e construir o projeto popular!

Ao MST, à toda companheirada do Pontal, especialmente ao Cledson e ao Gerson que ajudaram diretamente nesse trabalho. Também direciono meus agradecimentos ao conjunto da militância do campo popular que cruzei nesses anos. Fazer parte disso fazem valer as palavras de Lenin "A teoria sem a prática de nada vale, a prática sem a teoria é cega".

Ao Quilombo do Almirante Negro, antiga república Luz Vermelha, aos colegas e amigos com quem morei, especialmente ao Diego, Jean e ao Tássio. Vários debates em casa que renderam muito café e cerveja!

Agradeço a minha amiga e companheira de muitas esferas da vida, Jane. Compa, você me ajudou lendo, dando dicas e fazendo críticas, muitos insights saíram de nossos papos até altas horas devo muito desse trabalho a você. Teria muito mais o que escrever, mas que não cabe aqui. Muito obrigado! E que nossa parceria dure muitos anos, com você ando melhor!

À minha família, meus pais José e Eliana e minha irmã Isabela. Vocês que tiveram que me aguentar todos esses anos, foi necessário muito esforço de vocês para esse trabalho sair, vocês são meu pilar de sustentação. Amo vocês!

Ao meu orientador, Ricardo Pires de Paula, que mais uma vez aceitou essa empreitada comigo. Em vários momentos tivemos desafios da pesquisa, os prazos apertando, combinar a militância e pesquisa não é fácil. Agradeço sua paciência, seus conselhos, cobranças e sabedoria!

Por fim, agradeço ao apoio institucional dado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Também, meus agradecimentos ao apoio do processo nº2016/03102-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

“O sistema creditício, cuja expressão completa é o sistema bancário, tem-se a impressão de que foi quebrada a força desse poder alheio, material, de que a alienação foi abolida e que o homem [e a mulher] se encontra[m] novamente em relações humanas [...] Trata-se de uma autoalienação, uma desumanização tanto mais infame e tanto mais extrema na medida em que seu elemento não é mais a mercadoria, o metal, o papel, mas a existência moral, a existência social, o íntimo do coração humano – sob a aparência da confiança [...] é a suprema desconfiança e a alienação total.”

Karl Marx, Cadernos de Paris de 1844

“não existe neutralidade possível: o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os explorados”
Florestan Fernandes, 1986

“Porque constatar que somos muitos os que estamos na mesma luta é o que nos torna fortes, é o que nos radicaliza”
Marta Harnecker, Um Mundo a construir, 2018

DO SONHO DA TERRA AO PESADELO DA DÍVIDA: A TERRITORIALIZAÇÃO DA CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Resumo: O objetivo deste trabalho é examinar as dinâmicas e processos da territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) no Pontal do Paranapanema, seus impactos na luta pela terra e no desenvolvimento territorial dos empreendimentos do projeto do Banco da Terra e Consolidação da Agricultura Familiar. A CRAM, foi elaborada e disseminada pelo Banco Mundial (BM) na segunda metade dos anos 90 como uma forma de responder aos conflitos territoriais e tensões sociais decorrentes dos impactos da política neoliberal. O governo de Fernando Henrique Cardoso, que estava fortemente vinculado aos interesses do grande capital internacional, Do Fundo Monetário Internacional e Do BM, adotou agenda agrária do Banco por meio das políticas de crédito fundiário com a finalidade de enfrentar o avanço das ocupações de terra organizadas, sobretudo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar das críticas e do endividamento de milhares de famílias, os governos subsequentes continuaram com a CRAM, realizando ajustes programáticos e envolvendo outros agentes. Em junho de 2001 a política fundiária neoliberal chega ao Pontal do Paranapanema por meio de um acordo entre a UNIPONTAL, a Força Sindical, o Conselho Regional de Desenvolvimento de Presidente Prudente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, num convênio com o Banco da Terra. Nesta mesma ocasião estavam presentes não só prefeitos da região, mas também os representantes da União Democrática Ruralista. Concluímos, entre outros elementos, que de um lado a CRAM foi uma política conduzida pelos grandes proprietários de terra para disputar a base social dos movimentos camponeses, e do outro lado, forjou territórios caracterizados por territorialidades dissimétricas, em que o endividamento, a sujeição de dezenas famílias mutuárias ao capital financeiro e a normatização neoliberal são emblemáticas.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Banco Mundial; Contrarreforma Agrária de Mercado; território; Pontal do Paranapanema

FROM DREAMLAND TO DEBT NIGHTMARE: THE TERRITORIALIZATION OF AGRARIAN COUNTERREFORM OF THE MARKET IN THE PONTAL DO PARANAPANEMA

Abstract: The objective of this work is an examination of the dynamics and processes of the territorialization of the Agrarian Counterreform of the Market (CRAM) in the Pontal do Paranapanema, its impacts on the land struggle and territorial development in the projects of the Banco da Terra project and the Consolidação da Agricultura Familiar. A CRAM was developed and disseminated by the World Bank in the second half of the 1990s as a way of responding to territorial conflicts and social tensions arising from the impacts of neoliberal politics. The government of Fernando Henrique Cardoso, which was strongly linked to the interests of the great international capital, the International Monetary Fund and the World Bank, adopted the agrarian agenda of the Bank through land credit policies to deal with the advance of organized land occupations, especially by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Despite the criticism and indebtedness of thousands of families, subsequent governments continued with CRAM, making programmatic adjustments and involving other actors. In June 2001, the neoliberal land policy came to Pontal do Paranapanema through an agreement between UNIPONTAL, Força Sindical, the Regional Development

Council of Presidente Prudente and the Ministry of Agrarian Development, in an agreement with Banco da Terra. At the same time, not only mayors from the region were present, but also representatives of the Rural Democratic Union. We conclude, among other elements, that on the one hand the CRAM was a policy led by the great landowners to dispute a social basis of the peasant movements and on the other hand, forged territories characterized by dissymmetrical territorialities, in which indebtedness, the subjection of dozens of borrowing families to financial capital and neoliberal normatization are emblematic.

Key words: Neoliberalism; World Bank; Agrarian Counterreform of the Market; territory; Pontal do Paranapanema

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rota das políticas públicas para a promoção da autonomia das mulheres rurais.....	100
Figura 2 - Origem da grilagem no Pontal	120
Figura 3 - Mario Covas aprova o Banco da Terra em São Paulo	128
Figura 4 - Reunião de oficialização do BT no Pontal do Paranapanema	135
Figura 5 - Liberação de recursos do Banco da Terra para famílias de Presidente Prudente.....	138
Figura 6 - Fluxo de tramitação/contratação do PNCF	141
Figura 7 - Capela empreendimento São José - Presidente Prudente	173
Figura 8 - Capela empreendimento em Racharia.....	173
Figura 9 - Empreendimento em Rancharia	181
Figura 10 - Produção de mandioca - Rancharia.....	182
Figura 11 - Produção de alface – empreendimento São José.....	184
Figura 12 - Produção - empreendimento São José.....	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da parcela de renda dos 1% mais ricos – 1981 - 2014 ...	39
Gráfico 2 - Brasil - Número de ocupações -1988-2015	77
Gráfico 3 – Brasil - Número de famílias em ocupações - 1988-2015	78
Gráfico 4 - Evolução do crédito agropecuário entre 2003 e 2017 (em bilhões R\$)	91
Gráfico 5 - Evolução das taxas de juros no Plano Nacional de Crédito Fundiário (2004-2016).....	94
Gráfico 6 - Quantidade e participação das mulheres no PNCF (2004-2017) .	102
Gráfico 7 - Brasil - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário - (1995-2014)	105
Gráfico 8 - Brasil - Porcentagem de famílias em Reforma Agrária e Credito Fundiário - (1995-2014).....	105
Gráfico 9 - Orçamento – Obtenção de terra para a reforma agrária (2015 – 2018)	108
Gráfico 10 - Orçamento- crédito fundiário (2015-2018).....	108
Gráfico 11 - Evolução das receitas do fundo de terras e da reforma agrária (R\$) entre 2006 e 2016	109
Gráfico 12- São Paulo - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário – (2001-2013).....	130
Gráfico 13 - São Paulo - Porcentagem de famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário – (2001-2013).....	130
Gráfico 14 - – Pontal do Paranapanema - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário - (2001-2014).....	145
Gráfico 15 - Pontal do Paranapanema - Porcentagem de famílias em R Agrária e Crédito Fundiário – (2001-2014).....	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações estratégicas adotadas pelo Banco Mundial	48
Quadro 2 - Linhas de crédito do PNCF	93
Quadro 3 - O território imaterial da CRAM no Pontal do Paranapanema	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de assentamentos e famílias (1995-2014).....	75
Tabela 2 - Brasil - Percentual de inadimplência no PNCF (2016)	112
Tabela 3 - Territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema (2001-2015)	142
Tabela 4 – Pontal do Paranapanema - Empreendimentos do Banco da Terra	160
Tabela 5 – Pontal do Paranapanema - Empreendimentos do Consolidação da Agricultura Familiar	160
Tabela 6 – Projetos de Infraestrutura	185

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - O Pontal do Paranapanema: localização da área de estudo	117
Mapa 2 - Pontal do Paranapanema - Concentração fundiária (2012)	118
Mapa 3 - Territorialização das Agroindústrias da Cana-de-açúcar, dos Assentamentos e Situação Jurídica das Terras do Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista (SP) – 2008	125
Mapa 4 <i>São Paulo – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de empreendimentos</i>	131
Mapa 5 - São Paulo – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de famílias	132
Mapa 6 - Pontal do Paranapanema – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de empreendimento.....	143
Mapa 7 - Pontal do Paranapanema – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de famílias	144
Mapa 8 – Pontal do Paranapanema - Número de famílias em assentamentos e em empreendimentos - (2001-2015)	150

LISTA DE SIGLAS

AFES - Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
APR - Animação Pastoral Rural
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BID - Banco Interamericano do Desenvolvimento
BT - Banco da terra
BM - Banco Mundial
CETAS - Centro de Estudos Trabalho, Ambiente e Saúde
CPR - Combate à Pobreza Rural
CAF - Consolidação da Agricultura Familiar
CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CFCPR - Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural
CRAM - Contrarreforma Agrária de Mercado
DTR - Desenvolvimento territorial rural
EZLN - Exército de Zapatista de Libertação Nacional
FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FS - Força Sindical
FMI - Fundo Monetário Internacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MARAM - Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NPT - Nossa Primeira Terra
NBD - Novo Banco de Desenvolvimento
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio
PNCF - Plano Nacional de Crédito Fundiário
PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário
PQA - Paradigma da Questão Agrária
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCT - Projeto Cédula da Terra
PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PSJ - Projeto São José
RAM - Reforma Agrária de Mercado
SEAD - Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SRA - Subsecretaria de Reordenamento Agrário
UDR - União Democrático Ruralista
UNIPONTAL - União dos Municípios do Pontal do Paranapanema
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
UTE - Unidade Técnica Estadual
TNB - Terra Negra Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
INTRODUÇÃO	20
1. A CRISE ESTRUTURAL DO SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DO BANCO MUNDIAL..	31
1.1. As dimensões da crise estrutural.....	31
1.1.1. A reestruturação produtiva e neoliberalismo	34
1.1.2. O neoliberalismo na América Latina	41
1.1.3. Ascensão e crise do neodesenvolvimentismo e a retomada do neoliberalismo na América Latina	44
1.2. O Banco Mundial e a Contrarreforma Agrária de Mercado	46
1.2.1. Política de terras e a “reforma agrária à luz do mercado”	50
1.2.2. Acesso à terra e abordagem de gênero do Banco Mundial: o patriarcado mascarado	55
1.2.3. Criando “consensos” ou enrijecendo o controle?.....	60
2. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL (1998-2017): análise da territorialização das políticas de crédito fundiário	66
2.1. Território e conflitualidade.....	66
2.2. Neoliberalismo e lutas camponesas: introdução e enraizamento das políticas fundiárias do Banco Mundial	74
2.3. Governos neodesenvolvimentistas e a Contrarreforma Agrária de Mercado: manutenção e reciclagem do crédito fundiário	87
2.4. Restauração neoliberal e contrarreforma agrária: retomada da agenda neoliberalizante e o golpe do Impeachment	106
3. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)	116
3.1. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária: processo de ocupação e conflitos territoriais entre campesinato e agrohidronegócio	116
3.2. Análise da territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema	127
4. “DO SONHO AO PESADELO”: das ideias do Banco Mundial às contradições nos territórios do crédito fundiário no Pontal do Paranapanema (SP)	152
4.1. Relação mercantil entre camponeses e proprietários de terra	154
4.2. Seleção e oferta de terras dirigido pelo capital	158
4.3. Promoção da competitividade generalizada	165

4.4. (Des)associativismo.....	167
4.5. Descentralização administrativa e privatizações	174
4.6. Entrave ao desenvolvimento produtivo.....	179
4.7. Manutenção das desigualdades de gênero	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS	200
ANEXOS	214

APRESENTAÇÃO

Como afirma Ruy Moreira, “A geografia serve para desvendar máscaras sociais” e nesse sentido, nosso trabalho se enquadra no conjunto de pesquisas críticas que visam desnudar as máscaras sociais produzidas pela racionalidade neoliberal, em especial a um dos seus principais agentes: o Banco Mundial (BM).

Este organismo financeiro supranacional surge em 1944 durante as conferências de Bretton Woods, junto com o seu irmão gêmeo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), como instituições que visavam assegurar um sistema comercial e financeiro internacional sob os marcos do liberalismo, com a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA). Com forte influência financeira, política e ideológica (PEREIRA, 2010), as instituições durante os anos 90, principalmente após o Consenso de Washington em 1989, passaram a disseminar um receituário de privatizações, ajuste fiscal, desregulamentação financeira e abertura comercial para os países periféricos do capitalismo. Como consequência da aplicação do neoliberalismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero se aprofundaram, e muitos movimentos de contestação também emergiram. Nesse momento no Brasil, a luta pela reforma agrária tomou um caráter de luta anti-neoliberal, com o protagonismo dos movimentos camponeses, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A intensificação dos conflitos ganhou repercussão internacional e o Pontal do Paranapanema foi um dos principais focos.

O Pontal é uma região do Estado de São Paulo marcada por conflitos territoriais entre latifundiários/grileiros/capitalistas agroindustriais e camponeses. De um lado, as classes dominantes têm o objetivo de manter e expandir seu controle sobre o território, para isso se aliam entre si para legitimar e legalizar terras griladas, desmontar assentamentos, criminalizar e perseguir e/ou cooptar lideranças populares, etc. Do outro lado os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais, principalmente organizados no MST, reivindicam a democratização da terra, a reforma agrária e a soberania alimentar. A luta dos camponeses já resultou em cerca de 114 assentamentos para 6.400 famílias em 145.000 hectares no Pontal do Paranapanema (DATALUTA, 2016). No bojo desses conflitos por território e diferentes modelos de desenvolvimento, a Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) do Banco

Mundial é conduzida por políticos ruralistas, pela grande mídia, por latifundiários, por sindicatos para não apenas disputar propostas de reforma agrária, mas sobretudo para minar a atuação dos movimentos socioterritoriais. Após 17 anos de experiência, a CRAM resultou na criação 36 empreendimentos, abrangendo 280 famílias em uma área de 1.715 hectares entre 2000 e 2015.

É interessante perceber no trabalho científico que às vezes uma motivação puramente racional para desenvolver uma pesquisa, leva-nos ao envolvimento passional, instigando-nos cada vez mais a entender e desvendar o objeto estudado. Este é um pouco a trajetória desta pesquisa. Começou por volta de 2010 quando fazia graduação em Geografia, lendo o artigo do historiador João Marcio de Mendes Pereira, “Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC” publicado no livro “Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo” (2009), onde fui introduzido ao tema. O assunto caiu como uma bomba, muitas questões surgiram na minha cabeça, “O que é Reforma Agrária de Mercado?”, “de onde vem?”, assim por diante. Dediquei-me a mais algumas leituras sobre o tema, artigos de Sérgio Sauer e Eraldo da Silva Ramos Filho, mas a questão que não conseguia me desvencilhar era: existe a Reforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema? Se sim, como se realiza o seu processo de territorialização?

A monografia (LIMA, 2015) foi minha primeira aproximação com esta realidade no Pontal. A Reforma Agrária de Mercado existia na região e não havia nenhuma monografia, dissertação ou tese sobre o tema, porém, havia dezenas de famílias que estavam envolvidas em seus projetos, endividadas e sob o temor de perderem seus territórios. Neste momento, o que era uma motivação científica, tornou-se também passional: ao ouvir cada trajetória, ao ver que o sonho de dezenas de pessoas tornou-se um verdadeiro pesadelo – este sentimento que se materializou na carta “Do sonho ao pesadelo” escrito pela Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José em 2013, que inspira o título desta dissertação.

Ao ingressar no mestrado em 2016, tive finalmente a oportunidade de analisar a CRAM sob um recorte regional. O Pontal é um verdadeiro laborató-

rio de estudos sobre a luta pela terra, já foi objeto de diversas pesquisas importantes sobre ocupações, grilagens, produção camponesa, entre outros, mas não haviam pesquisas sobre a CRAM. Pude então conhecer a realidade de outros empreendimentos, dialogar com lideranças de associações e movimentos socioterritoriais e funcionários público. A sensação ao chegar no final deste texto, por trazer mais esta dimensão, é a de poder contribuir no debate regional e no conjunto de pesquisas agrárias.

Digo tudo isto correndo o risco de parecer ridículo aos olhos de uma ciência dura, supostamente neutra. Não temo parecer ridículo aos olhos desta ciência, pois uma ciência descompromissada com os “explorados”, está comprometida com os “exploradores”. No momento em que concluo esta dissertação, os objetivos do golpe de 2016 avançam no sentido de: a) aumentar as taxas de lucros do grande capital internacional, por meio da exploração desenfreada da classe trabalhadora e da natureza, expresso por exemplo na aprovação da reforma trabalhista e na política de desmonte e entrega do pré-sal às multinacionais; b) aumentar o cerco e aniquilamento da esquerda, para inviabilizar a retomada de um ciclo progressista no país por meio do ataque a lideranças, militantes e instrumentos de classe – tal como o assassinato cotidiano de lideranças do MST, indígenas e quilombolas, de Marielle Franco e a prisão arbitrária de Lula. Nesse sentido, não tememos nos posicionar ao lado dos explorados.

20 de agosto de 2018, Presidente Prudente

INTRODUÇÃO

A última pesquisa do censo agropecuário¹ demonstra a continuidade de uma estrutura fundiária extremamente desigual que remonta ao processo de formação socioespacial do Brasil, associada à colonização portuguesa, a consolidação do latifúndio, do monocultivo e do trabalho escravo, tal como Caio Prado Junior argumentava (2014). Apesar das demandas e lutas camponesas também históricas/geográficas, reivindicando a reforma agrária e o cumprimento da função social da terra (MARTINS, 1993), o domínio e a posse da propriedade fundiária ainda se encontram concentradas sobretudo nos latifúndios.

A reforma agrária e a concentração fundiária, têm sido temas de discussões por todo o mundo, suscitando diferentes propostas, associadas a distintos modelos de desenvolvimento. No século XX, o tema entra no espectro do Banco Mundial (BM) a partir dos anos 70, mas é praticamente abandonado e só retorna na segunda metade dos anos 90, sob uma abordagem neoliberal.

A Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) orientada pelo Banco Mundial completa 14 anos desde seu início em 1994 na África do Sul e Colômbia e 11 anos no Brasil. O presente trabalho apresenta os resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2016 e 2018². O nosso objetivo é desnudar o processo de territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema. O processo em foco foi concebido e promovido no âmbito do BM, por meio das políticas de crédito fundiário presentes no Estado de São Paulo, especificamente o Banco da Terra (BT). Nesse sentido, realizamos incursões nos primeiros empreendimentos do BT na região criados entre 2001 e 2002:

¹ Trata-se de dos resultados preliminares divulgado pelo órgão do Censo Agropecuário de 2017, pois a pesquisa será concluída somente em 2019. Os dados apresentados já revelam que: a) propriedades com até 50 hectares (ha) representam a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, 81,3% - 4,1 milhões de propriedades - contudo, ocupam somente 12,8% da área produtiva, ou seja, 44,8 milhões de hectares; b) já as propriedades que possuem mais de 10 mil hectares, possuem somente 2,4 mil estabelecimentos, mas ocupam 51,8 milhões de hectares, 14% da área produtiva. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais/>>. Acesso em: 27 de jul. de 2018.

² A pesquisa em questão é o projeto “A Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema: a territorialização da política fundiária neoliberal no território do agrohidronegócio” (FAPESP, processo nº 2016/03102-7),

a Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José de Presidente Prudente, a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Marambaia de Rancharia e Associação dos Agricultores Familiares, Assentamento Cristo Rei localizada em Tarabai. Buscamos entender a aplicação da política e suas implicações nas formas de organização das famílias e implantação dos empreendimentos, quais condições se dão a recriação camponesa.

Com esta pesquisa também temos a intenção de contribuir no projeto temático do Centro de Estudos Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), o *Mapeamento e análise do território do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental* (FAPESP, 2012/23959-9) coordenado pelo prof. dr. Antonio Thomaz Junior, com vistas a entender as estratégias do capital do controle territorial de classe e para ofuscar a luta pela reforma agrária e promover o agronegócio como a única via de desenvolvimento.

Um pressuposto importante deste trabalho é o uso dos termos assentamento e empreendimento, assim como assentado e mutuário. Como afirma Ramos Filho em sua tese (2008), trata-se de utilizar denominações diferentes para processos sociais de recriação do campesinato distintos e da formação de territórios distintos. Não se trata, como afirma o autor, de fazer um juízo de valor, menosprezando qualquer categoria do campesinato, mas “demarcar as diferenças existentes nos processos de acesso à terra” (RAMOS FILHO, 2008, p.33).

Entendemos a reforma agrária como um processo de democratização do acesso à terra, buscando o desenvolvimento nacional, que vise “transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela concentração fundiária” (PEREIRA, 2006, p.31). Deve-se realizar a desconcentração fundiária, garantindo o acesso à terra e a recriação do campesinato, prioritariamente por meio da desapropriação do latifúndio (RAMOS FILHO, 2007). A reforma agrária não deve se limitar a mecanismos fundiários, mas também agrícolas, impulsionar a produção de alimentos, garantir assistência técnica, fomentando a comercialização, infraestrutura e demais direitos (OLIVEIRA, 2007, p.70-71). No Brasil, é impulsionada por uma luta histórica dos movimen-

tos camponeses, a luta pela terra. É por meio da luta pela terra que o campesinato pressiona o Estado para a criação de assentamentos. Sendo protagonista do processo, o camponês que conquista a terra por meio da luta, torna-se um assentado.

A CRAM é engendrada por processos de recriação distintos. Um empreendimento é todo imóvel rural adquirido por meio de um empréstimo bancário dentro das linhas do Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Ao tomar o empréstimo bancário, as famílias convertem-se em mutuárias. O empreendimento é a criação de uma empresa que visa a obtenção de lucros. A CRAM está fundamentada na concepção neoliberal de acesso à terra pelo mercado, e na inserção do campesinato em mercados competitivos, “pressupõe a incorporação, neste trabalho, da matriz discursiva utilizada pelos agentes financeiros parceiros do programa” (RAMOS FILHO, 2008).

Consideramos importante tecer algumas palavras sobre a metodologia empregada. O plano de trabalho da pesquisa foi estruturado em dois eixos: 1) atividades acadêmicas relacionadas ao programa de pós-graduação, cumprimento das disciplinas, participação em eventos científicos, colóquios, etc.; 2) e a pesquisa propriamente dita, ou seja, pesquisa documental, busca de fontes secundárias, trabalhos de campo, entrevistas, assim por diante. Ao longo de 2016 foram 5 disciplinas, completando ao todo 540 horas com 28 créditos exigidos pelo PPGG. As disciplinas foram as seguintes: Organização do Trabalho Científico; Metodologia Científica em Geografia: Método, Teoria e Pensamento Geográfico; Relação Cidade-Campo e Desenvolvimento Rural; A escala geográfica na análise espacial; Geografia do Trabalho. Todas elas, direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Vale destacar, o período em que fizemos intercâmbio na Universidade Federal de Sergipe (UFS), pelo Projeto Casadinho, EDITAL: MCTI/CNPQ/MEC/CAPES - AÇÃO TRANSVERSAL Nº 06/2011 – Casadinho/Procad, vinculado ao projeto DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Registro, confrontação e análise das ocupações de terra no estado de São Paulo com ênfase no Pontal do Paranapanema para o período de 1988-2011 – PIBIC/CNPQ. O objetivo do projeto era aprimorar a formação através da participação em discussões, colóquios, seminários, etc. juntamente ao Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (LABERUR) da UFS. Na oportunidade,

participamos de trabalhos de campo nos espaços rurais sergipanos com vistas a conhecer a realidade territorial do campesinato, da luta pela terra, dos movimentos socioterritoriais e da reforma agrária no estado. Sob a orientação do Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, o intercâmbio foi fundamental para ampliar o conhecimento espacial da questão agrária brasileira e qualificar este trabalho.

Quanto a revisão bibliográfica, realizamos uma série de leituras a respeito do tema de pesquisa e dos temas relacionados, tais como: neoliberalismo; neodesenvolvimentismo; Banco Mundial; reforma agrária; Contrarreforma Agrária de Mercado; Estado; políticas fundiárias; luta pela terra; campesinato; estratégias de (re)produção e resistência do campesinato; classe social; gênero; raça; espaço; território; consciência de classe; alienação, entre outras leituras. Procuramos abordar o tema de gênero do BM, sua influência nas políticas fundiárias, em especial no crédito fundiário no Brasil. Destacamos este tema aqui pois foi um desafio, tanto do ponto de vista teórico, buscando as principais referências no tema, como da escrita, devido à falta de familiaridade nessa discussão – são as expressões do patriarcado na pesquisa científica. Trazer essa discussão à tona, mesmo que de forma pouco aprofundada, foi uma decisão tomada quando a pesquisa já estava em curso, foi instigada pela contradição entre a realidade constatada e o discurso do Banco, e impulsionada pelas discussões com companheira(o)s da universidade. Esperamos ter contribuído um pouco nessa fundamental discussão.

Por meio de levantamentos em fontes secundárias conseguimos acessar dados que foram cruciais para o entendimento do objeto da pesquisa. Podemos citar aqui alguns relatórios e bancos de dados tais como: Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra; Relatório DATALUTA Banco de dados da Luta pela Terra; dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e estudos estatísticos do Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (NEAD). Também fizemos um levantamento de notícias a partir da mídia impressa, de um lado por meio do DATALUTA jornal e do outro utilizamos a ferramenta do Google chamada *google alerta* desde que iniciamos o projeto para buscar notícias recentes sobre a CRAM no Brasil. O alerta permite realizar uma busca automática de notícias na internet por meio de palavras-chave relacionadas ao tema, elencamos: Banco da Terra, Crédito

Fundiário, PNCF e Consolidação da Agricultura Familiar. Pelo alerta, acumulamos um acervo de cerca de 500 notícias relacionadas à CRAM, desde 2014 até o início de 2018.

Em 2016 durante o encaminhamento da pesquisa conseguimos os dados do PNCF junto aos funcionários do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (na época ainda era MDA) detalhando o nome do empreendimento, quantidade de famílias, tamanho em hectares, quantia do empréstimo e associação/entidade que negociou o empreendimento no período de 1996 e 2015. Encontramos algumas incongruências entre os dados do Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado (BDRAM) e PNCF, devido as suas diferenças metodológicas, nesse sentido, optamos por utilizar integralmente os dados do PNCF pois o rigor metodológico do BDRAM exigia de nós um tempo que não tínhamos. O BDRAM é elaborado a partir da confrontação de dados produzidos pelo órgão responsável no governo federal, com os dados da unidade técnica estadual, no nosso caso o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). São anos de dados acumulados, detalhando quantidade de família, financiamento, tamanho do empreendimento, entre outros. Teríamos que confrontar cada dado, comparando com o PNCF. Já os dados do PNCF são produzidos pelo cadastramento junto ao Sistema de Informações Gerenciais do Crédito Fundiário, que acessamos por meio de uma conta-visitante. O sistema é alimentado diariamente pelos técnicos, apontando as movimentações do mercado de terras e da tramitação dos empreendimentos. Contudo, há muitos problemas operacionais no site – tabelas com erros, pagina travando entre outros –, sendo praticamente impossível gerar tabelas com informações gerais, forçando-nos a buscar dados para cada projeto/empreendimento realizado, inviabilizando tal procedimento. Nos dados do PNCF existem erros e incompletudes, sabemos que com a construção do BDRAM teríamos dados mais próximos da realidade, no entanto o PNCF apresenta os dados oficiais. Podemos também citar o acesso aos relatórios presentes no site do MDA, os painéis de inspeção, como importantes fontes de dados.

Quanto a pesquisa de campo, participamos de reuniões do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) em 2016 e 2017 para acompanhar as negociações e individualizações das dívidas – sobretudo dos mutuários do BT. Essas reuniões foram muito elucidativas de como se desenvolve

a relação dos mutuários com o governo, e dos diferentes tratamentos do governo Dilma Rousseff e do governo de Michel Temer sobre esta mesma questão.

Quanto aos trabalhos de campo e entrevistas nos empreendimentos, realizamos entrevistas semiestruturadas com representantes das associações: Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José de Presidente Prudente, a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Marambaia de Rancharia e Associação dos Agricultores Familiares, Assentamento Cristo Rei localizada em Tarabai. No empreendimento de Tarabai, tivemos alguns problemas técnicos e perdemos as fotos que foram realizadas. Fizemos uma entrevista com uma liderança do MST e uma representante e assessora do CODETER. Na transcrição das entrevistas, priorizamos relata-las na forma como os sujeitos falam, ou seja, a forma coloquial da língua portuguesa, com vistas a ter uma melhor apreensão da posição dos sujeitos e dos seus enunciados. No projeto inicial, tínhamos a intenção de ampliar o recorte de análise para os empreendimentos da modalidade Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Contudo, no percurso da pesquisa enfrentamos uma série de obstáculos, mas principalmente devido à dificuldade de se encontrar os contatos das famílias mutuárias. Os empreendimentos do CAF são mais isolados que o BT, pois são lotes individuais, a lentidão em conseguir os contatos está associada a dificuldade de comunicação com os mesmos e entre os mesmos quanto a cobertura do acompanhamento técnico.

Tivemos conversas, mas não entrevistas, com a responsável estadual pela coordenação do crédito fundiário ITESP em dezembro de 2017, onde pudemos dialogar sobre a operacionalização do crédito fundiário hoje, toda a atual tramitação para a aquisição de terras e a função do Itesp, o panorama do estado sobre a situação dos empreendimentos e das famílias, entre outros temas que foram fundamentais para compreender nosso objeto. Também destacamos uma ligação muito esclarecedora, que durou cerca 60 minutos com o então representante da Secretaria de Reordenamento Agrário, responsável pelo crédito fundiário no país.

Pudemos produzir quadros e gráficos, e alguns mapas a partir dos dados. Estes dados, à luz do referencial teórico, foram fundamentais para o entendimento da territorialização do crédito fundiário e principalmente da CRAM.

No que tange ao método, também queremos expor algumas linhas. Optamos pelo materialismo histórico e dialético pelo seu duplo caráter: o científico, uma vez que nos permite encarar a realidade a partir do concreto, das relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo, envolvidas em contradições que se afirmam e se negam historicamente; e o ideológico pois permite a apreensão das contradições sociais, da desigualdade e das opressões, e está intimamente ligada à práxis, ou seja a intervenção direta, a ação social com vistas à transformação da sociedade, com vistas à superação das desigualdades e à emancipação humana. Trata-se, como afirma Florestan Fernandes na epígrafe desta dissertação, de ter um compromisso social. Não há neutralidade possível.

Os principais nomes do materialismo histórico e dialético são os alemães Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) a partir de suas inquietações frente à filosofia alemã de sua época. O filósofo Georg Friedrich Hegel (1770-1831) foi o principal autor da dialética idealista, recuperando os autores clássicos da filosofia grega, dando um caráter renovado e elaborando um complexo sistema lógico de interpretação da realidade a partir da *Fenomenologia do espírito* e depois em sua vasta ciência da lógica. A grosso modo, em Hegel (1992) a realidade só pode ser apreendida na totalidade do espírito em seu processo de negação/afirmação em constante devir. A totalidade é o espírito do mundo, que por sua vez é a essência, somente podendo ser apropriada pelo sujeito. Hegel afirma que essência é também sujeito que, por meio do sistema lógico e do conceito consegue mover-se da consciência de-si à consciência-para-si, ou seja, o sujeito no reencontrar-se a si mesmo apreende a essência do mundo, que é o espírito absoluto - totalidade. O sistema dialético hegeliano parte da suprassunção da ideia para o material e da volta para a ideia: o espírito absoluto aliena-se no mundo, o mundo aliena-se na natureza, a natureza aliena-se e cria o sujeito, o sujeito deve buscar a essência alienada de si no espírito absoluto a partir da reapropriação da essência alienada e estranhada por meio da filosofia e da ciência – o saber absoluto (MARX, 2010).

Marx não possui uma obra específica sobre o método que desenvolve em parceria com Engels, mas sua interpretação da realidade foi sendo evidenciada a partir dos seus escritos, livros, manuscritos, críticas à filosofia e a

economia política, modo de apresentação e interpretação do seu principal objeto de pesquisa: a sociedade burguesa (NETTO, 2011).

A crítica marxiana à dialética hegeliana – como já dissemos, teve vários momentos e diferentes estágios de maturação do pensamento– começava pelo idealismo, ou seja, do autor da Fenomenologia do Espírito e seus discípulos que partiam da ideia e não da matéria, ou seja, não consideravam as relações sociais concretas produzidas historicamente. No segundo prefácio do Capital, Marx salienta o que o diferencia do método hegeliano:

Meu método, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado (MARX, 1998, p.28)

Partindo, portanto, das relações materiais, o trabalho é o componente central, condição ontológica do ser, necessário para a reprodução social. As relações sociais de produção vão se complexificando e se tornando independentes, mas são determinadas por um grau de desenvolvimento das forças produtivas, daí se desenvolve uma “superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p.47). Quando as contradições existentes entre as relações sociais de produção e as forças produtivas se tornam insuportáveis, abrem-se fissuras para uma revolução social. É como se Marx invertesse Hegel, colocando de cabeça para baixo a dialética hegeliana, partindo do material para o ideal e do ideal retornando ao material. Ainda no prefácio do Capital, Marx salienta:

A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico. (MARX, 1998, p.29)

Conforme Lefebvre (1983) ao inverter a dialética hegeliana, Marx descobre que não basta a análise empírica do objeto, a partir de suas formas, dimensionamentos, etc. pois o materialismo por si não é capaz de entender

as suas múltiplas determinações. A partir da análise das contradições das categorias mais gerais, da totalidade social, da história, das relações sociais de produção e das forças produtivas, abstraindo da imediatez do objeto, é possível retornar ao objeto e realmente entendê-lo: “O concreto é concreto, porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade no diverso” (MARX, 2008, p.258). Não é o concreto como ele é em si, mas é o concreto pensado que Marx encontra (MARX, 2008, p.257-258; NETTO, 2011).

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos, mais introdução e considerações finais. O primeiro capítulo possui duas partes articuladas. A primeira versa sobre a natureza da crise estrutural do sistema metabólico do capital e seus nexos com a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Entendemos o neoliberalismo e a reestruturação produtiva como respostas do sistema metabólico à sua crise, onde as instituições multilaterais como o BM e o FMI possuem um papel fundamental em sua propagação nos anos 90. A segunda parte adentra na agenda do Banco para América Latina e sua implementação. Ainda discute como foi necessária uma reformulação das reformas neoliberais, ditas de 1ª geração, estabelecidas no Consenso de Washington, para um novo conjunto de ações estratégicas, denominadas de 2ª geração. Esse novo pacote visava aprofundar o neoliberalismo, trazendo o tema da redução da pobreza com mais afinco. Nesse sentido, buscava adequar as políticas sociais ao neoliberalismo, tal como a reforma agrária. Ainda nesse capítulo, debruçamo-nos sob os preceitos que delineiam a política de reforma agrária “à luz do mercado” evidenciando o seu caráter de contrarreforma ao beneficiar os grandes proprietários e o capital financeiro. Buscamos estender a análise para a abordagem de gênero sobre a questão agrária, mais especificamente sobre a terra. A desigualdade de gênero expressa na desigualdade do acesso à terra poderia ser solucionada pela adequação das mulheres ao mercado. Por fim, no último item do capítulo o(a) leitor(a) irá encontrar uma sessão sobre o conceito de consenso e a sua necessária utilização para uma implantação eficaz de uma política de distribuição de terras, sob a ótica neoliberal.

Chegamos no capítulo 2, onde o foco será a introdução da política agrária do Banco Mundial no Brasil, sob a perspectiva da CRAM e sua materialização em projetos de crédito fundiário. Subdividimos o capítulo em quatro

itens. No primeiro, formularemos a nossa “caixa de ferramentas” conceitual sobretudo para três conceitos que consideramos fundamentais para o entendimento do objeto de estudo: espaço, território e conflitualidade. Em seguida, nos itens subsequentes, analisamos a territorialização da CRAM nos governos, a correlação de forças, os projetos criados e suas características e desenvolvimento. A política fundiária neoliberal é introduzida no Brasil nos governos de Fernando Henrique Cardoso, como uma tática para substituir a reforma agrária desapropriativa, para um mecanismo adequado ao neoliberalismo, mas também buscava conter o avanço da luta pela terra, em especial do MST. Apesar da mudança do bloco de poder passar do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo, os governos progressistas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff não conseguem emplacar uma reforma agrária no país devido principalmente a correlação de forças desfavorável. A CRAM é mantida, cria-se um Plano Nacional de Crédito Fundiário e seus projetos são reformulados, estabelecendo novos critérios e taxas de juros. O golpe institucional em 2016, retira Dilma da presidência, sendo substituída por Michel Temer. O golpe impõe uma retomada do neoliberalismo, a agenda de Temer congela os recursos públicos para a educação e saúde, aprova a terceirização, uma contrarreforma trabalhista, a concessão de extração de petróleo do pré-sal para empresas multinacionais. Move-se uma contrarreforma agrária, retirando recursos da agricultura camponesa e da reforma agrária e fortalece o agronegócio. Com um desempenho muito baixo, há uma reformulação do crédito fundiário e uma nova linha é criada.

O terceiro capítulo está dividido em duas partes. Seu objetivo é ter como recorte analítico a escala regional, o Pontal do Paranapanema. Marcado por um processo de ocupação fundamentado pelo extermínio de populações indígenas, o metabolismo do capital territorializou-se no Pontal pela grande propriedade fundiária cunhada na grilagem de terras. Outra característica importante é a expressão da luta pela terra, a demanda pela reforma agrária que é uma das maiores do país. A criação do MST na segunda metade dos anos 80 dá um grande impulso nas ocupações, resultando em assentamentos de reforma agrária. A luta de classes se acirra nos anos 90, os latifundiários em torno da União Democrática Ruralista (UDR) passam a enfrentar os camponeses utilizando-se da violência armada, contudo a luta pela terra tem um

grande ápice nesse momento, são realizados acampamentos massivos e diversas ocupações de terra. Os ruralistas, a expressão política do latifúndio, buscam articular a CRAM para responder à crescente luta pela reforma agrária. Em 2001, a entidade representativa dos ruralistas, a União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL) realiza um acordo de cooperação com o BT, MDA e o governo estadual de São Paulo, iniciando a implementação de empreendimentos na região, ao mesmo tempo em que disseminavam um discurso em sua defesa.

O quarto e último capítulo investiga a implementação da política fundiária neoliberal tendo como enfoque os empreendimentos do Banco da Terra. Partimos dos princípios que norteiam a reforma agrária “à luz do mercado”, constatando sua efetividade ou não na realidade. Separamos o capítulo em 7 subcapítulos, em cada item um princípio é analisado à luz da realidade e da teoria crítica. O primeiro expressa que a CRAM esconde uma relação entre camponeses sem-terra e proprietários profundamente desigual. Em seguida evidenciamos que todo o processo de seleção e oferta de terras é tutelado e conduzido pelas personificações do capital. Já no terceiro item, o objetivo é evidenciar a forma de seleção das famílias mutuárias para a formação das associações, pois ela não é necessariamente “automática” pelo mercado, mas passa-se a fomentar a norma da competição como mecanismo de controle. Após a associação ser formada, escolhe-se o imóvel e ocorre sua compra, territorializando ao mesmo tempo as famílias e o capital financeiro por meio da dívida. A quarta sessão do capítulo, visa mostrar a fragilidade das associações, regida sob a norma da competição, as famílias buscam saídas individuais para solucionarem a inadimplência. Tal situação de endividamento é explicada principalmente nos itens seguintes. A ausência de assistência técnica adequada, os atrasos nos financiamentos de investimento produtivo, a impossibilidade de captar políticas públicas devido ao congelamento das contas bancárias, assim como a conservação das desigualdades de gênero, são traços que evidenciaremos ao longo do capítulo.

1. A CRISE ESTRUTURAL DO SOCIOMETABOLISMO DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DO BANCO MUNDIAL

Neste capítulo buscaremos encontrar os nexos entre a crise estrutural do sistema metabólico do capital e a chamada Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM). Afirmamos que a crise estrutural provocou transformações profundas no mundo do trabalho, inclusive na questão agrária e especialmente no debate sobre a reforma agrária. É dentro deste contexto que há uma reestruturação produtiva do capital e que o neoliberalismo é propagado pelo mundo até se tornar hegemônico. Instituições internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), vão ter um papel de vanguarda na disseminação do neoliberalismo, uma vez que era necessário subjugar tudo, inclusive o tema da reforma agrária, aos novos imperativos do sociometabolismo do capital³.

Portanto, o presente capítulo está dividido em dois eixos, no primeiro, nos referenciando em István Mészáros (2007; 2011a; 2011b), vamos discutir os elementos e os determinantes da crise estrutural, como a crise impõe um conjunto de transformações socioespaciais, transformando o padrão produtivo vigente, passando de um modelo fordista para um modelo flexível/toyotista e o estabelecimento da ordem neoliberal como uma nova razão do mundo. No segundo eixo, o enfoque será acompanhar a incorporação do Banco Mundial à racionalidade neoliberal para atender aos imperativos sistêmicos do capital, e por conseguinte à agenda da política fundiária, mais especificamente de Contrarreforma Agrária de Mercado, suas diretrizes, concepções e disseminação, a incorporação da discussão de gênero às políticas fundiárias e da política de “consenso” para a implementação de sua estratégia.

1.1. As dimensões da crise estrutural

David Harvey em *O enigma do capital* (2010), demonstra como diversos economistas neoliberais falharam em antecipar a crise de 2008 e seus

³O conceito de metabolismo social ou sociometabolismo do capital, é utilizado por István Mészáros (2007; 2011a; 2011b), inspirado na obra marxiana, para evidenciar as relações sociais entre os indivíduos e entre a sociedade e a natureza. Vamos voltar a tratar deste conceito no capítulo seguinte.

efeitos devastadores, como o aumento da concentração de renda, do desemprego, da exploração da força de trabalho e das formas precárias de trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem constatado um aumento da taxa de desemprego em 2017 em relação a 2016, indo de 5,6% em 2016 para 5,7% em 2017, ou seja, um acréscimo de 3,4 milhões de pessoas, aumentando as 201 milhões já nas fileiras de desempregados (OIT, 2017). Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2017) houve um aumento da subnutrição de 11% em 2016, quer dizer 815 milhões de pessoas sofrem com a fome no mundo. Houve também um aprofundamento da desigualdade de gênero, segundo o *Global Gender Report 2017*, a desigualdade entre homens e mulheres nas áreas de saúde, educação, trabalho e política voltou a aumentar em 2017 depois de quase uma década de avanços significativos.

As crises que abalam o metabolismo social do capital suscitam diversas interpretações sobre a atual fase do capitalismo e os rumos que a sociedade tomará. Dentre eles, o filósofo húngaro István Mészáros traz uma contribuição fundamental para compreender a crise atual do sistema metabólico do capital (2007, 2011a, 2011b, 2015). Em sua visão, ao contrário de muitos economistas e pensadores – mesmo dentro do campo marxista, tal como Harvey – não estamos diante de crises conjunturais do sistema, pois elas são o caráter fenomênico de uma crise estrutural que remonta aos anos 70 e que se aprofunda.

O argumento do referido filósofo é que o conjunto de transformações que ocorreram naqueles anos irromperam uma crise longa, profunda e estrutural. Uma crise que, segundo Bhir (1998, p.68), está presente em todas as dimensões, ou seja, ela não é apenas uma crise de acumulação, mas também uma crise social, cultural, política e ecológica. O esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista, o fim do estado de bem-estar social, posteriormente a queda da União Soviética (URSS), assim como a reestruturação produtiva baseada na acumulação flexível -principalmente por meio do Toyotismo-, a ascensão do neoliberalismo, o aprofundamento dos conflitos militares e da apropriação/destruição da natureza, da agudização das desigualdades sociais/de gênero/de raça são aspectos que, para Mészáros, revelam uma crise estrutural do sistema.

Após um período de crises cíclicas, o metabolismo do capital entra em um estágio de crise estrutural “endêmica, cumulativa, crônica e permanente” como afirma Antunes (apud Mészáros, 2011a, p.11-12). O autor de *Para além do Capital* argumenta que para solucionar a contínua redução das taxas de lucro, o capital intensifica as formas de exploração do trabalho vivo por meio da equalização da taxa de exploração diferencial em todo mundo (MÉSZÁROS, 2011a, 2011b). Orientado para a acumulação e dirigido para a expansão, a contradição entre capital e trabalho tomam proporções nunca antes vistas, “E, precisamente por que este antagonismo é *estrutural* o sistema do capital é – e deve sempre permanecer - *incontrolável e irreformável*” (MÉSZÁROS, 2007, p.58).

Mészáros argumenta que o sistema de controle do capital tem que subordinar o trabalho por meio de uma divisão vertical/hierárquica do trabalho. Segundo o autor, a “função da dimensão vertical é proteger os interesses vitais do sistema, assegurando a expansão contínua da extração do sobretrabalho baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho” (MÉSZÁROS, 2007, p.87), em contraste com divisão funcional, horizontal do trabalho, potencialmente libertadora e que deve permanecer *sob* o controle firme da dimensão vertical e do Estado capitalista. O argumento do filósofo é que a essência desta contradição está na relação inconciliável entre capital e trabalho, em outras palavras, levado a cabo pela subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital.

O capital aprofunda a subordinação das mediações primárias às secundárias. As mediações primárias, ou de primeira ordem, são aquelas constitutivas das relações sociometabólicas com vistas a contemplação das necessidades primárias, ou seja, aquelas vinculadas ao valor de uso dos produtos do trabalho, voltadas a satisfação das necessidades humanas. No entanto, as mediações primárias são subjugadas à lógica das mediações secundárias, ou de segunda ordem, ou seja, “os meios alienados de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 71), o valor de troca torna-se o centro de gravidade das relações sociometabólicas.

Voltado para a acumulação e orientado para a expansão, o capital deve subordinar tudo a sua lógica destrutiva, as mediações primárias às secundárias, o trabalho, condição ontológica de realização do ser social toma proporções alienantes, reificantes e fetichizantes que Marx ainda não tinha condições de afirmar em sua primorosa obra. Como afirma Alves (2013, p.115) “Sob a crise estrutural do capital, tornou-se mais explícita a incompatibilidade entre o *desenvolvimento da pessoa e capitalismo*”. Trata-se de aprofundar a extração de mais-valor e a exploração da natureza seja por meio da taxa decrescente do valor de uso das mercadorias com vistas a diminuir a vida útil das mercadorias e ampliar o ciclo reprodutivo do capital; seja pela equalização por baixo da taxa diferencial de exploração - mesmo nos países centrais do capitalismo – ampliando a precarização do trabalho destruindo vínculos trabalhistas formais e reconfigurando-os sobre a forma “flexível”, aprofundando o desemprego estrutural e a informalidade do trabalho (MÉSZÁROS, 2011b; 2007).

1.1.1. A reestruturação produtiva e neoliberalismo

Para realizar seus imperativos frente à crise estrutural que assola o sistema metabólico, o capital⁴ passou a articular dialeticamente uma reestruturação espacial e produtiva, assim como uma nova doutrina ideopolítica que deveria reger as novas relações sociometabólicas: o neoliberalismo (MÉSZÁROS, 2011b; ANTUNES, 2000; 2011).

Harvey (2005; 2008; 2013), baseando-se na compreensão *lefebvreviana* (1992) de que a chave para o entendimento da acumulação capitalista está na produção do espaço, afirma que para sair da crise de sobreacumulação, o capital tem que necessariamente articular duas formas de espacialização dialeticamente articulados: 1) a destruição de forças produtivas existentes para reconfigurá-las atendendo aos novos ditames da acumulação, ou seja, destruir a paisagem existente para remontá-la; 2) a expansão geográfica, cri-

⁴É importante ressaltar que o conjunto de transformações das quais fazemos menção não foram produto de “leis da natureza”, mas de múltiplas relações socioespaciais que foram se conformando e se territorializando pelo mundo até se tornarem hegemônicas.

ando novos espaços de acumulação. No desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, essas duas formas de produção capitalista do espaço são realizadas em diferentes contextos e territórios.

Por volta do final dos anos 60, o padrão de acumulação baseado na produção fordista/taylorista mostrava seu esgotamento após crises sucessivas e baixas taxas de lucro. O padrão fordista, baseado nas grandes plantas fabris, nas linhas de produção em série, em relações formais de trabalho, etc. foi sendo substituído pelo padrão flexível/toyotista de acumulação baseado no trabalho multifuncional e pelo *just in time* (ANTUNES, 2009). A acumulação flexível valeu-se das inovações tecnológicas para desconcentrar suas plantas fabris, horizontalizar sua produção e articular-se em rede com vistas a buscar condições mais favoráveis à acumulação. (ANTUNES, 2009; SMITH, 1988; HARVEY, 2005). Esse novo estágio de acumulação que é hegemônico pelo capital financeiro, teve necessariamente de passar por um rearranjo espacial ordenado em rede, aumentando a fluidez no território, alterando hierarquias espaciais, reescalando-se, modificando as relações campo-cidade, em outros termos, o capital produtivo incorpora-se à lógica das finanças (MOREIRA, 2007). Foi possível por meio desse processo de reescalamento do capital, um rearranjo escalar no âmbito do capital, trabalho e Estado (BRENNER, 2013). Alves afirma que a fração financeira do capital se torna hegemônica devido, principalmente:

[...] as contradições materiais do processo de valorização do valor e da dinâmica da luta de classes, em que a derrota sindical e política, principalmente na década de 70, fortaleceu, numa situação de crise estrutural, as frações conservadoras capazes de promover um processo radical de reestruturação capitalista visando restaurar novos patamares de acumulação do valor (o que se verificou com a construção da hegemonia política neoliberal no interior da ordem burguesa mundial) (ALVES, 2013, p.113)

Como mostra os autores, essas transformações – especialmente no que tange ao mundo do trabalho - provocaram o aprofundamento da precarização do trabalho, da superexploração, do desemprego, da terceirização, da informalidade, do trabalho parcial, *part-time*, etc. ao mesmo tempo em que as desigualdades raciais e de gênero são aguçadas e reconfiguradas. Os efeitos sobre mulheres e homens foram desiguais, segundo Helena Hirata (2001/02),

em relação ao emprego durante os anos 90, houve um aumento significativo do trabalho remunerado e do emprego entre as mulheres, no entanto, este crescimento veio sob o signo da precarização e da vulnerabilidade, segundo a autora “pode-se dizer que as desigualdades de salários, de condições de trabalho e saúde não diminuíram, e que a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente [...]” (HIRATA, 2001/02, p. 144).

Neoliberalismo e reestruturação produtiva foram dialeticamente espacializados, atendendo aos imperativos do metabolismo social do capital. Antunes argumenta que a reestruturação produtiva é a base material, podemos dizer, espacial, sobre o qual se estrutura e se respalda o projeto neoliberal:

Sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideopolítico neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a programática neoliberal, não foi difícil de se perceber que desde fins dos anos 70 e início dos 80 o mundo capitalista começou a desenvolver técnicas similares ao toyotismo. (ANTUNES, 2009, p.60)

As transformações socioespaciais profundas levadas pela crise estrutural do capital a partir dos anos 70 acarretaram no desmantelamento do Estado de bem-estar social estabelecido desde o pós-guerra. Como afirma Bihl (1998, p.76), a bandeira do neoliberalismo foi sendo propagandeada como a alternativa para a saída da crise, seu receituário alardeava o combate à inflação e o desmonte do Estado – por meio das privatizações.

A hegemonia do neoliberalismo foi possível após uma série de experimentos, de idas e vindas “[...] que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como Consenso de Washington” (HARVEY, 2008, p.23). A forma como ocorreu a neoliberalização em cada país depende de fatores tais como a formação socioespacial, o arranjo espacial, as forças políticas, a correlação de classes, os arranjos institucionais, por tais motivos, a análise socioespacial do neoliberalismo deve sempre levar em conta o desenvolvimento desigual do capitalismo em cada formação socioespacial.

O neoliberalismo, segundo Harvey (2008, p.12), pode ser entendido, primeiramente, como uma teoria das práticas político-econômicas, cujo objetivo estaria em propiciar o bem-estar social, a promoção de liberdades individuais e empreendedoras dos sujeitos por meio da liberalização dos mercados

e do comércio, assim como da garantia da propriedade privada. O papel do Estado estaria em criar um quadro institucional e normativo que garanta a liberdade de mercado, a estabilidade monetária e os direitos de propriedade. Harvey (2008) explicita que o projeto neoliberal tem um duplo sentido: 1) é um projeto utópico, pois propõe a reorganização do capitalismo, aplicar a reestruturação produtiva em todo o globo, tendo a centralidade do mercado e da concorrência nas relações socioespaciais; 2) também é um projeto político que tem por objetivo a restauração da acumulação capitalista sem limites, e o estabelecimento do domínio absoluto da burguesia, sob a hegemonia de sua fração financeira.

Christian Dardot e Pierre Laval (2016) por sua vez, afirmam que o neoliberalismo tem um significado ainda mais profundo, pois ele não se limita apenas a uma política econômica ou a uma ideologia, mas é sobretudo uma nova racionalidade. Enquanto racionalidade, entende-se que pretende organizar e estruturar a ação e a conduta dos seres humanos, governantes e governados (DARDOT; LAVAL; 2014). A racionalidade neoliberal estaria fundamentada em “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens [e mulheres] segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016; p.17), acréscimo nosso). Para os autores, a razão neoliberal impõe ao conjunto da sociedade a norma da concorrência generalizada e da lógica da empresa para conceber-se a si mesmo, levando as relações sociais capitalistas a sua forma mais acabada. O neoliberalismo torna-se, paulatinamente, hegemônico mundialmente, uma racionalidade que está presente e permeia todas as dimensões da totalidade concreta: seja sob o aspecto político, como econômico, do Estado, do social e até na subjetividade (DARDOT; LAVAL; 2016, p.16).

A ascensão do neoliberalismo se deu a partir de lutas e conflitos, principalmente com a outra corrente até então vigente, o keynesianismo. Harvey (2008) evidencia que a crise de acumulação dos anos 70 ameaçava o poder de classe das elites econômicas, principalmente nos países centrais, ao observar certo avanço dos partidos socialista e comunistas, dos sindicatos e movimentos sociais em torno de reformas sociais e intervenções estatais em prol da classe trabalhadora, também dos movimentos sociais em torno das lutas

por igualdade racial, da equidade entre homens e mulheres e liberdades sexuais.

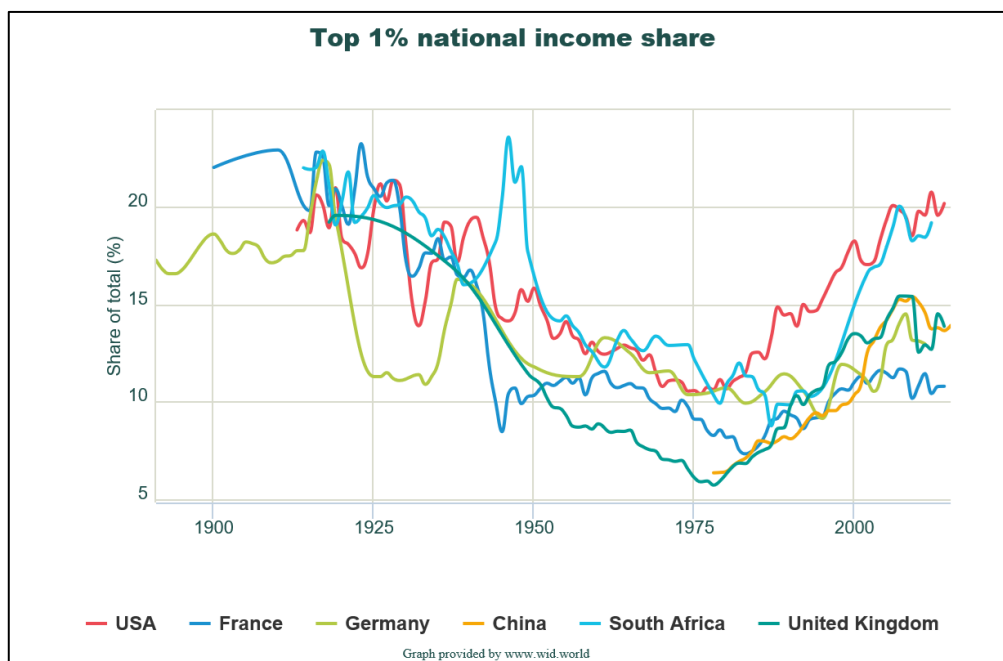
A melhor distribuição da riqueza gerada no período do *Welfare state* havia reduzido a desigualdade social, mas conforme Harvey (2008, p.25), quando os lucros começaram a se tornar escassas, “as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas”. Frente à ameaça política e econômica, as elites burguesas tinham que agir para reestruturar pacto entre capital, trabalho e Estado e restabelecer sua hegemonia de classe.

Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970 a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto do seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0.1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e salário dos CEO's (Chief Executive Officer) passou apenas de 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000. (HARVEY, 2008, p.26).

Segundo o banco de dados mundial sobre riqueza e renda - *World Wealth & Income*⁵ - Podemos notar, pelo gráfico 1, o aumento da concentração de renda no 1% mais rico em vários países. Após um período de declínio da concentração mais ou menos entre 1925 e 1970 houve uma retomada no crescimento nas taxas de concentração no 1% da população. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, essa fração da população detinha cerca de 11% da renda e passa para 20% em 2014.

⁵É possível acessar os dados em: <<http://wid.world/>>

Gráfico 1 - Evolução da parcela de renda dos 1% mais ricos – 1981 - 2014



Fonte: World Wealth & Income, 2017

As transformações neoliberais foram mais profundas e não se restringem apenas à dimensão econômica, ou seja, não estaríamos a falar apenas de uma crise de acumulação, mas conforme Dardot e Laval (2016), de uma crise de governamentalidade⁶, das formas de controle social: seria uma *crise da sociedade* neoliberal, baseada na generalização das relações mercantis e da norma da concorrência. A crise atual, portanto, seria fruto também da série “de normas que envolveram progressivamente todos os aspectos da atividade econômica, da vida social e das políticas dos Estados desde o fim dos anos 1970” (DARDOT; LAVAL; 2016, p. 28).

O Estado neoliberal deve garantir um ambiente de livre fluxo de capital, estimulando a competitividade. Como nos lembra Harvey (2008, p. 75-79), o neoliberalismo não faz desaparecer o Estado em relação ao capital, mas o

⁶Governamentalidade é um conceito fundamentado pelo filósofo e historiador Michel Foucault, amplamente explorado em sua obra *O nascimento da biopolítica* (2008). O conceito é retomado pelos autores Pierre Dardot e Christian Laval para explicar as formas e atividades de governo dos homens e mulheres, quer dizer as múltiplas formas de dirigir a conduta dos sujeitos, ou seja, de governá-los, e ao mesmo tempo de desenvolver entre eles um autogoverno, um autocontrole de si sob a regência de determinadas normas (DARDOT; LAVAL, 2016, p.18).

contrário, o Estado é fundamental, deve criar instituições que garantam as liberdades de mercado, a propriedade privada e retirar direitos sociais e trabalhistas. Mézáros na obra *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado* (2015) afirma que “[...] a crise estrutural de nossa época demanda por um envolvimento cada vez mais direto do Estado na sobrevivência direta do sistema” (MÉSZÁROS, 2015, p.27). Portanto, o Estado reafirma-se enquanto uma estrutura de comando político do metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2011b, 2015).

O argumento dos autores Pierre Dardot e Christian Laval é que o neoliberalismo criou um conjunto de regras e normas que levam as relações sociais capitalistas a sua forma mais acabada. O neoliberalismo, consolida-se como a nova razão do mundo.

Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização entre os ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas). (DARDOT; LAVAL; 2016, p.16).

Dardot e Laval (2016, p.16) argumentam que o neoliberalismo tende a um “fazer-mundo” cuja intencionalidade é a sua integração a todas as dimensões da existência humana. Nesse sentido, em Lefebvre (1992), o espaço é ao mesmo tempo a materialização da existência humana e socialmente produzido. Logo, podemos, portanto, afirmar que o neoliberalismo se propõe a produzir o espaço segundo sua racionalidade. A lógica da competição é generalizada às instituições de Estado, às relações econômicas e até subjetivas – obrigando cada indivíduo a comparar-se a uma empresa. As normas da competição tornam os laços sociais e de consciência de classe cada vez mais esfacelados, intensificando os processos de alienação e estranhamento identificados por Marx (2010). Por isto concordamos com a afirmação de Alves (2013, p.115) “O maior desafio histórico nos tempos de barbárie social é criar estratégias político-coletivas de defesa e afirmação da pessoa humana”

1.1.2. O neoliberalismo na América Latina

Como já dito, um marco fundamental de consolidação do neoliberalismo como uma nova ortodoxia foi o Consenso de Washington. Conforme relata Pereira (2010), em 1989 reuniram-se nos Estados Unidos os principais sujeitos políticos, econômicos e intelectuais da reestruturação neoliberal para avaliar os últimos anos e pensar os próximos passos de um acordo de reformas para a América Latina e Caribe, aprofundar suas ações e expandi-las para outras regiões. Estavam presentes o Departamento do Tesouro americano, o Banco Mundial, o FMI, o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e vários outros intelectuais. Pereira (2010, p.276), em sua análise sobre o período, destaca as principais medidas estipuladas no encontro de Washington: a) ajuste fiscal, com vistas a manter o controle inflacionário, estabilização monetária e enfoque nos altos superávits primários para aumentar a receita; b) reorientar gastos públicos para investimentos de alto retorno e em capital “humano”; c) reforma tributária para aumentar a base tributária; d) controle da taxa de câmbio para estimular as exportações; e) abertura comercial para estimular as importações; f) abrir o mercado para investimento externo direto; g) privatizações para reduzir o patrimônio estatal e estimular o investimento privado; h) desregulamentação da economia com vistas à redução de custos do capital privado; i) assegurar os direitos de propriedade privada para dar confiança a investimentos privados e estimular o mercado.

Como afirma Pereira (2010, p.277), o governo norte-americano passou a tratar com mais intolerância os países que assumiam um tipo de desenvolvimento capitalista mais nacional e passou a assumir uma forte ofensiva neoliberal especialmente na América Latina. Era um processo de reescalonamento do capital em curso, rearranjando as hierarquias de poder. A correlação de forças internas e externas, modifica-se, constituindo um novo bloco de poder, um bloco neoliberal.

[...] os processos de privatização, abertura comercial e desregulamentação da economia modificaram a configuração da propriedade e da riqueza, redefinindo o peso econômico e o político dos atores sociais e impulsionando novas articulações entre as burguesias locais e as forças mais dinâmicas da globalização financeira. (PEREIRA, 2010, p.278)

A reestruturação espacial do capital intensificou o papel internacional da América Latina como exportadora de matérias primas. Conforme Claudio Katz (2016, p.20), houve uma valorização das *commodities* na economia regional, favorecendo uma especialização da exportação em detrimento do abastecimento local. Segundo o autor, a intensa entrada de capital externo é um elemento determinante para a valorização das exportações e da manutenção da dependente economia latina, a título de exemplo, só em 2012, houve uma entrada de US\$ 173 bilhões, superando em 6% o ano de 2011 e o dobro do começo da década (KATZ, 2016, p.26).

Houve também uma mudança na correlação de forças, pois as velhas oligarquias rurais, por volta da década de 60, associam-se às grandes empresas do agronegócio para promover um processo de modernização conservadora da agricultura. As burguesias locais ainda hoje estão associadas às grandes empresas estrangeiras ligadas ao agronegócio e aprofundam o processo de dependência regional. “A burguesia local tem estreitado vínculos com o capital estrangeiro, mas não desaparece como um segmento diferenciado. Mantém pretensões de acumulação própria que ultrapassa o âmbito nacional que se projetam ao cenário regional” (KATZ, 2016, p.28). Apesar de ainda mais subordinada ao capital internacional, as burguesias internas não são simplesmente manipuladas pelos interesses imperialistas, mas operam como classe dominante, “Atuam como classes capitalistas que combinam o usufruto da renda agromineradora com mais-valia extraída dos trabalhadores” (KATZ, 2016, p.30).

Antunes (2011) destaca que a reestruturação produtiva e o neoliberalismo trouxeram consequências devastadoras para a classe trabalhadora latino-americana, especialmente no México, Colômbia, Chile, Argentina, Brasil, etc. Destaca de um lado a ampliação da precarização do trabalho, terceirização, desemprego, trabalho temporário, trabalho parcial, aumento da fome e da miserabilidade, também podemos falar no aumento das desigualdades sociais/gênero/raça, a intensificação dos conflitos por terra/água, dos conflitos militares, a repressão aos movimentos sociais, a exploração dos recursos naturais. Implicou também em impactos nas organizações da classe trabalha-

dora como um todo, sindicatos, partidos e movimentos sociais, pois as transformações no arranjo espacial complexifica as relações trabalho, capital e Estado, mas também transformou a composição da classe trabalhadora, deixando-a multifacetada e complexa (ANTUNES, 2009). A crise estrutural evidencia o caráter destrutível, incontrolável e irreformável do metabolismo social do capital e, portanto, a necessidade da construção de alternativas sociometabólicas viáveis baseadas na igualdade substantiva, no desenvolvimento sustentável tornam-se alarmantes.

Como já dissemos, a aplicação da agenda neoliberal ganhou um grande impulso após o consenso de Washington. As instituições gêmeas de Bretton Woods⁷, o FMI e o BM, junto à OMC, tiveram um papel protagonista tanto na espacialização como na aceitação do neoliberalismo no mundo, concedendo empréstimos aos países da periferia do capitalismo na Ásia, África, América Latina e impondo a agenda de reformas neoliberais aos países credores (PEREIRA, 2010). Tratava-se de aprofundar a dependência das economias latinas aos interesses dos EUA. Também podemos afirmar que a disseminação do neoliberalismo visava aprofundar a influência política do imperialismo norte-americano na região (MONDRAGON, 2007; HARVEY, 2014; PEREIRA, 2010; MARTINS, 2011).

É sob esse conjunto de preceitos neoliberais que o Banco Mundial concebe a política agrária em seu conjunto de políticas, assim como sua proposta de CRAM. Nossa hipótese é de que a CRAM seria uma dimensão da crise estrutural do metabolismo do capital. Incapaz de tolerar limites à sua expansão, o sociometabolismo do capital tem de subordinar às mediações secundárias todas as dimensões da vida (LIMA, 2017). Frente aos impactos causados pela crise estrutural e pela dinâmica da luta de classe, o tema da reforma

⁷A conferência de Bretton Woods ocorreu em 22 de julho de 1944 em meio a 2ª Guerra Mundial, reunindo por volta de 45 países com o objetivo de definir os rumos da economia global após a guerra. Para Pereira (2010, p.97-105) o encontro foi caracterizado pela definição da hegemonia dos Estados Unidos da América na condução da reconstrução política e econômica do pós-guerra. Neste momento foram criadas as instituições multilaterais, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, a tríade que sustentaria dali por diante a construção da hegemonia norte-americana.

agrária é capturado pelo metabolismo do capital para sujeitá-lo aos novos *imperativos* do sistema, onde a terra deve subordinar-se a lógica de mercado. Aprofundaremos este debate no próximo capítulo deste trabalho.

1.1.3. **Ascensão e crise do neodesenvolvimentismo e a retomada do neoliberalismo na América Latina**

Durante a segunda metade dos anos 90 na América Latina, o neoliberalismo mostrava impactos regressivos, altas taxas de inflação, endividamento, ampliação das desigualdades, entre outros efeitos devastadores. Grandes manifestações populares e críticas ao modelo estabelecido abalaram o paradigma neoliberal no final dos anos 90, levando a vitória de governos progressistas na Venezuela, Bolívia, Paraguai, Honduras, Uruguai, Equador, Argentina e Brasil. Para Harnecker (2018, p.29-44) este um período de perda de legitimidade do neoliberalismo. A autora elenca algumas lutas sociais importantes para serem destacadas: o *caracaço* na Venezuela em 1989; as lutas indígenas no Equador nos anos 90; a mobilização dos mapuches no Chile que se inicia nos anos 90 e dura até os dias atuais; em 1992 a vitória do Plebiscito contra a privatizações no Uruguai; o levante do Exército de Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México em 1994; as lutas camponesas no Brasil, em especial o papel exercido pelo MST na luta anti-neoliberal; a Guerra da água na Bolívia em 1999; no Brasil, a vitória do Plebiscito contra a dívida externa e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) entre 2000 e 2002; as mobilizações populares em 2001 e 2002 na Argentina que levaram à queda de quatro presidentes entre 2001 e 2002; já em 2006 as lutas estudantis no Chile, a rebelião em Oaxaca no México e a mobilização dos “foragidos” no Equador no mesmo ano.

Conforme Katz (2016) as grandes mobilizações não levaram a processos de construção de um forte bloco socialista, mas fortaleceram um bloco de governos de caráter neodesenvolvimentista⁸, retomando a indução do Estado na política econômica e do crescimento econômico, e na aplicação de políticas de distribuição de renda. Harnecker (2018, p.72), por sua vez, avalia que

⁸Voltaremos a tratar melhor sobre o neodesenvolvimentismo no capítulo posterior, uma vez que iremos caracterizar os governos brasileiros que adotaram essa política.

governos como Brasil, Argentina e Uruguai não rompem com a política neoliberal, mas possuem uma ênfase social – configurando o que Kartz chama de bloco neodesenvolvimentista. Ainda para Harnecker (2018, p.73), surgiram governos que rompem com as políticas neoliberais e que se apoiam em ampla mobilização popular, como na Venezuela, na Bolívia e no Equador, que possuem um direcionamento estratégico revolucionário, que Katz, por sua vez, identifica como socialistas.

Mesmo sob a hegemonia do neoliberalismo, os países neodesenvolvimentistas promoveram esforços que serviram de espaços alternativos às novas configurações de poder global. Este bloco foi construindo relações entre os países a partir de uma perspectiva sul-sul e modificando o padrão hegemônico de relações norte-sul, fortalecendo mercados regionais como o Mercosul e economias com a perspectiva de desenvolvimento interno. Isso levou a um distanciamento, mas não o rompimento político com os países imperialistas, sobretudo os EUA e com as instituições gêmeas de Bretton Woods. A entrada e o fortalecimento dos BRICS⁹, a criação em 2014 do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos BRICS, evidencia essa nova correlação de forças no cenário mundial.

Um novo ciclo neoliberal ocorre atualmente na região levando Argentina e Brasil a retomarem a agenda neoliberalizante e a uma grande ofensiva contra a Venezuela. A crise financeira de 2008 levou as forças do imperialismo e do capital financeiro a um novo ajuste espacial (HARVEY, 2010) onde a América Latina tem um papel estratégico na acumulação. Intensificar a superexploração do trabalho, apropriar-se da terra e dos recursos naturais, obter o controle da condução do Estado, enfraquecer as resistências ao modelo hegemônico são imperativos para o metabolismo social do capital. Apesar de ter saído vitorioso nas eleições diretas para presidente na Argentina, a política de escalas utilizadas pelo capital para tal são variadas, incentivando protestos, dissidências políticas, espionagens, perseguições de lideranças populares, golpes de Estado, e mais recentemente podemos destacar os golpes parlamentares, como no caso de Honduras em 2009, contra as reformas e política

⁹ Os BRICS são um bloco de cooperação dos países considerados de economia emergente ao mundo desenvolvido, ele é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

externa de Zelaya, no Paraguai com Lugo em 2012, e do Brasil em 2016 com Dilma Rousseff e ao acirramento do bloqueio imperialista a Venezuela (KATZ, 2016).

O contexto da América Latina demonstra que a crise estrutural retirou do horizonte do metabolismo social os direitos universais concebidos no seio do pensamento iluminista e intensifica o caráter incontrolável e destrutivo do sociometabolismo do capital. Tendo isso em vista, passamos para a caracterização da agenda do BM para o continente e seu programa agrário.

1.2. **O Banco Mundial e a Contrarreforma Agrária de Mercado**

O BM é um agente produtor do espaço que atua em escala mundial, articulando diferentes escalas para territorializar ações nacionais, regionais e locais (SANTOS, 2013, p.152-153). A necessidade de aplicar a estratégia neoliberal obriga-o a passar por um processo de reescalamento, pois era imperativo incidir no espaço e realizar uma nova política de escalas, agora sob os marcos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo. Para Souza, baseando-se em Neil Smith, a política de escalas é entendida no seguinte sentido (SOUZA, 2013, p.196):

[...]a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações diversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados, etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças, etc.)

Alguns elementos dessa política de escalas já destacamos nos itens anteriores, tais como: a hegemonia do poder de classe burguês na condução do Estado, capitaneado pela sua fração financeira; a aliança entre as burguesias internas dos países periféricos ao capital internacional; uma política mais agressiva em relação aos países com perspectiva de desenvolvimento nacional, fortalecendo uma política de economias dependes aos países centrais, em especial aos EUA; mudanças nos marcos político-institucionais dos Esta-

dos com o objetivo de uma ampla agenda de privatizações, redução do patrimônio público, de direitos trabalhistas, etc. e do fortalecimento de instituições com vistas a garantir a concorrência de capitais.

Conforme Pereira (2010, p.279-302), seguindo as orientações dadas no consenso de Washington, o BM constrói três ações estratégicas que serviriam de referência para sua atuação nos anos 90: 1) O alívio à pobreza; 2) a mudança do papel do Estado e 3) a governabilidade. Na segunda metade dos anos 90, uma série de motivos levaram o BM a rever seu programa, reorientar sua política de escalas e a passar por um novo reescalonamento. Pereira (2006) destaca neste cenário de mudanças: a) os efeitos socialmente regressivos estavam intensificando conflitos sociais; b) os governos que adotaram as políticas neoliberais padeciam de baixa popularidade, prejudicando o prosseguimento da agenda; c) o baixo crescimento dos países neoliberais em relação, por exemplo, aos países asiáticos que tinham optado por um modelo de desenvolvimento capitalista nacional; d) o México, que era um modelo para o banco e para o FMI, passava pela insurreição do zapatista em 1994 por uma grave crise financeira.

Para aprofundar a neoliberalização, garantir a acumulação do capital e a hegemonia das classes dominantes, o BM advoga um novo conjunto de políticas intituladas de reformas de 2ª geração (PEREIRA, 2006; RAMOS FILHO, 2013). No início de 1996, o BM elabora três novas medidas estratégicas (PEREIRA, 2006, p.16-17; 2010, p.383-410): 1) a reforma do Estado; 2) o combate à pobreza e 3) a liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito. Tanto as ações das reformas de primeira geração como as de segunda geração, podem ser comparadas no quadro abaixo.

Quadro 1 - Ações estratégicas adotadas pelo Banco Mundial

AÇÕES ESTRATÉGICAS			
Reformas de 1ª geração (1990-1995)		Reformas de 2ª geração (a partir de 1996)	
Alívio da pobreza	O conceito separa a política “econômica” da política “social”. Tem a centralidade no crescimento econômico. Entende-se que o desenvolvimento econômico pode trazer “custos sociais” que devem ser combatidos de forma focalizada e compensatória para prover recursos básicos (saúde, educação, moradia etc.) e propiciar aos <i>indivíduos</i> às condições para competir no mercado, todavia, tais políticas estão dependentes do crescimento econômico. Os recursos destinados às políticas são como gotejamentos do crescimento, espera-se a “garrafa” da economia encher, o que transbordar deve ser destinado à política social.	Combate à pobreza	Também são políticas paliativas e focalizadas para a redução da pobreza. No entanto, aqui incorpora as parcerias-público privadas, envolvendo empresas, Organizações Não-Governamentais (ONG’s). Diferente do “gotejamento”, espera-se com o combate à pobreza programas de governo voltados especificamente para a redução desta. Com essa política o banco visa ajustar ainda mais a política social à agenda neoliberal
Mudança no papel do Estado	Tem o objetivo de acelerar os ajustes estruturais e a desregulamentação financeira. É um rearranjo institucional à serviço do mercado. Devendo adotar uma política que “harmonize” com o mercado e permita a maximização da concorrência entre os agentes econômicos	Reforma do Estado	Adota-se a ideia de <i>Estado eficiente</i> ao contrário do conceito de Estado mínimo. Deve fortalecer as instituições, assegurar direitos de propriedade, realizar uma reestruturação institucional, descentralização administrativa, aprofundar as privatizações e ampliar arranjos “público-privados”.
Governabilidade	É uma redefinição da forma de governar as reformas estruturais, seria um elo entre o alívio da pobreza e a remodelagem do Estado	Liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito	Privatização e liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito, até então eram pouco focalizados pelo banco. Agora eram incorporados dotados de evidente racionalidade neoliberal, ou seja, adotar a norma da competitividade nestes recursos.

Fonte: Pereira, 2010; Org: Lima, Rodolfo de Souza, 2018

Nesse novo conjunto de ações estratégicas delineadas nas reformas de 2ª geração, o banco desenha uma nova agenda de desenvolvimento para a América Latina. É importante analisar esse conjunto de ações, pois neste momento se incorpora o tema da reforma agrária à agenda de desenvolvimento. No relatório *Uma longa marcha: uma agenda de reformas para América Latina e Caribe na próxima década*¹⁰ (BURKI; PERRY, 1997, tradução nossa), indicam-se quais reformas os governos latinos tinham que adotar para percorrer “a longa marcha” para o desenvolvimento, destacando-se os seguintes estratégias:

a) os governos devem consolidar uma estabilidade macroeconômica, pois a estabilidade potencializaria investimentos e o crescimento econômico, o BM critica políticas que podem trazer uma turbulência no ambiente macroeconômico tais como aquelas que poderiam violar “termos de troca e taxas de câmbio reais voláteis que resultaram, em parte, de políticas fiscais e monetárias instáveis e da adoção de regimes de taxas de câmbio insustentáveis” (BURKI; PERRY, 1997, p.1). As soluções apontadas pelo banco para restaurar a saúde econômica seriam ajustes fiscais, desregulamentação do mercado financeiro, abertura ao capital externo, liberalização do mercado de terra e trabalho.

b) reformas estruturais para acelerar o crescimento, garantindo direitos de propriedade, aprimorando a eficiência das instituições (sic), aprimorando os mercados financeiros, terra, trabalho, etc.; trata-se de realizar reformas que abram o mercado para trocas internacionais, que aumentem o bom funcionamento dos mercados financeiros, liberalizem o mercado de trabalho, ampliem o “bom uso” dos recursos públicos. As reformas também devem forjar uma ação pública baseada na governança, ou seja, incorporar uma racionalidade empresarial baseada na eficiência e credibilidade, com vistas a garantir aos agentes privados um ambiente de proteção à propriedade privada, aos contratos e correção das imperfeições do mercado.

c) definir prioridades estratégicas para o crescimento econômico, em quatro áreas, além da consolidação de um ambiente macroeconômico seguro,

¹⁰ Original: *A long march: A reform agenda for Latin America and the Caribbean in the next decade*

(BURKI; PERRY, 1997, p.63): 1) investimento na qualidade do desenvolvimento humano; 2) acelerar o desenvolvimento do setor financeiro; 3) melhorar o ambiente legal para o desenvolvimento do setor privado; 4) aumentar a eficiência e a governança do setor público.

d) reduzir a pobreza por meio de políticas focalizadas e mitigatórias, nesse sentido, acesso a crédito e a terra foram entendidos como formas de “aliviar a pobreza”. Nesta fase o entendimento sobre a relação entre crescimento e pobreza se ajusta ao entendimento proposto nas reformas de 2ª geração (BANCO MUNDIAL, 2009, p.138; BURKI; PERRY, 1997; DENINGER; SQUIRE, 1997). A perspectiva adotada era de que a pobreza, a concentração fundiária, - e posteriormente - a desigualdade de gênero, eram obstáculos para o crescimento econômico, todavia, a superação destes obstáculos somente seria possível por meio do crescimento. O Banco associa a superação da pobreza com o crescimento econômico. Isso significa que crescimento e redução da pobreza são diretamente proporcionais. Todo o escopo de transformação proposto está subordinado à perspectiva da racionalidade neoliberal, à sua dependência às mediações de segunda ordem, à produção capitalista do espaço em sua etapa de crise estrutural. Trata-se de uma concepção idealista de superação da pobreza, pois o modelo interpretativo do banco não leva em consideração as relações concretas de produção do espaço.

1.2.1. **Política de terras e a “reforma agrária à luz do mercado”**

É neste interim que o tema da reforma agrária é retomado pelo BM. Os conflitos territoriais pela terra, a repercussão internacional dos movimentos camponeses, o aumento da concentração fundiária, a ampliação de camponeses sem-terra, da fome e da miséria no campo, os impactos da agenda neoliberal fizeram o banco retomar esse tema considerado pelo *establishment* tão controverso. No entanto, como afirma Pereira (2004), a reforma agrária do BM é subordinada a uma agenda agrária “pró-mercado” mais ampla, e deveria, portanto, estar articulada a sua estratégia neoliberal: estimular o mercado de terras; as relações de arrendamento; a desestatização e a descoletivização das propriedades rurais; privatizar direitos de propriedade, entre outros mecanismos.

A essa agenda agrária, destacam-se dois objetivos principais: 1) administração de terras que pretende emplacar uma reforma político-administrativa no âmbito do Estado, fortalecendo os setores jurídico, administrativo, tributário e institucional, incentivando a descentralização administrativa e parcerias público-privadas, trata-se de incorporar ao Estado as normativas neoliberais para o desenvolvimento rural; 2) a reforma agrária à luz do mercado ou assistida pelo mercado, que aprofundaremos a seguir.

No livro *Política fundiária para o crescimento e redução da pobreza*¹¹ (BANCO MUNDIAL, 2003), como descrito no título, o banco realiza uma vinculação entre as políticas fundiárias com o crescimento econômico e a redução da pobreza. O livro destaca, entre outros aspectos, três elementos que a política de terras adequada ao mercado pode trazer para o crescimento econômico, uma boa governança e a redução da pobreza: a) garantir a *segurança jurídica* da propriedade privada, pois traz bem-estar para os pobres e estimula-os a investimentos produtivos; b) facilitar a troca e a distribuição de terras, aprimorando o mercado de terras e disponibilizando crédito para famílias pobres; c) orientar a ação governamental para a distribuição de terras com demanda social, seja na descoletivização e privatização de terras comuns, na redução de conflitos por terra, no zoneamento e georreferenciamento das propriedades, seja com uma política de reforma agrária orientada para o mercado.

Baseando-se no quadro estabelecido pela política de terras, o Banco constrói sua proposta de reforma agrária. No entanto, o modelo não ia ser aceito sem antes fundamentar-se em bases conceituais e discursivas adequadas à racionalidade neoliberal. Para isso, o BM, de um lado, realizou uma crítica ao modelo “tradicional”, “conduzido pelo Estado” ou também chamado de “desapropriativo”, de outro, passou a advogar um novo modelo, denominado de “à luz do mercado”, “conduzido pela comunidade”, para os países credores com alta concentração fundiária e conflitos fundiários.

A crítica do modelo tradicional era necessária para deslegitimar a ação do Estado na desapropriação e na redistribuição fundiária. Burky e Perry (1997, p.97) apontavam que a crítica do banco era de que o modelo tradicional

¹¹ *Land policies for growth and poverty reduction*

era conflituoso e estava atrasado em relação ao novo estágio do desenvolvimento do capitalismo:

Com o tempo, o modelo desapropriativo começou a ser visto por muitos como excessivamente custoso, exigente em termos de assistência técnica complementar, e não menos importante, como simplesmente não viável politicamente dada a constelação de forças políticas na maioria dos países da região¹² [...] (BURKY; PERRY, 1997, p.95, grifo nosso, tradução nossa)

Pereira (2006, p.23-24, 2004), sistematizando a literatura publicada pelo banco, afirmando que as críticas estavam direcionadas para a substituição de outro modelo, dito tradicional ou desapropriativo. Vejamos: 1) a reforma agrária tradicional era conflituosa, pois ao confiscar a propriedade, os grandes proprietários se insurgiam; 2) é financeiramente insustentável, uma vez que as políticas econômicas distorcem o preço da terra, fazendo-a serem adquiridas a preços acima do mercado; 3) impede o livre funcionamento do mercado, emperrando arrendamentos, compra e venda de terras; 4) seria coercitiva, portanto ao mesmo tempo em que leva a processos judiciais prologados, paralisam a criação de assentamentos; 5) é conflituosa, pois estimula que somente propriedades que são alvo de ocupação são objetos de desapropriação; 6) é conduzido pelo Estado, não traduzindo a demanda real do campesinato, gerando distorções na economia; 7) não conseguiu cumprir a redistribuição de terras para o campesinato; 8) a aquisição de terra ocorrem sem planejamento prévio; 9) é um modelo centralizado, estatista, burocrático, que impede a participação social; 10) teria se reduzido somente a desapropriação, esquecendo-se de políticas agrícolas necessárias ao desenvolvimento dos assentamentos; 11) os proprietários ineficientes ficariam presos, as medidas restritivas retiram a opção de vender a propriedade ou arrendá-las; 12) é um modelo nacional-desenvolvimentista, incompatível com a neoliberalização; 13) não teria permitido o desenvolvimento rural e a eliminação da pobreza.

¹² Original: "Over time, the expropriation model came to be seen by many as excessively costly, as demanding too much in the way of complementary technical assistance, and not least, as simply not viable politically given the constellation of political forces in most of the countries of the region [...]" (BURKY; PERRY, 1997, p.95)

Para deslegitimar e negar o modelo “tradicional”, a crítica “[...] se faz de maneira abstrata e homogeneizadora, deslocada da análise concreta dos processos de luta social dos quais resultaram reformas agrárias de diferentes configurações” (PEREIRA, 2004, p.86). Portanto a reforma agrária do BM se baseia fundamentalmente na negação de um outro modelo: a “reforma agrária à luz do mercado” .

Realizada a crítica ao modelo tradicional, opera-se a divulgação de outro modelo, agora sob os marcos da orientação neoliberal. A “nova” proposta se baseia na relação de compra e venda de terras entre famílias camponesas sem-terra e proprietários. Em outras palavras, nada mais é do que a concessão de financiamentos para famílias camponesas empobrecidas para a compra de terras, subsídios para infra-estrutura e serviços privados (PEREIRA, 2006, p.24-25). Enquanto os proprietários são pagos previamente pelas propriedades que são vendidas à preço de mercado, as famílias mutuárias são responsáveis pelo custo integral - ou em alguns casos, da maior parcela – da compra. A organização das famílias para compra depende dos projetos aplicados em cada país, mas sua forma é sobretudo individual ou por meio de associações comunitárias.

Enquadrada na estratégia de redução da pobreza e da política de terras, a “reforma agrária à luz do mercado” do BM promoveria a redução da desigualdade e estimularia o crescimento econômico, dinamizando o mercado de terras.

Podemos elencar 9 fatores que o BM consideram importantes para advogar que seu modelo seria superior ao desapropriativo (PEREIRA, 2004, p. 87-96): 1) está baseada numa *relação mercantil voluntária* entre compradores e vendedores – *willing-sellers/willing-buyers* -, isso evitaria conflitos e seria mais compatível com o livre funcionamento do mercado; 2) a seleção e a oferta de terras seria coordenado, *dirigido pela demanda (demand-driven approach)* e não mais pelo Estado, nesse sentido seria menos custoso; 3) é *associativo*, portanto estimula as relações comunitárias; 4) promove a *auto-seleção*, os mutuários teriam a coordenação de todo o processo de seleção das terras; 5) deve possuir uma estrutura política-institucional descentralizada, fortalecendo relações entre mutuários e gestores locais, desburocratizando a

aquisição das terras e promovendo a participação comunitária; 6) intensifica a *privatização* e as relações público-privadas; 7) potencializa o desenvolvimento produtivo dos empreendimentos, por meio da titulação da propriedade e da concessão de créditos para projetos socioproductivos; 8) estimula o mercado de terras, melhorando a eficiência econômica do desenvolvimento rural; 9) também incita o mercado financeiro rural, pois demanda créditos e títulos de propriedade.

O fundamento da reforma agrária do Banco Mundial baseia-se na centralidade do mercado como mecanismo de superação da pobreza. Como o mercado é um território sob o domínio do capital e se fundamenta no dinheiro, no lucro e na competição, “sugeri-lo como possibilidade para a recriação do campesinato, expressa a intencionalidade de promover a sua subordinação ou manter sua exclusão” (RAMOS FILHO, 2013, p.31).

Apesar do discurso de agilidade, modernidade, de redistribuição de riqueza, o principal objetivo da reforma agrária assistida pelo mercado é o estímulo ao mercado de terras. Críticos a este modelo, uma série de intelectuais populares tem denominado este projeto de Reforma Agrária de Mercado (RAM) (SAUER, 2010; PEREIRA; 2004, 2006, 2010; RAMOS FILHO, 2008). A RAM foi aplicada em países da Ásia (Indonésia, Tailândia, Filipinas e Índia), da África (África do Sul, Malauí e Zimbábue) e da América Latina (México, Guatemala, Colômbia, El Salvador, Honduras e Brasil) (RAMOS FILHO, 2013, p.33). A intensidade, a forma, o nível de adaptação e a permanência desses projetos dependeram de fatores como a questão agrária, a luta de classes, a formação socioespacial e a conjuntura política de cada país (PEREIRA, 2004; RAMOS FILHO, 2013). Ramos Filho (2013, p.34) argumenta que as lutas de classe entre capital e campesinato nesses países se desenvolveram no sentido de que enquanto os capitalistas se apoiavam no receituário neoliberal, os camponeses por meio de suas organizações -sindicatos, associações, movimentos sociais - visavam pressionar o Estado para a realização de reformas agrárias. Nesse sentido, a reforma agrária do BM, não visa a democratização do acesso à terra, mas desarticular os movimentos camponeses; conter conflitos territoriais; desestimular lutas sociais camponesas e indígenas; favorecer grandes proprietários por meio da venda de terras a preço de mercado; endividamento de milhares de famílias camponesas que ficam subordinadas ao

capital financeiro. Trata-se, portanto, de uma contrarreforma. Intelectuais e movimentos camponeses vem chamando o programa do BM de Contrarreforma Agrária de Mercado (CRAM) (RAMOS FILHO, 2013; VIA CAMPESINA, 2006; OLIVEIRA, 2005). Em outras palavras, a CRAM é um estratagema espacial do capital com vistas conter e aniquilar o estratagema espacial do camponato e aprofundar seu controle sobre o território.

1.2.2. **Acesso à terra e abordagem de gênero do Banco Mundial: o patriarcado mascarado**

Vamos nos atentar brevemente à abordagem de gênero do banco para entendermos sua influência na elaboração de políticas públicas para a superação da desigualdade entre homens e mulheres, mais especificamente no que tange ao espaço rural e às mulheres camponesas. Notamos em outros relatórios a presença da discussão de gênero dentro da política de terras – como a reforma agrária à luz do mercado – contudo, de forma muito esparsa e pouco sistemática (BANCO MUNDIAL, 2003; 2009). A importância de trazer este tema aqui também tem outras duas motivações. A primeira é que apesar de estar presente e ter um vasto material sobre o assunto, no Brasil ele é pouco explorado nos estudos de Geografia quando vão analisar a política fundiária do Banco Mundial. A segunda é que as orientações do Banco possuem um poder de influência considerável nas políticas públicas. Nesse sentido, trataremos algumas ideias centrais presentes no livro *Gender in agriculture Sourcebook* (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009)¹³ que orienta as políticas de gênero para a agricultura: terra e gênero devem se subordinar a agenda neoliberal.

É importante destacar que o banco aceita que há desigualdade de gênero na sociedade, que se traduz em uma assimetria na renda, riqueza e posse de terras entre homens e mulheres. Esta admissão, perpassa sobretudo a ascensão das lutas dos movimentos feministas por todo mundo que

¹³O referido texto é escrito em uma parceria envolvendo o Banco Mundial, a FAO e o FIDA com o objetivo de orientar uma agenda reformas que visem de modificar as ações governamentais e as políticas públicas voltadas para superar a desigualdade de gênero no campo.

pressionam as instituições e governos a tomarem ações que visem a equidade de gênero. Mas como uma instituição do *establishment* capitalista, ela deve ser moldada para atender a racionalidade neoliberal.

Na concepção do Banco, entende-se que tal fator seria um obstáculo ao crescimento econômico por limitar as condições de competitividade. De tal modo que dentro do escopo de políticas de redução da pobreza, incorpora-se a questão de gênero a uma série de políticas focalizadas e mitigatórias para sua superação. Em outras palavras, o BM adequa sua política de gênero a sua agenda neoliberal mais ampla. O conceito de gênero utilizado é entendido como: “ a definição de gênero usado neste Livro de referência são os atributos e oportunidades econômicas, sociais, culturais associados ao fato de ser homem ou mulher”¹⁴ (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.2, *tradução nossa*).

Parte-se do princípio que as recentes transformações na agricultura levadas pela globalização e a liberalização dos mercados trazem grandes oportunidades para as mulheres. No entanto, concomitantemente, podem trazer dificuldades para a inserção das produtoras empobrecidas, menos capacitadas, com menos recursos, informação, educação, etc. para se tornarem hábeis para competir em termos de custos e preços com grandes produtores (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.1). Trata-se, portanto, de como capacitar as mulheres para competir no mercado em iguais condições com demais produtores.

São elencados quatro motivos pelos quais as questões de gênero devem ser incorporadas na agenda de desenvolvimento dos países (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.2): 1) é crucial para o desenvolvimento e a eficiência econômica; 2) as desigualdades de gênero, no que tange à distribuição de recursos, como terra, renda, etc. podem trazer impactos negativos nos resultados do desenvolvimento; 3) os papéis e as questões de gênero podem afetar a segurança alimentar e o bem-estar doméstico; 4) a igualdade de gênero é um direito humano básico.

¹⁴ Original: “The definition of *gender* used in the *Sourcebook* is the economic, social, political, and cultural attributes and opportunities associated with being man or woman” (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.2)

Para orientar as políticas e a superação da desigualdade de gênero parte-se da Abordagem de Meios Subsistência Sustentáveis (*Sustainable Livelihoods approach*)¹⁵(BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009). Esta abordagem compreende a importância de se analisar: a) acesso e controle a recursos humanos, naturais e capital, as diferenças de gênero ao acesso à esses recursos indica assimetrias de poder entre homens e mulheres; b) acesso a mercados, pois seriam fontes de renda e recursos c) as condições de risco e vulnerabilidade socioambientais que estas mulheres estão expostas; d) acesso à educação, informação e organização, uma vez que a disponibilidade a estes recursos afetam o acesso a mercados e a recursos. Estes quatro itens devem estar articulados às políticas e às instituições nos níveis global, nacional e local.

No argumento do BM, a importância da política de terras se encontra especialmente na garantia do direito à terra a mulheres, pois possibilita um ganho no controle da renda gerada na agricultura, acesso a créditos, maiores ganhos nos negócios e mercados de trabalho (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.126). Nesse sentido, é necessário enquadrar a equidade de gênero nas seguintes ações (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.125-172): 1) fortalecer um quadro institucional, políticas e leis destinadas aos direitos das mulheres; 2) implantação de uma abordagem de gênero na administração da terra; 3) estabelecer o critério de equidade de gênero nas políticas de titulação de terras; 4) na política de redistribuição de terras, reforma agrária, ter uma abordagem de gênero bem delineada.

Então como as mulheres podem obter terra ou direitos de propriedade? Existem as formas historicamente estabelecidas como casamento, herança, etc. – que devem passar por um quadro legal e, também por um marco regulatório generificado. Também há possibilidade de se obter terra e direitos de propriedade pelo mercado. Esta é a dimensão sobrevalorizada pelo Banco. Contudo, também é possível por meio de ações do Estado na alocação e distribuição de terras.

¹⁵Abordagem de Meios Subsistência Sustentáveis foi desenvolvida e popularizada pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido.

A Contrarreforma Agrária de Mercado do Banco Mundial cumpriria essa função de reduzir a desigualdade de gênero e promover o crescimento econômico, ao possibilitar o acesso à terra, a direitos de propriedade e capital. Conseqüentemente, fortaleceria o empoderamento e inseriria as mulheres num mercado competitivo. Vale ressaltar que admitem que sua proposta “mercadológica” também tem limites, pois as mulheres historicamente têm dificuldade de obter crédito, logo segundo o banco, o principal impedimento para as mulheres não conseguirem acesso ao mercado de terras e à reforma agrária “assistida pelo mercado” é a desigualdade de renda entre homens e mulheres (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA, 2009). Apesar desta importante ressalva, a alternativa das mulheres ainda estaria submetida à lógica sociometabólica do capital, no qual o mercado ainda é considerado um território privilegiado para a (re)produção social. Segundo seus ideólogos “As terras adquiridas pelas mulheres no mercado muitas vezes escapam às restrições e limitações impostas às terras consuetudinárias por famílias e linhagens dominadas por homens”¹⁶ (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.138, tradução nossa).

Na concepção do BM a reforma agrária tradicional, desapropriativa, historicamente não teria incluído as mulheres na elaboração, participação e implantação das políticas. O modelo desapropriativo mantém a propriedade sob o jugo do Estado, não permitindo a essas mulheres utilizar seu direito à propriedade como capital, ter acesso a crédito e ao arrendamento – o que poderia resolver os problemas sob ótica do capital, mas não o das mulheres camponesas.

Este importante “descobrimento” do BM – descobrimento nada novo, uma vez que uma ampla gama de estudos feministas já alertava para a histórica desigualdade entre homens e mulheres -, não podemos deixar de destacar, rapidamente devido as limitações deste trabalho, alguns elementos cruciais que fazem da política de gênero do banco uma ideologia burguesa, que visa a permanência das desigualdades.

¹⁶ Original: “Land acquired by women on the market often escapes the restrictions and limitations placed on customary land by men-dominated family and lineages” (BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA; 2009, p.138).

Para Saffioti (2015, p.141) não podemos utilizar o conceito de gênero separado do conceito de patriarcado. Pois este último, ao contrário do primeiro, permite perceber que há um sistema de dominação-opressão, historicamente construído, dos homens sobre as mulheres. O problema do conceito de patriarcado e gênero utilizados pelo banco é que eles são considerados estruturas de poder não articulados entre si e ao modo de produção, ao sociometabolismo do capital. Em outras palavras, é como se o patriarcado não estivesse imbricado ao capitalismo e fosse um conjunto de valores e práticas não compatíveis a sociedade de mercado. Concordamos com Saffioti, que no livro *A mulher na sociedade de classes* (SAFFIOTI, 2013) faz uma longa pesquisa na qual demonstra que o sociometabolismo do capital não apenas intensificou, mas incorporou como um elemento estruturante, uma *divisão sexual do trabalho* profundamente hierárquica. Divisão que é vigente nos dias atuais de globalização neoliberal (HIRATA, 2002).

Segundo a racionalidade do banco, as práticas patriarcais causariam distorções no mercado, intensificando a desigualdade de gênero e a redução do crescimento. Para sua superação, desenvolve-se um quadro normativo e institucional que visa empoderar as mulheres camponesas sob a norma da concorrência e da lógica da empresa de sí, com vistas a concorrerem em igualdade com homens. Portanto, a superação da desigualdade de gênero estaria no empoderamento individual. Estamos diante do que Saffioth chama de “mulheres-álibi”, é como se a responsabilidade de a maioria das mulheres não terem conseguido uma situação proeminente fosse exclusiva delas, pois, supostamente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo hostil a elas. (SAFFIOTI, 2015, p.121)

Claudia Korol assevera que a contrarreforma agrária neoliberal trouxe impactos devastadores sobre a vida das mulheres. A autora nos lembra da Declaração das mulheres da Via Campesina, em sua IV Assembleia realizada em 2015 (KOROL, 2015, p.117):

Para nós, camponesas e indígenas, a terra, além de ser um meio de produção, é um espaço e um ambiente de vida, de culturas e emoções, de identidade e espiritualidade. Portanto, não é uma mercadoria, mas um componente fundamental da própria vida, que é acessada por direito, inalienável e imprescritível, através de sistemas de propriedade, acesso e

desfrute definidos por cada povo ou nação. A igualdade de homens e mulheres no acesso à terra é um objetivo fundamental para superar a pobreza e a discriminação. Assumir que o acesso à terra deve ser alcançado através do mercado e como a propriedade individual está longe de representar as visões e aspirações das mulheres indígenas e camponesas¹⁷

Para as mulheres da Via Campesina, a terra não é considerada uma mercadoria, mas é entendida como um direito fundamental que permite a garantia da soberania das mulheres, um direito de decidir sobre a autonomia de suas vidas (KOROL, 2015, p.118). Nesse sentido, a CRAM, ao ter a centralidade nas relações mercantis, visa a permanência da desigualdade de gênero e das relações patriarcais no campo. Concordamos com a perspectiva emancipadora de Korol, alinhada ao pensamento dos movimentos de mulheres camponesas e indígenas:

Estamos pensando em modos de acesso a terra que parta do reconhecimento das lutas históricas das mulheres para garantir um modo de vida que não arrase com a cultura e identidade dos povos, e que não aceite a destruição dos bens comuns em prol da ganância do agronegócio e do capitalismo mundial¹⁸ (KOROL, 2015, p. 120)

1.2.3. Criando “consensos” ou enrijecendo o controle?

Outra ação que está vinculada e articulada às demais e que também consideramos importante chamar atenção é a política do consenso do Banco Mundial. Trata-se de um mecanismo para despolitizar o debate da reforma

¹⁷ Original: “Para nosotras las campesinas y las indígenas, la tierra además de ser un medio de producción, es un espacio y un ambiente de vida, de culturas y emotividad, de identidad y espiritualidad. Por lo mismo, no es una mercancía, sino un componente fundamental de la vida misma, al cual se accede por derecho, de manera inalienable e imprescriptible, mediante sistemas de propiedad, acceso y goce definidos por cada pueblo o nación. La igualdad de hombres y mujeres en el acceso a la tierra es un objetivo fundamental para superar la pobreza y la discriminación. Suponer que el acceso a la tierra se debe lograr a través del mercado y como propiedad individual está muy lejos de representar las visiones y aspiraciones de las mujeres indígenas y campesinas” (KOROL, 2015, p.117):

¹⁸ Original: “Estamos pensando en modos de acceso a la tierra que partan del reconocimiento a las luchas históricas de las mujeres por garantizar un modo de vida que no arrase con la cultura y la identidad de los pueblos, y que no acepta la destrucción de los bienes comunes en pos de las gigantescas ganancias del agronegocio y del capitalismo mundial.” (KOROL, 2015, p. 120)

agrária, ou seja, retirar de pauta a existência do conflito de classe, do potencial mobilizador e revolucionário do tema por meio de sua influência na elaboração e condução das políticas agrárias nacionais, para que sejam adotadas sob a ótica neoliberal. O item também objetiva ajudar a atualizar o debate atual que a agência multilateral tem feito sobre o tema.

No livro *Redistribuição de terras agrícolas: em direção a um maior consenso*¹⁹ (BANCO MUNDIAL, 2009), notamos uma preocupação “[...] Para forjar um consenso maior entre os praticantes da reforma agrária, e para habilitá-los a fazer escolhas melhores entre as diversas opções” (BANCO MUNDIAL, 2009, p.5, tradução nossa). O livro em questão possui o objetivo de debater e analisar (BANCO MUNDIAL, 2009, p.5): 1) o crescimento do consenso em torno da importância da distribuição de terras; 2) as origens da concentração de terras e as antigas políticas de distribuição; 3) os programas em desenvolvimento, seus mecanismos, limitações, etc.; 4) quais são os mecanismos, ferramentas e políticas que ainda estão em debate; 5) como desenvolver, implementar e monitorar uma efetiva política nacional de redistribuição de terras.

No sentido de ampliar o consenso no debate, apropriando-se inclusive do debate que as esquerdas vinham fazendo à décadas a partir da sua ótica, o banco elabora os motivos pelos quais a redistribuição de terras é importante: a) o direito de se obter a propriedade privada é uma questão de *justiça* que deve ser considerado para uma distribuição de terra mais equitativa, contribuindo para uma maior coesão social; b) é um fator para uma maior igualdade, redução da pobreza e crescimento econômico; c) melhoria da eficiência econômica nacional, ampliando o número da agricultura de pequena escala; d) auxílio ao mercado de terras, uma vez que os mercados não conseguem sozinho redistribuir terras.

Para a implementação de tais políticas é necessário: a) o planejamento e a definição dos objetivos, levando a um debate nacional onde os diferentes grupos entrem em um acordo; b) seleção dos beneficiários; c) definição do tipo de terra a ser distribuída; d) identificação das terras; e) aplicar mecanismos de aquisição das terras, avaliando os modelos desapropriativos e de mer-

¹⁹ Original: *Agricultural land redistribution: toward greater consensus*

cado -*willing seller/willing buyers approaches*-; f) assegurar direitos de propriedade; g) consensuar as disputas nas resoluções dos mecanismos; h) desenvolver e acompanhar os agricultores; i) monitorar e avaliar os empreendimentos e políticas.

Para os fins deste trabalho, iremos nos atentar apenas ao item “e”, relativo à aplicação dos mecanismos de apropriação de terras. O documento, resgata a sua concepção já elaborada nos relatórios anteriores, contudo, sem levar em consideração o conjunto de pesquisas e críticas elaboradas por pesquisadores e movimentos socioterritoriais camponeses. Primeiro, destaca a importância desta discussão, uma vez que a escolha do mecanismo de aquisição de terras diz respeito a um montante considerável de recursos destinados a política de distribuição. Em primeiro lugar, afirma que os mecanismos de confisco, normalmente relacionados a processos revolucionários como na Rússia, China, Cuba, etc. conduziram a custos nacionais elevados, como a redução na confiança dos investidores e uma reação internacional negativa. Por isso, existem dois mecanismos que podem ser adotados sem “desregular o sistema econômico e político” (BANCO MUNDIAL, 2009, p.21, tradução nossa): a abordagem de vendedor disposto-comprador disposto – *Willing Seller-Willing Buyer Approaches* - e o modelo compulsório ou desapropriativo.

Vamos, primeiramente, focar a abordagem baseada no vendedor disposto-comprador disposto. Esta diz respeito, como já discutido alhures, à distribuição de terras a partir de um proprietário disposto a vendê-la e um outro sujeito disposto a comprá-la. O ponto central desta abordagem está no princípio da transação voluntária. Em alguns casos, é o Estado o comprador de terras, criando leis para *facilitar* a aquisição de terras para programas de reforma agrária. Em outros casos, os compradores são os beneficiários, passando diretamente do antigo proprietário para o novo, sem passar a ser propriedade do Estado. Esta variação do programa foi aplicada em países como Brasil, Malawi, Índia, Filipinas, África do Sul, México e vários outros países da América Central.

Para comprovar a eficiência deste mecanismo, são evidenciadas algumas experiências “bem-sucedidas”. No caso do Zimbábue, entre 1994 e 2007 foram transferidas 3,5 milhões de hectares para compradores dispostos. Já na África do Sul foram 2,299 milhões de hectares no período de 1994 e 2007.

No Brasil, apesar de 85% da redistribuição de terras ser pelo modelo desapropriativo, foram transferidos 1,8 milhões de hectares entre 1997 e 2003, sob base voluntária (BANCO MUNDIAL, 2009).

Em seguida, o Banco elenca 3 pontos que surgiram como oposição a esta abordagem, ao mesmo tempo em que se esforça para refutar tais críticas. Trata-se de orientar os gestores públicos a como lidar com tais questões (BANCO MUNDIAL, 2009, p.22-23): 1) sobre as críticas de que: como que os sujeitos mais empobrecidos, aqueles que mais demandam terra, podem acessar por tal mecanismo, o banco afirma que a concessão de créditos para a compra de terra e subsídios para desenvolver a produção permite aos pobres ter o poder necessário para adentrar e competir no mercado; 2) em relação aos sujeitos que: mesmo com esta ajuda estatal ainda estarão em desvantagem em relação aos agricultores mais enriquecidos, utiliza-se o argumento de que os gestores públicos, organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores rurais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) no Brasil, devem ajudar a identificar e negociar os preços da terra, ao mesmo tempo em que ajudam no planejamento e desenvolvimento dos empreendimentos; c) quanto às propriedades com demanda social que não podem ser adquiridas pois os proprietários se recusam a vender, existem mecanismos para influenciar o comportamento dos proprietários, como os impostos sobre a terra. Mas o meio mais eficiente seria assegurar um mercado de terras líquido para garantir aos beneficiários uma propriedade e preço compatível com suas aspirações. A outra forma, seria o governo negociar a propriedade sob a ameaça de desapropriação.

O modelo desapropriativo é definido pelo Banco como: “aquisição compulsória da propriedade privada pelo Estado, de acordo com o estabelecido pela lei” (BANCO MUNDIAL, 2009, p.23, tradução nossa). Tal mecanismo é definido pelo interesse público, deve ser utilizado com muita transparência e a justa compensação ao proprietário.

Para os ideólogos do BM, entende-se que há um consenso maior na necessidade da distribuição de terras, mas não na forma como deve ser realizado. Contudo, se bem implementado, não deve criar problemas, conflitos

sociais, políticos e econômicos, mas deve ajudar a tornar a propriedade privada mais segura, realizando uma distribuição mais justa e aumentando a paz e estabilidade no campo (BANCO MUNDIAL, 2009, p. 36).

O documento em foco nos dá um panorama de um dos mecanismos mais importantes do *modus operandi* do Banco. Elencamos dois componentes deste mecanismo: a) sob o discurso da necessidade da criação de consensos, visa encobrir a luta de classes. Os conflitos territoriais, consequência dos antagonismos de classe, são vistos como uma ameaça à segurança da propriedade privada, ao desenvolvimento e à “paz”. Ignorar o conflito como inerente ao metabolismo social do capital e conceber um modelo de sociedade, regido por agentes livres privados – empresas - concorrendo harmonicamente no mercado é parte constitutiva da racionalidade neoliberal. b) o consenso é também uma tática para *cooptar e convencer organizações sociais, sindicatos, movimentos socioespaciais e socioterritoriais, e partidos*, fragmentar a luta social e reduzir o potencial de oposição à agenda proposta. Além de um discurso, o Banco visa com isso influenciar as ações dos Estados, agentes públicos e privados, assim como de organizações sociais, em uma política de escalas complexa para que deem apoio, sustentação e legitimidade às políticas neoliberais aplicadas. O exemplo da CONTAG no Brasil nos ajuda a evidenciar como tais mecanismos podem ser bem-sucedidos, contudo, também detalharemos melhor como isso ocorreu no capítulo seguinte.

A CRAM se territorializou de diferentes formas nos países onde foi aplicada. É notável que – apesar de como vemos, o Banco dizer o contrário - muitas análises têm apontado que a experiência da reforma agrária “dirigida pelo mercado” foi um desastre em termos de desconcentração fundiária, em baratear o custo da reforma agrária, em torná-la menos burocrática, etc.

Na América Latina, continente marcado por profundas desigualdades sociais/raciais/de gênero, grande concentração fundiária, conflitos territoriais, o tema da reforma agrária durante todo o século XX e até hoje uma das principais bandeiras de luta dos movimentos camponeses. As resistências e lutas empreendidas pelos camponeses assumem diferentes contornos, ocupações de terras, manifestações, greves, luta armada, etc. As formas de organização também são variadas, podemos dizer que a Via Campesina tem sido a mais

ampla forma de organização dos camponeses, articulando diferentes movimentos socioterritoriais do continente, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, assume outra estratégia, mas tem um importante papel na luta anti-neoliberal.

A Via Campesina está presente em todos os continentes e praticamente todos os países da América Latina²⁰, representa um reescalonamento do campesinato frente ao processo de globalização neoliberal, realiza uma política de escalas em um arranjo articulado do local, regional e global, tanto do ponto de vista da organização como da ação, promovendo lutas, contestações e campanhas (DESMARAIS, 2013; RIBEIRO, 2016). A Via é uma das principais opositoras ao neoliberalismo, à política de livre comércio, às transnacionais do agronegócio, à apropriação dos recursos nacionais pelo capital, etc. Está em sua agenda um outro modelo de desenvolvimento baseado na soberania alimentar, na reforma agrária, na agroecologia, nos direitos dos camponeses, na justiça ambiental, entre outros. Portanto, a tática do “consenso” nada mais é do que uma ferramenta de “consenso de classe” para impedir o avanço das lutas sociais que possam vir a arranhar o *establishment*.

Como afirmamos no início deste capítulo, o BM é um agente produtor do espaço, suas ações possuem intencionalidades que estão dentro de um quadro estratégico e utilizam-se de um conjunto de táticas para tal fim, entrando as resistências dos movimentos camponeses. Nosso argumento é que a CRAM e sua manifestação no Brasil por meio das políticas de crédito fundiário são parte desta estratégia. Conduziremos o(a) leitor(a) para o próximo capítulo, cujo objetivo será o de analisar a CRAM no Brasil.

²⁰A Via Campesina está presente em 17 dos 21 países da América Latina: México, Belize, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Venezuela, Colômbia, Equador, Brasil, Peru, Bolívia, Chile, Paraguai, Argentina.

2. **A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO BRASIL (1998-2017): análise da territorialização das políticas de crédito fundiário**

No presente capítulo investigaremos o processo de territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Brasil. Traremos à tona a influência do Banco Mundial na elaboração, implantação e condução das políticas de combate à pobreza e de reforma agrária. Nesse sentido, o capítulo está dividido em 4 subitens. O primeiro preocupa-se em fazer uma delimitação conceitual mais especificamente sobre os conceitos de espaço, território e conflitualidade, pois entendemos que são ferramentas teóricas importantes para o entendimento do objeto analisado. Em seguida passaremos à análise da implementação destas políticas nos governos brasileiros. Chegaremos, portanto, ao segundo item e nele versaremos sobre a introdução do crédito fundiário no governo Fernando Henrique Cardoso. No segundo, já nos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, nos quais o crédito fundiário é mantido e reformulado, passando a abarcar outros segmentos da sociedade, tal como jovens, quilombolas e mulheres. Nos terceiro e quarto itens, adentraremos a análise do governo de Michel Temer, que assume a presidência da república após um golpe institucional. Temer restabelece uma agenda neoliberal e uma contrarreforma agrária sob a égide do mercado. Vamos aos itens.

2.1. **Território e conflitualidade**

Para a realização de uma política de escalas²¹ e sua espacialização em escala mundial como a CRAM depende além da força do seu emissor, como no caso, o BM, também depende de fatores como o conjunto de forças de um determinado país, região e local que irão convergir em torno de um mesmo objetivo. Essa sobreposição de vetores que culminam na territorialização que, no entanto, não ocorre sem conflitos territoriais, resistências e alianças - em suas diferentes escalas - em torno de modelos de desenvolvimento, ou seja, não acontecem sem conflitualidade (FERNANDES, 2008). A conflitualidade é estrutural à questão agrária e ao desenvolvimento do capitalismo no campo, é uma expressão - espacial - da luta de classes em torno de modelos de desenvolvimento.

²¹ Abordamos melhor o conceito de política de escalas no capítulo anterior, item 1.2.

Os conflitos territoriais entre agronegócio, a atual expressão do capital no campo, e campesinato, promovem conflitualidade, desenvolvimento, e pressionam o Estado para a implementação de políticas públicas. Nesse sentido, a compreensão da territorialização da CRAM exige uma delimitação conceitual, nossa caixa de ferramentas, do que estamos entendendo por espaço, território e conflitualidade.

O controle do espaço é imperativo para a reprodução do sociometabolismo do capital, seja a partir do controle no âmbito do Estado-Nação, da propriedade, do trabalho, ou mesmo da hegemonia dos territórios imateriais. O filósofo Henry Lefebvre (1992) afirma que o espaço é eminentemente social e, portanto, estaria na compreensão do espaço a chave para entender a produção capitalista do espaço. Harvey (2005; 2008; 2013) avança nesta discussão, mostrando que o controle do espaço permite ao capital a realização da acumulação capitalista, mobilizando capital e trabalho como forma de circulação do capital sobreacumulado. Baseando-se fundamentalmente em Lefebvre e na obra de Karl Marx, o geógrafo Ruy Moreira afirma que o caráter social dado ao espaço está principalmente ligado ao trabalho.

Na tradição marxista, entende-se o trabalho como uma condição *ontológica* do ser social, um processo *teleológico*, onde o ser social ao mesmo tempo em que transforma a natureza externa, modifica a si mesmo, sua própria natureza (LUKÁCS, 2013; MARX, 1998; MARX; ENGELS, 2007). Nas palavras de Marx e Engels na *Ideologia Alemã* (2007, p. 34):

A produção da vida, tanto na própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social -, social no sentido de que se entende a cooperação de vários indivíduos [...]

Esse complexo conjunto de relações dos seres humanos entre si e deles com a natureza é entendido por Mészáros – baseando-se numa aprofundada leitura dos Grundrisse de Marx (2011) - como um sistema de metabolismo social, ou seja, “O metabolismo social envolve o intercâmbio necessário entre os próprios indivíduos e entre a totalidade dos indivíduos e a natureza recalcitrante” (MÉSZÁROS, 2007, p.80)

Segue-se que, para Ruy Moreira, a forma de se produzir o espaço está associada ao seu metabolismo social, “[...] o modo de produção da sociedade é o modo de produção de seu espaço” (2006, p.73). Estando no modo de produção capitalista, estamos falando de um modo capitalista de produzir o espaço.

Milton Santos, define o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2014, p.63). Apesar do próprio autor fazer esta analogia com muitas ressalvas, o mesmo afirma que é como se o sistema de objetos fosse equivalente às forças produtivas, e o sistema de ações equivalente às relações sociais de produção. Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (2008) asseveram que é a contínua luta de classes que provoca as contradições entre as relações sociais de produção e as forças produtivas, movendo assim a história – e a geografia -, levando a revoluções sociais que transformam esse modo de produção.

Nesse sentido, as contradições encerradas no modo de produção capitalista se materializam na produção do espaço (MOREIRA, 2006, p.73). Em um diálogo com Ruy Moreira, Pedon relaciona espaço, luta de classes e território:

O espaço, na sua expressão territorial, abarca a totalidade concreta dos processos de produção, distribuição/circulação e consumo, articulados com as dimensões política e ideológica (superestrutura). A luta de classes insurge como síntese contraditória entre as práticas e os interesses das três classes sociais fundamentais: a burguesia, o proletariado e os proprietários de terra. A contradição entre classes é contínua, assim como é contínua a transformação do território. Da mesma forma que a configuração territorial manifesta as estratégias de reprodução do capital ele envolve as lutas de emancipação e resistência. O conceito de território, entendido como expressão espacial da luta de classes, é definido, então, a partir das relações de poder ensejadas pelo conflito permanente entre capital e trabalho (PEDON, 2013, p. 39)

O controle do espaço por um determinador ator sintagmático (que possui um programa) em qualquer nível, é o que Claude Raffestin em sua obra *Por uma geografia do poder* conceitua como território (1993, p.143). Partindo de uma proposta relacional e multiescalar, o autor afirma que o território é

produzido a partir do espaço, ele é posterior ao espaço, “o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É produzido, a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.144). Essa produção do território se realiza da projeção de um trabalho sobre o espaço, estando envolto, portanto, de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144). Raffestin (1993, p.53), baseando-se no conceito foucaultiano de poder, sistematiza o pensamento do autor sobre o tema em 5 teses: 1) é exercido em diversos pontos, pois é difuso; 2) é multidimensional, ou seja, está nas relações econômicas, culturais, etc. 3) não existe uma oposição binária entre explorados e exploradores 4) as relações de poder estão implicadas pela intencionalidade dos sujeitos; 5) em toda relação de poder há resistência.

Haja vista a importância de Foucault, principalmente no meio acadêmico, há toda uma discussão no campo marxista sobre o conceito de poder cunhado pelo autor francês. Compartilhamos aqui, de maneira rudimentar e resumida a crítica no texto “O Estado capitalista no centro: crítica ao conceito de poder em Foucault” (2007), escrito por Amando Boito Jr., na qual nos filiamos: O poder não está simplesmente difuso na sociedade, tal como Foucault considerava, devemos avaliar que: a) existe uma concentração institucional do poder no Estado capitalista, que possui o aparato repressivo à disposição; b) a existência de poderosos aparelhos ideológicos do Estado; capazes de influenciar na formação da subjetividade e no comportamento dos sujeitos; c) a concentração social do poder nas classes dominantes, na burguesia, pois dotam essas classes de poder de comando, seja na empresa, na casa, dos trabalhadores(a)s, na economia etc. e de se utilizar do aparato repressivo e ideológico de Estado. O poder, e, portanto, as relações de poder que dimensionam o território, não são simplesmente difusas e não hierárquicas, temos que levar em consideração a sua concentração no institucional Estado e concentração social nas classes dominantes.

Todo território, em suas diferentes escalas, para Raffestin, é dotado de um sistema territorial composto de tessitura, redes e nós, fundamentais para garantir a integração e coesão entre os territórios. Segundo o mesmo, “Esses sistemas de tessituras, de nós e redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou

possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.151).

A partir do esteio de Raffestin, Fernandes (2008b) compreende o território sob os princípios da multidimensionalidade, totalidade, intencionalidade, soberania, multiescalaridade e conflitualidade. Segundo o autor, o princípio da multidimensionalidade explica que, enquanto uma fragmentação do espaço, o território possui todas as dimensões do espaço, ou seja, a dimensão social, cultural, ambiental, econômica, política etc. Nesse sentido, aplica-se o princípio da totalidade, uma vez que enquanto parte do todo, um recorte, o território contém todos os elementos da totalidade concreta. Fernandes enfatiza que a compressão unidimensional do território expressa uma intencionalidade, por exemplo quando as agências multilaterais se utilizam apenas da dimensão econômica e social e deixam de lado a conflitualidade. Nesse contexto, “o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas multinacionais” (FERNANDES, 2008b, p.279).

Os territórios também são espaços de governança – princípio da soberania -, quem detém o controle da governança é capaz de definir as políticas de desenvolvimento e a organização dos territórios. Faz-se necessário, portanto, entender a multiescalaridade do território pois os diferentes espaços de governança – Estado-Nação, um município, uma região, uma província – possuem uma articulação escalar ora interligada, ora independente. Contudo, a análise do território não deve se limitar à compreendê-lo apenas enquanto espaço de governança, um território *uno*. Entendendo-o desta forma, abstrai-se dos diferentes territórios, deixa-se de lado a conflitualidade entre as classes sociais e fortalecem os interesses do sociometabolismo do capital. Para Fernandes:

Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para expandir (2008, p.280)

Com o intuito de evidenciar a pluralidade dos tipos de território e propor outra leitura ao território *uno*, Fernandes (2008b, p.282) entende que há duas modalidades de territórios, distintos, todavia, indissociáveis: o material e o imaterial. O primeiro é formado no espaço físico e compreende três tipos contidos uns nos outros: a) o primeiro território é o espaço de governança e suas múltiplas escalas – Estado-Nação, município, região etc. -; b) o segundo território está no interior do primeiro, é dimensionado pelas relações sociais entre os diferentes sujeitos, são os diferentes tipos de propriedades, capitalistas, não capitalistas, coletivas, familiares, individuais etc. ; c) enquanto os outros dois eram fixos, o terceiro território é fluxo, é o espaço relacional da conflitualidade, que reúne territórios fixos e fluxos, os diferentes usos de território.

A segunda modalidade é o território imaterial, que se dimensiona “[...] no espaço social a partir das relações sociais, por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias” (FERNANDES, 2008, p.282). A unidade dialética entre a materialidade e a imaterialidade do território se encontra na ideia de que “a construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia” (FERNANDES, 2008, p.282).

As disputas por modelos diferentes modelos de desenvolvimento na agricultura, disputa por políticas públicas, são disputas por territórios (i)ateriais. Como dito alhures, o conceito que define esse conjunto de conflitos como um processo gerador de desenvolvimento é a conflitualidade. Ela é estrutural à questão agrária, uma vez que está determinada pelas leis do metabolismo social do capital no campo.

Oliveira (2001; 2007) nos revela que o desenvolvimento do capitalismo no campo é desigual e contraditório. Isso significa dizer que ao se desenvolver, o metabolismo social do capital produz desigualdades socioespaciais, riqueza para os capitalistas e pobreza para a classe trabalhadora e para o camponato. Ao mesmo tempo, é envolto em contradições, ou seja, para se desenvolver, é necessário recriar aspectos que aparentemente negam a si mesmo, ou seja, vamos encontrar as relações sociais tipicamente capitalistas, baseadas no trabalho assalariado, na extração de mais-valor e, também, a reprodução de relações sociais não-capitalistas fundamentadas no trabalho familiar do tipo camponês.

Para entender este processo, Oliveira (2001, p.24-25) desenvolveu dois conceitos: 1) ao se expandir, o capital destrói o campesinato, criando relações sociais capitalistas, assalariando trabalhadores rurais, boias-frias etc. extraindo-lhes *mais valor*, acontece então, a territorialização do capital; 2) contraditoriamente, o capital também se desenvolve recriando o campesinato, pela integração à agroindústria, pelo controle da produção familiar. sujeitando a renda da terra ao capital, trata-se, portanto, de um processo de monopolização do território pelo capital.

A conflitualidade no campo é resultado da luta de classes entre campesinato e agronegócio, é uma dinâmica de constante desterritorialização-territorialização-reterritorialização (D-T-R), disputando diferentes modelos de desenvolvimento. Ao se territorializar, o capital desterritorializa o campesinato, forçando-o a se recriar de forma subordinada ou na luta pela terra, concentrando a terra, gerando desemprego e desigualdade, desenvolvendo a agricultura capitalista.

Contudo, a recriação do campesinato não se realiza somente pela tutela do capital. Conforme Fernandes (2008, p.7) nos elucida, o campesinato cunha estratégias espaciais para a sua recriação, confrontando o capital. A luta pela terra é a principal expressão deste processo. Por meio da luta pela terra o campesinato conquista o latifúndio, fração do território capitalista, destruindo ali as relações sociais capitalistas e permitindo a sua recriação por meio da implantação de assentamentos rurais, promovendo o desenvolvimento da agricultura camponesa. Para Fernandes, a “[...] reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidade, promovendo desenvolvimentos” (2008, p.9).

A luta pela terra é o principal instrumento para a conquista de assentamentos rurais (FERNANDES, 1999). A atuação dos movimentos socioterritoriais camponeses dimensionam espaços de socialização política, fundamentais para a interação, comunicação e elevação da consciência de classe entre os participantes (FERNANDES, 1999). Por meio da espacialização da luta e resistência pressionam o Estado e confrontam o capital no sentido de conquistar fração do território capitalista. Na criação do assentamento de reforma

agrária, a espacialização determinará as forma-conteúdo do território dimensionado, tendo como elementos:

[...]um conjunto de características que poderão contribuir para a permanência na terra e a conquista de outros direitos, ou, até mesmo, ao enfraquecimento destas possibilidades, aprofundamento da subordinação e, em alguns casos, para a evasão da terra. (RAMOS FILHO, 2008, p.78)

Por seu turno, no esforço de entender o movimento da conflitualidade no contexto da territorialização das políticas de crédito fundiário, Ramos Filho (2013, p.) afirma que o processo de D-T-R é distinto do anterior. Se na luta pela terra a espacialização é protagonizada pelos de “baixo”, a CRAM é controlada pelos de “cima”. São forjadas duas dimensões distintas e articuladas que calculam, orientam e implementam os programas. O primeiro é o espaço jurídico-institucional, “no qual se realiza a elaboração, aprovação, execução e controle das normas operacionais do programa pelas instituições financeiras (Banco Mundial e bancos federais) e Estado.” (RAMOS FILHO, 2008, p.116). O segundo é o espaço da subalternidade, cujo fundamento está em criar as condições favoráveis ao programa e convencer as famílias de sua viabilidade, reunindo gestores, associações, políticos locais, com o “o intuito de capturar a forma de interpretar e atuar diante destes programas, ou seja, busca o controle do pensamento e ação dos sujeitos” (RAMOS FILHO, 2008, p.117).

Após o dimensionamento dos espaços jurídico-institucional e da subalternidade, um conjunto de camponeses são convencidos a captarem empréstimos junto a instituições financeiras e a comprarem frações do território capitalista a preço de mercado - efetivando a renda capitalizada da terra. Nesse sentido, o sujeito que detém o controle efetivo do território até o pagamento da dívida é o capital financeiro, “o campesinato é criado e recriado pelo capital, mediante a contratação pelo camponês de um empréstimo bancário destinado à compra” (RAMOS FILHO, 2008, p.117-118). Portanto, “é o próprio capital que se territorializa nesta operação mercantil: o capital rentista ao vender as terras e o capital financeiro ao se apropriar dos juros” (RAMOS FILHO, 2008, p.117-118). É a desterritorialização do capital para a territorialização do próprio capital por meio da (re)produção subordinada do campesinato.

Conforme Ramos Filho (2013), a análise da territorialização da CRAM tem que passar pelo âmbito de sua conflitualidade, ou seja, dos conflitos entre governo e movimentos camponeses – principalmente os ligados a Via Campesina. Neste processo, a territorialização consolida-se pela indissociabilidade entre a dimensão material e imaterial, ou seja: de um lado, na dimensão material, milhares de empreendimentos de crédito fundiários são implantados em todas as regiões do país; do outro, a sua dimensão imaterial, a sua fundamentação teórica-conceitual, sua construção discursiva, propaganda, etc. como um mecanismo que justifique sua expansão e dissemine seu ideário (RAMOS FILHO, 2007, p.60). Contudo, ainda segundo o autor (RAMOS FILHO, 2007, p.60), os movimentos camponeses por meio de suas ações dimensionam outro território cuja intencionalidade é impedir seu avanço e promover outro modelo de desenvolvimento. Do ponto de vista da materialidade do território, ocorre na luta pela terra, já no que tange à imaterialidade, ao construir um pensamento crítico à política neoliberal. Dito isto, conduzimos o(a) leitor(a) à análise da territorialização do crédito fundiário nos governos brasileiros.

2.2. Neoliberalismo e lutas camponesas: introdução e enraizamento das políticas fundiárias do Banco Mundial

Associada à ortodoxia neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) a contrarreforma agrária do Banco Mundial é adotada após intensos conflitos territoriais envolvendo a luta pela reforma agrária. O governo FHC estava alinhado aos parâmetros do consenso de Washington, ao FMI e ao BM, e aprofundou o neoliberalismo no Brasil e a subordinação aos interesses financeiros internacionais (ANTUNES, 2011, p.140). O bloco neoliberal que apoiou o governo de FHC era hegemonizado pelo capital financeiro, seu programa de governo tinha como objetivo impulsionar a reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo (ANTUNES, 2011). Giovanni Alves (2000) argumenta que neste período o modelo da reestruturação produtiva se consolida graças à sua base ideo-política neoliberal, pois permitiu um novo impulso à reestruturação. Boito Jr. (1999, p.75) argumenta que a perspectiva de liberalização da economia tinha como pretensão uma aliança de

classe entre as diferentes frações burguesas sob a seguinte agenda: 1) a desregulamentação dos mercados de trabalho e dos direitos trabalhistas e sociais; 2) um amplo pacote de privatizações para todos os setores; 3) a desregulamentação comercial, permitindo a livre circulação de mercadorias com o mercado externo; 4) a abertura dos mercados financeiros, retirando os obstáculos para a atuação do capital financeiro internacional.

O primeiro governo de FHC (1995-1998) foi caracterizado por uma política econômica de caráter ultraliberal. Delgado (2012, p.81) destaca o câmbio sobrevalorizado, tarifas alfandegárias reduzidas e a desregulamentação do incentivo à agricultura e à indústria, para atrair capital externo. Houve uma queda na renda fundiária, levando a uma diminuição no preço da terra e do preço das *commodities*. Conseqüentemente ocorreu um aumento do déficit em conta corrente e do endividamento externo. Para enfrentar o enorme déficit acumulado entre 1994 e 1999 o governo ampliou a obtenção de empréstimos externos junto ao FMI em 1999 e 2001, e ao BM. A política neoliberal passa para uma reciclagem no final do segundo mandato, para reavivar uma política de ajustamento externo com vistas a balanças comerciais superavitárias, e concomitantemente fortalecer o agronegócio por meio de investimentos públicos em crédito rural e ciência e tecnologia, entre outros incentivos. (DELGADO, 2012, p.82). Essa estratégia se mantém e se aprofunda no governo seguinte.

O tratamento da reforma agrária no primeiro governo era a de uma política paliativa e focalizada para atenuar conflitos agrários (FERNANDES, 2008, p.78). A estratégia do governo era de eliminar a questão agrária apenas com uma política de assentamentos (FERNANDES, 2008, p.78).

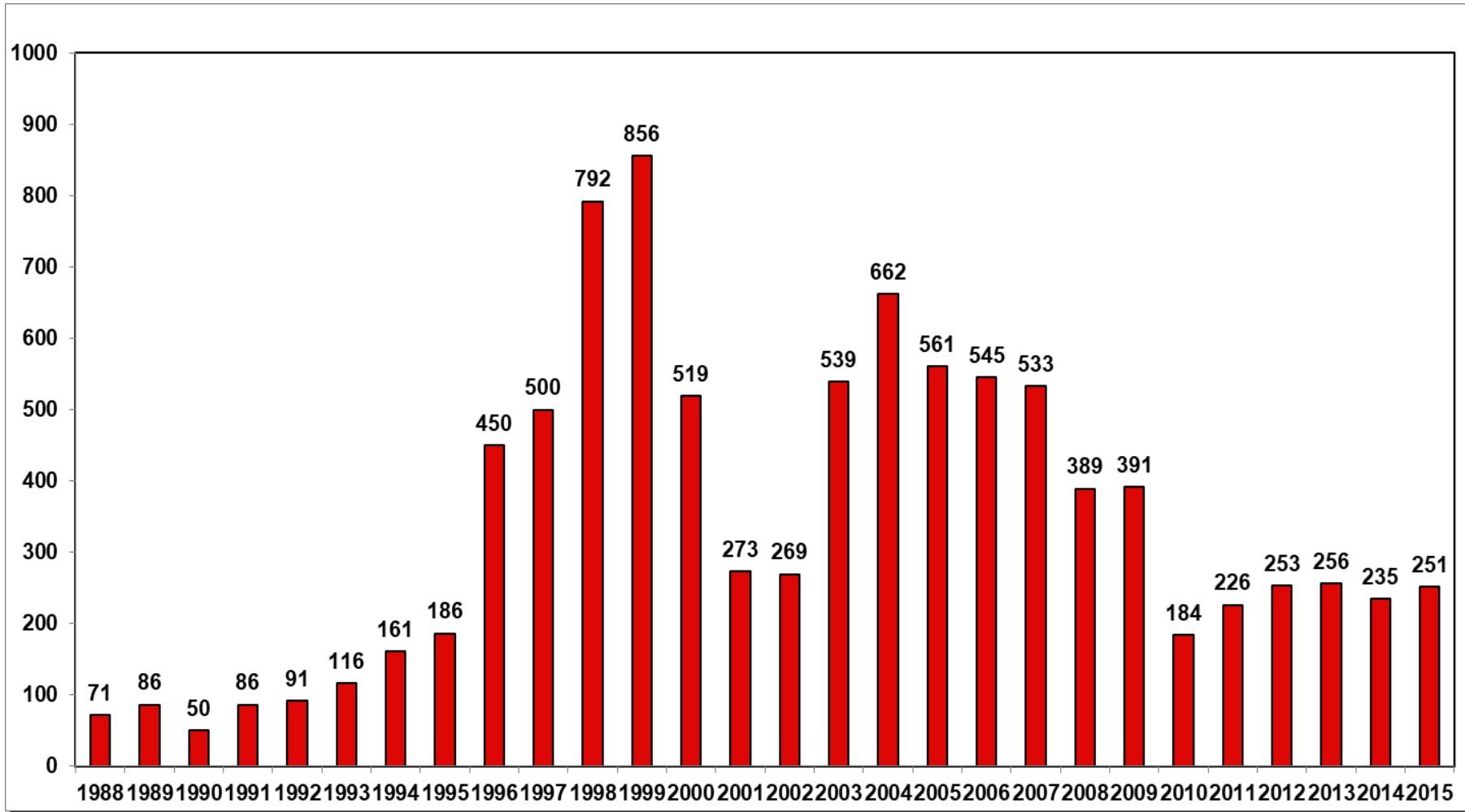
Tabela 1 - Número de assentamentos e famílias (1995-2014)

Governos	Assentamentos	Nº Famílias
FHC 1 (1995-1998)	2345	298.425
FHC 2 (1999-2002)	1963	163.078
Lula 1 (2003-2006)	2381	205.831
Lula 2 (2007-2010)	1227	116.980
Dilma (2011-2014)	512	39.136

Fonte: DATALUTA, 2016

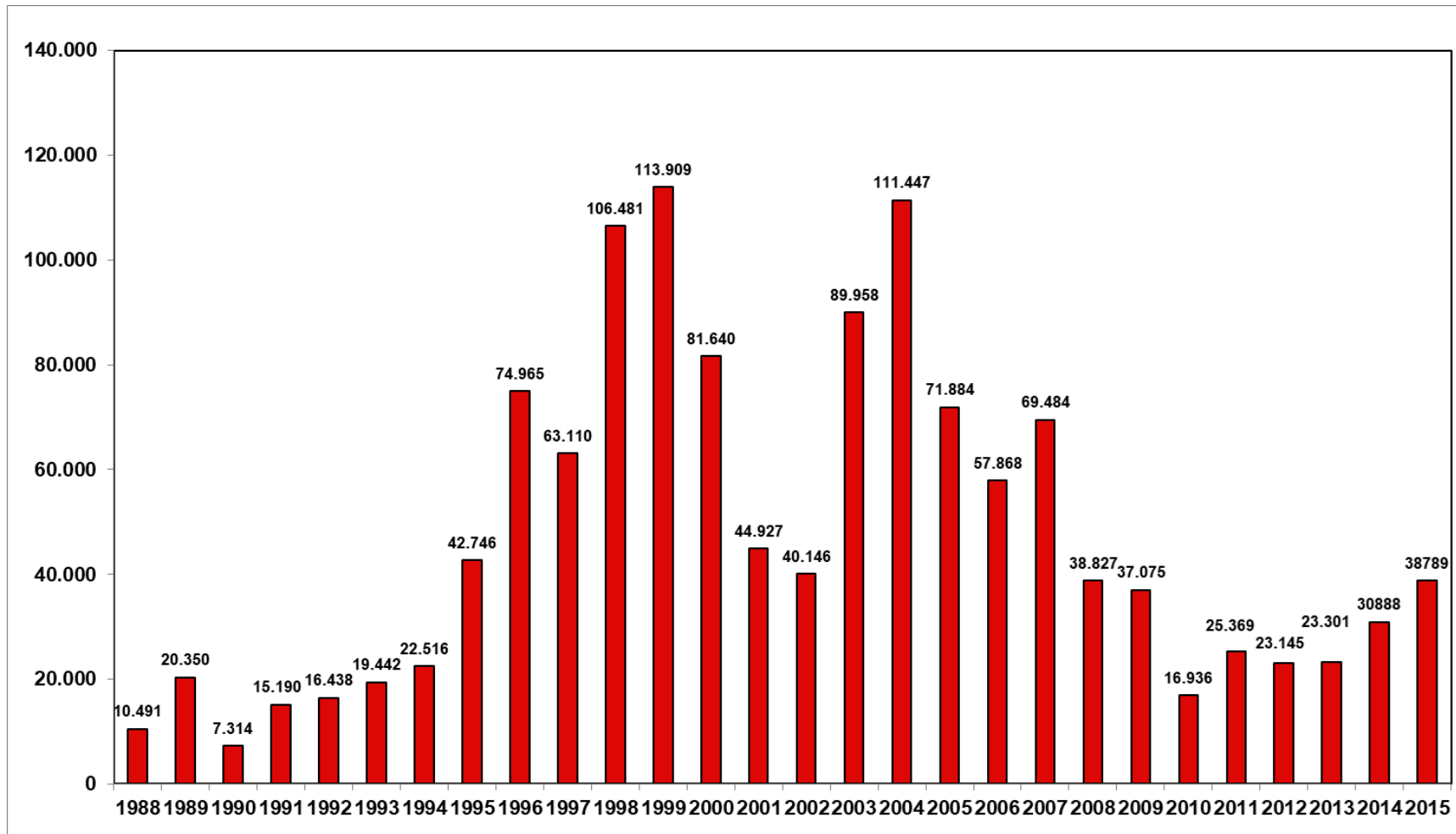
De fato, em seu primeiro mandato foram criados 2.345 assentamentos, beneficiando 298.425 famílias (Quadro 2). No entanto, o que impulsionou a criação de assentamentos foi o crescimento do número de ocupações de terra. Neste período o MST se torna o movimento socioterritorial mais importante do país, superando a CONTAG que havia sido duramente reprimido nos governos anteriores (RAMOS FILHO, 2008, p.212). O MST denunciava a grande concentração fundiária e ressaltava a importância que a reforma agrária para o conjunto da sociedade, o movimento foi organizando milhares de famílias em ocupações massivas por todo o país. A ocupação é o principal mecanismo que os movimentos utilizam para pressionar o Estado para a criação de assentamentos de reforma agrária (FERNANDES, 1999). Houve um crescimento de 42.746 ocupações para 106.481, ou seja, um aumento de 249,1% no número de ocupações (Gráficos 2 e 4). A ocupação de terra é uma forma de confronto com o capital, atingindo diretamente a sacralidade da propriedade privada e, portanto, os interesses da burguesia agrária (FERNANDES, 1999). Isso levou o governo FHC a aumentar a repressão sobre os movimentos camponeses com a intenção de isolá-los politicamente (SOBREIRO FILHO; SILVA; ORIGUÉLA, 2014, p.76).

Gráfico 2 - Brasil - Número de ocupações -1988-2015



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016

Gráfico 3 – Brasil - Número de famílias em ocupações - 1988-2015



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2016 www.fct.unesp.br/nera

Esse aumento da repressão intensificou a violência no campo contra os movimentos socioterritoriais, com aumento de prisões, perseguições, tentativas de assassinato, assassinatos, entre outras formas de violência. No entanto, a repercussão internacional causada pelo massacre de camponeses em 1995 no município de Corumbiara (RO) e em 1996 no município de Eldorado dos Carajás (PA); a realização da Marcha nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça organizada pelo MST em 1997; e da tensão social envolvendo camponeses e latifundiários na região do Pontal do Paranapanema em São Paulo; “impuseram ao governo federal o reconhecimento da existência de uma problemática agrária grave no país, trazendo de volta o tema da ‘reforma agrária’” (PEREIRA; SAUER, 2006, p.174).

Em 1999, o governo publica o documento *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*, ou como ficou conhecido, o *Novo Mundo Rural* (RAMOS FILHO, 2008, p.4). O documento adota as teses dos teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)²², de que estaríamos vivendo uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo no campo, onde a questão agrária seria coisa do passado. José Graziano da Silva, em um famoso artigo chamado de “O novo mundo rural brasileiro” (1997), esboça um argumento que a industrialização da agricultura levou a uma urbanização do campo, à consolidação dos complexos agroindustriais, assim como houve uma integração dos mercados

²²Quando estamos tratando do campo brasileiro, segundo Campos (2002), Felício (2011), Girardi (2008), Ramos Filho (2008) e outros autores que se debruçam sobre esta questão, existem dois paradigmas em constante conflitualidade: O Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). A grosso modo, podemos dizer que o PQA entende que existe uma questão agrária. Segundo este paradigma, a expansão do capitalismo no campo promove a ampliação das desigualdades sociais. Enquanto o PCA compreende que não existe uma questão agrária estrutural, mas sim conjuntural, que pode ser solucionada pelo mercado permitindo o aumento de renda e emprego no campo. O PQA entende que há uma luta de classes entre capital e trabalho, campesinato e agronegócio etc. o PCA acredita que existe apenas sociedade civil. Portanto, para o PCA a reforma agrária é uma questão a ser encarada nos marcos da lei (do Direito), pela via do mercado - território respectivamente de domínio do Estado e do capital - e não como uma questão estrutural do modo de produção capitalista a ser superada no seio da luta de classes.

de trabalho e de um novo tipo de agricultor familiar, moderno, flexível e integrado ao mercado. Essa tese foi depois reforçada por Ricardo Abramovay, em seu livro “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” (1998), que vai cunhar de forma mais acabada o conceito de agricultor familiar, em oposição ao conceito de camponês.

O “Novo Mundo Rural” do governo FHC vai institucionalizar uma série de políticas já em execução como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), as linhas de crédito fundiário e a Reforma Agrária pelos Correios. Como afirma Ramos Filho (2008, p.4-5), governo adota as diretrizes, princípios, pressupostos e marcos teóricos do BM explicitamente.

Neste contexto, o governo FHC muda sua estratégia durante o segundo mandato para o tratamento da questão agrária, adotando principalmente cinco ações estratégicas (PEREIRA, SAUER, 2006, p.175; OLIVEIRA, 2007, p.143-146):

A) a intensificação da criminalização dos movimentos socioterritoriais camponeses, em especial o MST, utilizando-se da Medida Provisória 2.109 que tinha o objetivo de proibir a desapropriação por dois anos em imóveis ocupados, e da Portaria/MDA/nº62 de 27/03/2001 com vistas a exclusão de assentados da reforma agrária envolvidos em ocupações. É importante salientar que a ocupação é a principal ferramenta utilizada pelos movimentos socioterritoriais para a obtenção de terras por meio da criação de assentamentos de reforma agrária, sua criminalização expressa uma intencionalidade de proteger os interesses dos grandes proprietários e ao mesmo tempo coagir a ação desses movimentos;

B) reduzir o custo das desapropriações, acelerar a emissão da posse da terra e evitar evasão dos proprietários no ato desapropriatório;

C) redimensionar o território imaterial por meio dos grandes meios de comunicação para criar uma imagem favorável ao governo e suas ações, ao mesmo tempo para “demonizar” a atuação dos movimentos camponeses e minar seu apoio social. Souza (2005) mostra em sua dissertação o discurso construído entre 1990 e 2000, sobretudo pelos jornais Folha de São Paulo e O Imparcial, associando o intenso conflito fundiário no Pontal do Paranapa-

nema ao MST, caracterizado de um lado pela violência empregada nas ocupações – sequestros, assalto, terrorismo; e do outro, a um perigo vermelho, como instaurador de uma revolta social;

D) seguindo o receituário neoliberal, promover uma descentralização administrativa da política agrária, levando para a esfera dos Estados e municípios a condução dos processos desapropriativos e criação de assentamentos;

E) efetivar uma contrarreforma agrária pela via do mercado, ou CRAM, por meio da criação de programas de crédito fundiário, adotando assim, as orientações do BM para solucionar a questão agrária. Focaremos daqui em diante nesta quinta ação estratégica.

Os argumentos utilizados por Cardoso para sustentar o modelo de mercado eram os mesmo do BM, cujos pressupostos seriam (PEREIRA; SAUER; 2006, p.176-177): 1) crítica ao modelo “desapropriatório” pois era desajustado ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, estimulava o conflito, extremamente “centralizadora” e burocrática, etc. e deveria ser substituído por um modelo mais adequado, pacífico e eficaz; 2) o modelo desapropriativo seria muito custoso para ser mantido e expandido, deveria ser adotado um mais barato e eficiente; 3) os processos desapropriativos eram conduzidos pelos movimentos como resultado de ocupações de terras, portanto, deveria ser adotado um mecanismo para conter a ascensão das ocupações e disputar a base social destes movimentos.

O primeiro programa foi criado em 1996 e tinha um caráter experimental e de pequeno porte, era um componente de crédito fundiário que integrava o Projeto São José (PSJ) no Ceará, foi chamado de “Reforma Agrária Solidária” (PEREIRA; SAUER; 2006, p.177). Rapidamente o governo criou um segundo mecanismo em 1997, o “Projeto -Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza” ou como ficou conhecido, “Projeto Cédula da Terra” (PCT). O PCT obteve um empréstimo inicial do BM de U\$ 90 milhões, acrescido depois de mais U\$ 60 milhões, ou seja, um empréstimo de U\$ 150 milhões do BM -, mais um aporte do Governo Federal de U\$ 45 milhões, U\$ 6 milhões dos Estados em que foram implantados e U\$ 9 milhões das famílias mutuárias em forma de mão de obra, material de construção ou dinheiro. Apesar de ter sido

propagandeado como um projeto piloto, o PCT se territorializou em Pernambuco, Bahia, Ceará e Maranhão e no norte de Minas Gerais e contemplou cerca de 16 mil famílias entre 1997 e 2002 quando foi encerrado.

As críticas ao PCT foram variadas, o MST argumentava principalmente que o PCT era incapaz de diminuir a concentração fundiária e que significava uma redução do papel do Estado na questão social, já a CONTAG apontava críticas à forma como o programa foi implementado. Essas organizações se aliaram na luta contra a CRAM junto ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo²³, criado em 1995 e que em 1997 reunia mais de trinta organizações, entidades e movimentos bastante heterogêneos (PEREIRA, 2009, p.288). As principais organizações que participavam do Fórum eram o MST e a CONTAG. O objetivo do Fórum era ser um espaço de organização, discussão e de articulação de ações coletivas tal como foi a Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra em 2000.

O terceiro programa de crédito fundiário é o Fundo de Terras/Banco da terra (BT), por meio do projeto de lei (PLS) nº25. Foi criado em 1998 sem uma avaliação sobre sua implementação por parte do governo e ignorando toda as críticas feitas pelas organizações agrárias. Pereira (2009, p.288) mostra que o BT foi aprovado no Congresso Nacional graças ao apoio de todos os partidos de direita articulados à bancada ruralista, mostrando que sua implementação interessava às classes dominantes. Outro elemento que o autor, assim como Ramos Filho (2008;2013), aponta é que a criação do banco representou um avanço da estratégia do BM, pois ele se tornava uma política de Estado integrada à estrutura institucional e não mais uma política de governo, era capaz de “captar recursos de diversas fontes exclusivamente voltados para financiar a compra de terras para trabalhadores rurais potencialmente em todo o território nacional” (PEREIRA, 2009, p.289). O BM rapidamente demonstrou seu apoio ao projeto e aprovou um empréstimo de R\$ 1 bilhão, somado a mais

²³Participavam do Fórum, organizações como: CONTAG, MST, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) – Brasil, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), CÂRITAS BRASILEIRA, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outras.

R\$ 1 bilhão do governo federal. O BT expande a experiência de crédito fundiário para Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Minas Gerais (RAMOS FILHO, 2009, p.264).

Segundo o Manual do Banco da Terra, poderiam acessar o programa qualquer trabalhador rural com, no mínimo, 5 anos de experiência comprovada na atividade rural; com renda anual de R\$15.000,00 ou menos e um patrimônio inferior a R\$30.000,00; desde que organizado em associações ou cooperativas. O pagamento do financiamento deve se dar em até 20 anos, com três anos de carência. O imóvel fica hipotecado até a liquidação do financiamento. Os juros eram pré-fixados, funcionavam da seguinte forma:

I – Até R\$15. 000,00 – 6%ao ano.

II – Acima de R\$15.000,00 até R\$30.000,00 – 8% ao ano

III – Acima de R\$30.000,00 até R\$ 40.000,00 – 10% ao ano, podendo haver um abatimento de até 50%, se as famílias pagarem cada parcela nos prazos estipulados.

O Fórum, devido à grande mobilização que propiciou, conseguiu atrasar por dois anos os empréstimos do BM. O recurso foi liberado só em dezembro de 2000 para outro programa, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR). O Fórum organizou uma série de denúncias contra a implantação do PCT e do BT, materializando em três solicitações junto ao Painel de Inspeção²⁴ do BM alegando que ele não era um projeto piloto, devido ao montante de recursos destinados e à quantidade de famílias que envolveria. O conjunto de argumentos do Fórum para o painel se baseava nos casos de corrupção; superfaturamento; estavam em desacordo com os critérios estipulados pelo BM; problemas ambientais e jurídicos nas áreas adquiridas, entre outros. As três solicitações foram acatadas pelo Painel, mas os diagnósticos realizados pelo banco sempre reiteravam o argumento de defesa do governo (PEREIRA, 2009; SAUER, 2010). O Fórum representava política de escalas contra-hegemônica que buscava uma articulação entre diferentes organizações da classe trabalhadora para empreender ações em múltiplas

²⁴O Painel de Inspeção é uma janela que permite aos setores da sociedade civil se posicionar perante projetos do BM, fazendo críticas e propondo mudanças. É uma das ferramentas da chamada “participação popular” nos projetos do banco.

escalas, denunciar ao conjunto da sociedade a estratégia neoliberal do capital de produção do espaço e recolocar o debate da reforma agrária na agenda do governo.

O governo e o BM começaram a ponderar que a continuidade da contrarreforma via mercado dependia do apoio de alguma organização de destaque no contexto nacional, e esse apoio acabou vindo da CONTAG. Uma série de fatores explica a mudança de postura da CONTAG frente ao crédito fundiário, tais como a criminalização das ocupações de terra, uma mudança ideológica interna que passa a se alinhar à ideia de “agricultura familiar” adotada no segundo governo de FHC, entre outros (PEREIRA, 2009; SAUER 2010). A partir dos anos 2000, a confederação incorpora em suas reivindicações o crédito fundiário. Esta abertura permitiu ao governo FHC criar o CFCPR em 2001, em grande medida junto ao apoio social obtido, representado pela adesão da CONTAG. Em 2001, organizações patronais como a Confederação Nacional da Agricultura e a Força Sindical também passam a expressar seu apoio ao crédito fundiário e vão se somar à base social da CRAM.

O apoio da CONTAG ao CFCPR levou paulatinamente ao fracionamento do Fórum em torno desta pauta e ao fim do seu papel como o maior aglutinador da luta contra a contrarreforma agrária do Banco Mundial. Hoje o principal opositor à CRAM são os movimentos organizados junto à Via Campesina – Brasil²⁵. No entanto, a resistência à reforma agrária do BM não está restrita aos movimentos ligados à Via, outros sujeitos têm uma importante atuação neste sentido, como podemos observar na atuação do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado (MARAM) na região do Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba em Minas Gerais (MG), conforme destaca Ramos Filho (2013) e Silva e Cleps Junior (2012).

²⁵Atualmente a Via Campesina-Brasil é composta por 6 movimentos: MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Assim como por mais 3 organizações convidadas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

O MARAM foi criado em novembro de 2005 na cidade de Ituiutaba, reunindo associações ligadas ao BT, entidades pastorais, como a CPT, a Animação Pastoral Rural (APR) e a Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade (AFES). As famílias mutuárias formaram o movimento como uma forma de solucionar as dificuldades que enfrentavam, tal qual o endividamento, a fragilidade das associações, o acesso ao crédito agrícola e a implantação de empreendimentos precários, do abandono do poder público, entre outros (SILVA; CLEPS JUNIOR, 2012, p.19). Os autores citados destacam algumas reivindicações que o movimento atingiu: renegociação das dívidas, individualização dos lotes – pois no caso do BT, os empreendimentos eram registrados em nome da associação compradora, assim como a responsabilidade para a integralização da dívida (SILVA; CLEPS JUNIOR, 2012, p.20). Em 2012, data da pesquisa citada, o MARAM estava territorializado em 107 empreendimentos, concentrados na região do Triângulo Mineiro/Alto Paraíba.

Retomando a análise das políticas de CF, o recurso financeiro para o CFCPR foi de € 218 milhões do BM, € 174 milhões do fundo de terras e € 21.800 milhões dos governos estaduais. Apesar das pequenas modificações, o Crédito Fundiário é criado como um substituto do PCT e do BT devido as críticas que estes projetos recebiam. O CFCPR se territorializou pelos Estados do Nordeste, do Sul, e no Sudeste nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A experiência da CRAM durante os governos FHC, materializados no PSJ, PCT, BT e CFCPR, aprofundaram o projeto neoliberal no tratamento da questão agrária e nas políticas fundiárias no Brasil. A experiência do governo Cardoso foi uma das maiores do mundo em termos de famílias envolvidas e recursos destinados, atrás apenas da África do Sul, e considerada pelo BM como exemplar (RAMOS FILHO, 2008, 2013).

Apesar do discurso proferido, a experiência de FHC foi desastrosa, conforme mostraremos a partir três pesquisas que avaliam a experiência em três diferentes estados brasileiros. Alencar (2006) analisa as quatro políticas de CF citadas acima no Ceará durante o período de 1997 e 2003. O autor, demonstra que entre o período de 1997 e 2004, foram criados cerca de 289 imóveis, para 4.538 famílias em 180.714, ha. E, entre outros elementos, constata (ALENCAR, 2006, p.211-224): a) a concentração dos empreendimentos

no estado em locais de extrema desigualdade fundiária, ou seja, de forte presença de latifúndios e minifúndios, onde a ação fundiária adequada é a desapropriação por interesse social; b) as localizações dos empreendimentos estão situadas em condições de solo e relevo inadequadas; c) houve um aumento do preço da terra; d) demora e impasse nas negociações; e) maior procura por terra do que oferta; f) casos de corrupção; g) inadimplência das famílias mutuárias.

A pesquisa realizada por Geminani (et. al., 2006) traz uma avaliação do PCT e CFCPR no estado da Bahia, onde durante o período de 1997 e 2002, foram implantados 199 empreendimentos entre 2002 e 2005. Muitos problemas já destacados no estudo anterior se repetem, contudo, entre os resultados levantados podemos destacar: a) problemas técnicos na escolha dos empreendimentos; b) implantação de projetos em locais com pouca possibilidade de uso produtivo, como em áreas de Mata Atlântica, Áreas de Preservação Permanente, áreas litorâneas, etc.; c) carências de infraestrutura para produção e venda mesmo em locais com acesso à rodovias e centros urbanos; d) irregularidade e demora na implementação dos empreendimentos; e) número muito maior de beneficiários do que a capacidade da área adquirida; f) as associações enfrentam dificuldades das mais variadas, como sociabilização, mutuários indicados por políticos, etc. g) baixo nível de escolaridade dos mutuários; h) assistência técnica precária ou inexistente; entre outros aspectos.

Da Ros (2006), por sua vez, analisa a implantação do BT no Rio Grande do Sul no período de 1999 e 2002. O autor explicita que o crédito fundiário se tornou a principal política fundiária durante o governo FHC. Foram destinados R\$ 173.829.267 para 8.484 famílias, enquanto que no mesmo período foram assentadas somente 995 famílias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao mesmo tempo, Da Ros constata que: a) a ausência de critérios válidos para todo o estado, levou a um descontrole dos financiamentos; b) presença de irregularidades e favorecimentos políticos na condução dos projetos; c) inexistência de critérios agrônômicos na seleção das propriedades, levando a compra de áreas de baixa qualidade; d) a inexistência de critérios levou a seleção de beneficiários inaptos para quitar as prestações de financiamento. Devido aos elementos expostos, o autor afirma que

a política de crédito fundiário foi utilizada como um instrumento para combater as ocupações de terra organizadas pelos movimentos camponeses, em especial o MST.

2.3. **Governos neodesenvolvimentistas e a Contrarreforma Agrária de Mercado: manutenção e reciclagem do crédito fundiário**

Como evidenciamos no capítulo anterior, a conjuntura política principalmente a partir do final da década de noventa levou à vitória de governos progressistas no Brasil e na América Latina. No Brasil isto acontece devido aos impactos sociais regressivos do neoliberalismo e sua crescente impopularidade etc. Conforme Boito Jr. (2012), de um lado, as contradições da crise levaram a um fracionamento do bloco neoliberal em que a fração “interna” da burguesia e seus aliados passaram a rever sua posição frente às reformas orientadas para o mercado. Do outro lado, o neoliberalismo impôs uma ofensiva às organizações de esquerda, levando a um refluxo profundo no movimento sindical, o MST é uma das exceções - como pudemos ver pelo aumento das ocupações. Esse conjunto de fatores criou “as condições para a construção de uma frente política que abarcasse setores das classes dominantes e das classes dominadas” (BOITO Jr. 2012, p.5). Essa frente política passou a ser denominada de neodesenvolvimentista (BOITO Jr., 2012; ALVES 2003; KATZ, 2016) e foi organizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) e possibilitou a sua chegada ao poder pelas articulações com a grande burguesia. Alves (2003) afirma que essa aliança entre a burguesia interna, setores organizados da classe trabalhadora e das camadas pauperizadas é o que conformou a estratégia de governo neodesenvolvimentista, que “nas condições de crise estrutural do capital e do sociometabolismo da barbárie, não confrontou os interesses do capital financeiro (ALVES, 2003, p.6).

O programa neodesenvolvimentista buscava o crescimento econômico sem romper com o modelo neoliberal. Boito Jr e Berringer (2013, p.30) destacam:

(i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão

ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juros subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica.

A força dirigente deste bloco é a burguesia interna – indústria, mineração, construção civil e agronegócio - unificada em torno do forte papel do Estado na proteção e do incentivo financeiro (BOITO JR, 2012; BOITO JR; BERRINGER; 2013). A política econômica visava o favorecimento destas classes, seja pela política de superávits primários – fortalecendo o agronegócio -, do importante papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de grandes empresas sobretudo nacionais. É nesse sentido que Boito jr afirma “A grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista” (2012, p.8).

O grande capital internacional hegemônizava o bloco opositor ao governo dentro de uma frente neoliberal, representado politicamente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), reunindo o grande capital financeiro, e frações desta burguesia brasileira integrada a este setor, mais os grandes proprietários de terra e a alta classe média (BOITO JR; BERRINGER, 2013, p.31).

No neodesenvolvimentismo as classes dominadas também estão presentes, o operariado urbano, a baixa classe média, trabalhadores assalariados, o campesinato e os trabalhadores da “massa marginal”. A relação dessas classes se deu de maneira bem complexa, mas obtinham ganhos parciais devido ao crescimento econômico, com valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda e redução da pobreza como o Bolsa Família e o Fome Zero, etc. (BOITO JR; BERRINGER, 2013, p.31).

As contradições internas no bojo do neodesenvolvimentismo também estavam presentes no tratamento da questão agrária. Por um lado, marcou-se por grandes investimentos na agricultura capitalista, no agronegócio, e do outro, de maneira tímida, fortaleceu a agricultura camponesa, como evidencia o gráfico abaixo. A frente neoliberal, articulada junto a bancada ruralista fez

forte oposição ao governo. A análise de Costa (2012) indica que a atuação da bancada ruralista durante o governo FHC tinha o sentido de aprofundar o neoliberalismo, buscando renegociações da dívida agrícola, criminalização dos movimentos e da expansão da fronteira agrícola na Amazônia. Já durante os governos neodesenvolvimentistas, a bancada leva a cabo as medidas inconclusas no governo anterior, como a criação do novo Código Florestal brasileiro pelo Projeto de Lei 1876/99, impedir a justiça social no campo – pela Emenda Constitucional nº265/2004 chamada de PEC do trabalho escravo; avançar no desenvolvimento do agronegócio e na criminalização dos movimentos. Um dos casos a ser destacado é a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (2003-2005), mais conhecida como CPMI da Terra, que tinha como pretexto a investigação das ocupações e dos movimentos socioterritoriais, mas que tinha o objetivo de um lado, fazer oposição as políticas sociais e agrárias do governo Lula; do outro, criminalizar os movimentos camponeses, em especial o MST (SAUER; SOUZA; TABINO, 2006)²⁶.

Segundo Delgado (2012) os governos neodesenvolvimentistas apostaram no fortalecimento da economia do agronegócio. O agronegócio, na leitura do autor (DELGADO, 2012, p.94), é entendido como uma associação entre o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária, pela via da estratégia econômica de capital financeiro, na busca de lucro e renda da terra, sob forte incentivo do Estado com crédito rural, incentivos fiscais, pesquisas científicas, etc. A estratégia do capital financeiro na agricultura se estrutura durante o período da modernização conservadora nos anos 70 e é retomado de maneira tímida nos anos 2000 durante o governo Cardoso. Contudo, o agronegócio durante os governos neodesenvolvimentista obteve um grande impulso. Buscava-se balanças comerciais superavitárias a partir das exportações de *commodities* com o intuito de obter receitas. Em sua análise, Delgado (2012) identifica que esta estratégia foi bem eficiente até meados de 2008, pois podíamos notar uma “conta corrente” superavitária até então, porém a

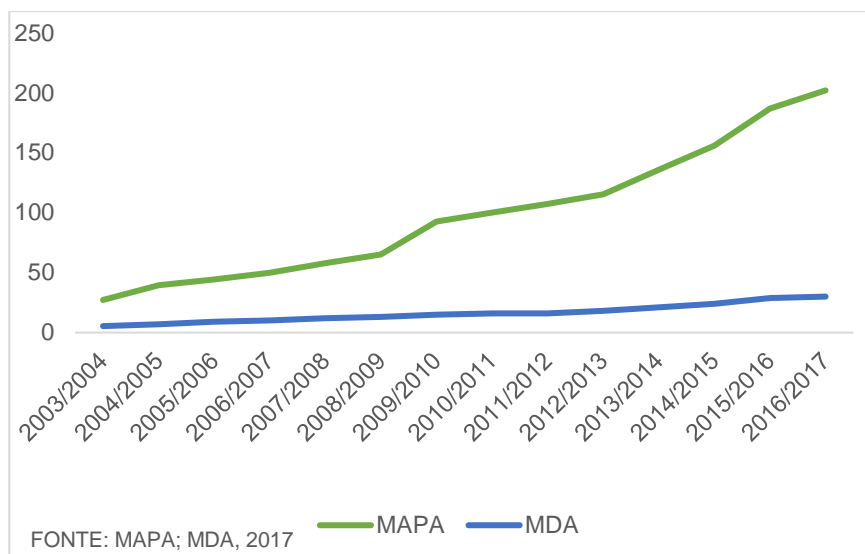
²⁶ Há toda uma sessão da Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária de 2006 v.33 n.2 quanto a questão da CPMI da Terra que vale a pena ser consultada. A análise de intelectuais, militantes e políticos, evidenciaram que as denúncias realizadas pelo MST sobre o conteúdo da CPMI estavam corretas.

partir deste ano há uma estagnação no saldo positivo da balança comercial, ao mesmo tempo provocando sucessivos déficits “em conta corrente”²⁷.

O gráfico abaixo (gráfico 4) mostra a evolução do crédito agropecuário, durante os governos neodesenvolvimentistas. Como podemos notar, os recursos eram divididos entre 2 ministérios: de um lado o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), caracterizado pelo incentivo à agricultura empresarial, do agronegócio, e do outro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) responsável pela agricultura familiar, camponesa. Enquanto o primeiro obteve um montante de R\$ 1.379,95 bilhões, entre 2003 e 2017, o segundo somente R\$ 225,4 bilhões no mesmo período, ou seja, a agricultura camponesa correspondeu a apenas 14% dos créditos destinados a agropecuária empresarial. Esses dados mostram que apesar de inseridos dentro do pacto neodesenvolvimentista e de ter obtido importantes políticas de redistribuição e públicas de desenvolvimento, o campesinato se encontrava numa posição subalterna em relação às classes dominantes, em especial ao agronegócio.

²⁷A redução dos saldos em conta corrente, como mostra Delgado (2012, p.95-96), passa de um superávit de 7,59% em 2006/2007 para um déficit de 28,19 bilhões em 2008, essa tendência irá permanecer nos anos seguintes, como os dados do Banco Central mostram que em 2014 tivemos um déficit de 104,181 bilhões e 2016 de 23 507 bilhões.

Gráfico 4 - Evolução do crédito agropecuário entre 2003 e 2017 (em bilhões R\$)



O governo Lula adota a política de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) para orientar as políticas públicas para o campo. Criou-se nesse momento uma série de ações como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), que integra o MDA, e em 2008 os *Programa Territórios da Cidadania*. Como afirma Montenegro (2006) o DTR vem sendo disseminado na América Latina pelos teóricos e instituições adeptas ao PCA, tal como o BM, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, a Rede Internacional de Metodologia de Investigação de Sistemas de Produção/Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural – RIMISP e uma série de intelectuais.

Para Montenegro e Favaro (2012, p. 49), o DTR está associado ao paradigma neoliberal de alívio da pobreza, ou seja “[...] como política compensatória, um paliativo para aturar a pobreza rural com ares de transformação produtiva e institucional em um contexto dominado pelas assimetrias produtivas e institucionais reforçadas pelo agronegócio [...]”. Ramos Filho (2013, p.43-44) nos lembra que nos territórios da cidadania, buscava-se o desenvolvimento e a universalização dos programas sociais no campo a partir de sete eixos de atuação: direitos e desenvolvimento social; organização sustentável da produção; saúde, saneamento e acesso à água; educação e cultura; ges-

tão territorial e ações fundiárias. A única ação fundiária nos territórios da cidadania era o crédito fundiário e não havia a opção de efetivar desapropriações por interesse social, mostrando a limitação dada aos territórios e a sua vinculação ao ideário neoliberal. Iremos tratar mais detalhadamente deste mecanismo em seguida.

O governo Lula não obteve condições de realizar uma ampla reforma agrária no país devido a correlação de forças desfavorável, ao pacto neodesenvolvimentista (FERNANDES, 2013). Essa configuração da correlação de forças fez com que o governo Lula abandonasse a Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio e apresentada após a vitória do petista. O “Plano Plínio” tinha o objetivo de transformar a estrutura agrária do país, começando por assentar 1 milhão de famílias em 4 anos. O governo adotou um programa muito mais modesto e vinculado a concepção teórica do PCA, o *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural* (II PNRA), que se estipulava a criação de 400 mil assentamentos.

O governo petista não rompe com a CRAM, pelo contrário, reformula os programas existentes, cria novos e expande para todas as regiões do país. Dentro do II PNRA, Lula cria o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), “incorporado à política fundiária do Estado brasileiro e funcionando como um instrumento de longo prazo” (RAMOS FILHO, 2007, p.58) e aprofundando a agenda do BM no país. O PNCF tinha a meta de financiar 150 mil famílias entre 2003 e 2006. Os projetos de crédito fundiário existentes passaram por uma reformulação programática e seus nomes foram alterados, mas a essência teria permanecido a mesma das políticas gestadas nos governos FHC.

O território imaterial construído no governo Lula pretendia tratar o crédito fundiário como uma política complementar à desapropriação. Era parte de uma estratégia de descentralização administrativa, passando as atribuições da implementação dos empreendimentos para os estados e municípios:

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento complementar à desapropriação [...] A estratégia de implantação do Programa está baseada na descentralização das ações, na participação dos Estados, municípios e das comunidades [...] (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003, p.25-26)

Criou-se o programa Combate à Pobreza Rural (CPR) no lugar do PCT e do CFCPR; já o BT transformou-se no Consolidação da Agricultura Familiar (CAF). Novos programas são criados, como o Nossa Primeira Terra (NPT) para jovens camponeses, Terra Para Liberdade (TL), para trabalhadores resgatados de trabalhos análogos a escravidão e Terra Negra Brasil (TNB), objetivando abranger e capturar setores historicamente pauperizados e com potencial para a luta pela terra (PEREIRA; SAUER, 2006, p.201 e RAMOS FILHO, 2007, p.59). As linhas de crédito podem ser observadas abaixo, com as condições atuais de juros, crédito, prazo, etc. (quadro 3):

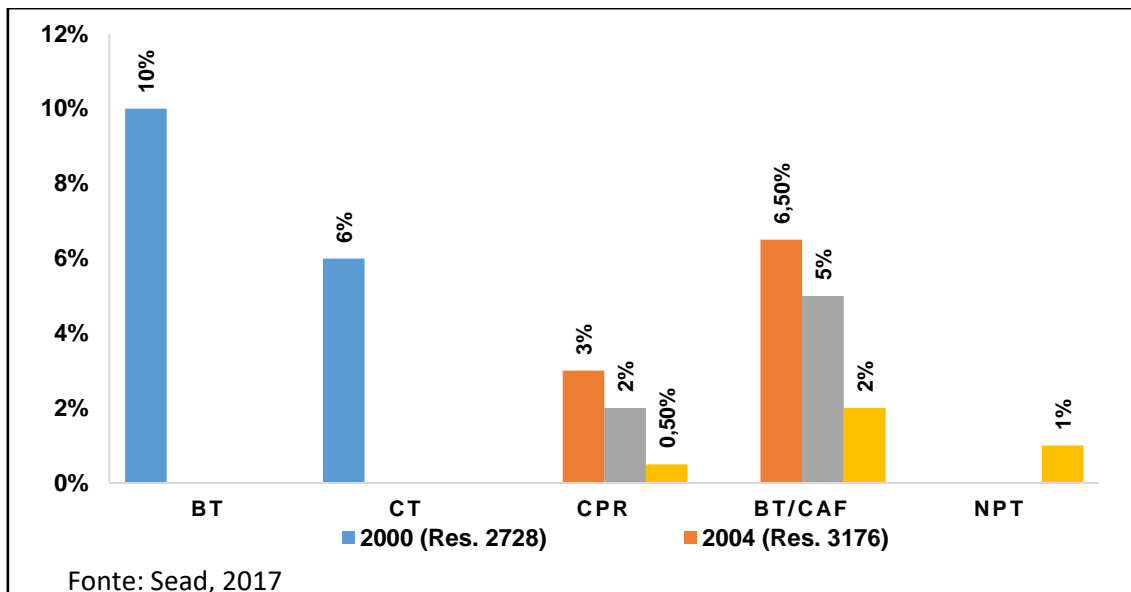
Quadro 2 - Linhas de crédito do PNCF

Linhas de Crédito	Taxa de Juros (ao ano)	Renda anual	Patrimônio	Experiência na Agricultura	Forma de acesso	Financiamento	Infraestrutura básica e produtiva
Combate à Pobreza Rural (CadÚnico)	0,50%	Até R\$ 9 mil	Até R\$ 15 mil	5 anos	Coletivo	Individual	Não reembolsável
Nossa Primeira Terra	1%	Até R\$ 15mil	Até R\$ 30mil	5 anos	Individual	Individual	Reembolsável
Consolidação da Agricultura Familiar	2%	Até R\$ 15 mil	Até R\$ 30 mil	5 anos	Individual	Individual	Reembolsável
Limite de crédito	R\$80 mil por beneficiário						
Prazo de Financiamento	Até 20 anos com 3 anos de carência						

Fonte: SEAD, 2017

Os juros das linhas de crédito foram se modificando ao longo do tempo por meio de resoluções, atendendo as demandas dos sindicatos, principalmente ligados à CONTAG, e movimentos que participam do PNCF, que observando o endividamento de milhares de famílias passaram a reivindicar melhores condições de financiamento (gráfico 5)

Gráfico 5 - Evolução das taxas de juros no Plano Nacional de Crédito Fundiário (2004-2016)



A criação de seminários, palestras e estudos que envolviam intelectuais e institutos de pesquisa, como o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), tornou-se mais uma estratégia para difundir a CRAM como uma saída para a solução da questão agrária e da pobreza rural. A título de exemplo, podemos citar o estudo realizado pelo NEAD intitulado “Crédito Fundiário e Qualidade de Vida no Campo” (SPAROVEK, et. al., 2005), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, que abrangeu 174 empreendimentos e visava analisar o CFCPR. O estudo não consegue encobrir totalmente a realidade expressa nos empreendimentos e sinalizou para problemas tais como: a falta de assistência técnica; a precariedade da implementação das políticas agrícolas; a evasão das famílias; a baixa renda dos mutuários; a maioria dos empreendimentos não havia conseguido iniciar os projetos; altos níveis de proletarização.

É preciso ter ainda um pouco de paciência e acima de tudo, estar preparado para a enorme quantidade de trabalho, dedicação e criatividade que ainda são necessários para corrigir o que está errado, melhorar o que está funcionando e tornar perfeito o que está bom. (SPAROVEK, et. al., 2005, p.56)

Vamos analisar alguns dados apresentados no estudo realizado pelo NEAD. Os beneficiários apresentaram uma relevante experiência com ocupação agrícola antes de ingressarem, uma média 24 anos de experiência, com total 84% das famílias exercendo atividade agrícola imediatamente antes de ingressar. Segundo o estudo, havia uma média de 6 pessoas por família, com uma média de 3,6 pessoas trabalhando na produção agropecuária nos projetos. A maior parte dos beneficiários teria entre 31 e 46 anos e apenas 9% menos de 25 anos, demonstrando uma idade avançada destes sujeitos. A idade média dos filhos que moram nos empreendimentos é de 12 anos. Apenas 35% dos beneficiários moram nos projetos.

Em 17% dos empreendimentos não havia nenhuma família morando no projeto. Apenas 32% das famílias moravam somente nos projetos. A maioria dos beneficiários, 68%, moravam exclusivamente fora e apenas parte do tempo no projeto. A maior parte, 87%, moravam próximo ou é vizinho do imóvel ou do município onde está localizado o projeto.

A velocidade de negociação dos imóveis é rápida, o tempo médio é de 17 meses, sendo que a ocupação leva em média 4 meses. As atividades de capacitação ocorreram em menos da metade dos casos, 42%, mas com grande participação dos mutuários.

Os projetos eram localizados bem próximo das sedes dos municípios, tendo uma média de 26km, percorridos em uma hora e meia. Segundo o estudo, os projetos estavam localizados entre 10 e 40km, um dos fatores para não serem mais próximos era o elevado preço da terra. Onde há predominância do transporte de ônibus coletivo e carro, os projetos eram mais distantes.

O transporte coletivo facilita a dinâmica naturalmente implantada nos projetos, ou seja, a base para acesso a serviços de educação e saúde centrada no município, a permanência de parte da família na cidade e a comercialização centrada na vizinhança do projeto. (SPAROVEK, et. al., 2005, p.28)

Segundo o estudo, em 72% dos empreendimentos ainda não haviam iniciado a produção coletiva, já em 60% dos casos ainda não tinham iniciado nem a coletiva nem a individual e 8% não há área destinada a produção coletiva. Nos casos onde já havia produção coletiva, 19% ainda não participaram

do trabalho. A assistência técnica estava presente em apenas 49% dos projetos. Em 25% dos casos onde são contratados profissionais prestadores de serviços, os recursos são oriundos do CFCPR, sendo 35% profissionais do Estado, e 21% de ONGs e outras empresas privadas.

Notou-se que a maior parte da produção se destinava a consumo próprio da família, à comercialização para vizinhos, na cidade e uma pequena parte da produção era intermediada por atravessadores é uma pequena parte da produção. A maior parte das parcerias visando acesso a serviços foi junto às prefeituras municipais principalmente relacionadas a transporte, saúde e escola.

O lixo produzido era queimado em céu aberto em 89% dos projetos, principalmente devido à falta de um sistema de coleta eficaz e distante das sedes municipais. Em apenas 4% dos projetos havia telefone instalado, sendo que em 62% só seria possível ter acesso na sede do município. O estudo alerta que a situação é semelhante quando nos referimos ao acesso à internet e computador. O deslocamento dos empreendimentos tem sido realizado em 51% dos casos em veículos particulares, 14% por ônibus e em 12% não tinha nenhuma forma de transporte. O preço médio da passagem de ida e volta era alto, R\$6,00.

No que tange à educação, observou-se que a média de escolaridade dos conjugues variava entre 1ª a 4ª série, sendo 37% analfabetos, sendo que 80% não estudavam na ocasião. Em relação a escolaridade dos filhos (em idade escolar), em 18% dos casos notou-se falta de acesso ao serviço de educação. A frequência dos filhos na escola que não moravam nos projetos foi maior. Esses resultados demonstram uma grande precariedade no serviço de educação, grande proporção de analfabetos, e de escolaridade no primeiro ciclo da educação básica. As escolas de ensino médio em 76% dos casos estão localizadas nas sedes municipais, enquanto as de ensino fundamental predominantemente no entorno dos projetos. Foi identificado que tanto a dificuldade de acesso e a localização dificultam a continuidade dos estudos.

Sobre o atendimento de saúde, em 21% o atendimento era realizado no próprio empreendimento, no entanto a maioria dos casos, 41%, o atendimento só era realizado na sede do município mais próximo.

O estudo também faz um levantamento da renda das famílias. Em apenas 10% dos empreendimentos a renda mensal era superior a R\$ 4.800,00. Considerando todas as famílias, a situação é preocupante ao observar que a renda média por ano das famílias era de R\$ 2.200,00. Nota-se que a composição da renda familiar era de 2/3 do trabalho rural e 1/3 de benefícios e direitos (aposentaria, bolsa-alimentação, etc).

E nesse sentido, os movimentos socioterritoriais articulados junto a Via Campesina- Brasil vão ser a principal força de oposição a CRAM, realizando uma série de ações, produzindo territórios imateriais contra-hegemônicos, que buscam pautar a democratização do acesso à terra e aos direitos dos camponeses. As organizações da Via Campesina- Brasil, junto à Rede Terra de Pesquisa, realizaram um estudo aprofundado sobre a situação dos empreendimentos de crédito fundiário como forma de denunciar o modelo de mercado e a situação de pauperização das famílias mutuárias por meio do documento *Armadilha do Crédito Fundiário do Banco Mundial* (2006). O trabalho buscou ter uma perspectiva mais ampla, pois foram realizadas 1.677 entrevistas, em 60.000 famílias e abrange o BT, CFCPR e o NPT, criados durante 1997 e 2005.

Dentre os resultados, foi identificado que em 35% das famílias elas não selecionaram a terra que compraram. Em 54% dos casos, as famílias não tiveram acesso ao contrato, sendo que 48% desconhecem as penalidades que podem ocorrer caso não saldem os dividendos. No que tange à produtividade da terra, 48% argumentaram que a terra era improdutiva ou ociosa. O financiamento para iniciar as atividades produtivas não foi efetivado em 36% dos casos. Em 40% dos empreendimentos nunca receberam assistência técnica e 86% não têm assistência com regularidade. Nos empreendimentos, 46% não tem o suficiente para o próprio sustento e 47% não produzem o suficiente para pagar o financiamento da terra, 19% que estão a mais de um ano no empreendimento já passaram fome.

No que diz respeito ao acesso a serviços, identificou-se que 76% não têm posto de saúde, 72% não têm acesso à ambulância em casos de emergência, 48% não têm acesso a escolas ou creches, 20% não tem acesso à energia.

A partir do que foi apontado acima podemos fazer uma série de reflexões:

a) A situação de incerteza ou inexistência na assistência técnica e a baixa produtividade dos empreendimentos mostram de um lado que a promoção de serviços destinados à produção é precária assim como de insumos, tecnologia etc. não alcançam estes produtores;

b) O acesso a serviços como saúde, educação, internet, energia também se promove de maneira muito precária ou até inexistente;

c) Em muitos casos a atividade predominante não é a agricultura, assim como muitos mutuários não residem nos lotes; indicando que o trabalho assessorio pode ser uma estratégia das famílias nessas situações;

d) De acordo com os dados, a renda anual das famílias é de R\$ 2.200,00, sendo R\$ 183,00 por mês, ou seja, muito inferior ao salário mínimo. Nesse sentido, a CRAM não modifica um traço característico do campo brasileiro: a pobreza rural.

e) A situação de baixa renda reflete no aprofundamento do endividamento das famílias tanto no saldo do empreendimento como para captar créditos para produção. Nota-se, portanto, um processo de sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 2010).

Estes pontos enunciados acima reforçam a tese, já apresentada alhures, de que a chamada modernização do campo e a globalização não atingem a todos, mas suas benesses permanecem concentradas nos atores hegemônicos. É possível observar também que ao mesmo tempo em que o capital, por meio do seu arranjo espacial em rede, integrou o espaço, por outro, ele não se promoveu de maneira homogênea, mas de maneira desigual e combinada (SMITH, 1998; OLIVEIRA, 2001), como mostram os territórios da CRAM.

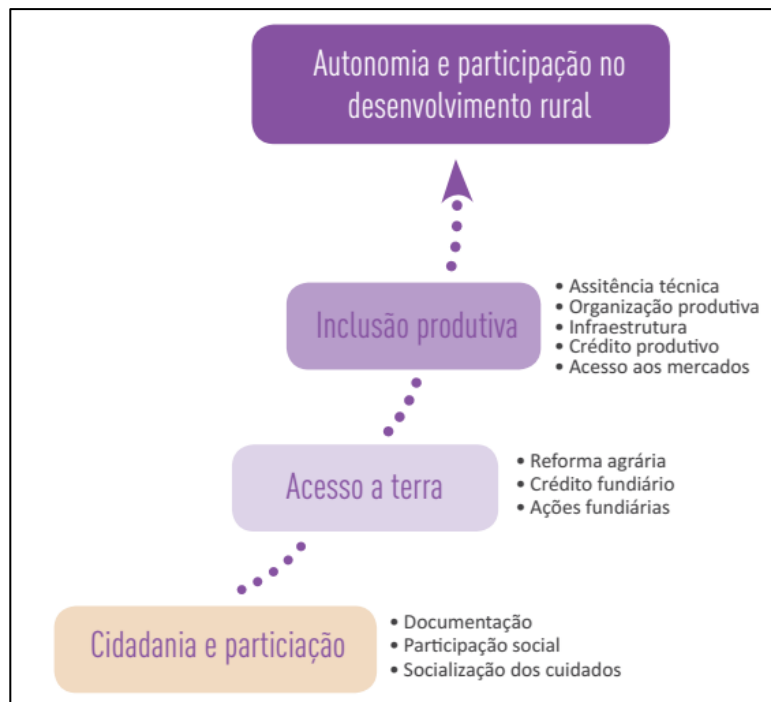
Conforme debatido anteriormente, uma dimensão importante do território imaterial para sustentar o conjunto de ações da CRAM, é incorporar em seu escopo sujeitos historicamente pauperizados pelo metabolismo do capital no campo, tais como quilombolas, mulheres e jovens. Trazemos aqui, a título de exemplo, um documento produzido pelo MDA em conjunto com a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, publicado durante o governo seguinte, o de Dilma Rousseff (2010-2016), denominado *Políticas Públicas para Mulheres*

Rurais no Brasil (MDA, 2015). Como notaremos, não à toa, há diversas similaridades entre o que está exposto no documento com as concepções teóricas do BM - conforme discutimos alhures.

Há um importante reconhecimento do papel das mulheres na agricultura camponesa, “[...]são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas [...]” (MDA, 2015, p.2). Em seguida, busca utilizar os dados do censo agropecuário para mostrar – outro dado concreto importante – a desigualdade de gênero no campo, utilizando o censo demográfico de 2010 e o censo agropecuário de 2006, do IBGE. Nesse sentido, aponta que 24,8% das mulheres são responsáveis por família; 34,1% das mulheres com 16 anos ou mais que não possuem rendimento, estão no meio rural; quanto ao rendimento médio entre homens e mulheres no campo, a razão é de 72,7%, no entanto as mulheres contribuem com 42,4% no rendimento familiar; há um pequeno número de mulheres como responsáveis do estabelecimento agrícola, apenas 16%.

Estabelecido a importância da mulher e apresentado o problema, constrói-se um conjunto de ações que visam a promoção da autonomia e participação no desenvolvimento rural, conforme podemos observar na imagem a baixo.

Figura 1 - Rota das políticas públicas para a promoção da autonomia das mulheres rurais



Fonte: MDA, 2015, p.3

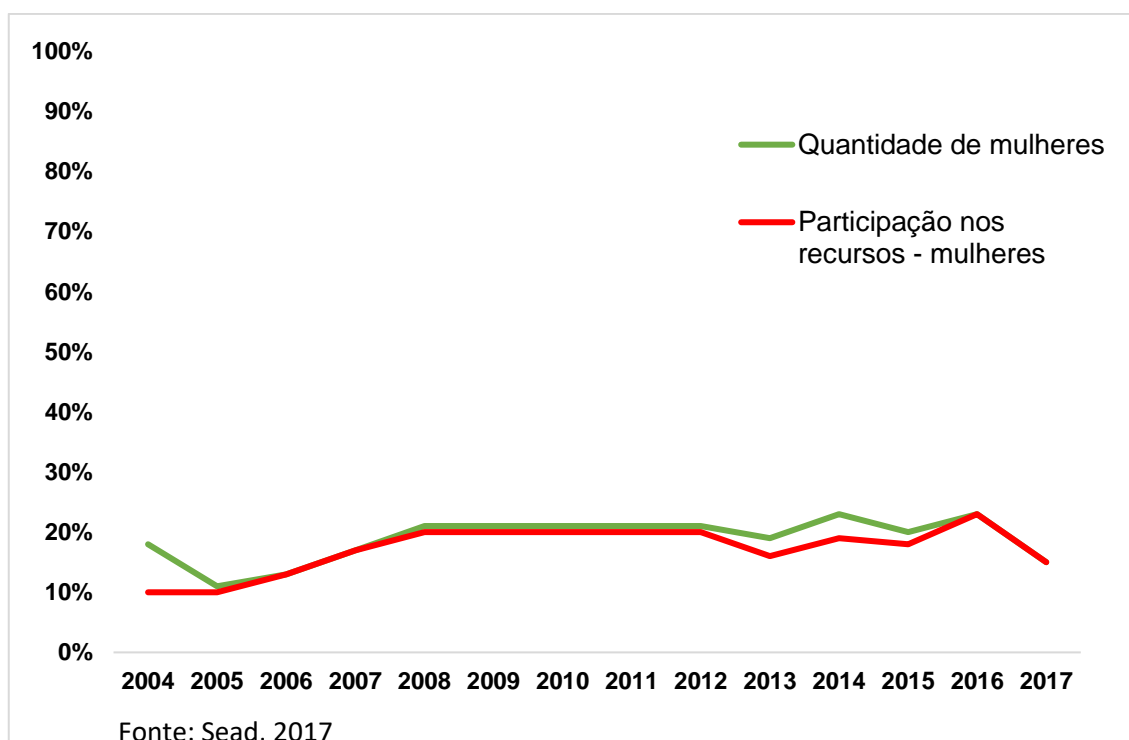
Parte-se do pressuposto de que em primeiro lugar é necessário garantir direitos básicos historicamente excluídos às mulheres devido as relações patriarcais no campo, permitindo acesso à documentação civil básica, previdenciária e trabalhista. A retirada desse primeiro entrave é considerada como um importante passo para garantir a inclusão das mulheres em políticas públicas e na reforma agrária. Aqui dois mecanismos são usados: 1) a emissão dos documentos civis, por meio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Durante o período de 2004 a 2014 foram emitidos 2.739.047 documentos, atendendo a 1.354.019 mulheres (MDA, 2015, p.5). 2) o segundo mecanismo é o estímulo a participação das mulheres nos territórios da cidadania, buscando ampliar o acesso a políticas públicas e inclusão social. Dentro da política territorial, orienta-se a composição paritária entre homens e mulheres nos órgãos colegiados, assim como a formação de Comitês de Mulheres. Dentro da política de desenvolvimento territorial, estipulam-se metas específicas para mulheres, tal como 40% dos recursos dos editais do Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) para o

atendimento de mulheres (MDA, 2015, p.15-17). Por fim, a participação das mulheres no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (Condraf) para se pensar em estratégias de desenvolvimento com igualdade de gênero.

Em seguida, está o acesso à terra e à política de reforma agrária (MDA, 2014, p.8). Tanto a criação de assentamentos como de empreendimentos de crédito fundiário são consideradas uma política de reforma agrária, como já estava estabelecido no II PNRA. O processo adotado no Brasil, elogiado pelo BM (2009b), estipula a titulação conjunta obrigatória, ou seja, a inscrição para a relação de beneficiários, para concessão real de uso e titulação dos lotes, para o casal em situação de casamento ou união estável no nome do homem e da mulher. Em caso de separação ou dissolução do casamento a mulher é quem fica com o lote se ela mantiver a guarda dos filhos(as). Também se adotou que as mulheres chefes de família têm prioridade na classificação de famílias beneficiárias na reforma agrária. Entende-se “A posse legal da terra da terra é fundamental para a inclusão econômica e social, criando condições de igualdade para mulheres” (MDA, 2015, p. 9).

De fato, conforme o documento, houve um aumento importante da titulação de mulheres na reforma agrária. Em 2003 havia 24% de mulheres, sendo apenas 13% chefe de família, já em 2013, temos 72% de mulheres, sendo 23% chefes de família (MDA, 2015, p.9). Contudo, os dados do Painel de Indicadores Gerenciais realizado em 2017 pela Subsecretária do Reordenamento Agrário do antigo MDA - hoje pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) – demonstram uma baixa participação das mulheres nos empreendimentos do PNCF. De acordo com os dados levantados, entre 2004 e 2017 a participação das mulheres no PNCF foi de somente 32%, já a participação no recursos destinados ao crédito fundiário, também apenas 16%, conforme o gráfico (gráfico 6) abaixo.

Gráfico 6 - Quantidade e participação das mulheres no PNCF (2004-2017)



O próximo passo da rota das políticas públicas é a inclusão produtiva. Aqui seriam utilizadas uma série de ações, tais como modalidades de créditos específicos para mulheres como o Fomento Mulher e o Pronaf - Mulher, Assistência Técnica e Extensão Rural, programas de agroindustrialização, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, prioritariamente a participação de mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras políticas públicas.

O documento expressa a conflitualidade presente no período neodesenvolvimento, pois os governos acabaram cedendo à algumas reivindicações históricas nas lutas das mulheres para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sendo elas, conforme Mafort e Reis (2018) consideradas público prioritário para as políticas públicas. Alguns exemplos elencados pelas autoras, como a modalidade de PAA para mulheres, a titularidade conjunta; acesso a benefícios como salário-maternidade e a aposentadoria, evidenciam que havia uma janela para conquistas importantes.

Outra contradição é a concepção teórica do documento, pois podemos elencá-la como pertencente ao PCA. Quer dizer, apesar de adotar importantes mecanismos de inclusão, como a titulação e preferência das mulheres nas

políticas fundiárias, não se consideram elementos estruturais do metabolismo social do capital, em que o patriarcado é um elemento estrutural, tal como a divisão sexual do trabalho e a ideologia patriarcal de sujeição da mulher. Ou seja, a inserção da mulher no mercado, tal como previsto no documento, contribui em que medida para a dissolução dos papéis de gênero historicamente constituídos? Oferecer o crédito fundiário como uma política de promoção da igualdade de gênero, de desenvolvimento e autonomia, mostra-se em primeiro lugar como um discurso, como evidenciam os dados, em segundo lugar, enquanto uma forma de manter milhares de mulheres camponesas endividadas, subordinadas ao capital financeiro. Nesse sentido, ao promover um ideário de inclusão focalizada, despolitizada, parcial, incompleta e precária, pretende retirar de cena o debate em torno dos conflitos políticos decorrentes das lutas sociais realizadas pelas mulheres camponesas junto aos movimentos socioterritoriais, uma vez que são capazes de trazer transformações substantivas nas relações de gênero, na propriedade da terra, e na relação capital-trabalho.

O BM é um agente produtor do espaço que atua em escala global, a partir da articulação com governos nacionais, influenciando na elaboração, condução e implementação de políticas de desenvolvimento, como no campo brasileiro. No entanto, nota-se que a CRAM é uma ação que promove a criação de territórios onde o capital mantém o controle até que a dívida seja saldada (RAMOS FILHO, 2013). Mesmo que fruto de uma ação global, ela produz territórios extremamente precários, muito pouco articulados no espaço, mas contraditoriamente, o capital financeiro atua de forma articulada em rede nestes territórios. Além de realizar a renda absoluta da terra, beneficiando o grande proprietário, estamos diante de uma forma moderna de produção capitalista de relações não capitalistas (MARTINS, 2010) no estágio do capital financeiro e da sujeição da renda da terra ao capital.

O tratamento da questão agrária durante o governo Dilma (2011-2016) não se alterou muito em relação ao governo Lula: os mecanismos de acesso à terra permaneceram os mesmos. No entanto, a crise internacional provocou um aprofundamento das clivagens internas do neodesenvolvimentismo e que posteriormente iriam levar ao golpe do impeachment e destituição da presidenta Dilma (BOITO JR, 2017). Com isso, a fração da burguesia interna e

externa pressionavam o governo para o atendimento de suas demandas em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, levando a uma grande diminuição na criação de assentamentos por exemplo. Associado a isto está a diminuição das ocupações de terra, devido a morosidade das desapropriações e à criminalização dos movimentos socioterritoriais.

Nesta crise do neodesenvolvimentismo, o governo Dilma adotou um discurso de qualificação dos assentamentos no sentido de simplificar a obtenção de terras, associá-las a políticas públicas como Minha Casa Minha Vida e Luz para Todos, e aumentar o valor agregado da produção facilitando a liquidação das dívidas do Pronaf e providenciando assistência técnica. As organizações camponesas por sua vez moveram uma crítica ao discurso de qualificação, em uma matéria do site oficial do MST:

A qualificação dos assentamentos prometida pela presidenta, na avaliação do MST, não se concretiza. “Há assentamentos criados por FHC que ainda não tem casa ou energia elétrica”, denuncia Conceição. O dirigente observa ainda que, enquanto crescem os subsídios para as multinacionais e o perdão das dívidas dos grandes latifundiários, os recursos para a reforma agrária são cada vez mais burocratizados e difíceis de serem acessados. (MST, 2014)

Como é possível observar nos gráficos 7 e 8, a CRAM no governo FHC abrangeu 44.335 famílias, 31% do total de empreendimentos, no Governo Lula 84.113 famílias, 59%, e no governo Dilma apenas 13.136 famílias, 10%. Enquanto FHC foi o maior articulador espacial da CRAM, pois a territorializa por todos os estados do Sul, Sudeste, Nordeste, no Centro-oeste os estados de Goiás e Mato Grosso, Lula foi o que criou mais empreendimentos e territorializou a CRAM para os estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia (DATALUTA, 2015; PNCF, 2016). Em comparação ao número de famílias em crédito fundiário e assentamentos, o crédito fundiário representou neste período entre 1995 e 2014, 15% em relação aos assentamentos.

Gráfico 7 - Brasil - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário - (1995-2014)

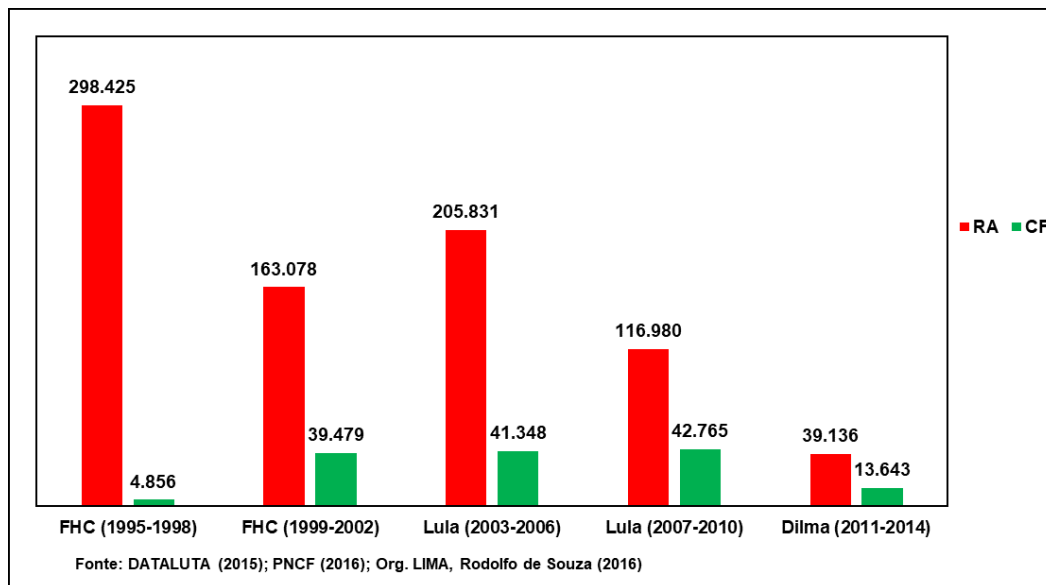
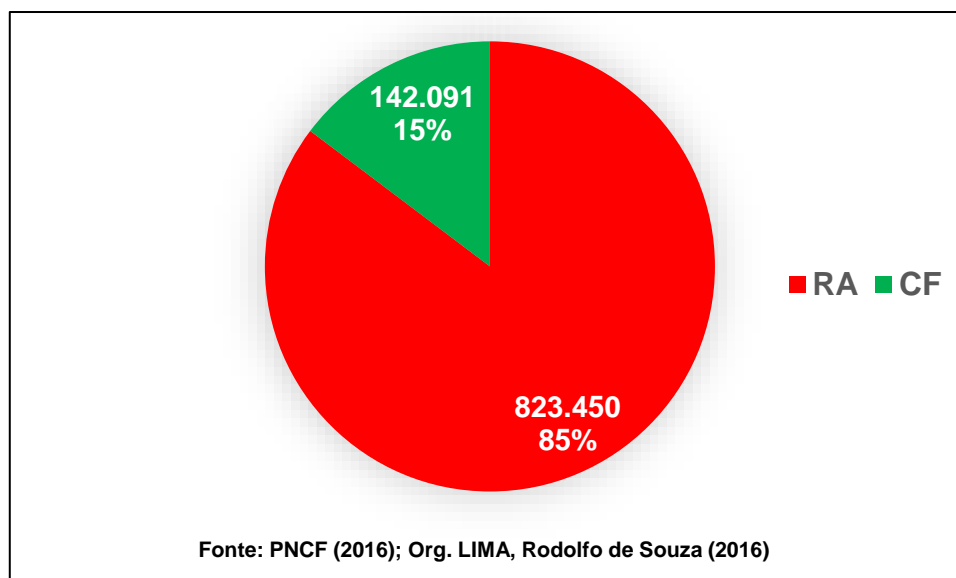


Gráfico 8 - Brasil - Porcentagem de famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário - (1995-2014)



No governo Dilma temos uma redução na criação tanto de assentamentos como de empreendimentos do crédito fundiário. Isso expressava a crise do neodesenvolvimentismo que começava a ruir. Nesse ínterim, a frente

neoliberal, adversária, conduziu um golpe institucional para retomar sua hegemonia no país.

2.4. Restauração neoliberal e contrarreforma agrária: retomada da agenda neoliberalizante e o golpe do Impeachment

A contradição inerente ao neodesenvolvimentismo não levou a um projeto popular, democrático e igualitário, devido a correlação de forças sociais, mas ao contrário, as forças do capital – principalmente a burguesia interna e a alta classe média – romperam com o pacto neodesenvolvimentista para reestabelecer a hegemonia do capital financeiro e realinhar o país aos interesses do imperialismo, representado pela fração da burguesia internacional, financeira e rentista alinhada aos EUA (BOITO JR., 2017). Conforme Alves, o neodesenvolvimentismo foi incapaz de elevar a consciência de classe das massas populares para um projeto transformador e emancipatório, uma vez que a racionalidade neoliberal ainda era imperante:

A era do neodesenvolvimentismo não conseguiu resgatar efetivamente a degradação moral-intelectual das massas ocorrida na década neoliberal. A ofensiva do capital na década de 1990 sob o neoliberalismo não foi apenas uma ofensiva do capital na produção, com a reestruturação produtiva; ou ofensiva do capital na política, com a vitória sucessiva de governos neoliberais de Collor a FHC, mas foi principalmente uma ofensiva ideológica que aprofundou o atraso cultural-ideológico das massas, manipuladas pelos aparatos midiáticos. (ALVES, 2003, p.4)

Conforme Boito Jr. (2017) as quedas nas taxas de lucro, nas taxas de consumo, da tendência declinante dos rendimentos nas exportações de produtos primários, começaram a provocar a insatisfação da burguesia interna principalmente a partir de 2013. Essa fração da burguesia que era hegemônica no período neodesenvolvimentista, aceitou durante esse tempo algumas reivindicações da classe trabalhadora por meio de programas e gastos sociais. Com a crise econômica, principalmente a partir de 2013, esses “sacrifícios” que a burguesia fazia começaram a se tornar intoleráveis. Como resultado, segundo ainda Boito Jr. (2017), houve uma crise de representatividade do PT e de Dilma, na qual a burguesia internacional e seus aliados nacionais – que sempre fizeram oposição aos governos petistas - com o apoio da alta classe média e parte da burguesia interna descontente, aproveitaram-se para

encaminhar um golpe parlamentar por meio de um impeachment, alterando a composição de forças. O golpe parlamentar de 2016 e a chegada de Michel Temer à presidência traçaram um projeto de restauração do neoliberalismo no Brasil (BOITO JR., 2017).

A agenda neoliberalizante de Temer deu uma unidade programática no campo burguês, que passou a defender²⁸: promoção de um programa de redução do Estado em gastos sociais, por meio da PEC 55; flexibilização da legislação trabalhista por meio da reforma trabalhista; privatização dos recursos naturais, em especial do pré-sal, retirando da Petrobrás o monopólio nacional da exploração do recurso; e uma reforma da previdência social para conter gastos; entre outros pacotes de reformas (Brasil de Fato, 22 de dez. 2017).

Por outro lado, Temer passou a promover um grande incentivo ao capital rentista e ao agronegócio por meio da manutenção das altas taxas de juros e da renegociação das vultuosas dívidas do agronegócio. Sob o discurso de “colocar o Brasil nos trilhos”, de que o país estaria fadado à bancarrota se não tomasse as medidas, o governo Temer evoca a agenda de reformas neoliberais como única alternativa possível para salvar o país. Sob estes preceitos move-se a contrarreforma agrária do governo Temer.

Dentro de uma estratégia de corte de gastos sociais e da reforma agrária, Temer extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transforma suas atribuições em uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD) sob a tutela da Casa Civil, ou seja, ligado à Presidência da República, com o objetivo de reduzir a importância da questão agrária e da agricultura camponesa. Conforme os dados da Análise sobre a Proposta de Lei Orçamentária 2018 realizada pelo Núcleo Agrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, os cortes para a obtenção de terra por meio da desapropriação chegam a 86,7% e do crédito fundiário a 79,3% (gráficos 9 e 10).

²⁸ O programa apresentado por Temer está elaborado no documento “Uma ponte para o futuro” e foi recusado por Dilma. Segundo o próprio Temer, isto foi um dos motivos que estimulou o processo do Impeachment. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=pP2IGTZOS4M>>. Acesso em: 10 de nov 2017.

Gráfico 9 - Orçamento – Obtenção de terra para a reforma agrária (2015 – 2018)

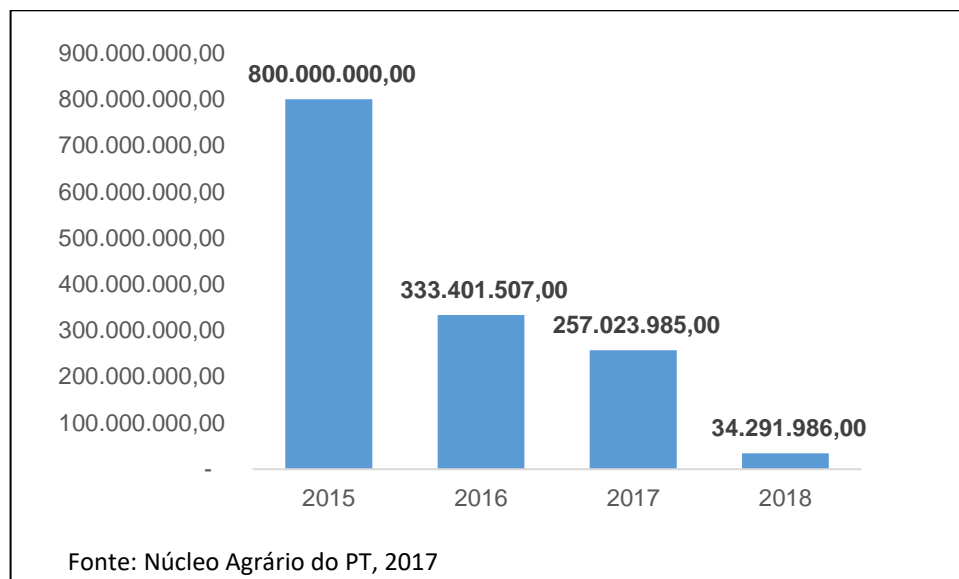
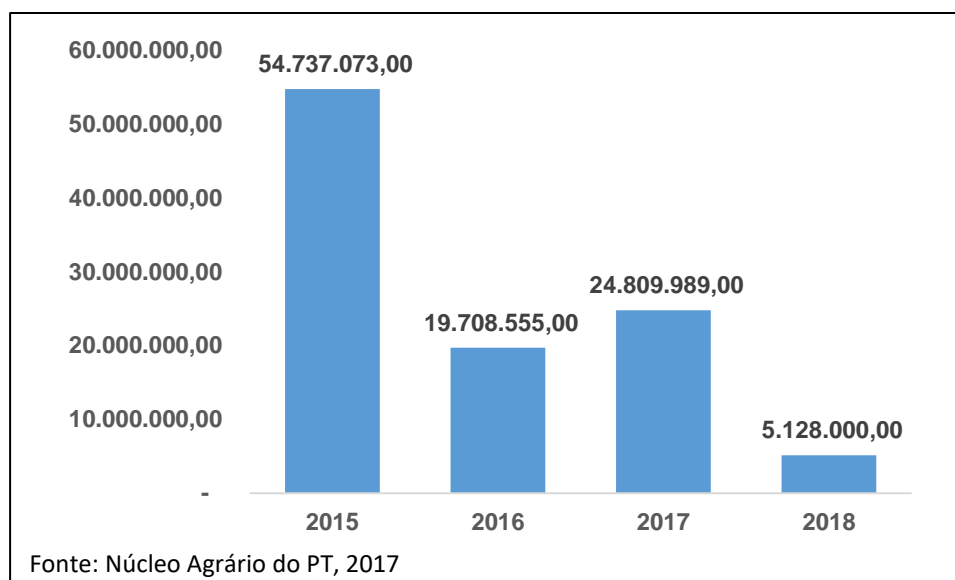


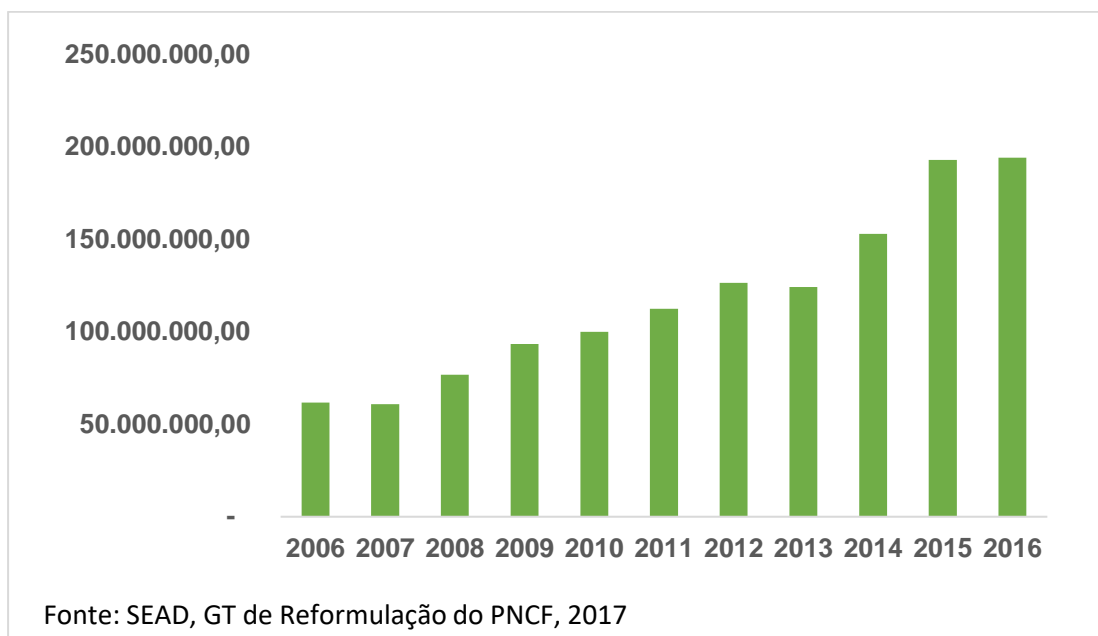
Gráfico 10 - Orçamento- crédito fundiário (2015-2018)



Apesar da queda do orçamento destinado ao CF, é notável o aumento do orçamento destinado ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária ao longo dos anos (gráfico 11). Entre 2006 e 2016 o fundo acumulou um montante de

R\$ 1.296.098.847, sendo que atualmente o saldo – o arrecadado menos o que foi efetivamente gasto - é de R\$ 565.258.760 milhões.

Gráfico 11 - Evolução das receitas do fundo de terras e da reforma agrária (R\$) entre 2006 e 2016



Os movimentos camponeses vêm denunciando os retrocessos na reforma agrária e do pacote de reformas do governo Temer. Destacamos aqui uma ação realizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais (FETAEMG), entidade ligada à CONTAG, em protesto à reforma da previdência e aos cortes financeiros na reforma agrária. O ato, realizado em 11 de dezembro de 2017, reuniu mais de 6 mil pessoas em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e fazia parte de uma agenda nacional de lutas da CONTAG. O trecho da fala de uma das lideranças do sindicato indica as insatisfações da entidade:

[...] A previdência social é um patrimônio dos trabalhadores do campo e da cidade, todos nós contribuímos. Se o governo quer cobrar, que seja dos banqueiros e dos grandes empresários que estão devendo, e não dos mais pobres. [...] **Hoje estamos aqui também para defender a reforma agrária, o crédito fundiário.** Vamos lutar pelo nosso direito de ir e vir, pela democracia e pelo Brasil. (VERMELHO, 13 de dez, 2017, negrito nosso)

A CONTAG, segundo o Painel de Indicadores Gerenciais (2017) é o movimento camponês organizado que tem mais participado do PNCF desde a sua criação no governo Lula. Sua presença é elogiada pelo BM e utilizada pelos governos como uma base de sustentação para legitimar o programa. No entanto, como o pacto neoliberal favorece os interesses dominantes, ele enfraquece a presença e participação dos movimentos sociais nas políticas públicas, gerando uma série de conflitos, conforme expresso no ato supracitado.

Ainda em 2016, o governo Temer aprovou a Medida Provisória (MP) nº759/2016²⁹, que irá entre outros elementos promover:

[...]: a) decisões impositivas do INCRA ou de outras instâncias de governo (municípios ou entidades da administração indireta) como, por exemplo, decisões sobre a emissão de títulos sem consulta à família; b) mercantilização da terra (pagamento de desapropriação em dinheiro; liberação para negociar títulos; pagamento à vista da parcela regularizada, etc.) e, c) descentralização, na verdade, municipalização e desoneração do INCRA das obrigações junto às famílias assentadas e execução de programas de desenvolvimento no campo. [...] (SAUER, 2016)

Mafort e Reis (2018) afirmam que as medidas do governo golpista têm um impacto negativo ainda maior entre as mulheres. Argumentam que, além da terceirização e da reforma trabalhista, que aprofundam a exploração do trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho extremamente desigual, as políticas públicas para o campo, que tinham um importante papel no combate à desigualdade de gênero, conquistadas no período anterior, começam a retroceder. Seguindo a mesma lógica do MDA, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos foram extintos e sua atribuição foi incorporada ao Ministério da Justiça, reduzindo a importância destas políticas na agenda do governo.

Em 2016 foram mais de R\$ 48 milhões de contratos realizados que atingiram cerca de 800 famílias pelo PNCF, um número relativamente baixo. Nesta “nova fase da reforma agrária” (sic) o PNCF é mantido pelo governo Temer. Ao mesmo tempo, o governo dissemina um território imaterial favorá-

²⁹A MP nº759/2016 foi convertida na Lei 13.465, de julho de 2017

vel à sua implementação baseado na eficiência, agilidade, modernidade e mérito (MDA, 2017). Até os dias atuais a política de crédito fundiário não engrenhou como a principal política de acesso à terra no Brasil. Em nossa leitura, isto pode ser explicado pela conflitualidade, pela luta de classes no campo, ou seja, pela importante capacidade dos movimentos camponeses, sindicais, intelectuais populares etc. em defender uma reforma agrária legítima. Comparando os dados do crédito fundiário com o desempenho da criação de assentamentos via desapropriação por Decretos, em 2016, foram 21 decretos, sendo 20 ainda sob o governo Dilma). Segundo a análise de Teixeira (2017), observa-se que obtivemos o pior desempenho desde 1995, desapropriando apenas cerca de 35 mil hectares.

Apesar da continua retorica do governo, segundo o levantamento feito pela Sead em 2016 e 2017, a situação do conjunto dos empreendimentos ligados ao PNCF desde o governo FHC, ainda apresentam uma realidade bastante precária. Como podemos observar no quadro 4 abaixo o percentual de inadimplência continua alto. O BT é o maior, com 53% de inadimplência em relação aos outros projetos de crédito fundiário, seguido do CT com 37%, o CAF com 27% e o CPR por último, com 16%.

Tabela 2 - Brasil - Percentual de inadimplência no PNCF (2016)

UF	CT	BT	CPR	CAF	TOTAL DA UF
AL		42%	25%	60%	46%
BA	49%	100%	35%		37%
CE	41%		13%	31%	20%
ES		68%	9%	13%	18%
GO		77%		28%	50%
MA	21%		23%		23%
MG	53%	77%	15%	12%	38%
MS		57%	5%	39%	30%
MT		80%	52%	70%	72%
PB		36%	17%	57%	29%
PE	28%	54%	21%		25%
PI	28%	79%	19%	31%	33%
PR		47%	5%	16%	21%
RJ		79%		48%	59%
RN		67%	11%	7%	12%
RO			0%	35%	9%
RS		26%	29%	15%	17%
SC		14%		12%	11%
SE		80%	16%	32%	33%
SP		54%		12%	42%
TO		31%	80%	60%	60%
TOTAL (média)	37%	53%	16%	27%	30%

Fonte: Sead, 2017

O levantamento apresenta as condições dos empreendimentos com os seguintes números: 70% não possuem assistência técnica, 40% não possuem casa, 45% ainda não têm acesso a luz elétrica, 10% à água e somente 36% têm acesso ao PRONAF – sendo 41% no Centro-Oeste, 21,1% no Nordeste, 5,1% no Norte, 27,9% no Sudeste e 63,1% no Sul. Tais dados evidenciam a carência de acesso que milhares de famílias mutuárias vivem. Deve-se levar em consideração essa realidade quando for explicar a inadimplência dos empreendimentos, não podemos aceitar que a explicação responsabilize somente no sujeito para a condição de endividamento as causas do fenômeno.

Mesmo com este quadro, a construção de um território imaterial favorável continua para legitimar o programa. Uma das táticas é evidenciar expe-

riências exemplares, “bem-sucedidas”, por meio do discurso do empreendedorismo, do sucesso dos empreendimentos, uma das marcas que podemos observar na publicidade do governo. Na matéria *Agricultor passa de meeiro a empreendedor com ajuda do PNCF* publicado no site da SEAD (SEAD, mai. de 2017), busca-se mostrar uma história de sucesso, onde uma família de meeiros de Roraima passa a ter acesso ao crédito fundiário, à terra e à agricultura familiar, saindo assim da dependência dos fazendeiros.

Já na matéria, *Guerreiras do campo*, a SEAD nos mostra uma experiência de mulheres camponesas, chefes de família, produtoras, lideranças de associação, segundo a imprensa do governo, “São famílias que apostaram na organização feminina e, motivada por elas, seguem plantando sonhos nas terras adquiridas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)” (SEAD, abril. de, 2017). Nesta matéria é notável a intencionalidade de se apropriar das formas de resistência das mulheres camponesas para disseminar o CF e legitimá-lo como uma ação fundiária capaz de superar as desigualdades de gênero.

Em janeiro de 2018, as regras do PNCF são alteradas pelo Decreto 9.263, estipulando novos tetos de financiamento e perfis de renda, sob o argumento de atender as reivindicações dos movimentos sociais e o novo momento do país. Para Raquel Santori, da Subsecretaria de Reordenamento Agrário (SRA), em sua declaração para a imprensa do SEAD:

As novas regras do crédito fundiário vão além da atualização dos valores. Estamos qualificando o processo de tramitação do programa, envolvendo todas as esferas públicas e os movimentos sociais, com o objetivo de assegurar que o trabalhador possa, sim, ter a sua terra, com maior viabilidade técnica, econômica e social e com condições para poder produzir (SEAD, 2017)

As mudanças compreendem a reciclagem do PNCF e a criação de três linhas, ampliando as faixas de renda e patrimônio para acessar ao crédito. Com isso o governo busca ampliar o leque de sujeitos e classes que podem acessar o programa:

A) no lugar do CPR, é criado o PNCF Social. É destinado a agricultores inscritos no Cadastro Único (CAD Único) nos estados do nordeste e norte, amplia-se o teto da renda anual de R\$ 9 mil para até R\$ 20 mil e patrimônio

até R\$ 40 mil. Os contratos dessa linha são individualizados (por família), mas podem ser acessados pela via associativa também. Quando acessado pelo meio associativo, recebem um financiamento de Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC) de R\$20 mil, podendo chegar até R\$25 mil quando adequam-se ao adicional mulher – quando possuem 100% de mulheres titulares -, adicional jovem - quando possuem 100% de jovens titulares - , adicional ambiental – para reparação de passivos ambientais, conservação e correção de fertilidade de solos, reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de reserva legal e introdução de sistemas agroflorestais ou agroecológicos. Quando acessado de forma individual, acessam o financiamento do Subprojeto de Investimento Básico (SIB), podendo ser utilizado R\$ 7.500 para a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

B) no lugar do CAF, é criado o PNCF Mais, destinado ao público intermediário passa a renda anual ser de R\$30 mi para até R\$ 40 mil, o teto do patrimônio de R\$ 60 mil para R\$ 80 mil. O público alvo é de camponeses sem terra ou com pouca terra das regiões Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste, exceto a região de abrangência da Sudene. Os mutuários que acessarem essa linha também podem captar o SIB.

C) cria-se uma nova linha, o PNCF empreendedor. Abrange todas as regiões, contudo, com regras a serem definidas junto aos agentes financeiros que optem por operacionalizar esta linha. Destina ao público de renda de até R\$ 216 mil com patrimônio de até R\$ 500 mil, nessa linha o risco da operação é do agente financeiro – do banco credor.

Apesar dos cortes financeiros, o PNCF é reformulado para ter continuidade. Em 2016 Temer criou 926 empreendimentos em uma área de 12.972,01 ha, e em 2017 o número cai para 332 empreendimentos em 4.943,37 ha, somando segundo o PNCF, 1.258 empreendimentos, um desempenho menor que os governos anteriores. Aproveitando-se da experiência dos governos anteriores, o governo Temer elege o mercado e a burocracia como território privilegiado, com isso pretende: 1) não prejudicar os interesses do agronegócio e dos proprietários de terras, paralisando a reforma agrária e com renúncias

fiscais ao agronegócio³⁰; 2) enfraquecer e deslegitimar a ação dos movimentos camponeses, evitando as desapropriações e criminalizando lideranças; 3) passar o “controle político” da reforma agrária para grupos políticos locais/regionais por meio da “editalização” das desapropriações; 4) entregar os assentamentos de reforma agrária para o mercado de terras com a política de titulação.

A experiência da CRAM no Brasil, como já dito anteriormente, é considerada pelo BM como um dos melhores modelos a serem seguidos no mundo. O ritmo e a forma como foi desenvolvida no país dependeu da correlação de forças, da conflitualidade entre agronegócio e campesinato em cada período, fazendo com que a agenda do Banco fosse sendo incorporada ao conjunto de políticas agrárias, contribuindo para a manutenção de uma estrutura fundiária extremamente concentrada. Por outro lado, as lutas camponesas, em especial aos movimentos ligados a Via Campesina – Brasil, apontaram para a necessidade de construir uma alternativa à contrarreforma agrária neoliberal, por meio da luta pela reforma agrária e da soberania alimentar. O aprofundamento da agenda neoliberal no governo Temer expressa a intencionalidade de aprofundar a exploração do trabalho e da natureza na qual uma reforma agrária que realmente desconcentre a propriedade fundiária e promova o desenvolvimento da agricultura camponesa não está no horizonte.

³⁰ Segundo o Brasil de Fato (14 de jun. de 2018), os dados da Secretaria da Receita Federal indicam: “As renúncias fiscais da União para o agronegócio cresceram 8,3% no governo de Michel Temer (MDB). De acordo com dados da Secretaria da Receita Federal, os subsídios com a isenção de tributos ao setor passou de R\$ 24,2 bilhões, em 2015, para R\$ 26,2 bilhões em 2017”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/14/renuncias-fiscais-que-favorecem-o-agronegocio-crescem-83-no-governo-temer/>>

3. A CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Continuando o diagnóstico do processo de territorialização do crédito fundiário, analisaremos agora mais propriamente o nível escalar regional, especificamente o Pontal do Paranapanema, recorte principal deste estudo. Aqui estudaremos o processo de formação da questão agrária regional, resgatando, de forma breve, o processo histórico de formação e ocupação, assim como o conjunto de conflitos territoriais, lutas camponesas e os contornos da luta de classes atual, ou seja, do conflito entre campesinato e agrohidronegócio. No segundo momento, após esta contextualização da questão agrária, buscamos traçar os delineamentos que determinaram a espacialização e territorialização do crédito fundiário. Neste item o leitor(a) irá encontrar a articulação e aliança de setores sociais ligados ao governo, sindicatos e ruralistas para a implementação dos primeiros projetos do BT e notará que a força dirigente de sua consolidação não se dará pelo campesinato, mas pelos grandes proprietários de terra regionais, representados em suas entidades. Encontrará uma análise discursiva e o dimensionamento de um território imaterial para fundamentar, justificar e influenciar o conjunto do tecido social. Por fim, avaliaremos a materialidade dos empreendimentos, no que tange a quantidade de famílias, empreendimentos criados, recursos destinados, sua espacialização na região, entre outros fatores. Vale ressaltar que neste capítulo não adentraremos na investigação no nível escalar do empreendimento, tal como a formação das associações, trajetórias das famílias, endividamento etc., assuntos esses que serão tratados no capítulo seguinte.

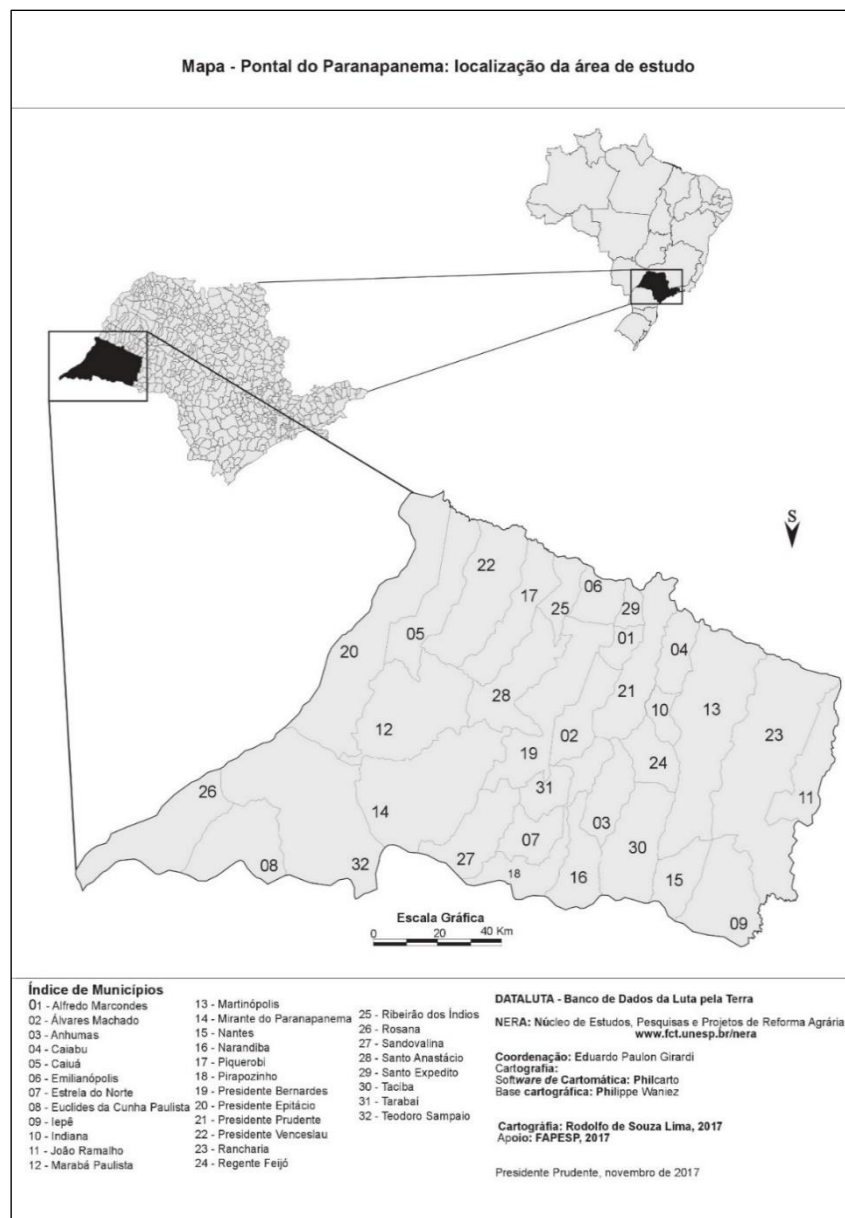
3.1. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária: processo de ocupação e conflitos territoriais entre campesinato e agrohidronegócio

O Pontal do Paranapanema, segundo a delimitação da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL), é uma região do estado de São Paulo composta de 32 municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente

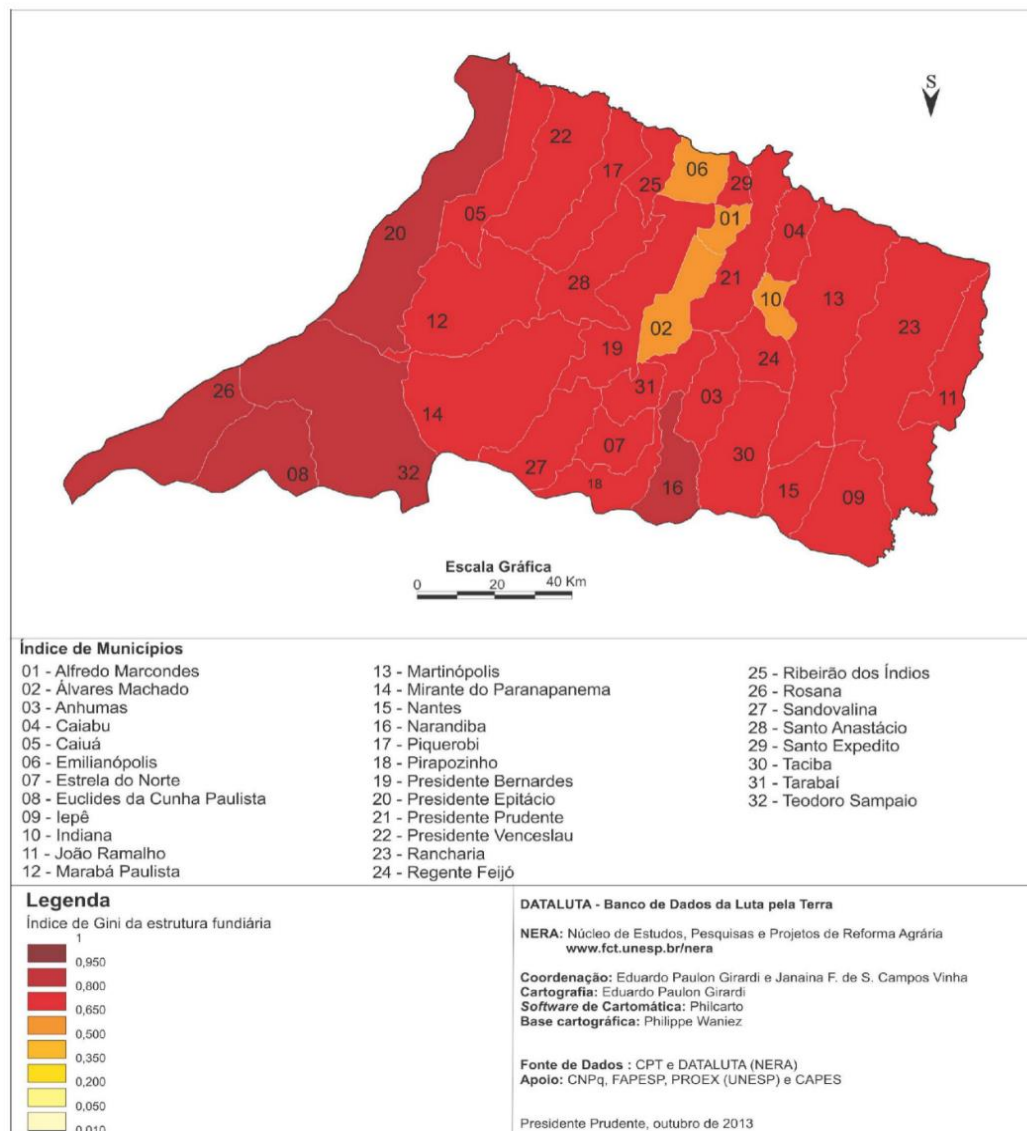
Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Teodoro Sampaio, Caiabu, Indiana, Tarabai e Estrela do Norte (mapa 1).

Segundo o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (2007), o Pontal possui 439.198,00ha de terras consideradas devolutas (considerando as propriamente devolutas, as que estão em Plano de iniciação para legitimar, Áreas Remanescentes, Reservas Ambientais) fruto de um processo de grilagem de terras que marca sua formação (LEITE, 1998). A região apresenta um índice de Gini muito próximo de 1, indicando uma grande concentração fundiária (mapa 2).

Mapa 1 - O Pontal do Paranapanema: localização da área de estudo



Mapa 2 - Pontal do Paranapanema - Concentração fundiária (2012)



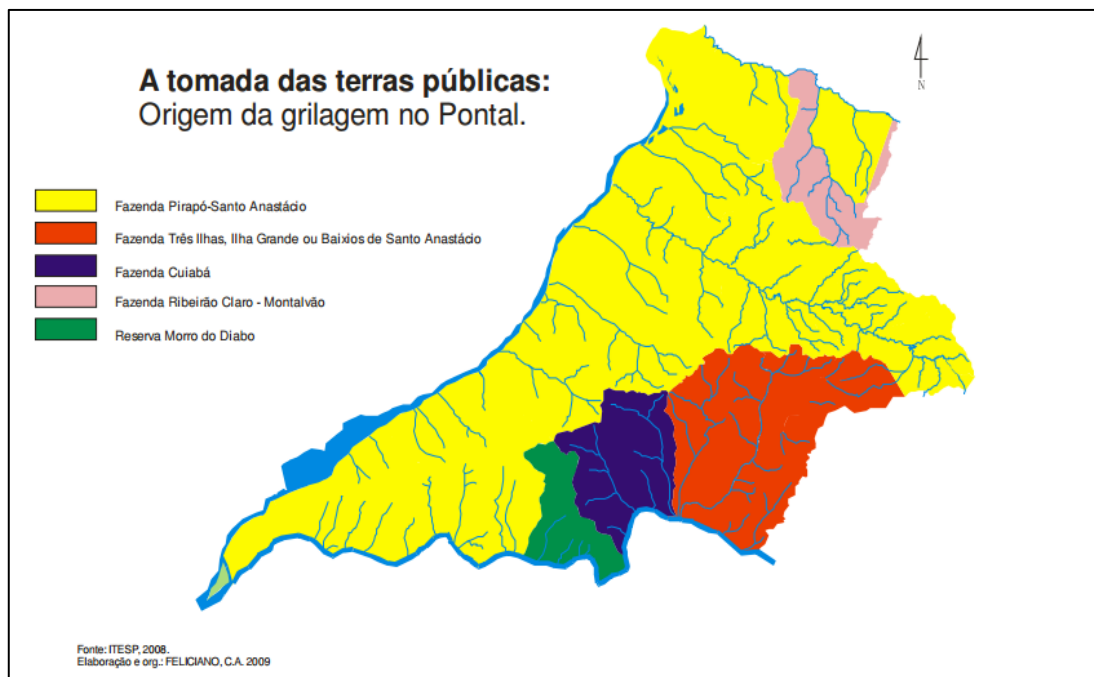
Essa configuração atual do Pontal é resultado de um longo processo, violento e marcado por conflitos territoriais. Para entender esse arranjo espacial é necessário retomar autores como Dióres Santos Abreu (1972) e José Ferrari Leite (1998), entre outros, que tratam do processo de formação e ocupação do Pontal do Paranapanema. Vamos dissertar sobre alguns elementos da ocupação do Pontal que consideramos importantes para entender melhor nosso recorte de estudo propriamente dito.

A ocupação original do Pontal do Paranapanema era de tribos indígenas, provavelmente pertencentes aos grupos dos “[...] Guarani, também designados Caingá ou Caiuá, Tupiniquim, Xavante e Caingang, estes últimos

também chamados de Coroados a partir do século XVII” (ABREU, 1972, p.15). Apesar de toda região Oeste de São Paulo ser chamada como “Terrenos desconhecidos”, a presença desses grupos já era notória em São Paulo quando se deu o avanço da frente pioneira na segunda metade do século XVIII. Todavia, os índios eram vistos como um entrave ao desenvolvimento econômico, praticamente considerados inimigos do progresso. Como afirma Feliciano (2009, p.219), aquele território sob domínio indígena tinha que ser destruído para a expansão do metabolismo social do capital, e Sobreiro Filho complementa, “havia ali populações que não estavam inclusas na lógica metabólica do capital e, portanto, para que não freasse sua expansão deveriam ser integrados, expropriados ou exterminados.” (SOBREIRO FILHO, 2013, p.64). Conforme os relatos, as disputas entre indígenas e os povoadores mineiros – os primeiros povoadores – foram marcadas por extrema violência e crueldade (ABREU, 1972, p. 23). Concomitantemente, havia a disputa entre posseiros e um intenso processo de grilagem de terras. Esses foram os contornos iniciais da formação do Pontal.

A grilagem de terras se tornou por décadas uma das formas que alguns posseiros se utilizavam para falsificarem títulos e escrituras. As fazendas Pirapó-Santo Anastácio, pertencente originariamente à Antônio José Gouveia, e Boa Esperança do Água-Pehy, no nome de José Teodoro de Souza, correspondem praticamente a toda a área conhecida como Pontal do Paranapanema (figura 2), foram os primeiros grilos, de muitos que os sucederam (LEITE, 1998, p. 38).

Figura 2 - Origem da grilagem no Pontal



José Teodoro de Souza e Antônio Gouveia nunca conseguiram legitimar suas posses, contudo, isto não os impediu de vendê-las “sob a forma de confusas medidas, desde as braças quadradas, os alqueires aproximados ou aguadas” (BARBOSA, 1990, p.82). Uma série de vendas, permutas, doações daí se sucederam, complexificando cada vez mais a grilagem no Pontal.

Uma segunda onda de grilagens está associada à expansão do café, com interessados em especular com a valorização dos preços da terra. Conforme Abreu (1972, p.25), isso “trouxe uma extraordinária procura de terras virgens e ficaram na mira dos fazendeiros as terras devolutas do extremo oeste de São Paulo”. Esses fazendeiros cafeicultores também estavam interessados em legitimar suas posses para impedir o acesso dos imigrantes, era importante que servissem à finalidade sob a qual vieram, como mão-de-obra para as fazendas de café (ABREU, 1972, p.25).

No fim do século XIX, havia um interesse especulativo crescente nas terras do sudoeste paulista, pois os compradores passavam rapidamente as terras para outras pessoas, “[...] quando os bons preços do café faziam os plantadores voltarem seus olhos cobiçosos de terras virgens para os extremos

do Estado” (ABREU, 1972, p.57). Como em muitos casos a terra não era ocupada, pois servia à especulação, muitos invasores adentravam as propriedades para ocupá-las, causando conflitos entre os grileiros. Sabe-se que era comum a contratação de jagunços para expulsar os ocupantes (LEITE, 1998, p.44).

Apesar da série de conflitos existentes, foi somente em 1930 que o Estado passou a intervir nos assuntos fundiários. Nesse período, “[...] o poder judiciário de São Paulo constatou, através de laudos periciais, que a assinatura do Frei Pacífico de Monte Falco, tomada por Antônio Gouveia, foi falsificada” (FELICIANO, 2009, p.241), desencadeando uma série de ações judiciais que averiguavam a devolutibilidade das terras do Pontal. Leite (1998, p. 46) afirma que:

Por várias outras vezes o título da Pirapó Santo Anastácio fora inapelavelmente maculado. Nos autos de discriminação de terras 2º., 3º., e 5º da comarca de Presidente Prudente, ficou reconhecida a natureza devoluta das terras, todos julgados pelo Juiz Luís Francisco de Souza Nogueira e confirmados pelo Tribunal de Justiça do Estado.

O Estado poderia atuar por meio de convênios junto aos municípios para legitimar as posses ou destinar a outros fins, levando em consideração os diversos interesses (FELICIANO, 2007, p. 272). No entanto, isto não ocorreu e o Estado não reivindicou as terras, as articulações das elites tinham o apoio local e regional, fortalecendo o poder coronelista, como afirma Feliciano, “assim, a perpetuação do poder coronelista se fortalecia diante das tentativas de intervenção do Estado” (FELICIANO, 2009, p.243).

Essa lógica levou a uma grande concentração fundiária, como podemos notar pelo elevado índice de Gini, e um processo de concentração territorial sob o comando dos grileiros e latifundiários. Tratou-se de impor um território regido sob a lógica sociometabólica do capital que, todavia, foi seguido pela resistência do campesinato.

Os conflitos territoriais entre latifundiários e camponeses são uma característica muito marcante da região. Essas lutas camponesas expressam a contradição entre capital e campesinato, como uma forma de confronto à ex-

clusão e desigualdade produzida pelo metabolismo social do capital. Os primeiros movimentos socioterritoriais camponeses remontam à década de 70, como uma forma de contestar o latifúndio e exigir a criação de assentamentos de reforma agrária (ANTONIO, 1990). Nesse sentido, a desapropriação por interesse social tem raízes históricas na região. Os camponeses organizados visavam a desconcentração da terra, a construção de um território baseado no trabalho familiar e na terra para trabalho.

Em sua tese, Armando Pereira Antonio (1990), demonstra que os fazendeiros de café e algodão, traziam trabalhadore(a)s migrantes, principalmente do Nordeste, contratando-os para a labuta no desmatamento e nas plantações. O autor, ressalta que, foram exatamente estes mesmos e os primeiros a questionar a posse dos grileiros. Enfatiza:

É essa contradição, ocupação – confronto entre camponês, (posseiro, parceiro e arrendatário), e o latifúndio que se tem a marca os conflitos sociais que vão caracterizar a questão agrária (...) e que resultou nos assentamentos rurais dirigidos pelo Estado (ANTONIO, 1990, p.12)

E como dissemos, na década de 70, após uma série de conflitos com os latifundiários/grileiros, essas famílias de migrantes organizam os primeiros movimentos socioterritoriais. A principal forma de ação dos movimentos é a ocupação de terra, pressionando o Estado para desapropriar as áreas. O Estado, por sua vez, age de forma focalizada, para eliminar rapidamente o foco de tensão social entre os latifundiários e camponeses” (ANTONIO, 1990, p.12). Nesse período, surgem as glebas Rebojo, Santa Rita, Lagoa São Paulo, Ribeirão Bonito, XV de Novembro, Rosana, Água Sumida e Areia Branca, como os primeiros assentamentos rurais conquistados pelos camponeses (ANTONIO 1990).

A primeira ocupação do MST no Pontal ocorreu em 14 de julho de 1990 na fazenda Nova Pontal em Rosana e participaram cerca de 700 famílias. A espacialização e territorialização do MST na década de 90 ampliou a organização dos camponeses em torno do movimento socioterritorial e levou a um processo de ascensão no número de ocupações de terra e de famílias envolvidas. Como resultado, uma série de assentamentos foi criados, entre 1987 e

2011, 112 assentamentos de reforma agrária em 139.682ha, abrangendo 5.892 famílias (DATALUTA, 2013).

Do outro lado, conforme os conflitos se agudizam, a burguesia agrária e os latifundiários se articulam em torno na União Democrático Ruralista (UDR) para representar seus interesses de classe e enfrentar o MST, “a UDR virou a mais citada organização ruralista do país e o Pontal não parou de ser o foco de conflitos fundiários” (CUBAS, 2012, p.127).

O estratagema do capital para reprimir o avanço dos movimentos socioterritoriais, garantir o controle da reprodução sociometabólica, impor o seu controle de classe sobre o território e mover uma contrarreforma agrária toma diferentes formas. Podemos elencar: criminalização de lideranças camponesas, abertura de processos judiciais-criminais, tentativas de cooptação, perseguição e tentativas de assassinatos, desmoralização da imagem dos movimentos por meio da grande imprensa e a tentativa de legitimação de terras griladas e improdutivas.

Nessa perspectiva, Cubas (2012) identificou uma aliança entre a imprensa e os latifundiários. Segundo o autor, há uma intenção da imprensa retratar o conflito sob uma ótica de classe, onde “a tendência é mostrar a UDR como a situação, enquanto o MST é representado como agressor, que busca o conflito” (CUBAS, 2012, p.129). Além de criminalizar o movimento socioterritorial, ignora todo o processo histórico de grilagem de terras, “a imprensa normalmente apresenta os ruralistas, representados regularmente pela UDR, como os legítimos donos, vítimas dos ataques criminosos dos camponeses.” (CUBAS, 2012, p.129). Em sua análise, Cubas encontrou nos jornais *O Imparcial* e *O Oeste Notícias*, jornais regionais de maior abrangência, um vínculo praticamente umbilical entre os interesses de classe e o discurso jornalístico. O autor nos lembra que enquanto *O Imparcial* é de propriedade dos empresários Mário Peretti, Adelmo Vaballi e Deodato Silva; e *O Oeste Notícias* é propriedade do Grupo de Comunicação Lima, destacando-se o ex-deputado Paulo Lima e o ex-prefeito e latifundiário Agripino Lima. A Grupo de Comunicação Lima também é proprietária de uma filial televisiva da Rede Globo, a TV Fronteira.

Durante a segunda metade dos anos 90 e início dos anos 2000, Agripino Lima foi um dos principais líderes da UDR e opositores ao MST, entrando

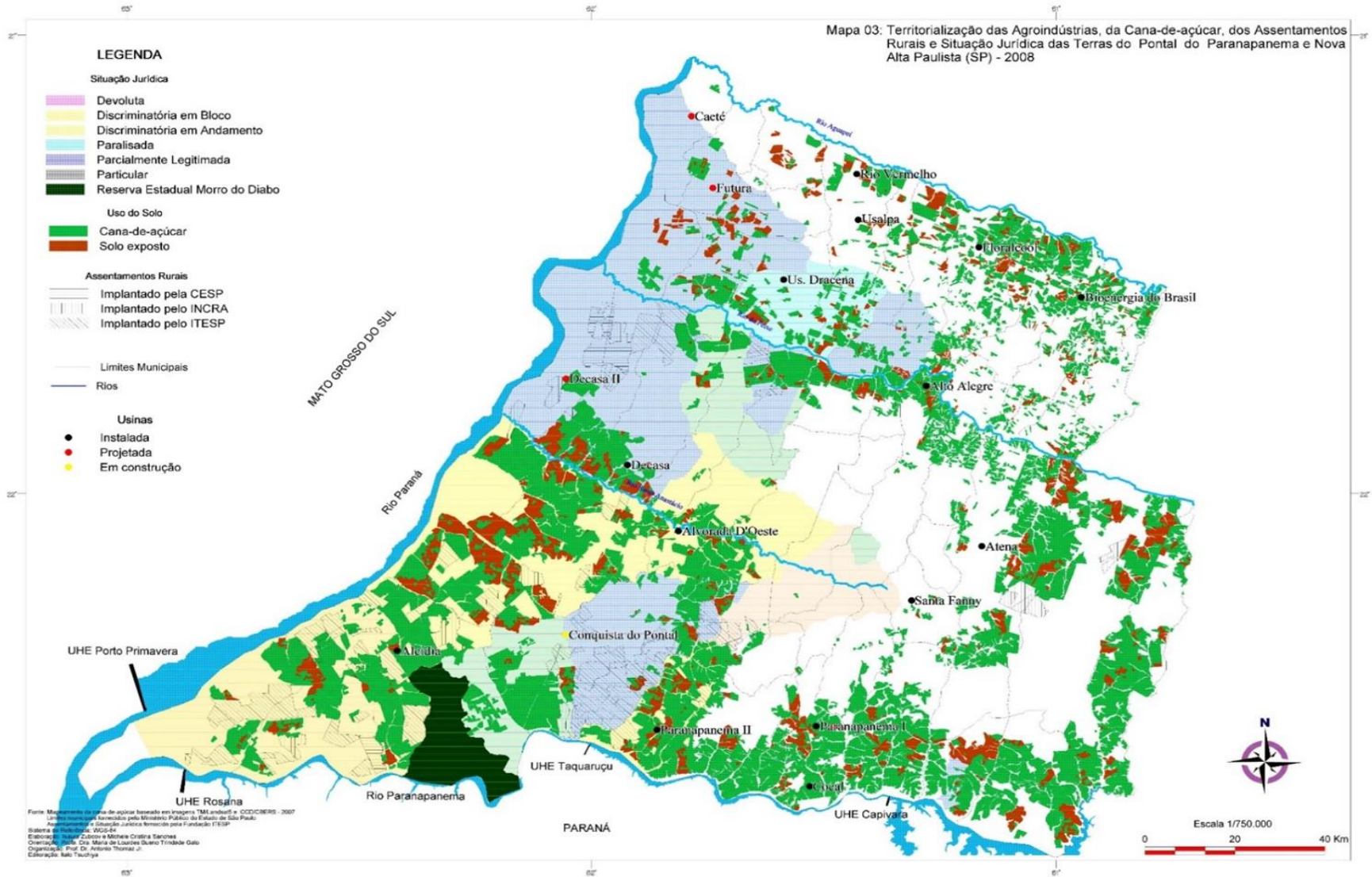
por diversas vezes em confronto com o movimento, utilizando-se de jagunços e do aparato público para tal, “[...] podemos, sem menor dúvida, classificar Agripino como aliado, se não, porta voz da UDR [...]” (CUBAS, 2012, p.158). Vale ressaltar, quando presidente da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL)³¹, Agripino foi um dos principais articuladores do Banco da Terra na região conforme veremos no item seguinte.

O judiciário também toma parte no conflito. Conforme o trabalho de Souza (2012) elenca que entre o período de 1990 e 2009 foram instaurados 368 processos judiciais criminais, sobretudo, contra lideranças camponesas envolvidos em ocupações de terra. A contradição encontrada por Souza, mostra que apesar do Estado ter conhecimento da ilegalidade da posse dos grileiros mantém-se praticamente inerte quanto a isto, no entanto move seu aparato repressivo contra os movimentos que buscam fazer cumprir a função social da propriedade da terra.

Thomaz Junior (2009), nos traz uma análise do campo burguês de uma perspectiva mais ampla. Segundo o autor, durante a primeira década no século XXI, há uma aliança entre diferentes frações da burguesia como latifundiários/grileiros, capitalistas agroindustriais, grande mídia ligada às telecomunicações de massa e setores médios do judiciário, em torno do agrohidronegócio (mapa 3). Utilizaremos o conceito de agrohidronegócio daqui para frente, para ressaltar os interesses de classe no controle da terra e da água envoltos no desenvolvimento do capital.

³¹A UNIPONTAL é uma entidade caracterizada pelo alinhamento com os interesses da burguesia e dos latifundiários da região. Durante o período em foco o presidente da entidade era Agripino Lima, prefeito de Presidente Prudente (2001-2006).

Mapa 3 - Territorialização das Agroindústrias da Cana-de-açúcar, dos Assentamentos e Situação Jurídica das Terras do Pontal do Paranapanema e Nova Alta Paulista (SP) – 2008



Para os interesses expansivos do agronohidronegócio é necessário desenvolver um estratagema espacial cujo principal objetivo é viabilizar um projeto de classe propriamente burguês, ou seja, é necessário submeter, dominar, e explorar o trabalho, assim como utilizar-se dos mecanismos especulativos do capital financeiro como os principais vetores da acumulação de capital (THOMAZ Jr, 2009, p.8).

Analisando a dinâmica recente dos conflitos territoriais na região, Thomaz Junior (2009) argumenta que o metabolismo social do capital tem se utilizado destas diferentes estratégias para viabilizar o agrohidronegócio canavieiro como o único modelo de desenvolvimento possível e ofuscar/desmontar os assentamentos de reforma agrária. Ou seja, estamos diante de uma nova conjuntura na questão agrária, onde o agrohidronegócio está no centro da disputa territorial e da contradição de classe.

Nesse sentido, encontra dois entraves, um associado às terras devolutas do Pontal, do outro, setores organizados da classe trabalhadora, especialmente os camponeses organizados no MST. Esses dois elementos se tornam um interesse estratégico para o agrohidronegócio:

[...] igualmente o são os aspectos estratégicos associados aos interesses de classe, tais como a legitimação das terras devolutas e improdutivas, bem como o desmonte dos assentamentos e atuações mais incisivas junto aos acampamentos (acampados) e as principais lideranças dos movimentos sociais. (THOMAZ JR., 2009, p.8)

Em síntese, trata-se de tentar legitimar e legalizar as terras devolutas do Pontal, de um lado, e ofuscar o avanço dos territórios camponeses por meio dos assentamentos rurais do outro. Múltiplas táticas são empregadas nessa perspectiva:

Coibir, emperrar e utilizar outros instrumentos aliados aos preceitos da justiça, como criminalizar, têm sido frequentemente empregados, pois, tanto os capitalistas agroindustriais canavieiros quanto os latifundiários/grileiros têm demandantes para as terras griladas e invadidas, ou seja, os trabalhadores sem terra desejam acesso a terra para viver e plantar, mas, em contrapartida, está valendo o desejo do capital de transformar o Pontal do Paranapanema num mar de cana. (THOMAZ JR., 2009, p.8)

Faz-se fundamental, no entanto, evidenciar a prática de resistência dos movimentos socioterritoriais, assim como o conjunto de pesquisas que buscam demonstrar a análise dos assentamentos rurais para travar a disputa territorial em sua (i)materialidade, em defesa de um modelo de desenvolvimento que atenda aos interesses da classe trabalhadora e do campesinato.

As políticas de desenvolvimento para a reforma agrária são expressão da conflitualidade no campo. É expressiva a morosidade dos processos desapropriativos, a precariedade técnica e orçamentária do ITESP e INCRA, somada à incompletude, burocracia e baixos recursos do conjunto de políticas que estimulem a agricultura camponesa, tal como programas de compra institucional – Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo –, crédito agrícola, entre outras políticas públicas (CAMACHO, 2013; LEAL, 2013; ORIGUÉLA, 2014; RABELLO, 2014; REIS, 2015; THOMAZ JR, 2009). Contudo, é necessário nos atemos à importância que essas políticas representam dentro deste novo ciclo neoliberal.

Nosso argumento é que o crédito fundiário entra no rol de ações estratégicas do capital, articulado e dirigido pela burguesia agrária para impor uma contrarreforma agrária via mercado. Passamos agora a uma análise mais de perto da problemática em foco.

3.2. Análise da territorialização da Contrarreforma Agrária de Mercado no Pontal do Paranapanema

Vamos encontrar o início da articulação da política de crédito fundiário no Estado de São Paulo a partir da demanda dos vereadores Benedito da Silva (PSDB) e Geraldo Aparecido Pazoti (PPS) representantes da Câmara de Vereadores de Taciba - município localizado no Pontal do Paranapanema - sob a argumentação de que “o desenvolvimento do país, passaria inquestionavelmente pela produção agrícola e pecuária” (O IMPARCIAL, 18/02/2000, p. B5). O governo do Estado de São Paulo, na época na gestão de Mário Covas (PSDB), durante um evento realizado em junho de 2000 firmou um acordo de cooperação entre Governo do Estado, Governo Federal, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e Força Sindical para a criação do Banco da Terra no Estado de São Paulo. O recurso inicial era de R\$ 30 milhões para o financiamento da

compra de terras e infraestrutura básica, com a promessa de mais R\$ 100 milhões posteriormente. Assim, é dimensionado o espaço jurídico-político no Estado de São Paulo, controlando o tempo e o espaço da criação de empreendimentos (figura 3).

Figura 3 - Mario Covas aprova o Banco da Terra em São Paulo



Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/enoticia.php?id=4650&c=6>

A intencionalidade da CRAM estava expressa naquele momento, repetindo os argumentos do BM de proteção à propriedade privada, da necessidade de um ambiente favorável ao mercado de terras, e disseminação um território imaterial cujo o ideário era da modernidade da política fundiária neoliberal. Durante o evento, Raul Jungmann³², então presidente do MDA, estava presente e afirmou: “Reforma agrária não se faz apenas pela desapropriação, pela punição ao latifundiário. Isso é discurso do passado. Esse programa tem sabor de modernidade e avanço” (SÃO PAULO, 2000). Para desqualificar o mecanismo desapropriativo, o discurso de Jungmann propunha: a) associar a desapropriação por interesse social com uma suposta punição do latifúndio,

³² Raul Jungman foi ministro do MDA durante o governo FHC entre 1996 e 2002, associado ao PCA, foi um dos principais articuladores da CRAM no Brasil. Após ser um dos apoiadores do impeachment, atualmente Jungman compõe o governo golpista de Temer como ministro da Segurança Pública. Como ministro, vem aplicando um aumento da militarização da segurança pública e a intervenção militar no Rio de Janeiro.

com isso proteger os interesses dos grandes proprietários de terra; b) relegar a desapropriação a uma coisa anacrônica, retrógrada e incompatível como paradigma atua.

O evento contava também com a presença de muitos prefeitos, representantes do governo estadual e lideranças sindicais ligadas à Força Sindical (FS). Neste momento, a Força era presidida por Paulo Pereira da Silva³³, conhecido como “Paulinho da Força”, e a função da central sindical no Banco da Terra era prover assistência técnica e ajudar as famílias mutuárias na comercialização da produção agrícola. O apoio da Força ao BT vinha de seu caráter patronal, uma leitura política neoliberal e franco apoio ao governo de FHC, assim como de disputar base com outras centrais sindicais progressistas como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (ANTUNES, 2012). Aqui notamos uma política de escalas a nível estadual que buscava aliados junto à setores organizados da sociedade civil, cuja intencionalidade era disseminar a ideia de que havia participação social na condução dos projetos. Depois, seguindo os acontecimentos nacionais, irão se somar os sindicatos ligados à CONTAG.

A territorialização da CRAM se consolida com a criação de empreendimentos de crédito fundiário pelo estado, nas modalidades BT e CAF. Conforme o banco de dados do PNCF (2016), em São Paulo foram criados, entre 2000 e 2015, 494 empreendimentos, abrangendo 2.659 famílias em uma área de 16.477 hectares. São 96 empreendimentos do BT envolvendo 2.164 famílias em 14.313 ha. Já o CAF 398 são empreendimentos com 495 famílias em 2187,7 ha.

Ao analisarmos o gráfico 12 iremos notar que a CRAM obteve um grande impulso durante o primeiro governo de Alckmin (2001-2005) utilizando sobretudo do BT. Quando olhamos o gráfico 13 iremos perceber que durante os anos 2001-2013 o crédito fundiário obteve uma parcela considerável nas políticas fundiárias no Estado, representando 24%, ou seja, praticamente $\frac{1}{4}$ das políticas. É um número considerável tendo em vista o grande número de

³³ “Paulinho da Força” além de diversas vezes eleito presidente da Força Sindical, também fez carreira política, sendo eleito Deputado Federal em 2006, 2010 e 2014. Como deputado votou a favor do golpe em 2016 e da “PEC do teto dos gastos públicos”.

ocupações de terra e da demanda pela desapropriação de grandes propriedades no Estado. Lembramos que o estado de São Paulo, entre o período de 1988-2015 representa 16,5% das ocupações no país, destacando-se como o estado onde mais ocorreram ocupações (DATA LUTA, 2016).

Gráfico 12- São Paulo - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário – (2001-2013)

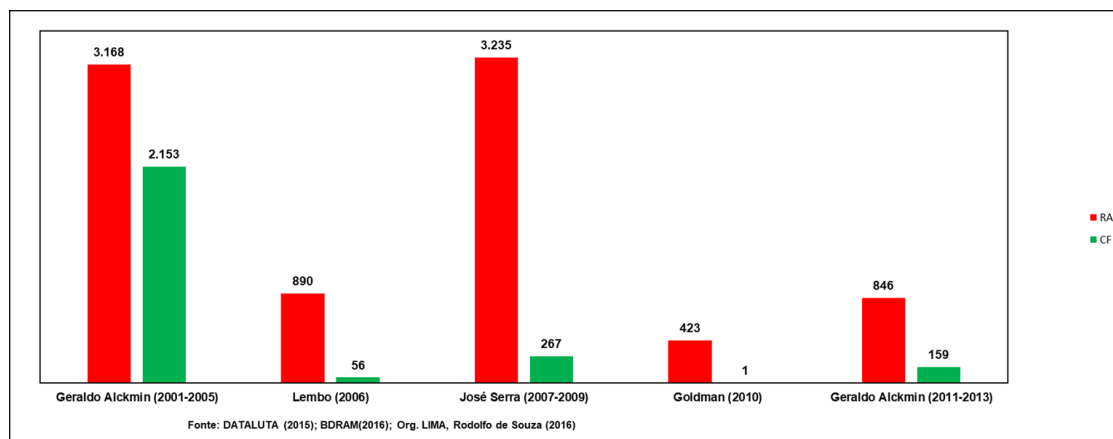
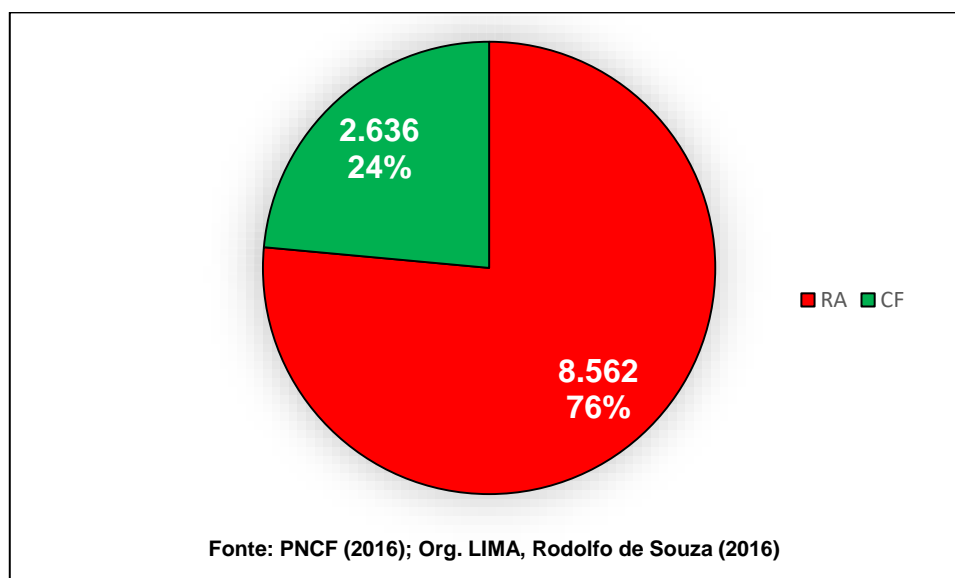
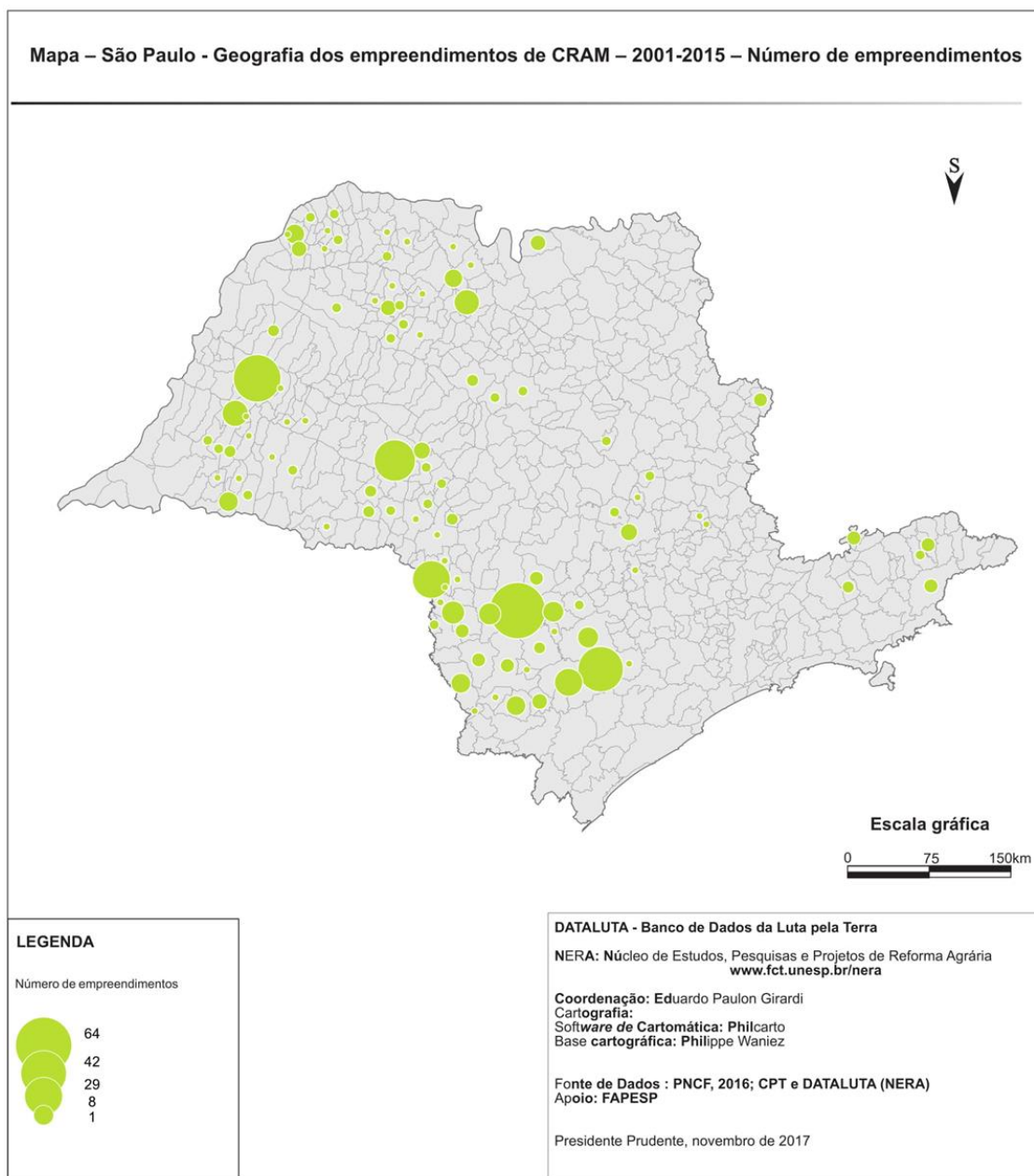


Gráfico 13 - São Paulo - Porcentagem de famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário – (2001-2013)

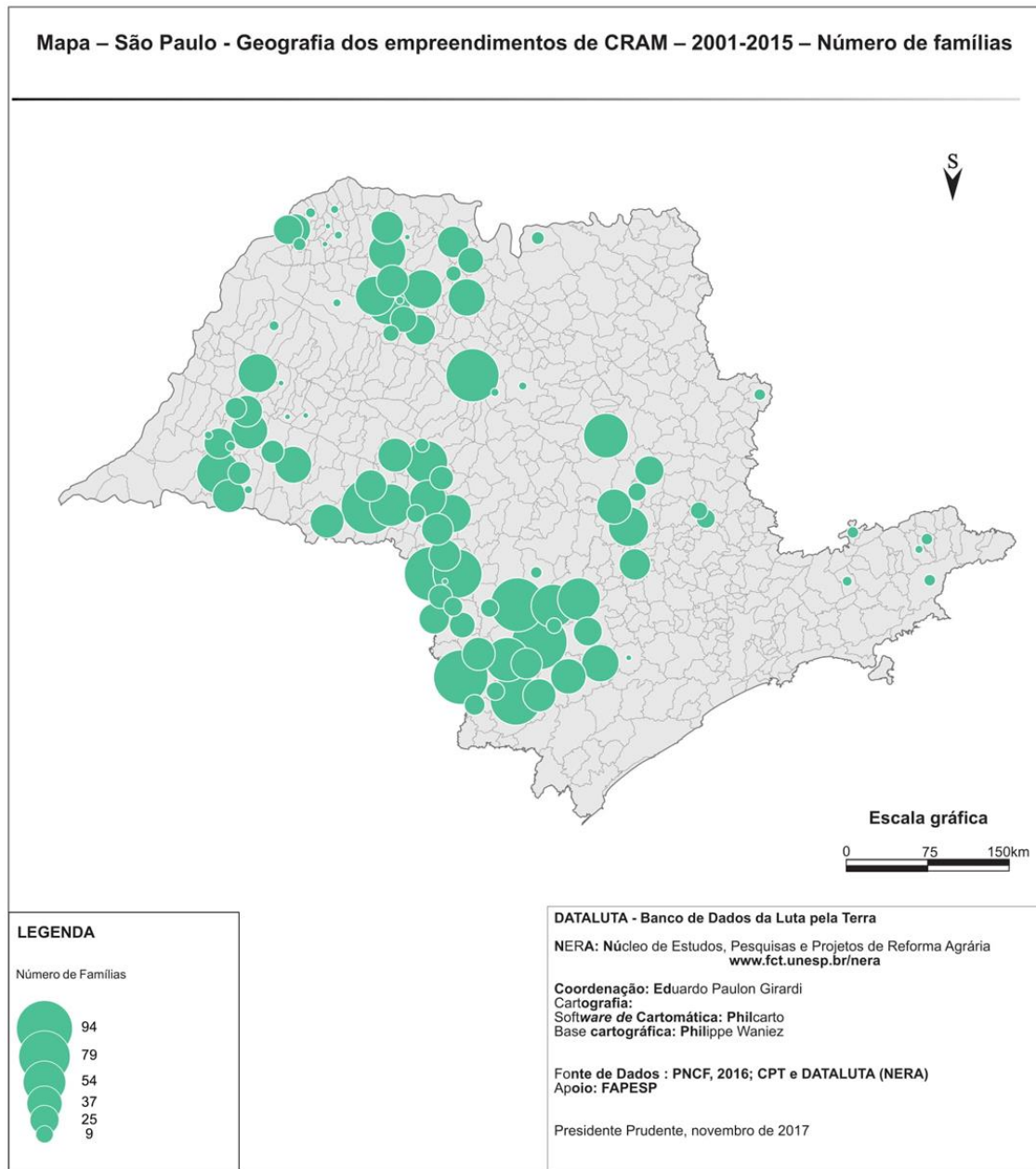


Nos mapas 4 e 5 abaixo podemos observar a geografia dos empreendimentos de CRAM no estado de São Paulo. Vamos notar algumas manchas de concentração de empreendimentos, destacando a região administrativas de Itapeva, de São José do Rio Preto, Marília e Presidente Prudente.

Mapa 4 São Paulo – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de empreendimentos



Mapa 5 - São Paulo – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de famílias



No Pontal do Paranapanema o dimensionamento de um território imaterial favorável antecedeu os processos de espacialização, por meio da mídia impressa e da propaganda governamental. A mídia impressa, como já dissemos, além de “demonizar” a luta pela terra, foi uma defensora assídua do crédito fundiário, divulgando e posicionando-se favorável à CRAM no intuito de formar um imaginário coletivo favorável ao programa (RAMOS FILHO, 2013, p.56). Antes de se iniciarem as discussões da implantação do crédito fundiário na região, o jornal O Imparcial (22/12/1998) em seu Editorial sobre o Banco da Terra, publicou um artigo intitulado “*Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos Rebelde*”. Neste Editorial o jornal reproduziu os argumentos do BM ao mesmo tempo em que atacou a postura crítica do MST em relação ao programa. Buscava com isso convencer o movimento e o conjunto da sociedade a aprovar o programa e incorporá-lo como um mecanismo de acesso à terra. Valendo-se de uma clara defesa da CRAM, buscava colocar-se como imparcial, atribuindo a ideologia aos defensores da reforma agrária, característica marcante do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Tratou a questão do seguinte modo:

O País mais uma vez fica sob a ameaça do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Agora, ameaça intensificar as invasões ano que vêm em protesto contra o Banco da Terra, criado pelo governo federal [...] Essa atitude das lideranças do movimento mais uma vez reforça a tese, que ganha força na sociedade, e que segundo o qual o MST não se interessa pela reforma agrária e sim pela atuação político-ideológica. (O Imparcial, 22/12/1998)

O MST é apresentado como uma verdadeira ameaça política, uma ameaça nacional – ou somente aos grileiros e latifundiários? - Que naquele momento pretendia com suas ocupações de terra protestar contra o BT. Outro argumento é que as lideranças do movimento não estariam interessadas na reforma agrária, mas no debate ideológico – clara tentativa de desideologizar o debate da reforma agrária, e torná-lo um debate técnico, supostamente neutro. O editorial continua:

É mais do que justo que o sem-terra pague pela propriedade que pretender, como qualquer outro cidadão que queria um patrimônio. Os atuais rumos tomados pela humanidade deram fim ao Estado paternalista. Este ficou para trás porque se mostrou

deficiente e sujeito ao uso politiquero. Assim o País deseja uma reforma agrária, mas quer que o beneficiário pague pela propriedade recebida, ainda que com juros baixíssimos.

Outro ponto importante combatido pelo Banco da Terra são as desapropriações [...] essa questão das desapropriações coloca o contribuinte e proprietários de terra em polvorosa [...] o ruralista ainda é prejudicado porque o governo paga a propriedade da forma como quer, o que é totalmente injusto. [...] Porque não podemos criar métodos mais justos para a sociedade e para os fazendeiros? [...] (O Imparcial, 22/12/1998)

A retórica parcial do *O Imparcial* é envolto pela racionalidade neoliberal e normatizado pela concorrência generalizada: a) pretende retirar de sua análise a sociedade de classes, a questão agrária, homogeneizar o tecido social e tratar grandes proprietários e sem terras como quaisquer outros cidadãos; b) sugere que a desapropriação seria própria de um Estado paternalista e sujeito à corrupção, isso inflige o princípio da competitividade, é necessário que haja uma compra e venda de terras de forma justa para ambos os lados; c) critica o conflito que a desapropriação proporcionaria; d) na desapropriação, o latifundiário seria a parte injustiçada pelo Estado. O que o jornal defende como um mecanismo mais justo, é na verdade um instrumento que realize a renda capitalizada da terra.

O dimensionamento do espaço jurídico-institucional foi realizado em 2001 pelo acordo de cooperação entre UNIPONTAL, a Força Sindical, Banco da Terra, assim como o Conselho Regional de Desenvolvimento de Presidente Prudente. Neste acordo, estipularam inicialmente atender 1.500 famílias, com aporte R\$ 30 milhões em três anos. A UNIPONTAL ficou responsável pelo gerenciamento do programa na região. Já a Força Sindical, pela capacitação de agrônomos de cada município para realizar assistência técnica nos empreendimentos, por meio da criação do Programa de Capacitação do Banco da Terra. No evento de sua oficialização, no dia 19 de junho, estavam presentes além das entidades citadas, um representante do MDA, Gilmar da Conceição Viana, e representantes da UDR (figura 4).

Figura 4 - Reunião de oficialização do BT no Pontal do Paranapanema



Fonte: OESTE NOTICIAS, 19/05/2001, p.1.5

Durante o evento, em entrevista para o jornal Oeste Notícias, Gilmar da Conceição Viana afirma “Com o Banco da Terra o governo pretende promover uma reforma agrária pacífica, sem conflitos e que possa atender as famílias realmente interessadas na região” (OESTE NOTICIAS, 19/05/2001, p.1.5). Tal discurso, de um lado, ressalta que – novamente reproduzindo a retórica do BM – o crédito fundiário é pacífico e não promove conflito; do outro, quem aderir são os sujeitos realmente interessados na região, associando o crédito fundiário com o desenvolvimento regional, desconsidera em sua análise a desapropriação, os assentamentos e as famílias de camponeses sem-terra que esperam por anos embaixo da lona preta pela sonhada terra, como importantes para a região.

Firmado o acordo de cooperação regional, o passo seguinte foi a criação de um Programa de Capacitação do Banco da Terra, com vistas a capacitar pelo menos dois engenheiros agrônomos por município para atender os empreendimentos. Carlos Henrique de Araújo - na época gerente regional do BT – que promovia o evento, relata a importância do crédito fundiário para a região em um artigo de jornal escrito por ele mesmo, afirma: “O Banco da Terra é uma conquista do presidente da UNIPONTAL, o prefeito Agripino Lima, bem como de todos os prefeitos da região” (OESTE NOTICIAS,

19/05/2001, p.1.5). Houve a capacitação de somente 25 técnicos agrônomos para a toda a região, menos de 1 por município. Nota-se que o BT é articulado, pensado e propagado “de cima para baixo”, de fato é uma conquista dos prefeitos e ruralistas da região. Contudo, como o controle político dela não é popular, não vem “de baixo para cima”, pelos camponeses, realmente não poderia ser uma conquista dos mesmos.

A UNIPONTAL, como já afirmamos, entidade historicamente inimiga da luta pela reforma agrária na região, também tratava o BT como uma conquista. No artigo *Unipontal Avança* (OESTE NOTÍCIAS, 12/05/2001, p.1.2), a entidade apontava as diversas ações que havia tomado que fortaleciam sua territorialização na região e entre elas estava o BT. Nesse sentido, argumentava “E se o povo vai ter remédio barato, vai também poder comprar terra por preço barato” por meio do BT. Continua, “Mas e os juros? Não há motivo para preocupação”. A suposta facilidade para a obtenção e os juros baixos – altíssimos 10% na época – deveria ser uma proposta tentadora para quem quisesse obter terra, ao contrário da reforma agrária desapropriativa que era lenta e conflitiva. A Unipontal e os ruralistas buscavam disputar essa base social que tivesse potencial de ser organizada para as ocupações de terra. Com isso, podemos concluir que a força dirigente da implementação do crédito fundiário foi a dos proprietários de terra, organizados na UDR e com a sua representação política na UNIPONTAL. Eles foram os principais agentes que articularam os outros setores sociais a movê-los em torno da defesa e implantação da CRAM.

Fortalecendo o discurso de modernidade, Francisco Graziano, que era deputado federal pelo PSDB-SP, durante uma reunião com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente em 01 de setembro de 2001, falava que “O Banco da Terra tem uma proposta moderna de reforma agrária para a região” (OESTE NOTÍCIAS, 01/09/2001, p.1.3).

A partir dos elementos discutidos e com base nas ideias apresentadas pelos jornais e depoimentos mostrados, podemos fazer um balanço dos principais elementos que compõem este território imaterial da CRAM na imprensa da região. Para isso, propomos a seguinte elaboração sintetizando os componentes do território imaterial da CRAM no Pontal (quadro 5):

Quadro 3 - O território imaterial da CRAM no Pontal do Paranapanema

O camponês deve se modernizar e incorporar os mecanismos de mercado
A RA está vinculada ao “Estado Paternalista”
RA é um discurso do passado
A RA é onerosa
Deve-se despolitizar o debate sobre a RA
A RA “pune” o latifúndio
O conflito é visto como uma barreira ao desenvolvimento
O crédito fundiário promove a participação da comunidade
O crédito fundiário seria uma solução pacífica para os conflitos
O crédito fundiário seria uma alternativa de desenvolvimento para a região

Org. Lima, Rodolfo de Souza, 2015.

O início das inscrições para o BT no Pontal ocorreram em Presidente Prudente no dia 7 de julho de 2001 na Casa da Agricultura. Em seguida, selecionaram as famílias aptas e por meio de várias reuniões, as terras disponíveis à venda, dimensionaram o espaço da subalternidade. Para o primeiro empreendimento, foram cadastradas 150 pessoas, sendo que era esperado assentar 41 famílias, mostrando uma demanda considerável pela terra.

A liberação dos recursos da compra para o primeiro empreendimento, deveria ser um evento com repercussão regional (O IMPARCIAL, 28/12/2001). Em 27 de dezembro de 2001, Agripino Lima assina pessoalmente a liberação dos recursos para a compra da Fazenda São José em Presidente Prudente (figura 5). Estavam presentes o já citado Carlos Henrique Araújo gerente regional do BT e Secretário de Desenvolvimento Econômico, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, técnicos agrícolas, secretários municipais, entre outros.

Figura 5 - Liberação de recursos do Banco da Terra para famílias de Presidente Prudente



Fonte: O IMPARCIAL, 28/12/2001

Nessa primeira onda, são criados os empreendimentos de Presidente Prudente, Tarabai e Rancharia, somando 136 famílias sob um financiamento de R\$ 4 milhões. Os três são parte de nossa investigação neste trabalho.

A segunda onda de compras ocorre em julho de 2002, expandindo a territorialização da CRAM. Em Anhumas foram 16 famílias em 85 ha, com um investimento de R\$ 397 mil. Em Santo expedito, uma fazenda de 121 ha para 30 famílias no valor de R\$750 mil. Já em Martinópolis, compraram 88ha por R\$ 353 mil, para 16 famílias. Ainda estava prevista a compra de fazendas em Narandiba, Presidente Bernardes e Caiabu (OESTE NOTÍCIAS, p.1,5).

Com a criação do PNCF durante o governo Lula, há uma reformulação no gerenciamento do crédito fundiário e a substituição do BT pelo CAF. Entramos numa segunda etapa da política de crédito fundiário na região. Quem passa a ser o responsável pelo gerenciamento estadual e regional é o ITESP que passa a ser considerado uma Unidade Técnica Estadual (UTE) do PNCF. Em 2004, houve reformulação na instituição para atender as novas demandas. Segundo seu presidente na época “O programa foi paralisado para que fosse revisto a sua metodologia de atuação” (OESTE NOTÍCIAS, 19/set/2004, p.2-B).

Nesse momento, devido aos problemas nos empreendimentos, endividamento e irregularidades de todo o tipo, o BT é considerado um passivo, onde a instituição deveria atuar no sentido de auxiliar as associações a regularizar sua situação e quitar suas parcelas.

Conforme o Manual Operacional (MDA, 2005), ela também é responsável pelo gerenciamento do PNCF, compras de novas propriedades pelo CAF, articulando as famílias e entidades sindicais para averiguar, avaliar e legitimar toda transação jurídica – deve garantir que a família, a propriedade e o proprietário estejam enquadrados nos critérios do programa - até chegar ao Banco do Brasil onde é disponibilizado o empréstimo para as famílias. Após a compra, a UTE possui a função de acompanhar a destinação dos recursos para instalação da infraestrutura básica, do empreendimento e do crédito agrícola por meio do Pronaf. Por fim, o Itesp também deve validar a substituição dos mutuários que saem dos empreendimentos.

Por volta de 2008, o Pontal do Paranapanema é enquadrado no programa Territórios da Cidadania do governo federal. Formou-se na região um Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) envolvendo setores ligados a institucionalidade, universidades, representantes de governo e da sociedade civil, com a participação de associações de agricultores familiares, sindicatos e movimentos socioterritoriais, em especial o MST. O objetivo do colegiado era “estabelecer uma instância de discussão sobre o desenvolvimento regional, territorial [...] reunir a sociedade civil e do poder público num espaço onde pudesse discutir o desenvolvimento da região” (Entrevistada assessora do CODETER).

É importante observar que o CODETER, a partir de uma iniciativa do governo federal de renegociar e individualizar as dívidas do BT pela lei 11.775/2008 e Lei 13.340 de setembro 2016, passou a ser um espaço de socialização política, onde se reuniam representantes das associações, MDA e ITESP. As diversas reuniões realizadas pelo colegiado eram para orientar as famílias na incorporação das novas normas, da documentação necessária e dos passos a serem seguidos. Segundo a assessora do CODETER, as reuniões do BT eram marcadas por intensas discussões e divergências entre as associações. Mesmo assim, alegou que os sujeitos foram prejudicados no

passado: “[...]são pessoas extremamente prejudicadas pela ação estatal. Assim, quem deveria ter dado assistência técnica? Quem deveria ter ajudado a essas pessoas a se organizarem? Ficaram totalmente abandonados” (entrevistada assessora do CODETER).

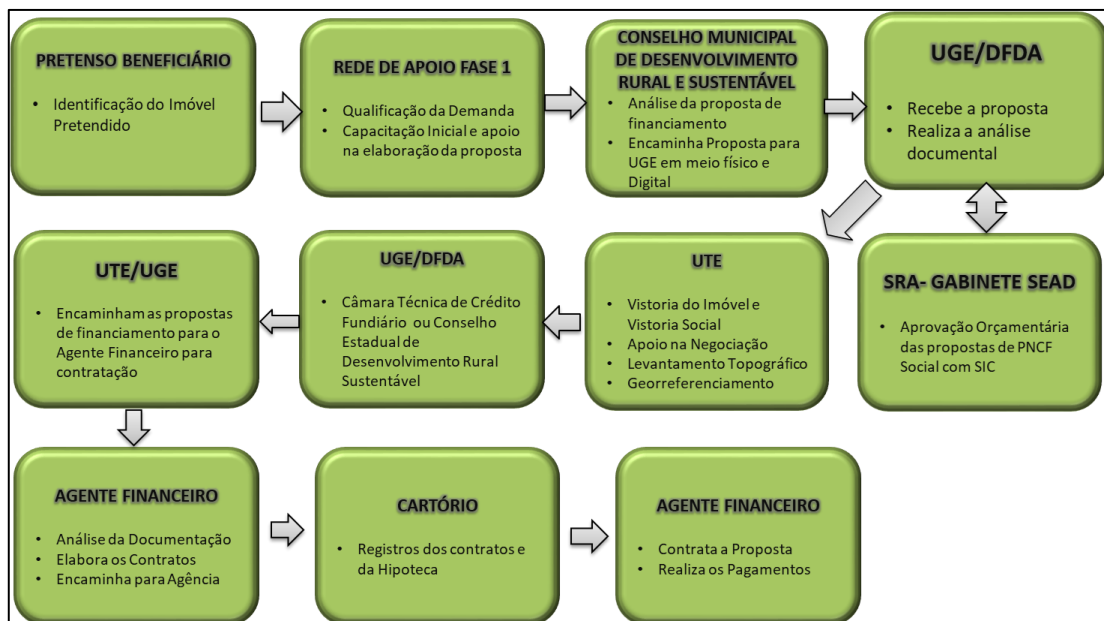
Algumas associações conseguiram se enquadrar na regularização/individualização. Elas enxergaram no CODETER um importante espaço de articulação política:

[...]na verdade a gente tem que até agradecer o Codeter, que na verdade, na verdade, tudo teve iniciativa do Codeter [...] A gente tinha dificuldade aqui, mas o Itesp e o próprio MDA não conseguia absorver. Com o Codeter ele realmente viu qual é o problema, e com nós ele não sentiu o problema, o Codeter foi que ele deu, ele realmente soube dar continuidade nisso aí. [...] (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017)

Contudo é importante ressaltar algumas limitações do Colegiado e a sua configuração enquanto um espaço da subalternidade: a) ele não propiciava uma capacidade de proposição dos mutuários, pois tinha o enfoque na aplicação das normas estabelecidas; b) apesar de propiciar informações sobre possíveis políticas públicas que podiam acessar, as associações por sua condição de irregularidade não acessavam; c) não era um espaço autônomo, logo o baixo nível de organização das associações limitava sua capacidade de intervenção e acabavam a reboque das diretrizes do governo. O programa Territórios da Cidadania, assim como a política de desenvolvimento territorial foi encerrada após o início do governo de Michel Temer e com ele esse espaço de socialização política.

Em novembro de 2017, a Sead propõe uma nova reorganização do processo de tramitação e contratação pelo PNCF, como podemos ver na figura abaixo. Ela ilustra de forma sistemática a tramitação acima descrita (figura 6):

Figura 6 - Fluxo de tramitação/contratação do PNCF



Fonte: Sead, 2017

Vale destacar que a análise e propostas das famílias, assim como avaliação dos relatórios técnicos, a discussão das novas regras é realizada pelo Comitê Técnico do Crédito Fundiário. Em julho de 2017, em uma das reuniões do comitê estadual, estavam reunidos representantes membros do comitê: A FETAESP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado de São Paulo); o ITESP; a SEAD; o Comitê Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema; do Banco do Brasil e da Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo, ligada à CUT (FETAESP, 26 de julho de 2017). No estado de São Paulo, segundo informações dos mutuários e dos funcionários do ITESP, o sindicato com mais participação é a FETAESP, vinculada a CONTAG.

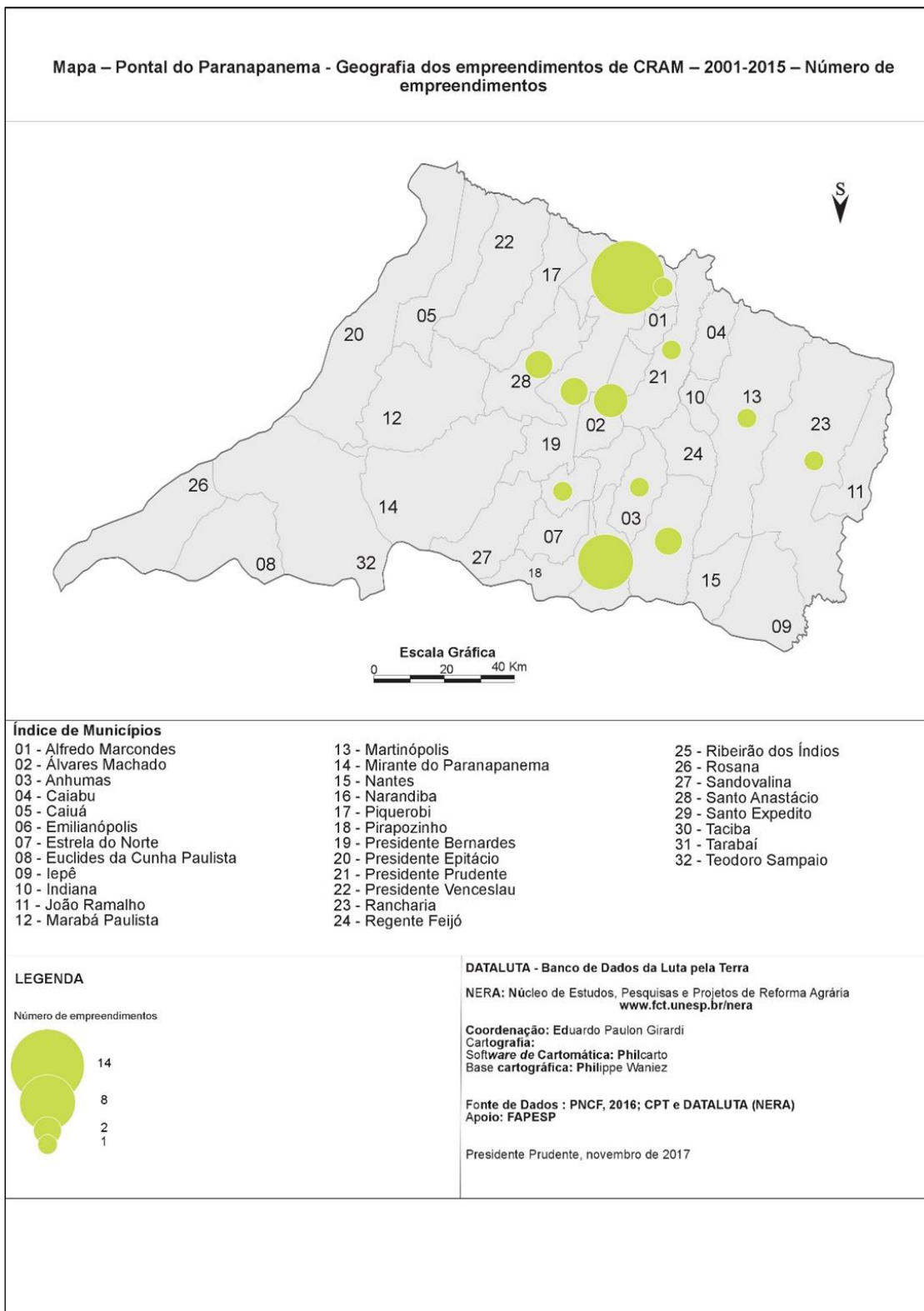
A territorialização do crédito fundiário pode ser observada pelos quadro 6, mapa 6 e mapa 7. Nota-se que que entre 2001 e 2015 foram criados 36 empreendimentos, abrangendo 280 famílias em uma área de 1.715 ha. Foram criados 8 empreendimentos do BT entre os anos de 2001 e 2002, envolvendo 245 famílias em 1539 ha. Em 2006, temos a retomada de criação de empreendimentos com o CAF, foram 28, com 35 famílias em 176,7 ha. Ou seja, com o CAF constituído no governo Lula, temos a continuidade desta política além dos programas do governo FHC.

Tabela 3 - Territorialização da CRAM no Pontal do Paranapanema (2001-2015)

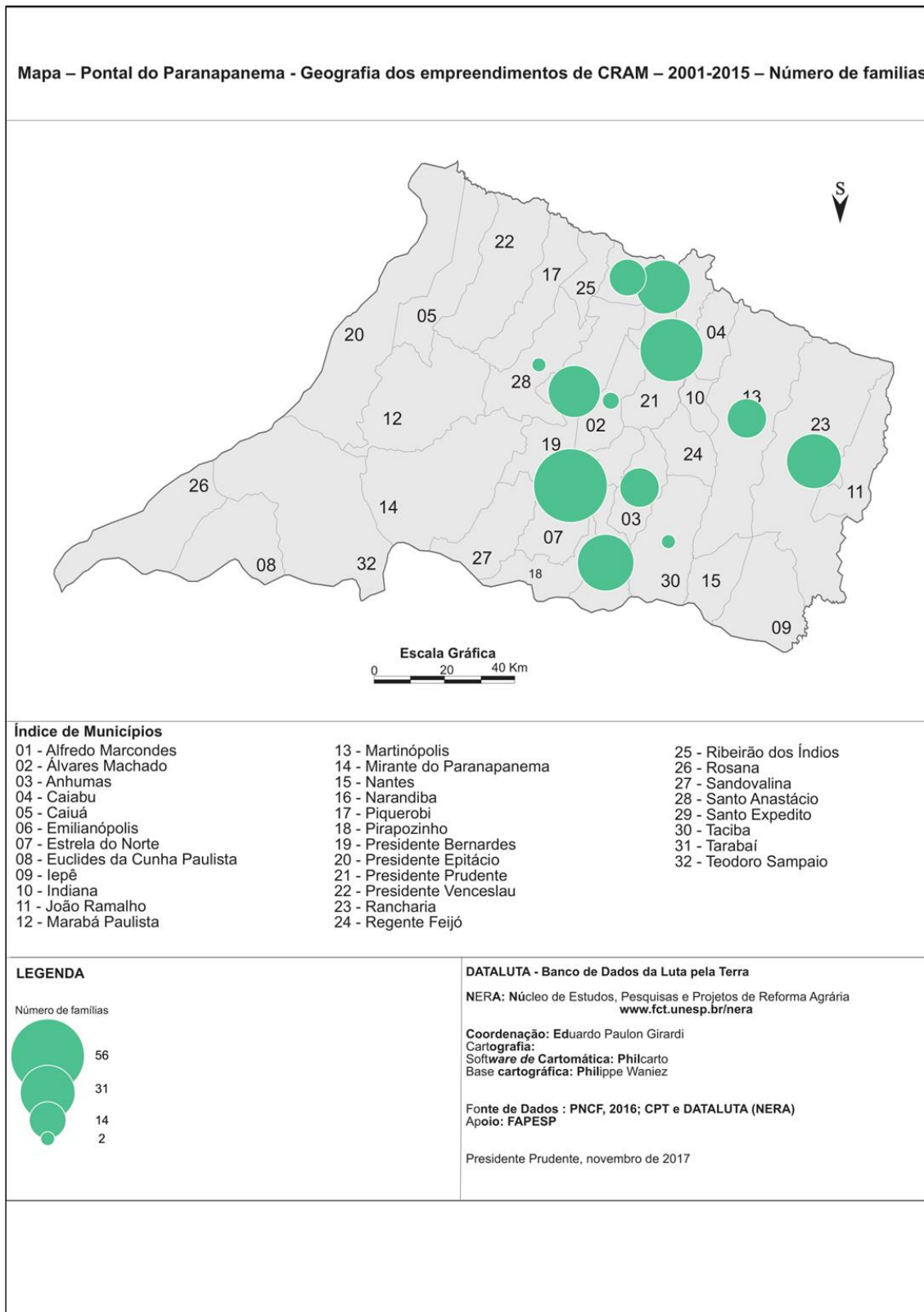
Município	Empreendimentos	Famílias	Área (ha)	Área/Famílias	Tipo
Álvares Machado	3	3	18	6	CAF
Anhumas	1	16	85	5,31	BT
Emilianópolis	14	14	65,7	7,14	CAF
Martinópolis	1	16	88	5,5	BT
Narandiba	8	33	164	5	CAF e BT
Presidente Bernardes	2	28	128	4,5	CAF e BT
Presidente Prudente	1	41	253	6,17	BT
Rancharia	2	41	296	7,21	CAF e BT
Santo Anastácio	2	2	12	6	CAF
Santo Expedito	1	30	121	4	BT
Tarabai	1	56	484	8,6	BT
TOTAL	36	280	1715,7	6,12	-

Fonte: PNCF, 2016. Org. Lima, Rodolfo de Souza

Mapa 6 - Pontal do Paranapanema – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de empreendimento

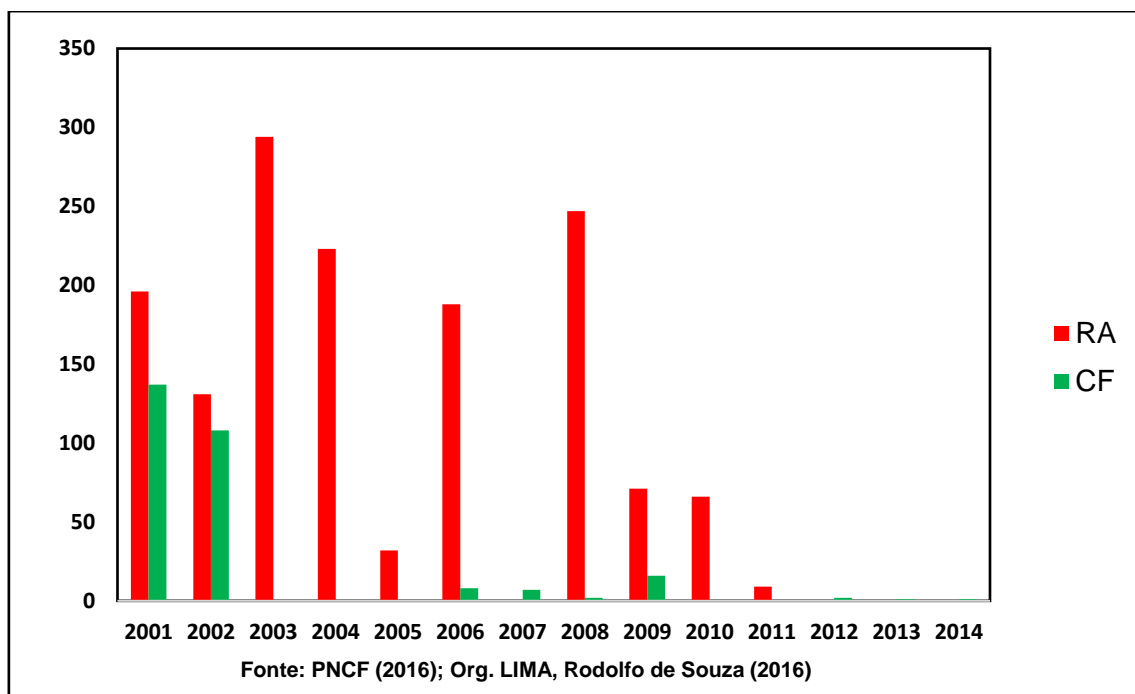


Mapa 7 - Pontal do Paranapanema – Geografia dos empreendimentos de CRAM – 2001-2015 – Número de famílias



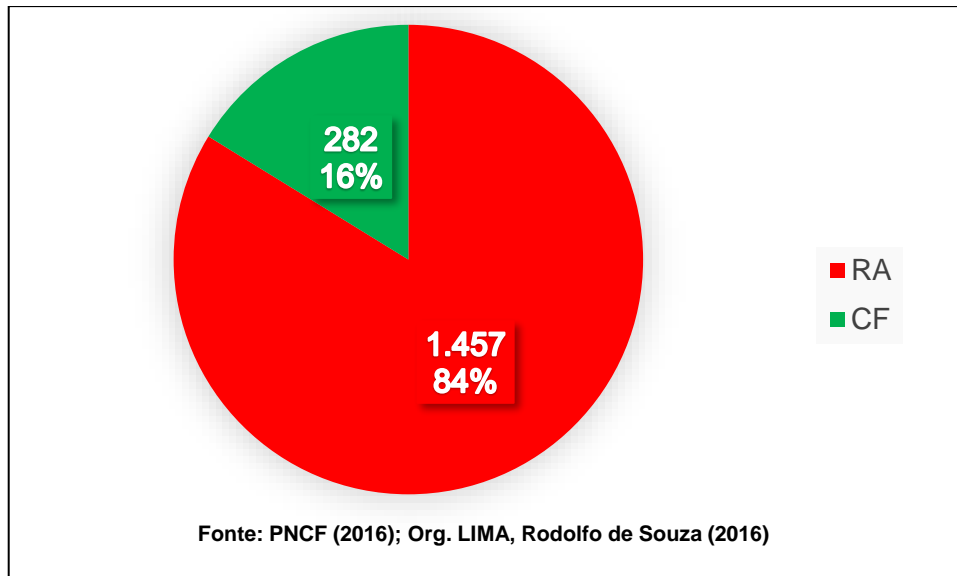
Nos gráficos 14 e 15 é possível notar que o impulso dado aos empreendimentos de CRAM, como dissemos anteriormente, em 2001 e 2002 foi durante um período dos governos Covas e Alckmin no estado, e FHC no governo federal, que tinham o interesse de por meio do BT disputar a base e colocá-lo como um substituto da desapropriação. Era um período de acirramento dos conflitos associado ao crescimento da luta pela terra, demandando a desapropriação dos latifúndios improdutivos do Pontal. Entre o período de 2001 e 2013, o crédito fundiário representou 16% das famílias que entraram na terra no período. Contudo, no período analisado, as ocupações continuaram e como resultado tivemos a criação de assentamentos, enquanto houve uma grande diminuição na criação de empreendimentos. O gráfico, também permite dizer que, após um uma década, há uma estagnação na implantação de assentamentos em 2011 e, contudo, praticamente um congelamento do crédito fundiário.

Gráfico 14 - – Pontal do Paranapanema - Famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário - (2001-2014)



Fonte: PNCF, 2016

Gráfico 15 - Pontal do Paranapanema - Porcentagem de famílias em Reforma Agrária e Crédito Fundiário – (2001-2014)



No mesmo período, de 2001 a 2014, foram criados 34 assentamentos, para 1.443 famílias em 30.986 hectares. Em uma breve comparação entre o crédito fundiário e os assentamentos, vamos notar que enquanto no primeiro temos em média 6,1 hectares/famílias, no segundo temos 21,4 hectares/famílias, ou seja os assentamentos são 3,5 maiores que os empreendimentos de crédito fundiário, eles representam apenas 28,5% do tamanho de um assentamento. Outra diferença importante é o impacto na desconcentração fundiária, pois os assentamentos têm um desempenho muito mais significativo em relação ao crédito fundiário. O crédito fundiário possui somente 5,5% do que foi destinado aos assentados, que possuem uma área de 30.986ha. Em suma, a desapropriação é forçosa, mesmo que compensadas em Títulos da Dívida Agrária, no crédito fundiário o fazendeiro pode escolher o valor e para quem deseja vender as terras que não mais lhe interessam, enquanto a primeira denúncia a grilagem, a segunda as legaliza, portanto não representa uma ameaça aos interesses dos latifundiários.

Em relação ao Banco da Terra no Estado de São Paulo, houve um intenso debate entre funcionários, políticos e movimentos sociais, e foram identificados diversos problemas decorrentes de sua implantação. Tania Andrade,

coordenadora do ITESP na época, em um artigo escrito na Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) em 1998/1999, preconizava que havia diversas falhas em sua concepção e de certa forma expressou uma resistência da instituição ao BT. Vamos trazer sumariamente o que a autora argumenta.

Há de se destacar que a concepção teórica de Andrade estava alinhada à leitura que seria hegemônica no período neodesenvolvimentista, quer dizer, que os mecanismos desapropriativos, de crédito fundiário e regularização fundiária eram complementares em torno da reorganização agrária. Contudo, seriam destinadas a públicos diferentes. Enquanto a desapropriação seria destinada a um público sem terra, descapitalizado, empobrecido, sem condições de cidadania, que não havia possibilidade de ter acesso à terra por outros mecanismos, o crédito fundiário, estaria associado a um público de sem terra mas com algum capital inicial, mas sem recursos para obter sua própria propriedade (1998/1999, p.39-40). Andrade acredita que o crédito fundiário era viável nestes termos.

Pois bem, a autora elenca os seguintes problemas de sua concepção (ANDRADE, 1998/1999, p.40-44): 1) não houve participação dos beneficiários em sua elaboração/implantação, eram reuniões fechadas, junto a acadêmicos, técnicos e representantes do governo; 2) os limites de renda estabelecidos no Banco da Terra atenderam praticamente ao público sem terra e sem capital, excluindo arrendatários, por exemplo; 3) permitiu a aquisição de áreas menores ao módulo rural e que devido ao alto valor da terra em São Paulo e ao perfil de renda do público atendido, provocaria uma nova geração de minifúndios; 4) ausência de fatores limitantes pré-estabelecidos para a realização da negociação entre fazendeiros e mutuários e destinação dos recursos, podendo provocar uma inflação no preço da terra; 5) criação induzida de associações, não havia exigências quanto a existência real das associações para a concessão do financiamento, conduzindo a criação de grupos interessados apenas no recurso, muito frágeis e pouco interessadas no sucesso do empreendimento; 6) a instituição do débito solidário - ou seja, se um dos integrantes da associação não tiver condições de pagar a prestação, toda a associação torna-se inadimplente – em associações induzidas levaria a inadimplências

das mesmas; 7) não estabeleciam garantias para a viabilização dos projetos técnicos e do acompanhamento técnico.

Outro elemento que podemos destacar da implementação do BT é a baixa ou nenhuma participação de mulheres. As figuras 3, 4 e 5, por exemplo, ilustram uma imagem do BT masculinizada, onde os homens conduzem o processo de elaboração e criação. Assim como no discurso oficial dos gestores, a inexistência de uma preocupação na promoção da igualdade de gênero. Não consideramos a invisibilização da mulher como algo meramente casual, mas como parte de um processo de (re)produção da desigualdade de gênero no campo, no qual o papel social dos homens são vistos em posições de alto prestígio social.

Na década de 1990 tivemos o auge das ocupações no Pontal, totalizando 400 – cerca de 26% do número total de ocupações - em todo o período de 1988 e 2014 (DATALUTA, 2014). Era extremamente importante para os ruralistas da região deslegitimar a atuação dos movimentos socioterritoriais camponeses, por meio de uma política que se propunha como uma solução “pacífica”, moderna e ágil que impedisse os conflitos. Segundo uma liderança regional do MST do Pontal do Paranapanema, o objetivo do crédito fundiário era combater os movimentos socioterritoriais:

[...]Era combater o movimento social, combater o movimento social porque nessa década de 90 ai, período do Fernando Henrique Cardoso, os dois mandatos dele, foi o período que mais teve gente na luta pela terra, é o período que mais mobilizou gente e também o período que mais teve conflito. [...] [...] muitas lideranças com mandato de prisão, os acampamentos, com 2, 3 mil famílias acampadas né, só acampadas, foi um período ai de, de um reascenso de massa né. A reforma agrária tava na pauta né, porque quando você tem conflito, quando você tem luta, ta em pauta, tava em pauta a reforma agrária e eles usaram como uma forma de combater, como eu falei antes, combater o aumento da luta do MST. (Liderança do MST da região do Pontal do Paranapanema, 2017)

No Estado de São Paulo, o MST alinhou-se ao entendimento nacional do movimento e não aderiu ao crédito fundiário, ou seja, preferiu uma postura crítica e na continuidade de organizações de acampamentos para ocupação e desapropriação de terras devolutas e improdutivas. A leitura do movimento era de que o crédito fundiário era um mecanismo que objetivava disputar a

mesma base social, pois havia potencial para a luta pela terra. A resposta do MST foi a massificação dos acampamentos e a continuidade das ocupações:

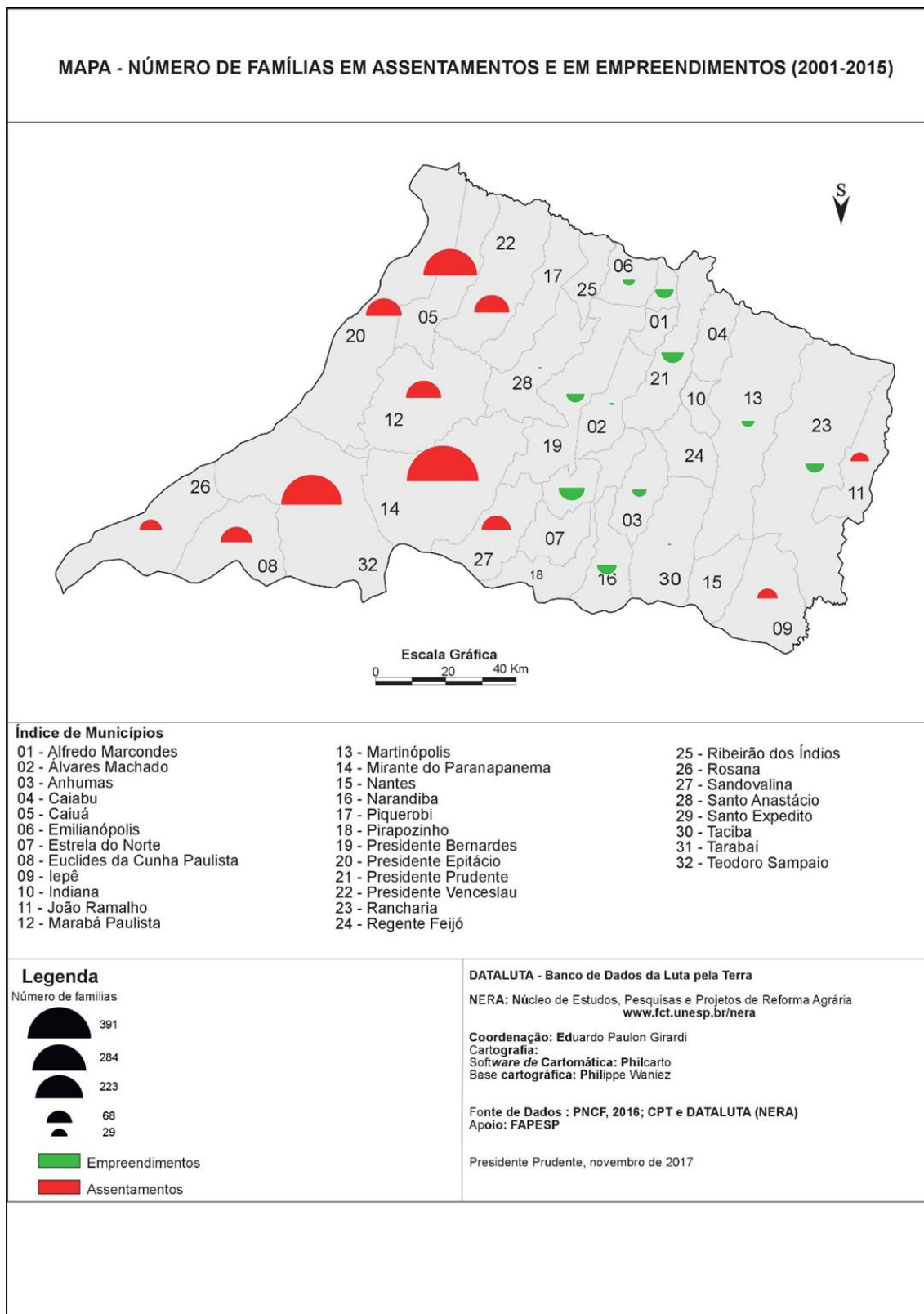
E criou o tal do BT, que é o que, é um financiamento, é um financiamento pra você comprar pra você comprar a terra, com o objetivo de esvaziar os acampamentos e diminuir a luta pela terra, criou esse BT. E nos tivemos um papel fundamental de ir pra sociedade e dizer, que as terras, que é um bem supremo da humanidade, a terra ficou pra todos aqueles que quisesse trabalhar, quisesse morar, quisesse plantar e que não deveria ser comprada. (Liderança do MST da região do Pontal do Paranapanema, 2017, 2017)

Por meio do dimensionamento dos espaços de socialização política nos acampamentos, os militantes podiam fazer o trabalho de base, denunciavam o caráter mercantil da CRAM, dialogavam sobre a importância de desapropriar as terras devolutas do Pontal, criticavam a situação de inadimplência que as famílias mutuárias ficavam:

Primeiro que não tem condições, e outra, cê faz um financiamento pra comprar ai 6, 7 alqueires de terra, você fica endividado, a gente dizia isso nas nossas reuniões e se concretizo, acho que a maioria dos assentamentos do BT, que não foram muito, não deu certo, as pessoas não conseguiu pagar e ficou endividado até hoje. (Entrevistado do MST, 2017)

O mapa 8 abaixo, nos traz uma leitura do arranjo espacial dos assentamentos e dos empreendimentos de crédito fundiário criados durante o período de 2001 e 2015 – este recorte temporal é para conseguirmos ter uma análise comparativa mais fiel, pois o BT é criado somente em 2001. Podemos notar que há uma concentração de assentamentos na porção leste da região, enquanto os de crédito fundiário na parte oeste, com muito menos famílias.

Mapa 8 – Pontal do Paranapanema - Número de famílias em assentamentos e em empreendimentos - (2001-2015)



A área de criação de assentamentos coincide com os municípios onde se concentram também as ocupações de terra e os empreendimentos, por sua vez onde não há disputa judicial. Isto, juntamente com que o já discutimos acima – também reforçadas pela análise que o leitor(a) irá conferir no capítulo seguinte -, permite-nos fazer algumas inferências na forma de hipóteses sobre a territorialização da CRAM no Pontal: a) há pretensão de concorrer com a política de desapropriação por interesse social; b) blindar as áreas onde possuem o crédito fundiário como a alternativa possível de acesso à terra; c) capturar sujeitos com potencial de luta por meio da subordinação ao capital financeiro; d) legalizar as terras para o mercado fundiário; e) ser um mercado acessível para latifundiários interessados em realizarem a renda absoluta, ao venderem terras ou frações dela; f) as ocupações de terra fazem um contraposição, uma resistência, impedindo a expansão do crédito fundiário para outras áreas.

4. **“DO SONHO AO PESADELO”: das ideias do Banco Mundial às contradições nos territórios do crédito fundiário no Pontal do Paranapanema (SP)**

No presente capítulo, conduzimos o(a) leitor(a) a uma contribuição à crítica da racionalidade neoliberal presente no BM e de sua proposta de CRAM. Para isso, retomamos os princípios que fundamentam a política do Banco – conforme elencamos no primeiro capítulo e discutido por Pereira (2004) – aplicando-os sobre a realidade concreta dos empreendimentos, separando-as em 7 princípios e elencados em 7 subcapítulos. Para lembrar o(a) leitor(a), os princípios da CRAM que vamos analisar são: 1) estaria baseada numa relação mercantil voluntária entre compradores e vendedores – *willing-sellers/willing-buyers*; 2) a seleção e a oferta de terras seria dirigido pela demanda (*demand-driven approach*); 3) seria associativo; 4) promoveria a auto-seleção; 5) estrutura política-institucional descentralizada; 6) intensificaria a descentralização, as privatizações e as relações público-privadas; 7) potencializaria o desenvolvimento produtivo; 8) promoveria a redução da desigualdade de gênero.

Nessa difícil tarefa, pretendemos, parafraseando Marx (1998, p. 29) quando criticava a filosofia idealista alemã, “descobrir a substância racional dentro do invólucro místico” pregado pelo Banco. Nossa interpretação parte das ferramentas teóricas-conceituais discutidas anteriormente, utilizando autores e conceitos da teoria geográfica crítica marxista, articulados a elementos da materialidade dos empreendimentos a partir dos trabalhos de campo e entrevistas realizadas.

Aqui pretendemos analisar os primeiros empreendimentos do crédito fundiário na região, todos criados em 2001. Trata-se da modalidade Banco da Terra, onde pudemos realizar trabalhos de campo e entrevistas com os presidentes das seguintes associações: a Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José de Presidente Prudente, a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Marambaia de Rancharia e, percursores da CRAM no Pontal do Paranapanema. Também utilizaremos as entrevistas realizadas junto a representação do CODETER e do MST.

Em Presidente Prudente, a Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José possui 41 famílias, em uma área de 253ha. Após a convocação da UNIPONTAL, a associação foi formada na Casa da Agricultura do município. Em seguida, os mutuários selecionaram, junto aos gestores do BT, um imóvel dentre os disponíveis e optam pela Fazenda São José, no valor de R\$1.208.465, localizada próximo a área urbana da cidade. Já a Associação dos Agricultores Familiares do Bairro da Marambaia está localizada no município Rancharia, é composta por 40 famílias em 290ha. A configuração da associação é de famílias oriundas dos distritos de Agissê, Gardênia e de Rancharia. A fazenda adquirida tinha um valor de R\$1.199.426. Em Tarabai, a Associação dos Agricultores Familiares, Assentamento Cristo Rei é a maior dentre os analisados. O empreendimento é composto por 56 famílias em 484ha e foi obtida pelo valor de R\$1.592.063, originários, sobretudo, do município de Tarabai. Passados 12 anos após a inscrição no BT, a sensação das famílias era a seguinte:

O sonho de ter um pedaço de terra é o que motivou centenas de pessoas a se inscreverem no Programa Banco da Terra no município de Presidente Prudente e região, com muitas promessas e junto com o sonho de ter sua própria terra para o seu sustento e da sua família, o futuro do seu filho, logo no primeiro ano já percebemos que não seria fácil, depois difícil, depois quase impossível, hoje com quase doze anos, estamos lembrando e que **o sonho era na verdade um pesadelo**. (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SÃO JOSÉ, 2013, destaque nosso)

A citação acima (documento completo em anexo), elaborada e publicada em 2013, é um manifesto intitulado “Do sonho ao pesadelo” das famílias mutuárias da Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José, um empreendimento do Banco da Terra localizado em Presidente Prudente e foi direcionada ao MDA para pressioná-los a tomar uma posição quanto à difícil realidade pela qual as famílias passavam. Acreditamos que o sentimento deste manifesto sintetiza o de muitas famílias do crédito fundiário e por isto ele é o título desta dissertação.

4.1. Relação mercantil entre camponeses e proprietários de terra

Um dos principais argumentos do BM para defender sua proposta de contrarreforma agrária é que ela estaria baseada na lei da oferta e procura, em vendedores e compradores interessados, sujeitos voluntários em uma relação de livre comércio. Esta forma seria compatível com o livre mercado e evitaria conflitos, permitindo o bom funcionamento da economia.

Contudo, como já argumentava Marx em *18 de Brumário de Luís Bonaparte*:

Os homens [e as mulheres] fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem a circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011, acréscimo nosso).

Existem elementos estruturais que determinam e limitam a ação humana. Nesse sentido, quando estamos falando da questão agrária brasileira, estamos diante de um longo processo de concentração fundiária e de expansão do capital. Conforme elencamos no capítulo anterior, o processo de formação do Pontal do Paranapanema é marcado pela grilagem de terras, concentração fundiária e pelo conflito de classe. Portanto, sob a aparência de uma relação entre voluntários, a CRAM encoberta a concentração e exclusão causada pela expansão do metabolismo do capital no campo.

A trajetória das famílias mutuárias reforça este argumento. Elas possuem diferentes histórias de vida, muito associadas ao processo de exclusão do campesinato à terra, à exploração do trabalho e de situações de subordinação. Encontramos nos entrevistados um vínculo com a terra, um sentimento de pertencimento a ela, a realização do trabalho no campo, uma identidade camponesa originada em algum momento da vida. A posse da terra, o território, passa a ser, nesse sentido, uma condição fundamental para a (re)produção dessas famílias, levando-as mais tarde a buscar mecanismos para acessá-la. Como, por exemplo, podemos observar nas entrevistas de Tarabai e Presidente Prudente.

No caso do entrevistado no empreendimento em Tarabai, o mesmo tinha o trabalho subordinado ao capital por meio do assalariamento, levando-o

a mudar-se de Álvares Machado em São Paulo para o Mato Grosso. Trabalhava junto a uma fazenda, na lida com o gado. Após os proprietários da fazenda vendê-la, voltou para São Paulo e foi trabalhar em outra fazenda por 4 anos até que ingressou no BT por conhecimento de um colega de trabalho. Contudo, a atual situação parece tão precária que remete a este momento, de subordinação do trabalho e assalariamento, como melhor que o atual: “Aí saiu esse negócio do BT né e eu achei que era vantagem, aí resolvi pegar um lote aqui né. Mas na realidade mesmo se a gente for pensar era mil vezes eu ta trabalhando numa fazenda do que ter entrado” (Entrevistado de Tarabai, 2017).

Já o mutuário de Presidente Prudente nasceu em Nova Andradina no Mato Grosso do Sul, de pais camponeses, viveu até parte da juventude no campo e foi levado à Presidente Prudente para cuidar da irmã doente, “quando eu era jovem, adolescente. Ai não tinha opção, a não ser trabalhar como boia-fria. Depois que eu fiquei de maior que eu comecei a trabalhar em algumas empresas”. A precariedade, a insegurança no trabalho assalariado e o sonho de regressar à terra fizeram o entrevistado e sua família a ingressar no BT após tomar conhecimento pelos jornais.

Outro elemento a ser destacado é a forma da criação das associações. Elas revelam as falhas do modelo baseado no voluntarismo entre as partes interessadas, pois são envoltas em problemas técnicos, conflitos e confusões. Como afirma Ramos Filho (2008; 2013), o processo de formação das associações é acompanhado pelo dimensionamento do espaço da subalternidade, onde os gestores do BT convencem as famílias da viabilidade do empreendimento, do projeto a ser desenvolvido e das facilidades da efetivação das parcelas, e não há uma elevação da consciência de classe e da importância da organização popular. Vejamos mais de perto os casos analisados.

O caso de Rancharia é notável. O empreendimento possui 40 famílias, sendo 20 de Rancharia, e as outras nos distritos do mesmo município, 10 de Gardênia e 10 de Agissê. O sujeito que foi fundamental na articulação das famílias na formação desta associação era um professor de agronomia de uma escola técnica de Rancharia, o mesmo reuniu dezenas de famílias no município interessadas em acessar à terra. Segundo a entrevista, as famílias ligadas aos distritos tinham uma ligação mais voltada à terra, ao contrário das

pertencentes à Rancharia. Formou-se este primeiro grupo e iniciaram as reuniões para informar-lhes do projeto e escolher uma propriedade, dimensionando assim um espaço de socialização política. Neste momento, muitas famílias da cidade de Rancharia deixam o projeto ao notarem que teriam de viver no empreendimento. Relata-se que a lista permaneceu por muito tempo em aberto e somente muito próximo de seu encerramento, foi concluída. A conclusão que o entrevistado chegou é que muitos mutuários foram escolhidos sem adotarem os critérios do projeto, como a experiência prévia na agricultura, levando a formarem um grupo muito fragmentado e sem identidade. Segundo o mesmo “É, na verdade assim, esses projetos, teve essa falha [...] E na verdade é o que tá acontecendo, hoje essas pessoas que foi mal selecionada ela vai prejudicar uma maioria aí.” (Entrevistado de Rancharia, 2017).

Esse processo de obtenção de terras compatível com o livre mercado, levou a um fazendeiro de Presidente Prudente a “voluntariamente” oferecer ao fundo de terras do BT uma propriedade sob sua posse, de origem devoluta. Em nossa investigação, melhor detalhada em Lima (2015), observamos que os equívocos dos gestores do BT em não realizar um estudo detalhado sobre a propriedade levaram a aquisição de uma área devoluta pertencente ao 2º distrito de Presidente Prudente. O erro foi identificado pelos agentes financeiros após a liberação do financiamento, somente quando as famílias foram notificadas para a integralização da primeira parcela. Eram consideradas 80% terras devolutas do município e 20% do Estado de São Paulo.

A formação da associação ocorreu no final de 2001, após reuniões realizadas na Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI), por meio de uma seleção de mutuários realizada pela UNIPONTAL. A fazenda São José é escolhida pelos mutuários principalmente devido a sua proximidade ao centro urbano de Presidente Prudente.

Para averiguar as irregularidades no empreendimento São José de Presidente Prudente, o MDA instaurou uma Comissão de Sindicância de Cunho Investigatório pela Portaria/MDA/Nº02/2004. A Comissão concluiu que houve irregularidades e a participação/omissão do Sr. Carlos Henrique de Araújo, então Gerente Regional do Banco da Terra associado à UNIPONTAL, assim como de todos os componentes do BT - regional e nacional - em não

regulamentar processos deste tipo. A sugestão da Comissão ao MDA é: “Entendemos a necessidade Urgente interferência do Contencioso da Advocacia-Geral da União/AGU, no intuito de promover a ação judicial competente para anular a aquisição e reaver os recursos despendidos” (grifo nosso).

Em consequência, a decisão do Procurador da República Luis Roberto Gomes - nos Autos Representação nº035/2004 da Tutela Coletiva – é de um lado, não considerar que houve improbidade administrativa, isentando os gestores do BT e Caixa Econômica Federal e do outro, reparar o dano realizado ao erário público. Isto levou a disputas judiciais entre a Associação e a União, congelando a conta bancária dos mutuários e obrigando-os a legalizar as terras por meio da Lei Municipal nº 5178:

O Banco da Terra aprovou, o MDA aprovou, a UNIPONTAL aprovou, o banco aprovou, comprou-se, depois é que se descobriu que era terra devoluta. Ai a associação que teve que legalizar, por muito custo, acho que até 2007 nós conseguimos legalizar as terras devolutas do município. (Entrevistado de Presidente Prudente, 2015)

O custo de legalização das terras municipais para a Associação foi de R\$17.941,59. Somente em 2017, a Associação conseguiu regularizar as terras devolutas pertencentes ao Estado.

As terras devolutas estão localizadas no 2º Perímetro de Presidente Prudente e já eram conhecidas. Segundo o historiador José Ferrari Leite, os perímetros 2º, 3º e 5º de Presidente Prudente foram consideradas devolutas pelo Juiz Luís Francisco de Souza Nogueira e confirmados pelo Tribunal de Justiça do Estado já na década de 40 (LEITE, 1998, p.46). No Processo nº00084-29.2010.403.6112 encontra-se uma cópia da decisão judicial em questão durante um julgamento realizado em 1942, que decidia:

Não há, portanto, posse hábil, para excluir as terras do 2º perímetro da categoria de devolutas [...] Em face do exposto e do que mais consta nos autos, julgo procedente a ação e declaro devoluto o segundo perímetro deste município da comarca [...]

Como Mészáros (2015, p.49) diria, o Estado, pelo judiciário, serve a lógica da “lei do mais forte” (*might is right*), com clara posição de classe em favor do fazendeiro e dos gestores do Banco. Ou seja, mesmo que as terras

devolutas devam ser desapropriadas para a criação assentamentos de reforma agrária, penaliza-se as famílias mutuárias. O que no caso em foco se observa é o deslocamento do conflito para o território jurídico-institucional, regida pelas normas do Direito e determinada pela lei do mais forte. É isso, que levado ao limite, significa a intencionalidade por trás de “evitar o conflito” e ser compatível com as leis do mercado. Esse mecanismo se diferencia da luta pela terra, como defende Fernandes (1999), onde as ocupações explicitam as contradições sociais pressionando o Estado a desapropriar determinada área. Enquanto a CRAM segue uma lógica rentista, onde o papel do Estado é ser “guardião do direito privado”, vendendo inclusive terras devolutas para impedir o avanço da reforma agrária.

4.2. Seleção e oferta de terras dirigido pelo capital

Outro argumento utilizado pelo BM e reproduzido pelos defensores da CRAM é que ele seria *dirigido pela demanda - demand-driven approach* - e não mais pelo Estado. Nesse sentido, haveria proprietários ofertando terras e famílias demandantes. Não seria, portanto, um mecanismo controlado pelo Estado, como no modelo desapropriativo, e também não o dirigido por aqueles que detém a mercadoria (sic), os ofertantes, mas por aqueles que são demandantes. Trata-se de, na teoria, de criar um mercado consumidor de terra e dar aos consumidores a autonomia de coordenar e ter a iniciativa de desenvolver os projetos, reduzindo assim o papel do Estado e, conseqüentemente, mais barato.

A formação conduzida – pela “demanda” - de associações com o objetivo de adquirir terras, como já advertia Andrade (1998/1999) leva a criação de organizações muito frágeis. As etapas podem ser explicitadas pelas famílias como:

[...] primeiro explicando o que era o projeto né. E depois tinha que formar a associação ai foi nessa fase que demorou bastante, complicado formar uma associação e depois outra fase complicada também foi comprar a fazenda. Achar um local ideal (Entrevistado de Presidente Prudente)

Permitam-nos trazer elementos que já dissemos para avançarmos na exposição. Em Tarabai, a associação da fazenda Marambaia foi formada por um professor de uma escola técnica em conjunto com a prefeitura. Apesar de não ter se inscrito como mutuário, ele possuía uma importante atuação política também na associação. O professor fornecia assistência técnica para a associação e a entrevista indica uma centralidade que, após sua saída, muitos problemas vieram a acontecer:

no começo ele deu assistência, até uns 3 primeiro ano, só que não chegou nesse. Tinha um outro presidente lá no começo, eles se desentenderam, ele abandonou e não voltou mais, aí que começou a dificuldade né. (Entrevistado de Tarabai)

Em Presidente Prudente, a condução foi realizada pelos gestores do BT ligados à UNIPONTAL. O Presidente da Associação São José durante 2001 a 2003, em seu depoimento à comissão de sindicância, afirmava que as famílias mutuárias tinham o poder de escolha muito reduzido, e os gestores do empreendimento selecionavam quais as fazendas possíveis de serem compradas.

Na CRAM somente entram no quadro de negociação as fazendas que os fazendeiros colocam à disposição para o fundo de terras. Seu preço é demarcado pelo mercado, seu alto valor associado ao baixo valor do financiamento, fez com que para completar o quadro social das associações os projetos superlotassem e trouxessem perfis heterogêneos. Na associação do bairro da Marambaia, por exemplo:

Na verdade, foi três famílias, no dia que eu fiz lá que não conseguiu, ai ele não tinha mais, não tinha mais limite. Por exemplo, seria amanhã, montou o projeto amanhã, não montou, acabou. Então ele pegou a gente, mais umas três famílias ai e montou o projeto. (Entrevistado de Rancharia)

A configuração territorial dos empreendimentos, portanto, é de pouca terra com muita gente. Os empreendimentos do Banco da Terra apresentam uma quantidade maior de mutuários, em média 30 famílias por empreendimento, uma quantidade pequena de terra, 6,3 hectares/família, e um valor de

médio de R\$ 27.344 mil por família (Quadro 7). Já o CAF, no quadro 8 nos ajuda a observar quantas famílias há por município. O CAF possui uma quantidade ainda menor de famílias/hectare, são 4,9, e um valor mais elevado, R\$ 35.586,20 em média por família. A consequência é a criação de minifúndios e de famílias endividadas.

Tabela 4 – Pontal do Paranapanema - Empreendimentos do Banco da Terra

Empreendimento	Nº Famílias	Área	Valor inicial
Anhumas	16	85,00	R\$ 400.000,00
Martinópolis	16	88,00	R\$ 399.994,00
Narandiba	26	133,00	R\$ 650.000,00
Presidente Bernardes	20	85,00	R\$ 499.440,00
Santo Expedito	30	121,00	R\$ 749.999,00
Presidente Prudente	41	253,00	R\$ 1.208.465,00
Rancharia	40	290,00	R\$ 1.199.426,00
Tarabai	56	484,00	R\$ 1.592.063,00
Total	245	1539	R\$ 6.699.387,00

Fonte: PNCF, 2016; Org. Lima, Rodolfo de Souza, 2018

Tabela 5 – Pontal do Paranapanema - Empreendimentos do Consolidação da Agricultura Familiar

Empreendimentos	Nº Famílias	Área	Valor inicial
Emilianópolis	2	12,1	R\$ 155.600,00
Santo Anastácio	2	12	R\$ 142.400,00
Álvares Machado	3	17,82	R\$ 120.000,00
Emilianópolis	4	18,94	R\$ 160.000,00
Rancharia	1	6,64	R\$ 40.000,00
Taciba	2	2	R\$ 80.000,00
Narandiba	7	31,36	R\$ 40.000,00
Presidente Bernardes	8	43,31	R\$ 294.000,00
Total	29	144,17	R\$ 1.032.000,00

Fonte: PNCF, 2016; Org. Lima, Rodolfo de Souza, 2018

Os interesses dos fazendeiros estão na realização da renda absoluta da terra, permitindo a sua (re)produção por meio da (re)territorialização do

latifúndio. Nos casos analisados: a) em Rancharia a fazenda Marambaia pertencia à Elias Pereira Reis, ele vendeu uma parte do imóvel para o BT e ainda mantém propriedades no município a partir da criação de gado de leite; b) a fazenda São José de Presidente Prudente estava sob a posse de Mario Pires, o mesmo pode comprar outra propriedade no Mato Grosso do Sul; já Tarabai, era parte de uma propriedade da Brasway S/a Indústria e Comércio, mas sob a posse de “Zézinho” Maciel.

Após selecionarem as propriedades e captarem um empréstimo junto ao agente financeiro, as famílias compram uma fração do território capitalista, levando a territorialização do capital financeiro, mediante a apropriação dos juros. Como afirmamos no capítulo 3, ocorre uma reprodução subordinada das famílias mutuárias, o controle efetivo do território por meio do capital financeiro até a integralização da dívida. Contudo, estamos entendendo este processo como numa relação dialética entre subordinação, e formas de resistência empreendidas pelas famílias. Segundo Ramos Filho (2013, p.254):

A subalternidade é a condição de desterritorialização do campesinato, seja através da expropriação da família camponesa, da proletarização, do campesinato, ou mesmo do controle do trabalho camponês via o processo de monopolização do seu território pelo capital. A resistência engloba todas as formas de enfrentamento empreendidas pelo campesinato contra a destruição do trabalho familiar, bem como de sua construção de possibilidades de permanência

Estamos diante da sobreposição de duas formas distintas de (re)produção social no mesmo território, a do capital e a do campesinato. A grosso modo, enquanto o capital está baseado na extração de mais-trabalho, nos juros etc., o campesinato está baseado no trabalho familiar para a produção de excedentes necessários à sua (re)produção e manutenção da família (FERNANDES, 2008; SHANIN, 2008; PAULINO, 2003; OLIVEIRA, 2001).

Nenhum empreendimento do Banco da Terra no Pontal do Paranapanema integralizou as parcelas ao banco. Após o vencimento dos 3 anos de carência, uma série de motivos levou as associações à inadimplência. Problemas na implantação dos projetos; divergência em relação ao modelo a ser adotado – algumas famílias numa perspectiva mais comunitária, outras numa mais individual -; inexistência de assistência técnica; atraso nos recursos de

crédito produtivo como o Pronaf; abandono do poder público em todas as escalas, entre outros. Por vezes o Estado interviu nos projetos para averiguar as irregularidades e tomar ações judiciais contra as famílias, conforme os processos nº 55000.000665/2003-66 – Instaurado pela portaria do MDA/No. 02/2004, Processo 00084-29.2010.403.6112 e o Inquérito Policial n. 2004.61.12.006479-6 - 3ª Vara Federal Local³⁴.

Passado mais de 15 anos de sua implementação, os juros elevaram o preço inicial em mais de 300%, conforme os relatos abaixo:

Ai o que foi acontecendo? O banco foi cobrando juros, hoje nos deve no banco R\$3 milhões e cassetada, entendeu? E nós fomos vendo que nós não consegue pagar mais né? Agora tá, agora saiu a renegociação da dívida que tá até uma aditiva pra tá registrando no cartório, que é a renegociação da dívida. (Entrevistado de Tarabai)

A dívida da terra, o juro muito alto, então de 2006 e 2007, então ainda tá correndo o juros, ela parou agora, 2016, que teve a negociação. Mas a dívida nossa era \$1 milhão 290 mil, de tudo, a benfeitoria, hoje ela tá em \$3 milhões, hoje tá mais o juro do que na verdade a dívida. (Entrevistado de Rancharia)

E a gente tem esse problema com o banco. O banco não aceita um valor menor que a parcela real, certo? Na época era uns quatro, cinco produtores que não tinha condições, talvez três, só dois no final das contas que não ia conseguir pagar. E como teve esse problema, inclusive, até esqueci de falar. Na época nós não tivemos o PRONAF, que foi prometido desde o começo, quatro, cinco anos depois, certo? (Entrevistado de Presidente Prudente)

O endividamento levou as associações à situação de inadimplência e o congelamento de suas contas bancárias. Para as famílias, estarem irregulares junto ao agente financeiro tem múltiplos significados. Destacamos: o temor de serem desapropriados; individualização da culpa, mas também sentimento de abandono pelo Estado, resultando em retração dos investimentos em infraestrutura e produção e a saída de jovens. Em Presidente Prudente a associação da fazenda São José ainda foi processada pela Procuradoria Ge-

³⁴ Os processos e o Inquérito policial em questão foram instaurados para averiguarem irregularidades na aquisição de terras nos projetos do Banco da Terra.

ral da República, com vistas a recuperar o erário público, supostamente prejudicado pela devolutibilidade da propriedade. A dívida torna-se uma espécie de prisão: “A pessoa enquanto não quitar a sua dívida, seu financiamento ele não pode fazer nada” (Entrevistado de Presidente Prudente).

Enquanto o percentual de inadimplência do BT no estado de São Paulo é de 54%, no CAF é menor, 12%. Contudo, a situação do CAF, em resumo, pouca terra e custo elevado, pode ser explicada pelo: elevado valor do imóvel rural em São Paulo, o maior do país, sendo R\$ 19.272 o valor do preço médio por hectare adquirido pelo PNCF (SEAD, 2017), em relação ao baixo nível de renda das famílias, até R\$ 30 mil por ano, e da pequena quantidade de recursos destinado às famílias, com o limite de R\$ 80 mil por mutuário. Nesse sentido, se considerarmos o valor da terra acima, o crédito fornecido permite a compra de apenas 4,15 hectares. No Pontal, como já dissemos, o valor de 4,9 hectare/família, indica um processo de minifundilização, onde a quantidade de terra é incapaz de suprir as necessidades de (re)produção das famílias. Lembremos que os empreendimentos tanto de CAF quanto de BT, estão muito abaixo da média do módulo fiscal do Pontal do Paranapanema, de 24 hectares, e muito mais próximo da Fração Mínima de Parcelamento, 3 hectares.

Somente por meio da Lei 13.340 de setembro 2016, que regulamenta a renegociação e individualização das dívidas do Banco da Terra, depois de haver muitos problemas legais e do acompanhamento institucional da lei 11.775/2008, que o processo de renegociação das dívidas avançou. Nesse momento, como já havíamos falado no capítulo anterior, foi o Codeter quem reuniu as associações junto ao ITESP e ao MDA para incorporar os empreendimentos na nova normativa. Além disso, para realizarem a individualização das dívidas é necessário que retornem à condição de adimplência e regularizem seu quadro social.

Das associações visitadas, somente os mutuários da fazenda São José tinham conseguido avançar na renegociação. A associação em foco, por seu grau mais elevado de organização e coesão interna, conseguiu acompanhar a tramitação institucional. Quando realizamos a entrevista, em novembro de 2017, a associação estava prestes a efetivar o processo. Em dezembro do mesmo ano, os mutuários pagaram a primeira parcela de R\$ 3,3 mil/família. Contudo, em entrevista realizada ao jornal *O imparcial*, alegaram dificuldades

para efetivar o pagamento, de um lado, por problemas com o escoamento da produção e baixos preços dos produtos hortícolas, do outro, a importante participação dos filhos, que por meio do trabalho acessório permitiu um crescimento na renda familiar.

A aposentada acrescenta que enfrenta dificuldades para vender as plantações de sua horta, uma vez que os pequenos produtores “não vendem mais como antes”. A fim de continuar a quitar a dívida, dona Yolanda conta que recebeu ajuda dos filhos para juntar dinheiro. “Se eu não tivesse minha família por aqui, eu não teria condições para pagar nem o primeiro mês” (O Imparcial, 04 de mar. de 2018)

Já em Rancharia, foi onde encontramos o processo mais atrasado. Segundo os relatos, apesar da grande demanda das famílias, haviam irregularidades no quadro de beneficiários que compunham a associação. Os motivos para tal são diversos, vão desde constante substituições de associados, falecimentos, problemas com documentos das famílias, entre outros. De um lado, isso impediu as famílias da associação incorporar a regularização da dívida e a individualização, do outro, dificultou a captação de políticas de comercialização da produção. As famílias temiam que as dificuldades encontradas fizessem perder o prazo limite para a regularização:

Então o processo tem que regularizar o quadro do aditivo, ainda não conseguimos registrar e o prazo pra nós pagar a primeira parcela agora, é dia 10 de dezembro agora. Então, essa documentação ela foi pro cartório, e o cartório ele tá exigindo algumas coisa que o banco, que na verdade que o banco que ele não tá aceitando, que na verdade o maior, que tem a, pra regularizar esse quadro é o banco. Ele propôs lá, um, umas coisa lá, então ele que é o responsável maior, e o cartório tá apoiando alguma coisas. (Entrevistado de Rancharia, 2017)

As entrevistas demonstram e reforçam a tese de que o protagonismo popular na CRAM é extremamente limitado (SAUER; PEREIRA, 2006; RAMOS FILHO, 2008; 2013). No espaço da subalternidade, forjado nas primeiras reuniões para convencer as famílias a optarem pelo crédito fundiário, o controle do processo está concentrado nos gestores e na burocracia; já no processo de territorialização, garante-se a subordinação das famílias pelo capital

financeiro, mantendo-as sob a prisão da dívida. Não estamos falando de uma condução de obtenção de terras pela demanda, mas de uma condução do metabolismo social capital com vistas a extrair renda e juros, sujeitando a renda da terra ao capital.

4.3. Promoção da competitividade generalizada

O terceiro princípio que vamos discutir é a da promoção da auto-seleção dos participantes. Nesse sentido, a CRAM por ser conduzida pela demanda, envolveria somente indivíduos ativos em todo o processo e aptos a desenvolvê-lo, selecionando assim os agricultores mais aptos.

Este princípio está assentado na norma neoliberal da competição generalizada. Por estar dentro de um quadro de mercado, a CRAM promoveria uma seleção entre os mais aptos para o jogo econômico. Abandona-se o princípio liberal clássico do direito inato dos seres humanos, assim como não considera a propriedade como produto social engendrado pelo metabolismo social, e a terra para trabalho e vida, condição ontológica de realização do ser social. Considera-se a terra como recurso, mercadoria a ser permutada e adquirida em um ambiente competitivo, por isso os sujeitos são reduzidos ora como vendedores e compradores e ora como ofertantes e demandantes.

Numa relação de trocas, os sujeitos são tratados como iguais em direitos e permutam mercadorias de valores equivalentes. Nos itens anteriores, mostramos como a CRAM esconde uma relação desigual sujeitando a renda da terra ao capital, isto é, as famílias mutuárias à prisão da dívida. Neste item, o que observaremos é que a norma da auto-seleção é um mecanismo de controle social com vistas a garantir a sujeição da renda terra.

O perfil de renda dos mutuários é extremamente baixo, conforme destacado no capítulo anterior, enquadrando-se em sujeitos potenciais para projetos de assentamentos rurais pela via da desapropriação, mas também potenciais de se inserirem na luta pela terra, resultando em sujeitos endividados, conforme o MST apontava:

[...] Primeiro que não tem condições, e outra, cê faz um financiamento pra comprar ai 6, 7 alqueires de terra, você fica endividado, a gente dizia isso nas nossas reuniões e se concretizo, acho que a maioria dos assentamentos do BT, que não forma muito, não deu certo, as pessoas não conseguiu pagar e ficou endividado até hoje. (Liderança do MST da região do Pontal do Paranapanema, 2017)

Além da “auto-seleção” ter o objetivo de selecionar sujeitos potenciais de luta, também foi conduzida pelos gestores do BT na formação dos grupos iniciais. Ela foi propagandeada por meio de rádio, televisão e jornal como um mecanismo superior à desapropriação, ao mesmo tempo em que “demonizava” os movimentos de luta pela terra.

A “auto-seleção” foi conduzida e forjada por espaços de subalternidade com o objetivo de formar grupos com o único objetivo de comprar um imóvel. Nesse sentido, conforme as entrevistas, é alarmante o alto número de desistências nos empreendimentos e a participação dos sujeitos nas reuniões da associação quando está na pauta a renegociação e a individualização.

No que se refere as desistências, obviamente, as motivações podem ser várias, desde questões religiosas, morte de um componente da família, etc., mas também estão relacionadas às difíceis condições nos empreendimentos. Há um elevado número de desistências e, conseqüentemente, de substituições. Nos 3 empreendimentos visitados, em Tarabai das 56 famílias iniciais, cerca de 27 pessoas desistiram (48,21%); em Rancharia das 40, 21 famílias deixaram o empreendimento (52%); em Presidente Prudente o menor número, do grupo inicial de 41, 11 famílias foram substituídas (26%). Essa alta rotatividade nos empreendimentos foi identificada na associação Marambaia de Rancharia como um dos obstáculos para regularizar o quadro social da associação.

No que tange à participação política, há uma preocupação com as famílias mutuárias nas reuniões das associações. Como acontece na associação de Tarabai, que tem mais enfrentado dificuldades nesse sentido:

[...]ó, então, isso aqui tá até triste de coisar porque as pessoas tão tudo acolchoado, a gente faz uma reunião, vem sabe, mas das 56 famílias vem 20, o resto não vem, tá? As pessoas tá desacreditado porque diz “A isso aqui não vai pra frente mais” (Entrevistado de Tarabai, 2017)

Outra questão levantada é um interesse maior dos associados em questões relacionadas à renegociação e a individualização em detrimento de assuntos gerais da comunidade:

[...] Porque tem nego que ele só quer ir em reunião, quando você fala que vai vim um cara do banco, for um negócio de dinheiro, ai aparece, mas se for pra discutir negócio de associação, então isso ai que é complicado (Entrevistado de Tarabai, 2017)

A auto-seleção também promoveria o associativismo, princípio que iremos nos debruçar no item seguinte. Mas ao fim deste item, já podemos constatar que não houve um processo de auto-seleção levado pela “mão invisível” do mercado, produzindo uma espécie de seleção natural das famílias mais competitivas. Mas uma seleção conduzida e normatizada dentro de um quadro regimentado - estipulada nos manuais do BT – com a intencionalidade de capturar sujeitos potenciais de luta pela terra, produzindo grupos com pouca coesão e identidade interna e descrença com o projeto que estão envolvidos, devido as próprias condições materiais.

4.4. (Des)associativismo

O princípio do associativismo está relacionado com a formação de associações com vistas à seleção e compra dos imóveis. Isto estimularia os participantes a desenvolverem projetos compatíveis com sua realidade. Traze-mos duas dimensões que encontramos em campo, mas que contrapõe ao princípio do associativismo apresentada: 1) a dissolução dos projetos produtivos comunitários e; 2) a individualização das dívidas.

Dos projetos analisados, todos haviam como proposta de desenvolvimento socioprodutivo a produção coletiva em uma área comunitária com vistas a elevação dos rendimentos familiares e efetivação das parcelas, a partir de um recurso inicial do Pronaf. Nos três casos analisados, nenhum deles o projeto inicial deslanchou. Observemos mais de perto.

A organização territorial dos empreendimentos é dividida, sobretudo em: a) agrovila, caracterizada como área de moradia das famílias, mas também de plantação de algumas hortaliças e de animais, assim como onde se concentram os locais de reunião, sede das associações, igrejas, capelas, etc.; b) área de produção propriamente dita, que são exclusivas para a criação de animais, cultivos de diferentes tipos; c) Área de Preservação Permanente (APP's) e reservas florestais.

Na associação do bairro Marambaia foi o agente financeiro que impediu os associados desenvolverem o projeto, obrigando as famílias a alterar o ordenamento territorial, eliminando a área de produção comunitária e dividindo-a em áreas de produção individual:

Na verdade, como associação, no dia pra sair o Pronaf precisou de repartir o lote aqui dentro, porque o banco não aceitou trabalhar em associação pra pegar o Pronaf. Aqui em cima, que seria a vila aqui, seria 20 mil metros pra cada família, o restante da área seria pra associação, o projeto era esse [...] Tudo aqui, é 120 alqueires, aqui da 290 e alguma coisa de hectare. Então o banco não aceitou, então veio o topógrafo nos repartiu em cima e repartiu em baixo, em partes iguais pra todo mundo. (entrevistado de Rancharia, 2017)

O mesmo ocorreu em Tarabai, contudo, ao que indica, foi por meio de uma opção de uma certa concepção individualista de produção dos próprios mutuários. Nota-se a incorporação da norma neoliberal da competitividade:

[...] É, trabalhar junto, mas ai na hora nego falou não, eu não vou trabalhar em associação não. Ai o que resolveu? Fazer a individualização né, que hoje é uma associação, como que é hoje? Cada um tem um lote, como diz o outro, não tá documentado, terra toda é 480 hectares é que tá na escritura, mas cada um tem um pedaço de terra, que não trabalhando em associação, só leva o nome associação. (Entrevista de Tarabai, 2017, grifo nosso)

Na associação de agricultores de familiares da fazenda São José o projeto inicial era a produção coletiva de batata-doce, milho e feijão. O ordenamento territorial era distribuído entre área coletiva e área de moradia:

Fizemos sorteio de lotes, dividimos e nessa divisão cada um tinha 1 hectare pra plantar, certo? Pra plantar não, pra morar. E outra parte onde não morava, o que sobrou, ficou a parte conjunta, pra trabalhar em conjunto, na área que se consegue

de trabalhar em conjunto (Entrevistado de Presidente Prudente)

Além do individualismo de alguns componentes da associação, como no caso anterior, o entrevistado identifica outros elementos:

No começo a gente tava em 2002, em junho começamos a produzir lá. Ai produzia em conjunto, certo? Tava até indo bem. A prefeitura junto com o BT era o mesmo que idealizava né quando começaram. Então ela tinha uma influência sobre os produtores, então, apesar que quem tocava a produção era a associação. Então ela tentava dar uma gestão, uma gerência, um auxílio. [...] A energia elétrica foi através desse retorno do plantio que fizemos, certo? Tava indo bem. Teve uma mudança no BT né, no pessoal da prefeitura que saíram e acho que entrou outro pessoal e não entraram compromissado com o programa. Ai ficou largado mesmo. A seção lá do BT ficou largado mesmo. Ai teve o processo lá da troca do presidente, certo? Ai que ficou largado mesmo, ficamos abandonado. É que quem fazia a gestão do BT das associações era a UNIPONTAL. [...] E nesse meio tempo venceu o prazo prá gente pagar, certo? Então ai teve a falha da produção, nós ficamos sem orientação, certo? Nós não conseguimos produzir, certo? O pessoal tava morando lá, não tava tendo renda, certo? E como não tinha auxílio ficamos meio largado. Ai saiu o presidente que tava tocando a frente, tava indo bem. Saiu, por desentendimento interno. Na época nós não tivemos o PRONAF, que foi prometido desde o começo, quatro, cinco anos depois, certo? Mesmo assim a gente tava indo até razoavelmente bem sem esse Pronaf mesmo (Entrevistado de Presidente Prudente, grifo nosso)

Em resumo, a associação conseguiu desenvolver o projeto coletivo até aproximadamente o pagamento da primeira parcela em 2004. A UNIPONTAL era o braço institucional que efetivava a assistência técnica, paralisou suas atividades de acompanhamento do BT devido às mudanças institucionais em âmbito nacional e estadual, conforme o capítulo anterior. Sem assistência técnica as famílias tiveram dificuldades na produção e conseqüentemente na obtenção de rendimentos. Por fim, os desentendimentos internos levaram a retirada do presidente da associação, prejudicando a organização produtiva dos associados. O entrevistado também faz alusão à descapitalização levada por não terem recebido o Pronaf e por terem custeado a grande parte da infraestrutura do empreendimento – abordaremos melhor a questão da infraestrutura

no item 4.6. Também podemos afirmar que tais fatores levaram à inadimplência da associação quando da efetivação da primeira parcela. As dificuldades enfrentadas levaram a associação a uma saída individual ao invés de coletiva.

A falência dos projetos coletivos e a reconfiguração territorial dos empreendimentos em produção individual também está associado à individualização das dívidas. A individualização é o caminho visto pelas famílias como um passo inicial para a resolução de seus problemas. Dado aos inúmeros conflitos e o longo tempo de inadimplência, elas acreditam que para sair do impasse é necessário adotar uma saída individualizada.

A lei da individualização foi apresentada por representantes do MDA nas reuniões com os representantes das associações, convencendo as famílias a adotar a normativa. Essas reuniões ganharam um impulso após a organização do CODETER na região. Segundo a antiga assessora, antes do programa ser desativado no governo Temer – o CODETER propiciava um espaço com vistas a discussão das novas normativas e como aplicá-las nos empreendimentos e contribuiu sobremaneira na incorporação da individualização.

A associação da fazenda da Marambaia quer adotar a individualização após regularização do seu quadro social:

[...] tem a proposta do Itesp, de individualizar o lote, a gente paga essa primeira parcela, individualiza o lote e cada um vai receber a sua parcela. Então se a pessoa pagar, ele fica em dia com a União e quem não pagar vai ter, vai ser executado, ou sei lá. (Entrevistado de Rancharia)

Contudo, não tem interesses em dissolver a entidade, mas utilizá-la para ter acesso a políticas públicas:

[...]a gente propôs o seguinte, quem quiser ser associado da associação né, pode ser, quem não quiser não é obrigado a ser. Mas a gente explica, o benefício que vem pra associação, receberá o associado [...] Vai tentar manter ela porque, os benefícios do governo federal, estadual, prefeitura, tendo associação, é um poder maior né. (Entrevistado de Rancharia)

Por ter sido a primeira associação a regularizar a renegociação, os mutuários da fazenda São José foram os primeiros a adotar a individualização das dívidas. Alguns problemas já podem ser identificados, como a luta indivi-

dual das famílias para conseguir efetivar as parcelas por meio da comercialização da produção. Mas novos estudos devem ser feitos para identificar o impacto da individualização nos empreendimentos do Banco da Terra. Constatamos que a especulação pode ser um fator que influencie nas mudanças decorrentes da individualização. Segundo um Laudo de Avaliação de Imóvel Rural realizado em 2011 anexado ao processo judicial realizado na área, o valor de mercado das terras em questão, estava em R\$ 4.192.000,00, ou seja, uma taxa de valorização de 257,67%.

Os associados da fazenda São José entendem que a individualização pode levar a inadimplência de algumas famílias no empreendimento e consequentemente a apropriação dos imóveis pelo agente financeiro. O endividamento era considerado um entrave para outras atividades da associação e que após a individualização teria a função de organizar a produção.

[...] o que afligi mais nós? É o medo de perder as terras, certo? É o que aflige mais nós. Eu tenho como minha preocupação. E até nós tivemos uma reunião com o Itesp [...] ele comentou da produção, não adianta a gente só individualizar, tem que produzir. Se não produzir, pra conseguir recurso pra pagar, cês vão ficar inadimplente, só que individualmente, isso é uma grande preocupação. Nosso e o do Itesp também, mas assim ó, qual é o primeiro momento, o primeiro momento é individualizar. (Entrevistado de Presidente Prudente)

Em Tarabai, os associados consideram a individualização uma forma de solucionar o endividamento a que estão submetidos:

[...]. Se sair a individualização, é melhor porquê? Por que cada um vai tomar conta da sua vida e aquele que pode pagar, aquele que não puder pagar, porque nós comprou isso aqui, não foi uma coisa doada né. E todo mundo fala que nos deve pagar, agora quando vim as parcelas, nós não sabe quanto vai ser essa parcela que nós vamos pagar por ano, quem tiver condição de pagar vai pagar, que não tiver ai o banco... vai tomar a terra. (Entrevistado de Tarabai)

A frase “E todo mundo fala que nos deve pagar” se refere à pressão exercida pelo agente financeiro e pelos funcionários públicos sob as famílias. A função da associação após a individualização seria de defender as famílias pela via legal “A gente, o banco entrar com reintegração, a gente vai ter que lutar com os direito da gente” (Entrevistado de Tarabai).

Ao mesmo tempo que o mutuário enxerga que o modelo de associação do BT não funcionou, também entende que houve um abandono por parte do governo em garantir a efetivação das mesmas:

E foi feita a associação, mas no fim, o próprio governo, ele deveria ter fiscalizado, quem tava trabalhando em associação ou não. Mas não fiscalizou, e não tem um, você pode ir em todas as associação, tá tudo individual, só individual. (Entrevistado de Tarabai).

A concepção de associação do entrevistado está relacionada ao trabalho comunitário. Para o mesmo, poderia ter sido uma alternativa se adotada inicialmente no empreendimento:

[...]porque esse Pronaf era pra pegar em conjunto a associação, investir, fazer um tanque de peixe, podia fazer um criame de porco, que era associação, podia fazer uma bacia leiteira, comprar umas vaca pra, mas na hora que foi, nego falou “eu não vou trabalhar em associação”. Na hora de entra que era associação todo mundo sabia, entrou, mas na hora que era pra trabalhar em associação, ai virou aquela zona...[...] (Entrevistado de Tarabai)

Na obra de Tavares dos Santos, *Colonos do Vinho*, o mesmo identifica que a comunidade, é um elemento que se constitui como uma forma possível de conceber a existência camponesa. No processo de construção de sua realidade social, a comunidade surge como uma dimensão importante da consciência (SANTOS, 1984, p.158). Para os autores, a preservação da comunidade camponesa e a sua construção utópica são formas de resistência.

Mesmo sob o paradigma neoliberal, notamos formas de construção comunitária nos empreendimentos do BT. Ela se materializa de diversas formas, em relações de ajuda mútua, na preocupação em tecer estratégias para o desenvolvimento do empreendimento, em buscar mecanismos para auxiliar as famílias após a individualização, em buscar políticas públicas para o conjunto das famílias, mas também em espaços de lazer comum como festas, capelas e igrejas.

Figura 7 - Capela empreendimento São José - Presidente Prudente



Foto: Lima, Rodolfo de Souza

Figura 8 - Capela empreendimento em Racharia



Foto: Lima, Rodolfo de Souza

O conceito de associativismo do BM não leva em consideração as contradições de classe envolvidas no tecido social. O controle efetivo do território na CRAM é exercido pelo capital financeiro, forjando normas territoriais com o objetivo de garantir a sujeição da renda da terra. O “associativismo” produzido sob a base do objetivo único de efetivar as parcelas, a dissolução das

práticas de produção coletiva, a disseminação do individualismo, e da individualização das dívidas, são táticas para tal fim, fracionando os mutuários para lidarem individualmente com o agente financeiro e reduzindo sua capacidade de organização coletiva.

4.5. Descentralização administrativa e privatizações

O quarto princípio é a descentralização administrativa, atribuindo funções administrativas locais e tendo a associação como *locus* privilegiado da gestão dos recursos. Com a descentralização, diminuiria-se a dependência do Estado, reduzindo os custos de transação. Por este princípio, seria possível o fortalecimento das relações comunitárias por meio da aproximação entre mutuários e gestores locais. Por fim, seus ideólogos afirmam que também incentivaria a privatização dos serviços destinado ao desenvolvimento agrícola.

Vamos analisar este princípio sob a perspectiva das territorialidades, ou seja, dos empreendimentos e suas relações com as outras instituições, pois os limites deste trabalho não permitem analisar um possível processo de privatização nas instituições públicas em si.

Para melhor desvelar este processo, cabe utilizar o conceito de territorialidade cunhado por Raffestin (1993, p.158). Ainda segundo Raffestin “vivo” territorial em sua multidimensionalidade, por meio de sujeitos de uma coletividade, pelos diferentes tipos de sociedade. Continua “Os homens [e as mulheres] ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas” (1993, p.158, acréscimo nosso). O conceito de territorialidade, conforme desenhado pelo autor, ajuda-nos a entender as relações entre as famílias mutuárias com agentes “externos”, como instituições, bancos, políticos, mas também relações simbólicas, culturais, ideológicas etc. mediadas pelo território. As territorialidades são um conjunto de relações que podem ser simétricas, estáveis ou dissimétricas, instáveis. Nessas relações “[...]se os ganhos e custos se equilibram, as relações são simétricas, do contrário são dissimétricas” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

O primeiro elemento a ser destacado é a assistência técnica destinada aos empreendimentos. Apesar de ter sido estipulado nos manuais do BT, de ser anunciado pelo governo estadual e pela UNIPONTAL, o serviço que seria atribuído à Força Sindical de formar um conjunto de assistentes técnicos para acompanhar os empreendimentos sempre foi insuficiente ou inexistente. A concepção de descentralização administrativa e terceirização nunca atribuiu de maneira garantida tal serviço. Atualmente o PNCF destina R\$ 7.500 para a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), terceirizando aos mutuários a contratação do serviço.

A associação dos agricultores familiares de Tarabai, segundo o relato, nunca recebeu assistência técnica, “[...]assistência não tem, teria que ter uma assistência desde o começo né mas não teve entendeu?” (Entrevistado de Tarabai). Vale repetir, que o papel do Itesp não é o de realizar a assistência técnica nos empreendimentos, “não é pra dar assistência, é só pra orientar, os negócio da documentação, e só pra isso ai. Nos fala que tem um técnico... Pra ajudar não tem” (Entrevistado de Tarabai). Nos outros dois empreendimentos foram serviços parciais e duraram pouco tempo. Em Presidente Prudente, como já foi dito, com a assistência “houve um avanço na época por causa dessa pouca orientação que tinha. Com essa pouca orientação que tinha nós progredia. Depois que houve nem essa orientação é que a coisa desandou mesmo” (Entrevistado de Presidente Prudente). Os mutuários do bairro da Marambaia foram assistidos por 3 anos, depois comentam: “Teve o abandono e não teve técnico, não teve veterinário, não teve acompanhamento de ninguém, então exemplo, a gente até comenta, é um filho sem pai, foi jogado aqui.” (Entrevistado de Rancharia).

Apesar do princípio neoliberal elencar que a descentralização administrativa promoveria o fortalecimento das relações locais, o sentimento das famílias é de abandono. A análise que fazem é de um poder distante, alheio, estranho:

[...] o MDA não conversa com nós não, é difícil conversar, ela repassa pro Itesp, ela repassa pro Itesp. Assim, os BT é gerenciado pelo Itesp, acima do Itesp, temos o MDA, mas a gente dificilmente tem contato com o MDA. (Entrevistado de Presidente Prudente)

Quanto a relação com as prefeituras locais, as entrevistas mostram que fornecem serviços básicos como transporte escolar e estradas. Em Rancharia os mutuários alegam uma descontinuidade no apoio, a depender da gestão, mas principalmente no início do empreendimento:

Um exemplo, é vinha máquina, um exemplo, ela deu é o transporte desses material, tudo aqui foi a prefeitura ela que deu, não foi pago o transporte, ela deu calcário na época. Então assim, ela ajudou bastante, da forma, o mínimo possível né. (Entrevistado de Rancharia)

O empreendimento do bairro da Marambaia é entrecortado pela rodovia estadual Raposo Tavares (SP-270), administrada pela empresa privada CART, ligada ao Grupo Invepar Rodovias³⁵. Em 2012, o trecho da rodovia estava sendo duplicada pela empresa e atravessou o empreendimento: “Ela veio, não tivemos informação nenhuma a gente aqui dentro, ela foi atrás da documentação e como tava tudo irregular, ela entrou com a desapropriação” (Entrevistado de Rancharia, 2017). Sem aviso prévio a Cart realizou a desapropriação da área, “eles vieram fazer a desapropriação, na hora que nós viu as máquina tava comendo a beira ai.” (Entrevistado de Rancharia, 2017).

Um trecho considerável do empreendimento foi desapropriado, prejudicando algumas famílias “Tem associado que já perdeu mais da metade do lote” (Entrevistado de Rancharia, 2017). A associação recorreu a contratação e um advogado particular, resultando em uma perícia que paralisou as obras por um período. A Procuradoria Geral da União determinou a indenização no valor de R\$306 mil – valor que a Cart considerou supervalorizado, buscando ainda negociá-lo. Contudo, o recurso foi paralisado e destinado ao abatimento da dívida “Esse valor é o seguinte, como é um projeto financiado, ele iria pra abater dívida” (Entrevistado de Rancharia, 2017). Os mutuários alegam que existem benfeitorias e que parte deste valor deveria ser destinado aos danos,

³⁵ O Grupo Invepar é descrita em seu site oficial como: “Atualmente o Grupo Invepar é composto por 11 empresas concessionárias de serviços públicos nas áreas de Rodovias, Aeroportos e Mobilidade Urbana.[...] Ao fazer da prestação de serviços de alta qualidade, da geração de resultados e da responsabilidade socioambiental as suas marcas registradas, a Invepar tornou-se uma referência na área em que atua e um dos maiores operadores privados do setor no Brasil” Acesso em: <<http://www.invepar.com.br/show.aspx?idMateria=kBqP7lgXSKUw5GhHIWfqFA==>>

uma vez que a dívida da associação não estaria relacionada as benfeitorias individuais:

Só que lá constando que, porque se a benfeitoria é da associação, ela não tá constando que é do fulano do ciclano, do beltrano, ela consta que é da associação então se é pra abater dívida, eles querem pegar o montante inteiro. (Entrevistado de Rancharia, 2017)

O conflito entre “um dos maiores operadores privados do setor no Brasil” e o empreendimento do bairro da Marambaia revelam o desastroso modelo neoliberal privatista. A empresa privada que administra as rodovias públicas é incapaz de desligar-se da lógica lucrativa que engendra o metabolismo do capital. A associação de camponeses fragilizada e subordinada ao endividamento, vê-se com poucos recursos para se defender, ademais não encontra respaldo no poder público.

Após um período de cerca de 10 anos, as associações buscaram formas de cobrar medidas para a resolução de sua situação e começaram a forjar um espaço de socialização política. Após algumas reuniões, no dia 03 de fevereiro de 2012 produziram um manifesto intitulado, “Carta aberta dos agricultores do Banco da Terra da região de Presidente Prudente”. Nesta carta exigiram, entre outras coisas, a renegociação e a individualização das dívidas segundo a lei 11.775/2008, levando o MDA a enviar um representante para a região e abrir um canal de diálogo com as famílias. Mas, segundo um dos entrevistados, não levou a muitas ações concretas. As famílias tinham dificuldades de se reunir, levando à dissolução deste grupo inicial. No documento encaminhado ao MDA, as associações buscavam:

- a) Cobrar do agente financeiro (Banco do Brasil) maior respeito com o Mutuário do Banco da Terra, ter pessoal qualificado e treinado e com conhecimento da legislação do programa e dos procedimentos específicos para o correto atendimento dos mutuários/agricultores; maior agilidade nos processos ou mesmo a substituição do agente financeiro (Banco) já que não cumpre a sua função.
- a) Efetivar a Renegociação feita conforme a lei.11.775/2008
- b) Efetivar a Individualização das Terras e das Dívidas feita de acordo com a lei 11.775/2008
- c) Verificar a existência de irregularidades nas propriedades rurais adquirida, sob o fundamento de se tratar de terras devolutas e se afirmativo providenciarem sua completa regularização

- d) Ter acompanhamento técnico, social e econômico nas famílias e propriedades.
- e) Estruturar e Revitalizar as associações que se encontram fragilizadas diante da infinidade de erros cometidos pelo programa
- f) Implementação de programas para a Recuperação e Revitalização do projeto Banco da Terra; detalhe com acompanhamento técnico (Carta aberta dos agricultores do Banco da Terra da região de Presidente Prudente, 2012)

As famílias mutuários do BT de Presidente Prudente, também buscaram formas de pressionar o MDA, nota-se que identificaram os interesses rentistas do agente financeiro e a morosidade do Estado:

Ainda percebemos que o agente financeiro o Banco do Brasil, não está interessado em atender os produtores do Banco da Terra e sim comercializar seus produtos bancários, vê um desrespeito brutal por parte desta entidade com os produtores e com o Programa, pois ela recebe recursos para ser o agente financeiro do Programa e não cumpre, também não vejo uma atitude do MDA de exigir que o Banco do Brasil cumpra seus compromissos, infelizmente. (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SÃO JOSÉ, 2013)

As famílias mutuárias buscaram formas de sair do “pesadelo” sob o qual se encontravam e retomar o sonho antigo:

A Individualização das dívidas e das Terras, um grande sonho que os produtores anseiam, o Projeto está pronto e aprovado pelo ITESP/UTE, portanto estamos esperando o banco providenciar o Aditivo, vamos esperar mais uma vez. **Acreditamos que é o cominho de resolvermos a inadimplência e enfim sair deste PESADELO.** (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA FAZENDA SÃO JOSÉ, 2013, negrito do autor)

A organização das associações em torno dessas reivindicações deve ser visto como experiências de resistência, onde puderam forjar um espaço de socialização, compartilhando suas histórias, enxergando a exploração que sofrem. Mas foi um espaço de curto período de tempo, puderam se reunir apenas uma vez, já que havia muitas dificuldades para reunir todos os representantes. Até então, somente o Itesp assessorava as famílias, o CODETER a partir de uma demanda do governo federal de aplicar a renegociação/individualização pela lei supracitada, volta a reunir as famílias com este objetivo em específico. O CODETER conseguiu ser um canal de comunicação direto com

o governo federal, ajudando a acelerar o processo. Na visão de um dos mutuários, a organização autônoma obteve pouco êxito em comparação à coordenada pelo CODETER: “[...] nós praticamente iniciamos sozinho, aí houve uma comunicação com o CODETER e o CODETER interveio nisso aí. Quando interveio, houve uma melhora na comunicação tá” (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017).

A presença do CODETER representava a política de desenvolvimento territorial do período neodesenvolvimentista, com maior indução do Estado no desenvolvimento econômico e na distribuição da pobreza. Os governos neodesenvolvimentistas permitiam uma abertura maior à participação social e de conquistas econômicas.

Nesse sentido, as territorialidades nos territórios da CRAM são profundamente dissimétricas. A imposição do capital financeiro, das instituições do Estado, levam as famílias a mais custos do que ganhos, precarizando suas condições de (re)produção. São territorialidades em construção, como afirma Ramos Filho (2008), pois elas estão em constante transformação e instabilidade.

Conforme exposto acima, fica evidenciada a falácia da eficiência do modelo de privatização e da descentralização administrativa propagado pela CRAM. Trata-se de impulsionar a exploração e a opressão sobre o campesinato, abstendo o Estado de sua função social, e deixando-o com o papel de garantir o “livre mercado”.

4.6. Entrave ao desenvolvimento produtivo

Outro argumento utilizado é que a CRAM potencializaria o desenvolvimento produtivo dos empreendimentos. A obtenção do título de propriedade permitiria às famílias mutuárias obterem créditos rurais para desenvolver seus projetos socioprodutivos.

Para compreender as relações concretas de produção e tencionar o conceito do BM, vamos nos debruçar sobre as estratégias de (re)produção camponesa por meio do trabalho. Nesse sentido, buscamos nos fundamentar, principalmente, em Chayanov (1974) e Shanin (2008), mas também autores brasileiros como Paulino (2003) e Oliveira (2001), com vistas a evidenciar às

formas do trabalho familiar camponês nos empreendimentos. Não tivemos condições de quantificar, mas os benefícios sociais como aposentadoria e programa Bolsa Família estão presentes em todos os empreendimentos e compõe parte importante de muitas famílias. É notável que muitas famílias incorporam ao mesmo tempo a produção agrícola na propriedade, mas também atividades ligadas a serviços e trabalho acessório por meio do assalariamento.

Enquanto a produção de leite é predominante nos empreendimentos de Tarabai e Rancharia, em Presidente Prudente, hortaliças e batata doce sobressaem. O leite pode ser caracterizado como uma forma de integração subordinada ao capital, sobretudo na sua comercializado para laticínios próximos. O valor é em média R\$ 1,00 o litro. Segundo os relatos, o leite tem uma contribuição expressiva, mas não suficiente, na renda das famílias. As associações dispõem de refrigeradores fornecidos pelos laticínios, sem a cobrança de aluguel. Os associados contribuem com o valor da energia consumida para o mutuário que sedia o refrigerador.

Em Rancharia, o mutuário entrevistado indica que um dos problemas é o tamanho da propriedade individual, que por ser muita pequena, impede a criação de mais de seis vacas por lote:

[...]Você não consegue, você não consegue, ponhar 7 cabeça de vaca dentro de um lote desse aqui, porque a gente é separado. Então como você vai ponhar 3 vaca aqui e levar, tirar leite de 3 cabeça de vaca lá embaixo. [...] as 7 vaca não consegue manter, entra ano, sai ano, manter essas 7 vaca nesse pedaço de terra. Aí vai trato, tem que comprar ração, ai chega no final, é 3, 4 vaca dando leite, nunca as 7 vaca dá leite, é 3, 4 vaca dando leite. (Entrevistado de Rancharia, 2017)

Como a renda do leite é insuficiente, muitas famílias têm de recorrer a outras formas de trabalho ofertadas em Rancharia. Relata-se que a maioria das famílias tiveram que valer-se do trabalho acessório, assalariando-se no

corte de cana-de-açúcar na usina Comércio Indústria Cana e Álcool Ltda (CO-CAL)³⁶, localizada no município de Paraguaçu Paulista no início do empreendimento:

[...]lá no começo quando abriu aqui, o único recurso pra quem não tinha outro serviço era a usina [...]a Cocal, então foi o recurso que teve, porque um exemplo, deram a casa para morar, só e daí? Você vai viver do que? Você não tinha uma vaca, não tinha, então...cada um foi achando um jeito de sobreviver. (Entrevistado de Rancharia, 2017)

Outras estratégias são adotadas pelos mutuários nesses dois empreendimentos. A produção de mandioca tem sido uma alternativa para alguns, aproveitando-se de um momento de altos preços (figura 7), estando R\$500/tonelada. Contudo, a longo prazo, a oscilação dos preços da mandioca e os altos custos para colheita evita que se torne uma produção permanente.

Figura 9 - Empreendimento em Rancharia



Foto: Lima, Rodolfo de Souza, 2017

³⁶ “Há mais de três décadas no mercado sucroenergético nacional, a Cocal produz açúcar, etanol e cogera energia elétrica a partir da biomassa em suas plantas industriais, localizadas nos municípios de Paraguaçu Paulista e Narandiba, no interior do Estado de São Paulo.” Acesso em: <<http://www.cocal.com.br/conteudo/1/1/nossa-historia.html>>

Figura 10 - Produção de mandioca - Rancharia



Foto: Lima, Rodolfo de Souza, 2017

O crédito para investimento produtivo, o PRONAF, veio somente três anos depois, 2004. O atraso do recurso chegou em um momento de escassez das famílias, pois os poucos recursos que tinham eram direcionados à subsistência familiar:

Mas aí o Pronaf demorou 3 anos pra sair. 3 anos, aí foi aonde que muita família já foi desanimando, principalmente as de fora aí, que veio de Rancharia. Aí onde aconteceu o seguinte, na hora que saiu o Pronaf, porque teve que comprar vaca, fazer cerca, eles foram, teve que levar nota de tudo isso aí, só que quando eles pegaram esse bem eles foi diluindo pra comer, né. Não tinha, não verdade nem condição de manter essa criação, não tinha como, não tinha pasto, a pastagem tava ruim, deu geadas. (Entrevistado de Rancharia, 2017)

Já em Tarabai, uma dificuldade encontrada é a renda das famílias em manter os animais em tempos de seca e estiagem, o mutuário relata que há muitas baixas nesta época. Outros tipos de plantio são para auxiliar na subsistência da família.

Tem uns planta uma horta, tem uns que planta um milho, que não é nem pra vender, é do consumo dos animais, pra fazer uma silagem, outros planta um pedaço de mandioca, planta um feijão. Mas é só mais pro consumo né, porque as pessoas não têm condições de investir, fazer uma plantação, porque o cara fala “eu vou plantar, da uma seca aí eu perco aí” (Entrevistado de Tarabai, 2017)

A média de bovinos que as famílias criam é também por volta de 6 animais, também consideram insuficiente o tamanho dos lotes individuais. Sobrevivem no limite da subsistência:

Que as pessoas tá fazendo, como diz o outro, que a gente fala, pra comer, que é o modo de falar, mas tá difícil até pra, porque não é só comida que a pessoa tem que investir, é um remédio, é luz, é água você tem que pagar (Entrevistado de Tarabai).

A associação recebeu os recursos do PRONAF, mas relata que se endividou após um período de estiagem:

Aí o que acontece, enquanto as vaca tava dando leite, tudo bem, ai depois vendeu as vaca, vendeu os bizerro, ai tá sem nada, que tem gente aqui que não tem nenhuma galinha, como é que vai pagar um financiamento que vai vim? Não paga. (Entrevistado de Tarabai, 2017)

O único empreendimento que havia captado o PAA e o PNAE era o São José. Das 41 famílias, apenas 6 participavam efetivamente do programa, entregando sobretudo batata-doce e hortaliças (figuras 9 e 10). Quando participavam dos programas, contribuíaam no rendimento familiar, na comercialização da produção.

[...] PAA, PNAE é o que tem ajudado eles na produção porque, o pessoal não tem muita prática de comercializar, então a gente tem uma falha na comercialização, a gente sabe até produzir mas na hora que tem que comercializar eles não sabem. As vezes não tem condição de levar um carro, levar lá pro mercado, tem essa dificuldade. Mas o PAA veio ajudar nisso, porque com a venda garantida eles produzem e entrega, então já ficou mais fácil. Esse pessoal que tá no PAA e na merenda que eu to vendo que tá em melhor situação, tá conseguindo ter uma renda melhor. (Entrevistado de Presidente Prudente, 2015)

Segundo o entrevistado, são poucas famílias que conseguem manter-se somente da produção, “hoje eu não consigo sobrevive da minha produção, não tem como. Eu mexia com batata-doce e feijão, não consigo sobreviver. (Entrevistado de Presidente Prudente, 2015).

Figura 11 - Produção de alface – empreendimento São José



Figura 12 - Produção - empreendimento São José



Há cerca de 3 anos, a associação São José não capta mais o PAA, contudo, eles fazem parte do PNAE desde o início do programa. São por volta de 11 produtores no empreendimento que se utilizam do programa destinado a merenda escolar e comercializam o excedente individualmente em feiras, na beira de estrada e no centro de abastecimento. O trabalho acessório e a aposentadoria são fundamentais nas outras famílias.

[...] são até poucos produtores, acho que são 11 produtores que participa da merenda. Mas e o resto? E os 30? Então, assim,

sabemos que tem uns 20 lá, uns 10 que já produzir, mais esses 11, que não será problema, mas e a outra metade? É, eles produzem mas muito pouco e talvez eles ainda tão só sobrevivendo da agricultura mas sobrevivendo não seria o ideal, porque tem que pagar a terra [...] (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017)

Dos 11, cerca de 4 comercializam na beira de estrada e 1 nas feiras livres de Presidente Prudente. O PRONAF sempre foi descontínuo, a primeira parcela veio depois de 4 a 5 anos do início, mas é paralisado novamente em 2011: “depois que nós fomos notificados pelo procurador em 2011, ninguém mais pegou PRONAF. O próprio banco já não deu mais crédito pro pessoal” (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017).

O empreendimento São José foi realizado com uma série de equívocos por parte dos gestores do programa. Além da devolutibilidade da terra, estabeleceram orçamentos de infraestrutura muito abaixo do valor real dos materiais conforme podemos observado no quadro abaixo. Basicamente, toda a instalação da infraestrutura do projeto foi possível devido ao sacrifício das famílias do empreendimento São José

Tabela 6 – Projetos de Infraestrutura

	Projeto(R\$)	Concluído (R\$)
Rede Elétrica	5000,00	50.000,00
Fossas sépticas	2.000,00	16.400,00
Poços-artesianos	2.000,00	13.000,00
Caixas d'água	1.000,00	6.000,00
Total	10.000,00	85.400,00

Org. Lima, Rodolfo de Souza

Outro aspecto que deve ser levado em consideração ao analisar a reprodução camponesa nos empreendimentos de CRAM é que a dívida é um elemento que impede o desenvolvimento territorial. A dívida e o temor de perder a terra são vistas como uma barreira para novos investimentos, como um elemento estranho que os controla.

Nós estamos muito inseguros com relação à Procuradoria, tá? Essa incerteza que nós temos é desgastante pra nós. Eu mesmo não to chegando a investir porque não sabe o que pode acontecer. (Entrevistado de Presidente Prudente, 2015)

[...] o que aflige mais nós? É o medo de perder as terra, certo? É o que aflige mais nós. Eu tenho como minha preocupação [...] Resolvendo a individualização aí a gente vai partir pra outros problema, que a gente não tava dando importância, que pra nós acho que é muito importante, que é o processo de produção. (Entrevistado de Presidente Prudente, 2017)

Nas reuniões, os representantes das associações relatam que algumas famílias enxergam a alternativa na “anistia daquelas terras”, mas veem-se impotentes frente ao Estado e ao capital, colocando-se a individualização como a única alternativa de permanência na terra.

[...]porque muita gente quer, quer a anistia dessa terra, e eles mesmo não pode fazer nada, não é eles que vai determinar isso aí. Quem vai determinar isso aí é o governo, que na verdade o Banco do Brasil fez esse empréstimo pra nós. (Entrevistado de Tarabai, 2017)

Devemos entender tal realidade a partir dos processos de subordinação e resistência. Uma questão que nós fazemos é como podemos explicar a existência de duas formas distintas de (re)produção social no mesmo território, a do capital e a do campesinato. Ross (2013) fez esta questão para tentar explicar tal fenômeno nos assentamentos de reforma agrária originados na luta pela terra. Mas, como entender os territórios do crédito fundiário?

A categoria contradição nos possibilita enxergar isto não como uma anomalia ou uma futilidade a ser abstraída da análise, mas o contrário, entendê-la como parte estrutural do movimento do concreto. Quer dizer, como afirma Martins (2010), o desenvolvimento do capitalismo no campo não produz apenas relações capitalistas de produção, mas também (re)produz formas não capitalistas de produção.

Vale retomar Oliveira (2001, p.24-15) ao afirmar que ao territorializar-se no campo, o capital desterritorializa o campesinato, levando-o a se (re)reterritorializar de outra forma, proletarizando-se, somando-se às fileiras de sem-terra, etc. Este território é fundamentado nas relações tipicamente capitalistas de produção, quer dizer, na homogeneidade da paisagem, na propriedade privada dos meios de produção, salário, lucro, etc. Mas o capital pode valer-se da monopolização dos territórios camponeses, sujeitando o trabalho camponês à extração de renda. Martins chama de sujeição da renda da terra

ao capital quando há sujeição do trabalho camponês sem expropriá-lo, (MARTINS, p.195).

Quando observamos que o próprio campesinato por meio da luta pela terra conquista fração do território capitalista, territorializar-se, desterritorializa o capital, forçando-o a se reterritorializar em outro lugar ou setor produtivo. O território então dimensionado é baseado no trabalho familiar, na desconcentração fundiária, na heterogeneidade da paisagem. No entanto como podemos ver, isto não impede o capital de sujeitar a renda da terra camponesa e subordiná-lo seja pelo crédito, pelo mercado, pela indústria, etc. conforme mostram os estudos sobre o tema (MARTINS, 1995, 2010; PAULINO, 2003; ROOS, 2015).

A este movimento do capital e do campesinato Fernandes (2008) denominou de conflitualidade, “A reprodução de ambas formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidade, promovendo desenvolvimentos” (FERNANDES, 2008, p.9). Assim como a desigualdade, o conflito é inerente ao capitalismo.

Nesse contexto de monopolização do território, Ross (2013) em sua tese afirma que é possível observar territorialidade do capital nos assentamentos de reforma agrária, por meio da produção de *commodities*, uso de insumos agrícolas, sistemas de “integração” com indústrias, etc. Evidencia-se um estratagema do capital para a sujeição da renda da terra. Segundo o autor, uma análise mais profunda revela que os territórios camponeses estão envolvidos não apenas em relações de subalternidade, mas também de resistências. Ou seja, a “integração” ao modelo de agricultura capitalista é um estratagema espacial camponês para a (re)produção da família, e permanência no território. Além disso, o camponês lança mão de uma série de estratégias, assalariando-se, utilizando de trabalho acessório, etc. A resistência também se dá por meio do enfrentamento à lógica do capital, seja na luta contra as políticas de desenvolvimento, seja no engendramento de formas de produção alternativas, como a agroecologia.

Nesse sentido, para os territórios da CRAM, também é possível afirmar que há presença de territorialidades capitalistas, dado, entre outros, na relação da dívida bancária. No entanto, enquanto nos assentamentos o sujeito

que controla o território é o camponês, nos empreendimentos é o capital. Ou seja, mesmo que haja predominância da territorialidade camponesa, aquelas famílias que vivem ali durante anos, o sujeito que controla o território é o capital financeiro até que se integralize o pagamento das parcelas. Nesse sentido, a CRAM é um estratagema espacial do capital, forjando territórios subalternos, baseados na sujeição da renda da terra.

Esta relação de subalternidade visa, pela impessoalidade do mercado, produzir uma relação de estranhamento com o espaço, esgarçar as relações de pertencimento e de identidade de classe e com/no território junto às outras famílias e minar a capacidade de resistência das famílias. Essa concepção reduz o campesinato à condição de compradores individuais, agricultores familiares, associados em interesse comum³⁷ para a compra da terra. Uma vez que não importam as condições históricas e estruturais da formação do território brasileiro que levam à desterritorialização sistemática do campesinato, não se busca a reapropriação dos meios de produção, mas a (re)produção da alienação.

Contraditoriamente, mesmo ao (re)produzir o campesinato de forma subordinada, isto não significa que o campesinato não irá criar estratagemas espaciais de resistência. Assim como nos assentamentos, a luta para permanecer na terra é diária para as famílias mutuárias mesmo que não no mesmo nível de consciência de classe e de articulação com movimentos socioterritoriais como nos assentamentos, uma vez que no processo de espacialização o Estado e as personificações do capital tentam capturar as formas de contestação dos mutuários.

Por fim, finalizamos este item afirmando que o crédito fundiário impede, atravanca e inviabiliza o pleno desenvolvimento produtivo dos empreendimentos, o endividamento das famílias mutuárias e a sua consequente subordinação ao capital financeiro é um fator incongruente com o modelo de desenvolvimento do campesinato.

³⁷A orientação neoliberal que fundamenta a CRAM baseia-se no indivíduo enquanto sujeito isolado, que deve competir para sobreviver, não um sujeito enquanto ser social que se realiza no trabalho.

4.7. Manutenção das desigualdades de gênero

A CRAM promoveria a redução da desigualdade de gênero ao possibilitar o ingresso à terra para as mulheres. Ao obter o imóvel, acessariam os direitos de propriedade e capital por meio do crédito rural, com isso, fortaleceria o empoderamento feminino para se inserir no mercado com mais equidade e competitividade.

Neste item, nossa análise se debruçará no empreendimento São José em Presidente Prudente³⁸. Nosso objetivo aqui será observar a questão de gênero a partir do movimento do concreto, de suas contradições e transformações. Por isso, seus componentes serão analisados levando em consideração: a) da (re)produção camponesa pelo trabalho; b) e da participação política.

Das camponesas entrevistadas, todas exerciam uma dupla jornada de trabalho, isto é, o trabalho na agricultura somado ao trabalho doméstico. Nota-se que ambas as atividades são consideradas, muitas vezes, como um “auxílio” e não são remuneradas apesar de sua importância para a manutenção da família camponesa. O trabalho executado pelas mulheres é socialmente rebaixado pela estrutura patriarcal. O trabalho doméstico – trabalho reprodutivo – que é socialmente atribuído como responsabilidade das mulheres (sejam esposas, mães, filhas, irmãs etc.) é exercido gratuitamente e socialmente inferiorizado (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 1999) Por outro lado, elas também executam o trabalho produtivo, o trabalho na agricultura, como o trato com a lavoura e a criação de animais, que é socialmente considerado como trabalho masculino, por isso quando as mulheres o executam é considerado como “auxílio” aos seus companheiros. Como podemos observar:

Aqui quem fez tudo isso aqui, foi meu marido, eu falo que foi meu marido né? Porque eu planto num canto e ele planto num

³⁸ Utilizaremos o conjunto de entrevistas que realizamos em 2014 com as famílias mutuárias do empreendimento, agora sob o enfoque de gênero. Tivemos a oportunidade de entrevistar mulheres, 4 de 9 entrevistas, mas ainda não analisamos sob este prisma, com o objetivo de comprovar ou não o conceito do BM. Escolhemos o São José por termos entrevistado mais pessoas em relação aos outros, devido a redação da monografia, isso permitiu ter amostra mais qualificada em meio aos empreendimentos aqui analisados. Neste item, por pertencer ao conjunto de entrevistas anteriores, vamos nomeá-las por ordem numérica para nos referir a elas, por exemplo: Entrevistada 1, entrevistada 2.

outro. Aqui não pode ficar um pé de fruta aí ele vai lá e põe no lugar que ele quer. Aí planto, ele vai lá põe em outro lugar. Aí falei “então toma conta da terra porque né?”. (Entrevistada 1)

As mulheres do empreendimento também executam o trabalho braçal e pesado, contudo, sua contribuição é toda atribuída ao marido. Na frase seguinte, ora a mutuarista utiliza “a gente” para atribuir ao conjunto da família, ora “meu marido plantou” mesmo ela tendo trabalhado no processo:

[...] aqui a gente plantava, mas tá reformando as terras porque vai ficando muito fraco o solo. Então meu marido plantou grama, fez pasto e tá plantando batata doce, junto com o irmão dele. (Entrevistada 4)

A importância do trabalho executado pelas mulheres na agricultura fica claro quando observamos sua atuação nos programas de incentivo a agricultura familiar, tais como o PAA e o PNAE, vejamos. Os programas tinham por objetivo criar um canal de comercialização institucional para aquilo era produzido para o consumo familiar, tais como as hortaliças, legumes e frutas. Paula e Hespanhol (2012), em pesquisa realizada no mesmo empreendimento, observaram uma elevação da autonomia das mulheres por meio do PAA. Vale destacar que, segundo a divisão sexual do trabalho no lote, geralmente são as mulheres quem trabalham com este tipo de produção, “do entorno da casa”. Nesse sentido, os programas propiciaram a elas uma forma de obter renda daquilo que elas já produziam para o sustento da própria família.

No empreendimento São José, no ano de 2015, 11 famílias acessaram os programas. Das mulheres que entrevistamos, 1 fazia parte do PAA e do PNAE e a outra acessava apenas o PAA. Embora o número de mulheres que acessaram os programas no empreendimento não seja tão expressivo, a participação delas significou um salto qualitativo nos rendimentos da família. Conforme conta a entrevistada 3, sobre a produção do alface, “[...] a gente não pode reclamar não [...], tá acabando, to entregando todo dia 50 pé”. A camponesa e sua família também viram como o PNAE foi importante para a renda da família, ainda que houvessem problemas, tais como o nível elevado de exigência e do atraso para o pagamento:

Dá um dinheirinho bom sim. Você vai lá no banco tem uns R\$2000, R\$3000, pro cê receber. Passo um mês, dois mês, mas

seu dinheirinho tá lá. Dessa vez foi o mais demorado, da merenda; nós entregamo em Agosto...não, nós entregamo em julho. Fomo receber no finalzinho...começo de Outubro (Entrevistada 3)

A elevação da autonomia das mulheres em relação aos seus maridos, realiza-se principalmente por meio da participação em todo o processo produtivo, sobretudo na comercialização e, conseqüentemente, na obtenção de uma renda própria por meio do acesso aos programas. Além disso, destacamos como a participação delas na organização e captação dos recursos, nas reuniões com as famílias participantes, contribuíam na valorização do seu trabalho e no seu empoderamento.

Nesse sentido, é importante ressaltar, como Mafort e Reis (2018), que os cortes nas políticas públicas como o PAA e o PNAE implementados pelo governo neoliberal de Temer, tem um profundo impacto na manutenção das desigualdades de gênero, ao fazê-las retornar à situação anterior, onde não obtinham rendimentos de sua produção.

Quando observamos a participação política delas, é interessante notar que duas de nossas entrevistadas participavam ativamente da associação com funções políticas importantes. A entrevistada 4 era tesoureira e a entrevistada 3 presidente, por isso, elas cumpriam um papel de liderança entre as famílias, coordenando reuniões e sendo representantes perante às instituições. Contudo, apesar de exercerem este papel importante na associação, elas tinham dificuldade de se reconhecer como tal:

Eu era a vice, ele era o presidente...ai venceu os anos dele, e ele não poderia ser mais. Ai passou eu pra presidente, ele pra vice, porque não tinha ninguém pra ficar [...] É...pra continuar, porque ele é estudado...ele entende né?...ele faz faculdade...ele entende dessas coisas. Agora eu já..., como vou tá correndo pra lá e pra cá, atrás de um monte de coisas? (Entrevistada 3)

Do relato acima é possível ainda apreender: a) da frase “*porque ele é estudado*”, que as diferenças de acesso à educação marcadamente desiguais no campo refletem na desigualdade de gênero, ao mesmo tempo em que a educação pode ser um importante mecanismo de empoderamento feminino; b) o trecho “*como vou tá correndo pra lá e pra cá, atrás de um monte de coisas?*” deve-se referir à dupla jornada de trabalho executada por ela, com isso a mesma se questiona como obter o tempo necessário para a participação

política. Este fator, imposto pelas desigualdades de gênero no campo, impede muitas mulheres de participarem de outros espaços que não o privado, o familiar, socialmente atribuído à mulher camponesa. Além disso, é válido destacar também que a participação na política é, muitas vezes, atribuída aos homens, não sendo esses espaços “lugar de mulher” (SOUZA-LOBO, 1991).

A dificuldade enfrentada pelas mulheres para sua participação política fica evidente conforme o relato da entrevistada 1. Segundo ela, as reuniões da associação são na hora da janta, somente participa quando é necessário a presença do casal: “Porque não precisava ir o casal, quando precisa eu vou. Então fico fazendo a janta. Porque sempre na hora da janta” (Entrevistada 1). Ainda, segundo a assessora do CODETER, as reuniões do colegiado eram compostas, majoritariamente, por homens, contando apenas com a participação de 2 ou 3 mulheres nas reuniões. Isso quer dizer que ao escolherem realizar as reuniões no horário do jantar, não se levou em consideração o fato que neste momento a maioria das mulheres estariam executando tarefas domésticas. Isto é, priorizou-se, intencionalmente ou não, a participação de um determinado público nas reuniões: os homens. Tendo em vista que são eles os “sujeitos políticos” em que não pesam as responsabilidades do trabalho doméstico familiar. Por isso, para avançarmos no debate sobre a participação das mulheres nos espaços políticos, é fundamental que as organizações enfrentem esses desafios que estão colocados, tais como a dupla jornada de trabalho.

Por fim, ressaltamos em primeiro lugar que, para o BM o combate à desigualdade de gênero no campo se daria apenas por meio da titularização da terra e concessão de crédito às mulheres, isso faria com que elas acessariam o mercado de forma mais equitativa. Entretanto, o que pôde ser observado é que as famílias, sobretudo as mulheres, não conseguem obter acesso ao título devido ao endividamento. E a situação de inadimplência impede a captação de crédito o que impacta diretamente na elevação dos seus rendimentos, sobretudo no trabalho e na produção em que as mulheres são protagonistas. A dívida é um pesadelo que também ronda a vida das mulheres, que se soma ao conjunto de suas outras preocupações – a dupla jornada de trabalho – como podemos ver nos trechos a seguir:

[...] vou dizer que tá difícil. Não libera documentação, muitas vezes não sabe nem prá quem que vai pagar. O banco só prometeu, prometeu, o banco do Brasil (Entrevistada 4)

[...] o sonho da gente é pagar a terra. A gente quer pagar essa terra. [...] você tá em cima duma terra que não é sua, é o que acontece aqui né. A gente já fez de tudo prá quitar. (Entrevistada 2)

[...] eu já tava com depressão, eu falei assim “eu não vou me desesperar senão eu vou me matar. Eu to com dois fi pra cria e eu não posso, tá? Tá me desesperando”. Mas que deu vontade fazer besteira deu. (Entrevistada 1)

Então o negócio é feio...final do ano não sei como vai ser. Só espero assim, começo do ano , se Deus quiser, que saísse essa individualização...porque cada um vai ter sua escritura, e faz do seu pedaço o que ele quer. (Entrevistada 3)

Em segundo lugar, o que evidenciamos é que as políticas públicas, como o PAA e o PNAE, surtiram mais efeito no combate à desigualdade de gênero do que a lógica mercantil do BM. Isto porque, os programas de venda institucional propiciaram a obtenção de maiores rendimentos a partir da produção das mulheres, por não depender da flutuação de preços do mercado. Além disso, vale destacar que a concepção destes programas foi elaborada junto ao MST, não é por acaso que há um forte papel do Estado na comercialização dos produtos, assim como na identificação de quais os produtos da agricultura camponesa eram produzidos pelas mulheres (REIS, 2015).

Em terceiro lugar e último lugar, quando tratamos da desigualdade entre os gêneros, não podemos perder de vista que o capitalismo somado ao patriarcado, explora e oprime as mulheres. Por isso, não podemos afirmar que a desigualdade de gênero será eliminada sob os marcos da agenda neoliberal proposta pelo BM. Quando tratamos da questão de gênero, é preciso levar em consideração políticas públicas que de fato enfrentem o patriarcado, somadas a uma transformação social profunda (SAFFIOTI, 2013; 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Banco Mundial, como um agente produtor do espaço em escala mundial, impulsionou a partir dos anos 90 a aplicação da agenda neoliberal para os países subdesenvolvidos, em especial na América Latina, África e Ásia. Os impactos negativos da aplicação do Consenso de Washington, resultaram em uma reorientação estratégica do Banco, propondo um conjunto de reformas denominadas de 2ª geração na segunda metade dos anos 90. Nesse momento, a reforma agrária volta a ser tema do *establishment*, mas agora subordinada à agenda neoliberal. De um lado, a instituição promoveu uma ampla crítica ao modelo chamado “tradicional”, “desapropriativo” e, do outro, propagandeou um modelo “à luz do mercado”, baseado na concessão de financiamentos para famílias sem-terra comprarem imóveis a preço de mercado de proprietários privados, materializando-se em diversas formas de programas de crédito fundiário no mundo (PEREIRA, 2008; 2010).

Ao longo deste trabalho observamos que este modelo está vinculado a uma crise estrutural do metabolismo do capital. A crise que se estende desde os anos 70, como defende Mészáros (2007;2011a; 2011b; 2015), aprofundou as contradições entre capital e trabalho, as desigualdades de gênero, tornando-se irreformável e incontrolável. Os imperativos sistêmicos do seu estágio de crise estrutural devem subordinar à sua lógica destrutiva, as mediações secundárias, tudo, inclusive a terra. O neoliberalismo representa umas das dimensões da crise estrutural do sociometabolismo do capital e surge para atender à sua lógica expansiva. Entendido enquanto uma nova racionalidade, o neoliberalismo visa estruturar a sociedade sob a norma da concorrência generalizada (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17). Para os autores franceses Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é a governamentalidade do capital em sua forma mais acabada.

É durante o primeiro ciclo neoliberal no Brasil, mais especificamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que a CRAM é adotada. Tratou-se de uma forma de responder a intensificação da luta pela terra, principalmente devido à grande repercussão internacional dos massacres em Corumbiara (RO) e em Eldorado dos Carajás (PA). O governo Cardoso, a partir de empréstimos junto ao BM cria os primeiros programas de

crédito fundiário no Brasil, o PSJ, PCT, BT e o CFCPR, expandindo-o para os estados do Sul, Sudeste, Nordeste, Goiás e Mato Grosso do Sul.

O ciclo neodesenvolvimentista subsequente dos governos Lula e Dilma (2003-2016), caracterizados por uma política de conciliação de classes, sob a condução da burguesia interna enquanto classe dirigente mantém e recicla o crédito fundiário, dando mais abertura a participação social, por meio dos sindicatos rurais, passando a abordar temas como juventude, gênero e raça. Esses governos substituem os programas precedentes e fazem alterações normativas, são criados: o CPR, o CAF, NPT, TL e TNB, expandindo a CRAM para todas as regiões do país.

Em 2016, há um golpe parlamentar conduzido pelas forças neoliberais e imperialistas que colocam Michel Temer na presidência. Com Temer o ciclo neoliberal é retomado por meio de vultuosos cortes em investimentos sociais, flexibilização da legislação trabalhista, privatizações, entre outras medidas “draconianas”. Os cortes atingiram a reforma agrária, e torna o agronegócio o centro de gravitação da política de desenvolvimento do campo. A CRAM é mantida e seus programas de crédito fundiário são remodelados, com novas taxas de juros e tetos financeiros: PNCF Social; PNCF Mais e PNCF Empreendedor.

Como defende Ramos Filho (2008, 2013), a CRAM sugere o mercado como forma de recriação do campesinato. Neste sentido, o mercado é um território do capital, que é definido pela lei do lucro e da competição, por isso ele não é compatível com as condições ontológicas de (re)produção do ser social. Ainda segundo o autor, a recriação do campesinato pela CRAM pode ser entendida pelos processos geográficos de espacialização e territorialização. A espacialização é o dimensionamento de espaços de socialização entre as famílias e os diferentes sujeitos antes da territorialização. Identificam-se dois espaços: primeiro, o espaço jurídico-institucional, onde são definidas as diretrizes, o tempo e o espaço em que o crédito fundiário irá se difundir; o segundo é o espaço da subalternidade, que são os momentos nos quais os gestores buscam convencer os camponeses a se tornarem mutuários. Após a captação de um financiamento de um agente bancário, mediados por instituições sociais, as famílias compram fração do território capitalista, territorializando-se. Concomitantemente, em que há a territorialização da CRAM, por

meio do capital financeiro, detendo o controle daquele território até que as parcelas da dívida sejam efetivadas, há a desterritorialização do capital que ali habitava, fazendo-o reterritorializar-se em outro espaço.

Nesse sentido, nos perguntamos: como se efetivou o processo de territorialização da política de CRAM no Pontal do Paranapanema? A condução, elaboração, implementação e sua disseminação na região se deu pela burguesia agrária, em meio a intensos conflitos territoriais. Tal constatação nos permitiu afirmar que ela foi utilizada como uma tática espacial para combater e disputar a base social dos movimentos camponeses, em especial do MST, principal opositor dos interesses dos grandes proprietários de terra, assim como disputar ideologicamente o tema da reforma agrária.

Após anos de implementação e mudanças operacionais, o crédito fundiário não é apenas uma política complementar, mas também concorrente com a reforma agrária desapropriativa. Ele visa enfraquecer a luta pela terra, tanto no sentido material, buscando esvaziar os acampamentos, quanto no imaterial, simbólico, propondo-se como alternativa pacífica à reforma agrária desapropriativa, assim como legalizar/legitimar as terras griladas. Contudo, como mostram os dados, esse modelo não deslanchou. Consideramos que os motivos deste estejam ligados, entre outros elementos: 1) à contestação do MST, negando o crédito fundiário e dando continuidade à luta pela terra; 2) do combate a qualquer forma de mecanismos distributivos pelos setores do agrohidronegócio, a não ser a mercantilização da terra e 3) nos indicadores negativos de viabilidade dos empreendimentos, tanto em termos produtivos como de inadimplência.

Em síntese, o quadro atual dos empreendimentos do Banco da Terra é: a) inadimplência e alta concentração de dívidas; b) formação de associações induzidas com o único objetivo de obterem um imóvel, sem a criação de identidade, com laços sociais e comunitários muito frágeis; c) frequentes erros operacionais da política, como na seleção de terras, das famílias e assistência técnica; d) o abandono do Estado; e) as muitas desistências e substituições no quadro social das associações. Neste sentido, as famílias estão sob a constante ameaça de serem desapropriadas e executadas pelo agente financeiro, o que construiu um imaginário da dívida como uma prisão, um pesadelo em que vivem.

Identificamos territorialidades em construção profundamente dissimétricas, em que os agentes externos exercem uma relação de poder hierárquica, subjugando as formas de (re)produção camponesa. No entanto, a resistência para permanecer na terra, ainda que não atinjam um elevado nível de consciência de classe e de organização política, demonstram os contornos de uma lógica em busca de autonomia e da realização do trabalho familiar.

É cada vez mais necessária a anistia da dívida dos empreendimentos, a reparação das famílias pelo Estado e a incorporação das mesmas no programa de reforma agrária. Este novo ciclo neoliberal evidencia as contradições de classe, uma vez que o governo brasileiro pretende isentar as grandes empresas do agronegócio por meio da MP 303/17 (CAMARA, 28 de fev. de 2018), enquanto as famílias mutuárias lutam por décadas pela renegociação/individualização. Segundo o relatório da OXFAM “*Terrenos da desigualdade no Brasil*” (2016, p.18), dos devedores acima de R\$ 50 milhões, que são 4.013 pessoas físicas e jurídicas, somam cerca de R\$ 200 bilhões. O Sead (2016) afirma que foram utilizados R\$ 3,4 bilhões para compra de terras pelo crédito fundiário, mais R\$ 600 milhões em investimentos, totalizando R\$ 4 bilhões, retirando os juros³⁹. Assim, a dívida dos grandes proprietários poderia pagar a dívida dos mutuários em 50 vezes. Quando somadas, as terras deste grupo equivalem a 6,5 milhões de hectares. Isso significa, assevera a OXFAM a partir do INCRA, que seria possível assentar cerca de 215 mil famílias em lotes de 31 hectare/família.

O metabolismo social do capital em seu estágio de crise estrutural não pode tolerar limites à acumulação, deve derrubar inclusive os preceitos humanistas forjados pelo pensamento iluminista e o neoliberalismo é a sua bola de demolição. O direito à propriedade, considerada como um direito natural que fundamenta a construção das democracias liberais nos últimos séculos é abandonado para ser considerado um recurso, um bem mercantil a ser adquirido e permutado no jogo competitivo. Conforme a lógica neoliberal, a questão agrária e a concentração fundiária devem deixar de ser um tema político, uma

³⁹ Não foi possível acessar o valor acumulado com os juros das compras de terras do crédito fundiário.

questão fundamental em um sistema democrático para ser uma questão puramente econômica. A racionalidade neoliberal concebe a valorização da liberdade individual sobre a liberdade política, reduzindo a democracia a um mero dado técnico de designação de governantes, sua essência é antidemocrática:

O valor supremo, portanto, é a liberdade individual compreendida como a faculdade dada aos indivíduos de criar para si mesmos um domínio protegido (a “propriedade”), e não a liberdade política como participação direta dos homens [e mulheres] na escolha de seus dirigentes. O essencial aqui é que a redução da democracia a um modo técnico de designação de governantes permite que ela não seja vista como um regime político distinto dos outros [...] Se, ao contrário, sustentarmos que a democracia repousa sobre a soberania de um povo, o que aparece então é que, enquanto doutrina, o neoliberalismo é, não acidentalmente, mas essencialmente, um *antidemocratismo*. (DARDOT; LAVAL, 2016, p.384)

Nesse sentido, é necessário nos posicionarmos junto aos movimentos camponeses, partidos e organizações que visam uma alternativa sociometabólica substantivamente democrática e igualitária. O período de restauração neoliberal que se instala no Brasil, tem implicado em retrocessos na reforma agrária e no fortalecimento do agrohidronegócio. O governo Temer criminaliza os movimentos socioterritoriais e visa empreender uma derrota nas organizações da classe trabalhadora. De um lado, é necessário retomar um novo ciclo de lutas sociais, pressionando o governo para a realização de assentamentos, de outro, emplacar um novo ciclo político, no qual as reivindicações populares, as reformas estruturais, como a reforma agrária, expressas em torno de um projeto popular e nacional, conduza-nos para um sociometabolismo substantivamente igualitário e sustentável.

Ademais, no percurso da investigação, algumas questões surgiram e que necessitarão ser aprofundadas em outras pesquisas sobre o tema, são elas: A) a perspectiva dos jovens, quais suas pretensões sobre o retorno/permanência nos empreendimentos? B) é necessário aprofundar ainda o tema da questão de gênero dentro dos empreendimentos; C) avançar na análise e nas questões sobre a normatização neoliberal do território sob a lógica da competição e da empresa, assim como a sua materialização e construção de territorialidades e D) estudar quais os efeitos que o endividamento e constante

insegurança quanto à propriedade da terra causam na subjetividade dos mutuários. Além disso, apontamos 3 desafios no que se refere a CRAM, são eles: 1) quais os caminhos que podemos encontrar para sair do endividamento sem cair na individualização da responsabilidade do débito? 2) é possível as famílias abandonarem esse modelo e se direcionar na luta pela terra por meio de ocupações? Ou devem permanecer ali e buscarem mecanismos de reverter àquela situação? 3) qual o papel dos movimentos socioterritoriais camponeses na organização das famílias? Para isso, vale parafrasear a socióloga Marta Harnecker (2018, p.24): espero que o trabalho sirva para colocar mais um grão de areia, para tornar possível o que hoje nos parece impossível.

Pátria livre, venceremos!

REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Faculdade de filosofia, ciências e letras de Presidente Prudente, 1972.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 1998.

ANTONIO, Armando Pereira. **Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado**: Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990. 1990. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, Tania. Três perguntinhas difíceis. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v.1, 2 e 3, jan/dez, 1998/1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: SP, Boitempo, 2011.

_____. A 'engenharia da cooptação' e os sindicatos no Brasil recente. **Correio da cidadania**, 17 de fev. de 2012. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/politica/6822-17-02-2012-a-engenharia-da-cooptacao-e-os-sindicatos-no-brasil-recente>>

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.207-228.

ALVES, Giovanni. A reestruturação produtiva no Brasil nos anos 1990. In:_____. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. p.179-199.

_____. Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil. **Blog da Boitempo**, 20 de dez. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/>>. Acesso em: 29 de jan. de 2013

_____. Produção do capital, afirmação e negação da pessoa humana. In: **Dimensões da precarização do trabalho**. Bauru: Canal6editora, 2013

Avaliação do Cédula da Terra. Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Documento impresso. Local não informado. Data não infomada.

Banco da Terra Libera 1,2 milhão. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Geral, 28 dez. 2001, p.1.3

Banco da Terra beneficia 62 famílias. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Agroeste, 9 jul. 2002, p.1.5

BANCO MUNDIAL. **Land policies for growth and poverty reduction: a World Bank policy research report**. Washington, D.C: World Bank 2003

_____. **Agricultural land redistribution: toward greater consensus**. Washington, D.C: World Bank, 2009.

BANCO MUNDIAL; FAO; FIDA. **Gender in agriculture sourcebook**. Washington, D.C.: World Bank, 2009.

BARBOSA, Maria Valéria. **A presença do Estado num trecho da história: Luta pela terra no Pontal do Paranapanema**. 1990. 199f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BRASIL. Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal. Inquérito Policial 8-0360/2004. Crime contra o sistema financeiro. Autor: Justiça pública. 04/out/2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº2 de 2004. Dispõe sobre a apuração de irregularidades na gestão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Instaura o Processo 55000.000665/2003-66. 02/jan/2004.

BRASIL. Tribunal regional federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo. Processo 00084-29.2010.403.6112, União Federal e Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José. 16/dez/2010, 1337f.

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. O Estado capitalista no centro: crítica ao conceito de poder em Foucault. In: Boito Jr. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Unesp, 2007, p.17-37.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: **9º Fórum de Economia**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2012. p.1-15. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 05 de mar. 2017.

_____. A burguesia brasileira no golpe do impeachment. **Brasil de Fato**, 06 de jan. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>>. Acesso em: 07 de jan de 2017.

BOITO, JR.; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. de sociologia e política**. v.21, n.47, 2013, p.31-38

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº2 de 2004. Dispõe sobre a apuração de irregularidades na gestão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Instaura o Processo 55000.000665/2003-66. 02/jan/2004.

_____. Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal. Inquérito Policial 8-0360/2004. Crime contra o sistema financeiro. Autor: Justiça pública. 04/out/2004.

_____. Tribunal regional federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo. Processo 00084-29.2010.403.6112, União Federal e Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São José. 16/dez/2010, 1337f.

_____. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **Geousp – espaço e tempo**, São Paulo, 2013, n.33, p.198-220.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeu em crise. 2ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

BURKI, Sharid J.; PERRY, Guilherme E. **The long march:** a reform agenda for latin américa and he caribbean in the next decade. Washington, D.C.: World Bank, 1997

CAMACHO, Rodrigo. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** 2013. 806 f. Tese (doutorado em geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leitura dos territórios paradigmáticos da geografia agrária:** análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 390f. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional.** 2012. 324 f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo Agrário**: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. 2012. 271 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

DA ROS, César Augusto. A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.259-284

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DATALUTA. **Relatório Brasil 2015**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2016.

_____. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Presidente Prudente, NERA, dez. 2013.

DEININGER, Klaus; SQUIRE, Lyn. Economic growth and income inequality: reexamining the links. In: **Finance & development**. Washington, D.C., 1997. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/1997/03/pdf/deininger.pdf>>

DEININGER, Klaus. Land policies for growth and poverty reduction. Washington, D.C: World Bank, 2003.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: EFRGS, 2012.

Desemprego global projetado para aumentar em 2016 e 2017. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_444594/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 14 de jun. 2017.

DESMARAIS, Annete Aurélie. **A Via Campesina**: A globalização e poder do campesinato. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: EFRGS, 2012.

Editorial. Sobre o Banco da Terra, o MST deveria ser mais conciliatório e menos Rebelde. **O IMPARCIAL**, Presidente Prudente, 22 dez, 1998, p.273-301

Encontro oficializa Banco da Terra. **OESTE NOTÍCIAS**, Presidente Prudente, Agroeste, 19 jun. 2001, p.1.5

Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food security nutrition and in the world 2017**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2017

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. 575f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FELICIO, Jorge Munir. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214f. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-301.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, Antônio Márcio. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2008b, p.1-57

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo;FLASCO; 2013. p.191-206.

FETAESP faz parte do Comitê Técnico do Crédito Fundiário. **Fetaesp**, 26 de jun. de 2017, disponível em: <<http://www.fetaesp.org.br/novo/2017/07/26/fetaesp-faz-parte-de-comite-tecnico-do-credito-fundiario/>>. Acesso em: 4 de mar.de 2018

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOURGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **O trabalho das mulheres: tendências contraditórias**. São Paulo: SOF, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347f. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

GEMINANI et. al. A implantação de programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra**: Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.229-258.

World Economic Forum. **The global gender gap report 2017**. Switzerland: World Economic Forum, 2017. Disponível em: < http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf>

HARNECKER, Marta. **Um mundo a construir**: novos caminhos. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Loyola, 2005

_____. **O Neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008

_____. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 2 ed. Petropolis: Vozes, 1992.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n.17/18, 2001/02

ITESP, São Paulo. **Pontal Verde**: Plano de Recuperação ambiental nos assentamentos do Pontal do Paranapanema 2 ed. São Paulo: ITESP, 2000.

_____. Pontal do Paranapanema: novos investimentos buscam o desenvolvimento da região. **Fatos da terra** São Paulo: ITESP, n.19, ano 6, 2007

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**: mujeres, tierra y territorio em América Latina. *GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre*. 2015. Disponível em: <<https://www.grain.org/es/article/entries/5563-somos-tierra-semilla-rebeldia-mujeres-tierra-y-territorios-en-america-latina>>

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Pontal do Paranapanema**. 2013. 99f. Trabalho de conclusão (bacharelado – Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal/Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **The production of space.** Oxford: Wiley-Blackwell, 1992.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, Unesp, 1998

LIMA, Rodolfo de Souza. **Entre a independência e o endividamento:** análise da contrarreforma agrária pelo Banco da Terra em Presidente Prudente (2001-2013). 2015. 140 f. Monografia (bacharelado – geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.

_____. As dimensões da crise estrutural do capital: o caso da Contrarreforma Agrária de Mercado no Brasil (1995-2017). **Revista Pegada**, v. 18, n.2, p-47-67, 2017.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013

MAFORT, Kelli Cristine de; REIS, Ana Terra. A lata d'água mais pesada: mulheres do campo e a luta contra o golpe. In: Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes. **Cadernos de análises de conjuntura**, n.1, 2018.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v.1. 1998.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: EFRJ, 2011

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARX, Karl ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** a crítica mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Expressão Popular. 2008

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. **O cativo da terra**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: O socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2003 – 2006: Lula). **Plano nacional de reforma agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: Nov. 2003. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf>

_____. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil**. Arquivo digital. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/publicacoes/politicas-publicas-para-mulheres-rurais>> . Acesso em: 10 de out de 2017.

Miséria, desmonte e desemprego: os 12 meses que abalaram o Brasil. **BRA-SIL DE FATO**. 22 de dez, 2017. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/22/miseria-desmonte-e-desemprego-os-12-meses-que-abalaram-o-brasil/>>

MONDRAGÓN, Héctor. **La estratégia del império**: todo para el capital transnacional. Bogotá – Colombia: Ántropos, 2007

MONTENEGRO; Jorge Ramón; FAVARO, Jorge Luis. Uma leitura crítica do desenvolvimento territorial rural realmente existente: entre as condições de possibilidade e a implantação. **Revista Paranaense de economia**, n.122, p.38-69, 2012

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006

_____. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (et. al.) (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p.72-108.

_____. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008

MST quer recolocar a reforma agrária na agenda. **MST**, 5 de fev. de 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/02/05/mst-quer-recolocar-a-luta-pela-terra-na-agenda.md-e>>. Acesso em: 22 de jul, 2018.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1. Ed. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará – Brasil**. 2005. 364 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo – 1990-2013**. 2014. 193f. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

OXFAM. **Terrenos da desigualdade**: terra, agricultura e desigualdade no Brasil. OXFAM BRASIL, nov. de 2016. Disponível em:< https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf>. Acesso em: 11 de fev. de 2017.

PAULA, L. A. C.; HESPANHOL, R. A. M.. O PAA no Assentamento São José em Presidente Prudente (SP): seus desdobramentos na vida das mulheres agricultoras. In: XXI **Encontro Nacional de Geografia Agrária 'Territórios em Disputa**: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro', 2012, Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses do norte do Paraná. 2003. 430 f. Tese (doutorado em geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem sócioterritorial. São Paulo: Unesp, 2013.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. 2004. 208f. Dissertação (mes-

trado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro.

_____. Neoliberalismo, política de terras e reforma agrária de mercado na América Latina. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.13-48.

_____. Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FCH. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde Servolo; Paulilo, Maria Ignez(org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: UNESP. v. 2, 2009, p.279-302.

_____. **O Banco Mundial Como Ator Político, Intelectual e Financeiro 1944-2008**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio. História e legado da reforma agrária de mercado no Brasil. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra: Banco Mundial e reforma agrária de mercado**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.173-206

PRADO Junior, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. Companhia das letras: São Paulo, 2014.

Psol quer votar MP dos Refis Rural artigo por artigo. **CÂMARA DOS DEPUTADOS**, 28 de fev. de 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/553891-PSOL-QUER-VOTAR-MP-DO-REFIS-RURAL-ARTIGO-POR-ARTIGO.html>> Acesso em: 03 de mar. de 2018

RABELLO, Diógenes. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para uma transição agroecológica**. 2014. 105f. Trabalho de conclusão (bacharelado – Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A via camponesa e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial. **Cadernos de Geografia**, Bogotá, Colômbia, n.16, p.49-70, 2007.

_____. **Questão Agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de Reforma agrária e Reforma Agrária de mercado (2003 – 2006)**. 2008. 409 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

_____. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e Territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006). In: FERNANDES, B.M.F; MEDEIROS, L.S. de; PAULO, M. I (org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas: a diversidade das formas das lutas no campo.** São Paulo: UNESP. v.2, 2009, p. 247-278

_____. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM:** subordinação e resistência camponesa. 1. ed. Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Outras Expressões, 2013.

REIS, Ana terra. **Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo:** um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 169f. 2015. Tese (doutorado em geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente P

RIBEIRO, Leandro Nieves. **Por uma rebeldia mundial?** Formação e ação territorial da Via Campesina Brasil. 2016. 323f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

ROSS, Djoni. **Contadições na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense:** territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. 2015. 390f. Tese (doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2015

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 4ª ed., 2013.

SANTOS, Tavares dos. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.

SÃO PAULO. Portal do Governo do Estado do São Paulo. **Covas assina convênio do Banco da Terra.** 2000. Disponível em: <<http://www.sao-paulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=4650&c=6>>.

SAUER, Sérgio. Estado, Banco Mundial e protagonismo popular: o caso da reforma agrária de mercado no Brasil. In: PEREIRA, João Marcio Mendes; SAUER, Sérgio (Org.). **Capturando a terra:** Banco Mundial e reforma agrária de mercado. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.285-316.

SAUER, Sérgio. "Reforma agrária de mercado" no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 18, p. 98-126, 2010.

_____. Análise do texto da MP da reforma agrária. **Carta Maior**, 07 nov. 2016. Disponível em: < <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Analise-do-texto-da-MP-da-reforma-agraria-/4/37168>>. Acesso em: 07 de nov 2016.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos Rogério de; TUBINO, Nilton. O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra. **Revista ABRA**, v 33, n. 2 ago/dez, 2006, p.41-66.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRIBI, José Edimilson (org.). **Campeinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão popular, 2008, p.23-48.

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Subsecretaria de Reordenamento Agrário. **Painel de indicadores gerenciais da subsecretária de reordenamento agrário**. Boletim ano XI, 2016. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/painel-de-indicadores-2017>>

_____. **Grupo de trabalho de reformulação do crédito fundiário**, mai. 2017. Arquivo digital não disponível na web.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. **Nova economia**, v.7, n.1, mai. 1997

SILVA Danielle Fabiane; CLEPS JUNIOR, João. A territorialização da reforma agrária de mercado: a atuação do Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Minas Gerais. **Anais...** Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <www.la-gea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1056_1.pdf>

SOBREIRO FILHO, José; SILVA, Hellen C. Mesquita da; ORIGUELÁ, Camila Ferracini. Ocupações de terra no Brasil, São Paulo e Pontal do Paranapanema (1988-2011). In: CAMPOS, Janaina Francisca de Souza; COCA, Estevan Leopoldo; FERNANDES, Bernardo Mançano. **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

SOBREIRO FILHO, José. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013. 546 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **Discurso em confronto no/do território da luta pela terra no Pontal do Paranapanema: MST e imprensa**. 2005. 175 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. **A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009**.

2012. 130 f. Monografia (bacharel em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

SOUSA, Marcelo Lopes de. Escala Geográfica, "Construção social da escala" e políticas de escala". In: **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013

SPAROVECK, Gerd (org.). **Crédito fundiário e qualidade de vida no campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2005

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2.ed., 2011.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1988.

SPOSITO, E. **A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. Rev. Terra Livre, nº16, p. 99-112, 2001.

_____. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Unesp, 2004.

Portal Vermelho. **Previdência: entidade reúne 6 mil em Belo Horizonte (MG) contra reforma**, 13 de dez., 2017. Disponível em: <<http://vermeho.org.br/noticia/305480-1>>. Acesso em: 14 de dez 2017

TEIXEIRA, Gerson. O golpe e a reforma agrária em 2016. **MST**, 09 de jan. 2017. Disponível em:<<http://www.mst.org.br/2017/01/09/artigo-o-golpe-e-a-reforma-agraria-em-2016.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

THOMAZ, JR, Antonio, GUIMARÃES, Raul Borges; LEAL, Cesar Antonio, LUCHIARI, Aílton. Conflitos territoriais, relações de trabalho e saúde ambiental no Agrohídronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – Brasil. Revista electronica de geografia y ciencias sociales, v.16, n 30, 2012. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-30.htm>>

THOMAZ Jr., Antonio. Se Camponês se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ Jr., ANTONIO; CARVALHAL, Marcelo Dorneli; CARVALHAL, Terezinha Brumati. **Geografia e Trabalho o Século XXI**. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006. p.130-167

_____. Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). São Paulo, **Revista da ANPEGE**, V.7, N° 1, 2011. p. 307-329

_____. Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema: Estratégia de Classe entre Latifúndio e Capital Agroindustrial Canavieiro. **Revista Pegada**, v. 10, 2009, p. 1-14

_____. O Agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo - Território**, v. 5, p. 92-122, 2010.

VIA CAMPESINA. **A armadilha do crédito fundiário do Banco Mundial.** São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Rede Terra de Pesquisa popular/La Via Campesina. 2006. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/Cartilha%20Rede%20Social.pdf>>.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA – COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (CODETER) – TERRITÓRIO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

1. **O colegiado**
 - a) Como ele foi formado no Pontal?
 - b) Qual é o objetivo?
 - c) Quem participa?
 - d) Como se organiza?
 - e) Como tem sido a participação dos sujeitos dentro do colegiado?
 - f) As ações territoriais pensadas no colegiado tem consigo se efetivar?
 - g) Qual a sua avaliação sobre o papel da política territorial no desenvolvimento da região?
 - h) Qual a comparação entre o governo anterior e o atual em termos de autonomia, recursos, efetividade, etc.?

2. **Crédito fundiário**
 - a) Como funciona o crédito fundiário? É uma demanda das famílias ou do governo?
 - b) Qual é a demanda?
 - c) Qual é a sua avaliação dessa política? Ela tem contribuído com a reforma agrária na região? Ela se expandirá ou retrairá?
 - d) Há participação de beneficiários dentro do colegiado? Como tem sido?
 - e) Há participação das mulheres do crédito fundiário? Como tem sido?
 - f) Como são os espaços com os mutuários?
 - g) Quais temas são tratados?
 - h) Como os problemas tem sido solucionado?
 - i) Como tem sido a postura do governo?
 - l) Qual a comparação entre o governo anterior e o atual em termos de autonomia, recursos, efetividade, etc?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – REPRESENTANTE DO MST

CENÁRIO NACIONAL

- A. Por que FHC criou o crédito fundiário/Banco da Terra?
- B. Qual foi a posição do movimento quando FHC cria a política?
- C. Qual a crítica do movimento?
- D. No governo Lula e Dilma o crédito fundiário permaneceu, do ponto de vista do MST, qual seria o motivo?
- E. Por que o crédito fundiário não se tornou a principal política fundiária?
- F. Há perspectiva de reforma agrária no governo Temer? Qual “reforma agrária” (quais ações fundiárias)?

CENÁRIO NO PONTAL

1. Quando o crédito fundiário chega no Pontal?

2. Quem trouxe a política?
3. Tinha quais objetivos?
4. Qual era a conjuntura da luta pela terra?
5. O BT foi encerrado, em São Paulo há apenas o CAF, o que mudou?
6. Por que o crédito fundiário não se tornou a principal política fundiária?
7. Quais os limites e desafios da reforma agrária no Pontal?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO dos Agricultores Familiares da Fazenda São José

1. Sobre o empreendimento

- 1.1. Quanto a questão do endividamento, como está a situação hoje?
- 1.2. A associação continua inadimplente?
- 1.3. Quanto a individualização da dívida, em que estágio está?
- 1.4. Após a individualização como será o procedimento de amortização das parcelas?
- 1.5. Quais as expectativas das famílias com a individualização?
- 1.6. Qual vai ser o papel da associação?
- 1.7. Os BT têm se organizado de alguma maneira? Se sim, como? Quais são as reivindicações e como tem avançado?

2. Quantas as mudanças recentes na gestão do BT

- 2.1. Qual é avaliação da mudança de acompanhamento do ITESP por uma delegacia da SEAD?
- 2.2. Como foi o papel do governo nos últimos anos? (ITESP, SEAD, CODETER)

3. Estabelecimento Agrícola

- 3.1. Ainda escoam a produção para a PAA? Quantos produtores? O que se comercializa? Quais as recentes dificuldades?
- 3.2. Quanto ao PRONAF? Quais projetos se desenvolve? Quantos produtores? Tem sido bem-sucedido? Tem conseguido amortizar as parcelas?
- 3.3. Sobre o Projeto Microbacias Acesso ao Mercado? Que tipo de projeto tem desenvolvido? O que se exige? Qual estágio estão? Quais as expectativas? Quais as dificuldades que enfrentarão?
- 3.4. Qual tem sido a principal fonte de renda das famílias?

- 3.5. Sobre a sucessão nos lotes, há perspectiva de a juventude assumir? Tem se desenvolvido projetos com a juventude para a inserção nas atividades?

O Futuro do empreendimento

1. Como será a posição da associação em relação aos impactos da individualização?
2. O que visualiza para a “São José” no futuro?
3. O que precisa melhorar?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – FAMÍLIAS MUTÁRIAS

1. Sobre a história de vida:

- 1.1. Onde moravam seus pais? ZR ou ZU? Quais atividades exerciam?
- 1.2. Quais atividades exerciam?
- 1.3. Quais os motivos da mudança?
- 1.4. Quantas pessoas moram com vocês? (Perguntar a idade, escolaridade, emprego, etc)

2. História do empreendimento:

- 2.1. Está no empreendimento desde o início? Desde quando?
- 2.2. De quem pertencia essa área? Qual era o uso dela?
- 2.3. Como ficou sabendo do crédito fundiário?
- 2.4. Como entrou no crédito fundiário?
- 2.5. Como eram as reuniões com os gestores? O que se discutia?
- 2.6. Como ficou sabendo da associação?
- 2.7. Como funciona as reuniões? Com que frequência; principais assuntos debatidos? Qual foi a última que participou e qual assunto tratado?
- 2.8. Quais as propriedades que estavam disponíveis? Motivos que escolheram essa?
- 2.9. Quando vieram para o projeto houve algum auxílio para a construção de infraestrutura ou iniciar a produção?
- 2.10. Quais foram as dificuldades enfrentadas?

- 2.11. Como funciona o pagamento?
- 2.12. Consegue-se pagar o financiamento da terra?
- 2.13. Já recebeu alguma notificação pela inadimplência? Caso positivo, o que acontece?
- 2.14. Como está a negociação hoje?
- 2.15. Está no nome de quem?

3. Quanto ao estabelecimento agrícola:

- 3.1. O sr(a) cultiva no seu lote? Caso negativo, por que?
- 3.2. O que cultiva?
 - 3.2.1. Que tipo de cultura? Quantidade?
- 3.2. Possui criação?
 - 3.2.1. Que tipo de criação? Quantidade?
- 3.2. Recebe orientação técnica? Caso afirmativo, de quem?
- 3.3. O que o sr(a) utiliza na plantação? (Defensivos, maquinário)
- 3.4. Está enfrentando alguma dificuldade para desenvolver a lavoura?
- 3.5. Onde comercializa a produção? Para quem?
- 3.6. É beneficiário do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar)?
- 3.7. Quem transporta os produtos?
- 3.8. O sr.(a) faz financiamentos? (Pronaf, etc.)
 - 3.8.1. Tem conseguido pagar o financiamento?
- 3.9. Tem aposentados na família?

4. Quanto ao meio-ambiente

- 4.1. Há alguma preocupação com o meio ambiente?
- 4.2. Faz tríplice lavagem?
- 4.3. Onde são armazenadas as embalagens? Por quanto tempo?
- 4.4. Existia mata de reserva quando chegaram na propriedade?
- 4.5. Existe preocupação com a mata ciliar (ribeirinha)? E antes?
- 4.6. Existe preocupação com a água? E antes, tinha?

5. Sobre as relações de trabalho:

- 5.1. Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?

5.1.1. Quais atividades elas exercem?

5.1.2. Como funciona a divisão de tarefas?

5.2. Alguma pessoa da família trabalha fora da propriedade.

Caso positivo

5.2.1. Quantas?

5.2.2. Onde?

5.2.3. Que atividade?

5.2.4. Para que?

6. Infra-estrutura do empreendimento

6.1. Sobre a água, como funciona? (Local de captação, poço, etc.)

6.2. A Energia Elétrica?

6.3. Sobre o atendimento médico? (Quantas vezes por semana, desde quando)

6.4. Passa ônibus no empreendimento? Quantas vezes?

6.5 O que fazem nos finais de semana?

7. O futuro do empreendimento

7.1. O que planeja para o futuro dos seus filhos?

7.2 O que precisa melhorar?

7.3. Planeja desenvolver alguma coisa?

7.4. Está satisfeito com a associação?

DO SONHO AO PESADELO

O sonho de ter um pedaço de terra é o que motivou centenas de pessoas a se inscreverem no Programa Banco da Terra no município de Presidente e região, com muitas promessas e junto com o sonho de ter sua própria terra para o seu sustento e de sua família, o futuro do seu filho, logo no primeiro ano já percebemos que não seria fácil, depois difícilimo, depois quase impossível hoje com quase doze anos, estamos acordando e que o sonho era na verdade um pesadelo.

Em 2001, foi feito o projeto do Assentamento da Fazenda São Jose, muito lindo no papel que constava com infra-estrutura básica, energia elétrica para 41 moradias, 41 Fossas Sépticas, construção de poços para abastecer 41 casas e ainda a compra de caixa d'água fibra de 20.000 litros, Acontece que o valores alocados no projeto para o financiamento foram insignificantes na época e ainda são insignificante, hoje mesmo corrigido pelo índice da poupança, (juros de 6% ao ano mais TR) ainda se tornam valores mínimos, vejamos:

Foram destinado o Valor de R\$ 164.500,00 (cento e sessenta e quatro mil reais) valor total do projeto para construção de 41 moradias, considerando 41 famílias obtém individualmente apenas 4.012,19 (quatro mil e doze reais e dezenove centavos) para cada casa, valores insuficientes para construção, que na época só foi suficiente para erguer as paredes e cobrir com telhas de amianto, ficando o restante por conta do produtor. Corrigindo esse valor individual para poupança temos R\$ 9.960,00, ainda um valor mínimo.

Atualize R\$ 5.000,00 corrigido com a inflação ao valor de hoje corresponde R\$ 6.200,00, e corrigido pela poupança 12.410,54. Digo é possível instalar energia elétrica para 41 casas em mais ou menos 60 hectares, valores insignificantes que foi arcado com os moradores.

Analise o valor de R\$ 2.000,00 corrigido pelo índice da poupança temos por volta de R\$ 4.65,00 é possível a construção de 41 fossas sépticas; dá R\$ 122,00 por fossa no valor de hoje, pois bem esse recursos foram jogado para a construção da casa e a maioria fizeram fossa negra; Também foi o valor de R\$ 2.000,00 no projeto para a construção de poços para abastecer 41 casas, valores vergonhosos, valores que foram levado junto a construção da casa e cada morador fizeram por conta própria poços caipira

Percebe-se que o Projeto foi feito com varias irregularidades e omissão e aprovado por todos os envolvidos, é flagrante a falta de qualidade do projeto que pode ser constatado pelo simples leitura nas clausulas e nos valores o do projeto, mesmo atualizando pelo índice da poupança, ainda se tornam insignificantes, imaginem calcular pela TR ou outro índice da inflação.

Para conseguir se instalar na terra e começar a produzir, muito dos associados buscaram no comercio local a compra de materiais de construção na forma parcelada, se endividaram, outros levaram algum tempo para deixar a pequena moradia em condições mínimas de habitação e outros optaram ainda em fase de construção sem os acabamentos primários, isso porque o Programa Banco da Terra prometeu construir as casas, mas não fez isso, porque os recursos destinados a construção do projeto não era suficiente, fomos obrigados a dispor de recursos para suprir a falha no projeto, endividamos cada vez mais na esperança de morar e produzir.

Outra promessa feita pela diretoria do Banco da Terra e do Programa era a criação da ARCO (Agencia Regional de Comercialização) que foi prometida quando a adesão, no qual era um atrativo de colocar o nossa produção no mercado a um preço melhor possível, o então gerente chegou anunciar dentro de pouco tempo iria iniciar a ARCO. "O produtor familiar não precisa se preocupar com a comercialização. A ARCO vai colocar o seu produto no mercado ao melhor preço possível" promessa não cumprida e que estamos esperando até hoje e também aguardamos a "implantação do abatedouro de frangos" promessas feitas e não cumprida.

A liberação do PRONAF, prometidas pelos representantes da direção do Banco da Terra, para se iniciassem o plantio junto com a compra da Terra, (o que ocorreu em dezembro de 2001). Ora os produtores rurais somente receberam os recursos do PRONAF no final do ano de 2004, passaram mais de 3 (três) anos sem recursos para custear e iniciar a produção ou desenvolver qualquer atividade agrícola na área e era o ponto chave que chamou a atenção dos produtores para aderir ao programa, quando chegou já estava no termino do período de carência do financiamento.

O absurdo ainda esta por vir, ficamos anos e anos esperando ser selecionados e depois ser sorteados para formar a associação, negociação e compra da terra, enfim conseguiram achar a terra, A UNIPONTAL (União de municípios do Pontal do Parapanema) aprova a compra, espera a aprovação do Banco do Terra, é aprovada a documentação junto ao agente financeiro

(Banco do Brasil) e ao cartório, e depois de algum tempo descobre que a compra da terra foi irregular, digo terras devolutas, ora porque foi aprovado junto ao MDA que era representado pela UNIPONTAL, aprovado pelo Banco do Brasil, Cartório, enfim, qual a culpa dos produtores nessa compra, qual é a responsabilidades das autoridades do Banco da Terra, podem acreditarem, foi nenhuma, tudo ficou por conta desta associação de produtores que a duras penas conseguiu o Título de Domínio de áreas por parte do município o que corresponde a 80% da área e esta pleiteando junto ao ITESP e Procuradoria a regularização dos 20%, cerca de 57 há restante pertencentes ao Estado, tudo isso a custas dos produtores, em nenhum momento vimos alguém ser responsabilizado dessa irregularidades.

Ainda percebemos que o agente financeiro o Banco do Brasil, não esta interessado em atender os produtores do Banco da Terra e sim comercializar seus produtos bancários, vê um desrespeito brutal por parte desta entidade com os produtores e com o Programa, pois ela recebe recursos para ser o agente financeiro do Programa e não cumpre, também não vejo uma atitude do MDA de exigir que o Banco do Brasil cumpra seus compromissos, Infelizmente.

Estamos esperando pacientemente as substituições solicitadas por esta associação, que agiu de acordo com os procedimentos exigidos, aprovação pela Assembléia da Associação, aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente e ainda com a aprovação do ITESP / UTE e que já foi feito e o banco ainda não o fez, temos substituição desde o ano de 2003, não fizeram nenhum, "Pasmem" somente cabe ao banco verificar se o mutuário tem inadimplência junto ao SERASA, CADIN e SPC, incrível não consegue fazer, como para fazer credito junto a este banco se consegue no mesmo dia.

A agencia do banco do Brasil de Presidente Prudente alegando se um dos mutuários desta associação estar inadimplente atrapalha todo o grupo. Porque? Por que o banco não faz daqueles que estão corretos e devolve o que não esta.

Cansado desta falta de respeito a nós produtores, esta associação pediu a todos aos produtores envolvidos na substituição a Certidão Negativa do SERASA, SPC e CADIN e todos estão negativos, temos copia para comprovar e **podem acreditar o banco não fizeram ainda a substituição, Pergunto PORQUÊ**, será que o valor que MDA esta repassando é insuficiente para o banco atender o Programa adequadamente, a troca do banco do Brasil por um

correspondente bancário não seria mais eficiente e com certeza o correspondente bancário iria cumprir o contrato com o MDA.

De acordo com a lei 11.275/2008 esta associação cumpriu com todos os procedimentos exigidos, fez o depósito de 1% das parcelas vencidas, e o banco não fez a renegociação, também o banco não fala o por quê não fez, apesar dos pedidos e ofícios enviados a gerencia deste banco, inclusive com a Superintencia .

Ainda para ajudar a Procuradoria Geral da Republica ajuizou contra a associação a inadimplência, **a única no Estado de São Paulo**, segundo o procurador disse as terras não oferece garantias reais por que são terras devolutas, e bloquearam os bens pessoais dos produtores, se o banco tivesse feito a renegociação não estaríamos inadimplente, e a nossa esperança é a **RENEGOCIAÇÃO E A INDIVIDUALIZAÇÃO**.

Novamente este ano de 2013, cumprimos novamente as determinações da resolução, fizemos o depósito, uma nova resolução surgiu e adiou para 30 de Novembro de 2013, **será que vai sair, o banco precisa usar todo o prazo para dar o aditivo da renegociação.**

A Individualização das dividas e das Terras um grande sonho que os produtores anseiam o Projeto esta pronto e aprovado pelo ITESP/UTE, portanto estamos esperando o banco providenciar o Aditivo, vamos esperar mais uma vez. **Acreditamos que é o caminho de resolvermos à inadimplência e enfim sair deste PESADELO.**

Presidente Prudente, 10 de Outubro de 2013.



Wanderley Martins Grava

Associação dos Agricultores Familiares da Fazenda São Jose
Sede: Estrada Bezerra de Menzes, km 1, Bairro Umarama
Presidente Prudente – SP
CNPJ. 04.796.091/000174